

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

AS VOZES DA RIO+20.

Carolina Lopes Araujo

Orientador: Professor Doutor Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Co-orientador: Professor Doutor Elimar Pinheiro do Nascimento

Tese de doutorado

Brasília, DF
julho de 2014

ARAUJO, CAROLINA LOPES

AS VOZES DA RIO+20.. 275 pp., (UnB-CDS, Doutor, Desenvolvimento Sustentável, 2014).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Rio+20

2. Análise de discurso crítica

3. Grupos sociais

4. Geopolítica do desenvolvimento sustentável

I. UnB-CDS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Carolina Lopes Araujo

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

AS VOZES DA RIO+20.

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável

Aprovada por:

Professor Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Doutor (CDS/UnB)
(Orientador)

Professor Elimar Nascimento Doutor (CDS/UnB)
(Co-orientador)

Professor João Nildo de Souza Vianna, Doutor (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Professor Thomas Ludewigs, Doutor (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Professora Viviane de Melo Resende, Doutora (PPGL/UnB)
(Examinadora Externa)

Professora Laura Maria Goulart Duarte, Doutora (CIRAD/França)
(Examinadora Externa)

Brasília, DF, 04 de julho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram de sobremaneira para a realização deste trabalho e aproveitei este espaço para apresentar-lhes meus agradecimentos.

Agradeço muito a Ivan e Cleusa, meus pais, por sempre estarem comigo, independente das distâncias ou dos percalços.

Agradeço aos professores que permearam a trajetória do doutorado, por tornar possível e gratificante essa empreitada. Dentre esses, destaco: o Professor Cristovam Buarque, que sempre encontrou espaço em sua agenda para orientações e leituras criteriosas, o Professor Elimar, empenhou-se na viabilização deste trabalho desde as primeiras ideias, o Professor João Nildo Vianna, pelas orientações e atenção amical sempre disponíveis; a Professora Viviane Resende, que me guiou na descoberta da linguística.

Quero agradecer, ainda, aos colegas que contribuíram de diferentes maneiras para a realização desse doutorado. Dentre esses, nomeio Raiza Gomes Fraga, a quem agradeço pelas leituras atenciosas de cada etapa deste trabalho e pela companhia ativa na descoberta da ADC, descoberta que compartilhei também com Slovenia Martinez; e Marla Weiss, pelo apoio na definição do projeto e pela parceria constante. Nomeio, também, Fernanda Cornils, Maria Amélia Dias, Osmar Filho, Sílvia Laine Borges, Marcelo Castro Pereira, Thiago Mendes Araújo, Joana Araujo Maria, Diego Lindoso, Michelle Morimura, Márcia Camargo, Jair Schimitt, João Paulo Faria Tasso, Antônio Juliani, James Tibúrcio, Daniela Rocco, Danielle Calandino, Vanesa Rios Milagres, Nathan, Demétrio e Igor Fonseca.

Agradeço aos amigos que contribuíram diretamente para este trabalho: Adalberto Schiell, Ernani Saraiva, Gustavo Peres e Antoniele Marques, Carlos Passos, Fernanda Nascimento, Marcelo Gagliardi, Gabriela Ibacach, Eduarda Miranda, Madu, Silas Semprini e Larissa Inoue. Agradeço a amizade daqueles outros que mesmo não implicados diretamente ao trabalho, tornaram-no possível pelo carinho, apoio e reflexões.

Agradeço a meus estudantes pela compreensão e apoio. Meu agradecimento especial à Tinna Evangelista de Oliveira pela coragem ao aceitar o desafio fazer seu TCC de MBA, sob minha orientação, aplicando as ferramentas da ADC para melhor compreender a Rio+20, viabilizando uma parceria frutífera de troca de reflexões e aprendizados.

Agradeço a meus familiares pelo apoio e inspiração constantes, em especial a meus irmãos Pedro Henrique e João Júlio, à minha sobrinha Mariana e, ainda, ao André Queiroz. Reconheço também a contribuição do Paulinho, meu irmão que se foi.

RESUMO

Com vistas a verificar a inclusão das vozes da sociedade nos resultados Rio+20, este trabalho investigou como (ou se) o texto “O futuro que queremos” contempla os interesses e reivindicações representados pelos grupos sociais (*Major Groups*) em seus pronunciamentos oficiais na Plenária de Alto Nível da Rio+20. Nessa tarefa, foram úteis os aportes teóricos do Modelo Transformacional da Atividade Social, da Teoria Social do Discurso, da Teoria da Ação Coletiva na Gestão de Bens Comuns e da Teoria do Desenvolvimento Sustentável. Metodologicamente, a pesquisa se baseou na Análise de Discurso Crítica. Primeiramente, foram identificados os principais temas abordados pelos *Major Groups* na manifestação de seus interesses na esfera oficial da Rio+20. Dentre esses temas, cinco foram escolhidos para serem analisados em profundidade neste trabalho, quais sejam: equidade social e combate à pobreza; ciência e tecnologia; aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável; governança global e aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável. Aplicando-se categorias de análise discursiva crítica textualmente orientada, buscou-se desvelar os discursos articulados na representação desses temas ao longo do texto final da Rio+20. Pela comparação entre a abordagem a esses temas nos textos dos *Major Groups* e os discursos representados no texto final da Rio+20, verificou-se como (ou se) os resultados da Conferência respondem aos interesses dos grupos sociais. Observou-se que o discurso de crença na ciência e tecnologia é representado no texto da Rio+20 e também compartilhado pelos *Major Groups* sem expressivas divergências. Quanto aos temas da pobreza e da governança, o documento da Rio+20 não se mostra suficiente para incitar as transformações reivindicadas pelos grupos sociais. A discrepância mais expressiva entre os interesses sociais e os resultados da Rio+20 está na prioridade concedida, no texto da Rio+20, aos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável, refletindo que o discurso econômico hegemônico, marcadamente mercantil e liberal, permeia e condiciona os resultados da Conferência, contrariando o que se representa nos textos dos grupos sociais. O texto é marcado por rupturas discursivas que apontam abertura para a transformação no modelo de desenvolvimento; porém, ele não aporta elementos com força para provocar tais transformações. De modo geral, constata-se que os resultados da Rio+20, materializados no texto “O futuro que queremos”, não contemplam os interesses dos grupos sociais e fazem jus às críticas que receberam.

Palavras-chave: Participação social, desenvolvimento sustentável, análise do discurso crítica, “O futuro que queremos”, *Major Groups*.

ABSTRACT

In order to gauge social participation in the Rio+20 Conference outcomes, this research analyzed how (or if) the document "The Future We Want" represents the interests and addresses the claims expressed by social groups (Major Groups) in their official pronouncements in Rio+20's High Level Plenary. The theoretical contributions of the Transformational Model of Social Activity, Social Discourse Theory, Theory of Collective Action in the Management of Common Goods and the Theory of Sustainable Development were important to this end. The research has its methodological ground in Discourse Analysis. First, the main issues addressed by the Major Groups in their official statements were identified and named. Among those issues, five themes were analyzed in depth in this work: social equity and poverty reduction; science and technology; environmental aspects of sustainable development; global governance, and economic aspects of sustainable development. The critical discourse analysis was used on the Conference's final text, and the discourses represented throughout the five chosen themes have been revealed. By comparing the discussion of these themes by the Major Groups and the discourses represented in the final text of the Rio+20 Conference, it was possible to find out to what degree the outcomes of the Conference address the social groups claims. In regard to the science and technology theme, the Conference text and the Major Groups are in agreement. In regard to the issue of poverty and the issue of governance, the Rio+20 text is not strong enough to instigate the changes claimed by social groups. The most significant discrepancy between social interests and the outcomes of the Rio+20 Conference lays in the priority given in the Conference text to the economic aspects of sustainable development in detriment of the environmental aspects. This reflects the hegemonic free market economic discourse which pervades the results of the Conference, contrary to the approach presented in the texts of social groups. The text shows discursive ruptures that point to potential changes in the development model. However, the text does not hold elements strong enough to lead to such transformation. Overall, the Rio+20 outcomes, materialized in the text "The future we want", do not cover the Major Groups claims and deserve the criticism it was subject to.

Keywords: Social participation, sustainable development, critical discourse analysis, "The Future We Want", *Major Groups*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.1 O MODELO ONTOLÓGICO DE FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE	21
1.2 MODELO TRANSFORMACIONAL DA ATIVIDADE SOCIAL	23
1.3 PRÁTICAS SOCIAIS E HEGEMONIA.....	26
1.4 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO	30
1.5 LINGUAGEM NA PRÁTICA SOCIAL	32
1.6 MUDANÇAS E ATORES SOCIAIS	35
1.7 AÇÃO COLETIVA NA GESTÃO DE BENS COMUNS.....	37
1.8 A ERA DO ANTROPOCENO.....	41
1.9 O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE	43
1.10 OS LIMITES DO PLANETA E OS CENÁRIOS DO DESENVOLVIMENTO.....	48
1.11 EVOLUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	51
1.12 SUSTENTABILIDADE: UM CONCEITO POLIFÔNICO	52
1.13 O DEBATE POLÍTICO SOBRE SUSTENTABILIDADE NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL.....	54
2 REFERENCIAL METODOLÓGICO	57
2.1 CATEGORIAS LINGÜÍSTICAS APLICADAS NAS ANÁLISES	60
2.1.1 Interdiscursividade	60
2.1.2 Intertextualidade.....	61
2.1.3 Coesão	62
2.1.4 Funções da fala.....	62
2.1.5 Pressuposição.....	63
2.1.6 Processos de transitividade.....	64
2.1.7 Escolha lexical e campo semântico.....	65
2.1.8 Modalidade	67
2.1.9 Avaliação	68
2.2 O TRATAMENTO DOS DADOS E O PERCURSO ANALÍTICO.....	68
3 OS TEMAS E AS FUNÇÕES DE FALA NOS PRONUNCIAMENTOS DOS MAJOR GROUPS	71
4 EQUIDADE SOCIAL E COMBATE A POBREZA COMO CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	75
4.1 EQUIDADE SOCIAL E COMBATE À POBREZA NOS PRONUNCIAMENTOS DOS <i>MAJOR GROUPS</i>	75
4.2 EQUIDADE SOCIAL E COMBATE À POBREZA NO TEXTO “O FUTURO QUE QUEREMOS”	79
4.2.1 A erradicação da pobreza e os pilares do desenvolvimento sustentável	84

4.2.2	A economia verde no combate à pobreza	86
4.2.3	Empregabilidade e emprego decente na erradicação da pobreza	89
4.2.4	Medidas políticas para o enfrentamento da pobreza	91
4.2.5	A erradicação da pobreza e o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável .	94
4.2.6	Aspectos econômicos na representação da questão da pobreza no texto da Rio+20	96
4.2.7	Os pobres no documento da Rio+20	98
4.2.8	Atividades produtivas rurais e combate à pobreza	101
4.2.9	Empreendedorismo e situação de pobreza	103
4.2.10	Pobreza somente nos países pobres?	105
4.2.11	A erradicação da pobreza e o combate à fome	107
4.3	SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE A POBREZA E A EQUIDADE SOCIAL NA RIO+20.....	110
5	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO COMO SOLUÇÕES AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	113
5.1	CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PRONUNCIAMENTO DOS MAJOR GROUPS.....	113
5.2	CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO TEXTO “O FUTURO QUE QUEREMOS”	116
5.2.1	Ciência e tecnologia na geopolítica mundial do desenvolvimento:	120
5.2.2	Transferência de tecnologia: proposta emancipatória ou paternalista?	123
5.2.3	Desenvolvimento tecnológico: acesso à educação e às redes de informação..	128
5.2.4	Política baseada em evidência: interface entre política e ciência e embasamento científico para a tomada de decisões.....	130
5.2.5	O discurso econômico hegemônico.....	132
5.3	SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA RIO+20.....	136
6	OS ASPECTOS ECOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20.....	139
6.1	O DISCURSO ECOLÓGICO NO PRONUNCIAMENTO DOS MAJOR GROUPS	139
6.2	O DISCURSO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DOCUMENTO DA RIO+20	144
6.2.1	Antropoceno, limites do planeta e urgência das ações no documento da Rio+20	152
6.2.2	Discurso Mãe-Terra	162
6.2.3	O papel da ciência e tecnologia diante dos problemas ecológicos	163
6.2.4	Mudanças climáticas	164
6.2.5	Respostas aos desafios do Desenvolvimento Sustentável	170
6.3	SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOLÓGICO NA RIO+20	175
7	A GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTÁVEL	177
7.1	A GOVERNANÇA GLOBAL REPRESENTADA NOS PRONUNCIAMENTOS DOS MAJOR GROUPS	177

7.2	A GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20.....	180
7.2.1	A necessidade de mudanças institucionais e a (in)suficiência do sistema de governança internacional para assegurar o desenvolvimento sustentável.....	182
7.2.2	Mecanismos de financiamento das medidas de promoção do desenvolvimento sustentável.....	185
7.2.3	Os compromissos com o desenvolvimento sustentável.....	189
7.2.4	Transformações institucionais adotadas na Rio+20.....	190
7.3	SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DA GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20.....	200
8	ASPECTOS ECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20.....	204
8.1	AS REFERÊNCIAS DOS <i>MAJOR GROUPS</i> ÀS QUESTÕES ECONÔMICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	204
8.2	O DISCURSO ECONÔMICO NO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20.....	211
8.2.1	Análise lexical do discurso econômico no texto final da Rio+20.....	215
8.2.2	Necessidade de mudanças do modelo econômico vigente.....	219
8.2.3	Desafios globais para a implantação do desenvolvimento sustentável.....	220
8.2.4	Soluções para o desafio do desenvolvimento sustentável.....	225
8.3	SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO ECONÔMICO NA RIO+20.....	237
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
	REFERÊNCIAS.....	249
	ANEXO 1:.....	258

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Major Groups</i> - grupos da sociedade civil participantes da Plenária de Alto Nível da Rio+20	14
Figura 2: Ontologia estratificada do Realismo Crítico.....	22
Figura 3: Localização das entidades “estruturas”, “práticas sociais” e “eventos” no <i>continuum</i> abstração/concretude	26
Figura 4: Articulação irreduzível entre os elementos (momentos) da prática social	27
Figura 5: Relação entre a estruturação social e discursiva	30
Figura 6: Articulação entre os elementos da prática social e entre os elementos do discurso	32
Figura 7: Relações entre momentos da prática social e momentos do discurso	34
Figura 8: Variáveis no conceito de progresso (situações de equilíbrio e desequilíbrio)	42
Figura 9: Mecanismos do crescimento econômico.....	45
Figura 10: Nove limites planetários propostos por Rockström.....	49
Figura 11: Condicionantes do cenário de sustentabilidade	50
Figura 12: Relação entre os elementos da ordem do discurso e os significados do discurso Fairclough e os eixos da experiência de Foucault.....	58
Figura 13: O sistema de transitividade: tipos de processos.....	65
Figura 14: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos do documento “O futuro que queremos” com referências à pobreza e à equidade social	82
Figura 15: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos do documento “O futuro que queremos” com referências à ciência e tecnologia	117
Figura 16: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos do documento “O futuro que queremos” com referências às questões ecológicas do desenvolvimento sustentável.....	145
Figura 17: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos do documento “O futuro que queremos” com referências ao tema da governança global para o desenvolvimento sustentável	180
Figura 18: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos do documento “O futuro que queremos” com referências às questões econômicas.....	215
Figura 19: Árvore de palavras representando os termos que antecedem o uso da expressão “ <i>economic growth</i> ” no documento “O futuro que queremos”	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese das variáveis analisadas na pesquisa	18
Quadro 2: Relação entre os capítulos da seção III da Agenda 21 com os <i>Major Groups</i>	40
Quadro 3: Ocorrência dos temas e suas funções de fala nos pronunciamento dos <i>Major Groups</i> na Rio+20.....	73
Quadro 4: Termos frequentes nas referências à pobreza e equidade social no texto da Rio+20 associados a uma das três dimensões do desenvolvimento sustentável.....	82
Quadro 5: Termos frequentes nas referências a ciência e tecnologia no texto da Rio+20 associados aos campos semânticos em análise.....	118
Quadro 6: Traduções da expressão “science-policy interface” no documento “O futuro que queremos”	131
Quadro 7: Termos frequentes nas referências à questão ecológica no texto da Rio+20 associados a um dos três pilares do desenvolvimento sustentável e ao campo de relações internacionais e de tecnologia.....	146
Quadro 8: Estrutura da Seção IV e da Subseção A, da Seção V do documento “O futuro que queremos”	150
Quadro 9: Termos frequentes nas referências à governança global no texto da Rio+20 associados a uma das dimensões do desenvolvimento sustentável.....	181
Quadro 10: Estrutura da Seção IV do documento “O futuro que queremos”	183
Quadro 11: Estrutura do documento “O futuro que queremos”, realçados os subtítulos das seções do texto que se referem à questão econômica	213
Quadro 12: Termos associados ao vocabulário da geopolítica internacional usados nas referências aos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável no texto da Rio+20	216

INTRODUÇÃO

*“Our Meeting is a Journey”
Ban Ki-Moon
(Secretário Geral da ONU, sobre a Rio+20)*

O desafio do desenvolvimento sustentável demanda uma articulação estreita entre os países e atores sociais diversos, com colaboração, coordenação e solidariedade no nível internacional. Faz-se necessária, para tanto, a construção coletiva de um sistema de governança global que viabilize a transição para um modelo de desenvolvimento embasado nos conceitos de prosperidade compartilhada, capital social, bens comuns e cooperação.

No senso comum, um pujante desenvolvimento econômico representa melhores escolhas e incremento da qualidade de vida da sociedade. No entanto, a centralidade da questão econômica na ideia de desenvolvimento é questionada quando esbarra nos limites ecológicos e sociais do crescimento econômico e financeiro. Além das limitações naturais impostas pela finitude dos recursos materiais disponíveis sobre o planeta, há que se considerar também o impasse ético de se incrementarem as diferenças entre as classes sociais por meio de um processo de desenvolvimento que propicia a acumulação de riquezas nas camadas mais abastadas da sociedade. Os benefícios da aceleração e do crescimento econômicos têm sido sistematicamente mal distribuídos e carregam em si custos ambientais e sociais expressivos, levando ao agravamento de problemas tais como o desemprego/subemprego em massa e as desigualdades crescentes e a degradação dos ecossistemas.

Na construção de um pacto para a solução de problemas comuns e para a promoção de interesses compartilhados relativos ao desafio do desenvolvimento sustentável, é preciso contar com a coalizão de forças envolvendo atores sociais diversos, para se construírem mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo vigentes. A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20), realizada no Rio de Janeiro entre os dias de 13 e 22 de junho de 2012, representou mais um esforço intensivo para a construção conceitual e de propostas de ação para o desenvolvimento sustentável.

A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional internacional para o desenvolvimento sustentável foram os temas da Rio+20. Alicerçando as discussões na Conferência, tem-se que a “erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de produção e consumo em prol da sustentabilidade e a proteção e gestão dos recursos naturais que embasam o desenvolvimento econômico e

social são os objetivos fundamentais e os requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável”, conforme se lê no §4 do documento da Conferência intitulado “O futuro que queremos”.¹

O evento promoveu uma intensa interação dos atores envolvidos com a questão do desenvolvimento, que se reuniram para discutir os desafios da sustentabilidade e para buscar um modelo de desenvolvimento menos degradante das condições de vida (especialmente humana) no planeta.

Segundo dados oficiais da Organização das Nações Unidas,² a Rio+20 mobilizou o expressivo número de 10.047 representantes da sociedade civil, 12.250 representantes de Estados e de instituições governamentais, 1.300 membros do sistema das Nações Unidas e quase 4.000 agentes de mídia durante os nove dias de sua realização. No total, 29.373 participantes foram credenciados para a participação nos eventos oficiais da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Nos três primeiros dias da Rio+20 (de 13 a 15 de junho de 2013), reuniu-se o comitê preparatório do documento “O futuro que queremos”, formado por delegados da diplomacia dos países membros e por representantes dos cinco grupos regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), quais sejam: Grupo dos Países Africanos, Grupo da Ásia-Pacífico, Grupo da Europa Oriental, Grupo da América Latina e Caribe e Grupo da Europa Ocidental e outros países. Também participaram das discussões representantes dos nove grupos sociais principais definidos na Agenda 21. Esse comitê preparatório ajustou a versão final do texto a ser assinado pelos chefes de Estado e de governo (UNITED NATIONS, 2012a).³

Nos quatro dias que se seguiram (de 16 a 19 de junho de 2013), especialistas debateram os dez temas discutidos na plataforma virtual Diálogos Rio+20. Diálogos Rio+20 foi um fórum virtual organizado pelo governo brasileiro em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que se propôs um espaço democrático aberto à participação da sociedade civil durante os dois meses que antecederam a Rio+20.

¹ Neste trabalho, a grafia de títulos de obras seguirá a norma tradicional das línguas latinas, que sugere o uso de maiúsculas apenas na inicial da primeira palavra do título e o uso de aspas para destacar o título do restante do texto. O uso de itálico será empregado para evidenciar o uso de língua estrangeira no texto.

² A variação na indicação de autoria nos documentos publicados pela ONU justifica que se preserve a indicação de autoria consoante ao idioma de publicação do documento referenciado. Assim, atribui-se à ONU (sigla de Organização das Nações Unidas) a autoria dos documentos publicados em português, e United Nations é apontada como autora dos documentos consultados na versão em língua inglesa.

³ De fato, conforme explica Johnson (2012, p. 240 -245), após não se ter alcançado um consenso nas reuniões do comitê preparatório sobre a versão final do documento da Rio+20, o Brasil coordenou uma força tarefa que deveria entregar a versão final do documento “O futuro que queremos” até as 17h30 do dia 16 de junho. Resultante desse esforço, obteve-se o texto final, limpo de colchetes e sem constar as propostas não consensuais. Alguns críticos afirmam que o documento é o “mínimo denominador comum” que se conseguiu obter das negociações do comitê preparatório (JOHNSON, 2012, p. 242).

No período de 20 a 22 de junho de 2013, foi realizada a Plenária de Alto Nível, que constituiu o evento oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, para a qual as realizações dos dias anteriores se prestaram como eventos preparatórios.

A Rio+20 mobilizou 188 Chefes de Estado e de Governo, vindo de 185 países membros da ONU e da Comunidade Europeia, do Vaticano e da Palestina. Vaticano e Palestina têm um *status* diferente dos demais países na ONU, sendo membros observadores oficiais na instituição. Apenas seis países membros não estiveram presentes, destacando-se entre eles a Arábia Saudita e a Coreia do Norte, com maior expressividade na geopolítica do desenvolvimento. Os demais países ausentes foram Andorra, Guiné-Bissau, San Marino e São Tomé e Príncipe.

Ineditamente, a sociedade civil foi convidada a participar da Plenária de Alto Nível da Conferência, por meio da representação de nove grupos majoritários, denominados *Major Groups* (vide Figura 1).⁴

Os *Major Groups* são nove grupos sociais principais que buscam abarcar a diversidade dos agentes sociais e econômicos implicados nas questões do desenvolvimento sustentável. Apesar de não se incluírem oficialmente dentro das esferas governamentais e intergovernamentais, tais atores passaram a ser considerados indispensáveis para a implementação do desenvolvimento sustentável a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92). Portanto, a Agenda 21 global, em sua Seção III, nomeou e formalizou a participação dos nove *Major Groups* nas atividades da ONU sobre desenvolvimento sustentável. O engajamento dos *Major Groups* nas instâncias oficiais da ONU é tomada como uma medida para se promover a ampla e efetiva participação social nos esforços pelo desenvolvimento sustentável. Ao tempo que esses grupos são considerados necessários à implementação dos acordos pela promoção do desenvolvimento sustentável, sua inclusão deve ser legitimada por espaços oficiais nos quais se engajem também nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável.

No sentido, foram concedidos aos nove *Major Groups* seis minutos para o pronunciamento de suas reivindicações e propostas na Plenária de Alto Nível da Rio+20. O espaço de palavra nas plenárias de alto nível das conferências da ONU era concedido, até

⁴ Optou-se pelo uso da expressão “*Major Groups*” em língua inglesa para distinguir os grupos sociais oficialmente incluídos na Plenária de Alto Nível da Rio+20, de modo a não confundir com os grupos sociais em geral. O uso de maiúsculas na grafia da expressão explica-se por assumirmos ser uma denominação específica, e não um substantivo comum. Por essa razão, o uso de maiúsculas também será empregado na grafia dos nomes dos *Major Groups* em específico (ex: *Major Group* Comunidade Científica e Tecnológica ou *Major Group* Crianças e Jovens).

então, exclusivamente a chefes de Estado e de governo, os quais, na Rio+20, contaram com 15 minutos para se pronunciarem oficialmente.

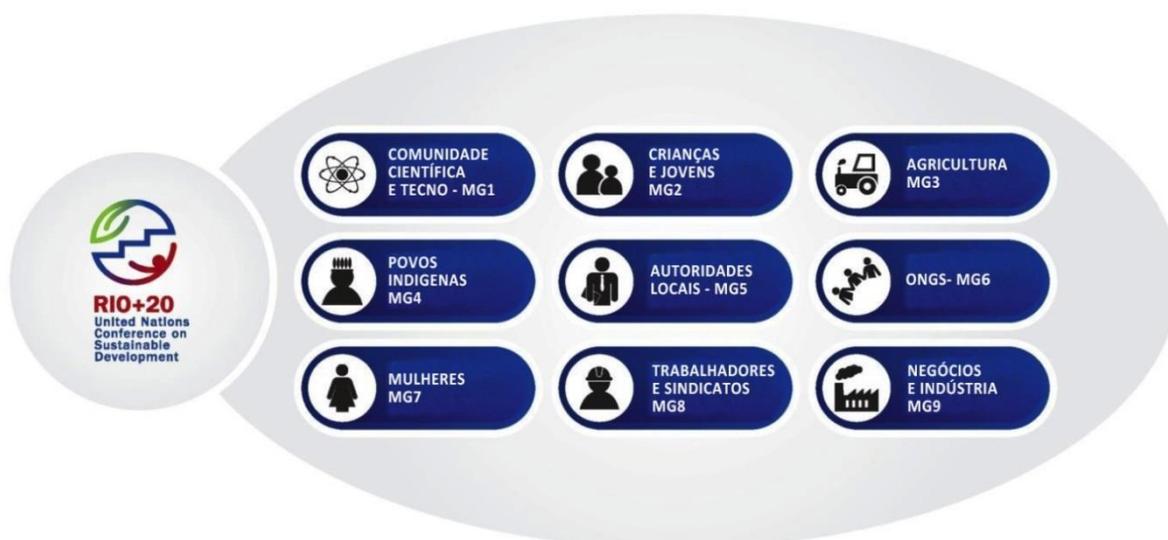


Figura 1: Major Groups - grupos da sociedade civil participantes da Plenária de Alto Nível da Rio+20⁵
Fonte: “Entendendo a Rio+20 e você” (HUMANITARE, 2012).

O resultado final da Rio+20 se materializou no documento intitulado “O futuro que queremos”. Tal documento seria a síntese das decisões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.⁶ Conforme indica o primeiro parágrafo, o documento é o instrumento por meio do qual os chefes de Estado e de governo renovam o compromisso com o desenvolvimento sustentável. O texto aporta, ainda, o compromisso de se “assegurar a promoção de um futuro econômica, social e ambientalmente sustentável para o planeta e para as gerações presente e futura”. Outro importante elemento desse primeiro parágrafo é a consideração de que a sociedade civil participou plenamente da renovação desse compromisso.

No entanto, as críticas aos resultados da Rio+20 são diversas e colocam em questão a efetividade do compromisso e a representação do interesses da sociedade no documento. As expectativas e os interesses dos atores sociais quanto aos resultados da Rio+20 eram muitos, diversos e por vezes divergentes. Isso foi apontado como um fator de dificuldade para que as demandas sociais fossem incluídas no texto final. Muitos atores sociais manifestaram sua insatisfação e suas críticas em relação aos resultados da Conferência.

⁵ As denominações dos *Major Groups* foram atribuídas pela Agenda 21 (UNITED NATIONS, 1992).

⁶ Vale esclarecer que, conforme explica Johnson (2012, p. 242), o texto final da Rio+20 não foi objeto de escrutínio ou de alterações na Plenária de Alto Nível da Rio+20, de modo que não se beneficiou das propostas ou sugestões apresentadas pelos participantes, já que sua redação final foi definida previamente à realização da Plenária. De fato, a Plenária serviu para ratificar o documento e os pronunciamentos se prestaram como avaliação do documento ou de questões que ele aporta.

Assim o fizeram os *Major Groups* ao se pronunciarem na Plenária de Alto Nível, quando também manifestaram oficialmente seus principais interesses, suas justificativas para as medidas em prol do desenvolvimento sustentável e seus argumentos de legitimação de sua participação na construção de um modelo de desenvolvimento marcado pela sustentabilidade.

Após a divulgação do documento “O futuro que queremos”, a sociedade civil se declarou desapontada pelos resultados da Rio+20 e apresentou uma mensagem de repúdio assinada por mais de mil pessoas, entre elas representantes de organizações não-governamentais (ONGs) e líderes do movimento ambientalista. O grupo das organizações não-governamentais (ONGs), em seu pronunciamento oficial na Plenária de Alto Nível da Rio+20, reivindicou que fossem retiradas do primeiro parágrafo do texto “O futuro que queremos” as palavras “com a plena participação da sociedade civil”, declarando que o texto não reflete as aspirações da sociedade civil. O grupo de líderes globais intitulado “*The Elders*”, fundado por Nelson Mandela e do qual faz parte a ex-primeira ministra norueguesa Gro Brundtland, criticou os resultados da Conferência, afirmando que o compromisso firmado na Rio+20 não responde à necessidade de se proteger as pessoas e o planeta. O *Major Group* Crianças e Jovens marchou em retirada da Rio+20 em sinal de protesto contra as lacunas do documento final.

As críticas aos resultados da Rio+20 foram severas e embasadas em argumentos legítimos para os grupos sociais. No entanto, tais descontentamentos refletem um posicionamento político no jogo de forças entre os atores sociais participantes da Conferência, e normalmente derivam das opiniões desses atores quanto aos resultados da Rio+20.

Levando-se em conta a inédita participação dos grupos sociais na Rio+20, a insatisfação desses atores e a necessidade urgente de iniciativas globais em prol da sustentabilidade, o presente trabalho buscou preencher a lacuna de uma avaliação cientificamente embasada quanto à participação social nos resultados da Conferência. Orienta-nos a indagação sobre como (ou se) os resultados da Rio+20 incluem as vozes da sociedade ao contemplar (ou não) os interesses e as reivindicações manifestos nos pronunciamentos oficiais dos grupos sociais na Conferência.

É nesse sentido que o presente trabalho objetiva verificar como os principais temas representados pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos na Plenária de Alto Nível são representados e articulados no texto “O futuro que queremos” e, então, identificar como (ou se) o texto da Rio+20 contempla os interesses e reivindicações apresentadas pelos grupos sociais.

Para tanto, assumimos como objetivos específicos deste trabalho:

- ✓ Identificar os temas abordados nos pronunciamentos dos *Major Groups* e as funções de fala (autolegitimação; justificativa; reivindicação e/ou crítica) usadas nessas abordagens;
- ✓ Analisar como temas representados pelos *Major Groups* são abordados e articulados no texto “O futuro que queremos” e verificar como (ou se) o texto final da Rio+20 contempla os interesses manifestos pelos grupos sociais em seus pronunciamentos oficiais;
- ✓ Verificar a relação de forças entre os grupos sociais representada nos discursos articulados no texto da Rio+20;
- ✓ Identificar se os discursos representados nos resultados da Rio+20 apontam para mudanças ou para a manutenção da ordem hegemônica na geopolítica do desenvolvimento.

Nos textos pronunciados pelos representantes dos nove *Major Groups* na Plenária de Alto Nível da Rio+20 foram identificados 17 principais temas abordados pelos grupos sociais. Dentre esses temas, cinco foram selecionados para a análise discursiva crítica neste trabalho, quais sejam: 1) equidade social e combate à pobreza; 2) ciência e tecnologia como soluções para os desafios da sustentabilidade; 3) aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável; 4) governança para o desenvolvimento sustentável e 5) aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável. A escolha por esses temas se baseou em dois critérios: a alta ocorrência dos temas nos pronunciamentos dos *Major Groups* (considerando os mais frequentes, quais sejam: aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável e o combate a pobreza e equidade social) e a relevância dos temas no documento da Rio+20 (considerando os temas centrais da Conferência: a governança global para o desenvolvimento sustentável e a economia verde ou os aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável e, ainda, a crença na ciência e tecnologia que, apesar de não ser um tema principal da Rio+20, permeia as propostas de soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável no texto).

Pela análise discursiva textualmente orientada, buscou-se identificar no texto “O futuro que queremos” como esses cinco temas são representados e quais discursos se articulam nessa representação. Para tanto, as categorias e as ferramentas da Análise de Discurso Crítica (ADC) foram de grande utilidade.

Segundo a teoria da Análise de Discurso Crítica, um texto materializa e articula discursos que refletem maneiras particulares de representar o mundo. Assim, concepções hegemônicas e a posição dos atores sociais tendem a influenciar a materialização de

discursos em um texto. Ciente disso, é preciso considerar que o modelo hegemônico de desenvolvimento condiciona os discursos representados no documento da Rio+20. Tal modelo se caracteriza por se apoiar no crescimento econômico como força motriz da geração de bem-estar social e nos avanços tecnológicos para a solução dos problemas ambientais que desafiam a humanidade.

Também influencia a representação dos discursos no texto da Rio+20 a diferença de horizonte temporal entre os problemas ecológicos e as decisões políticas e soluções tecnológicas, reforçando a tendência de comportamento de se priorizarem ganhos sociais, políticos e econômicos de curto e médio prazo, e se postergarem as medidas de preservação ambiental necessárias ao enfrentamento do desafio da sustentabilidade que se manifesta no longo prazo.

Enquanto variáveis intervenientes importantes na análise da Rio+20, é imprescindível considerar a influência do contexto geopolítico mundial na ocasião da realização do evento, marcado, em especial, pela crise econômica que se iniciou nos Estados Unidos em 2008 e afetou os países desenvolvidos nos anos seguintes.

Ainda, as pressões sociais por sustentabilidade e por comportamentos ecologicamente corretos, que ganhou forças no mundo todo especialmente desde a Eco 92, influenciam as decisões políticas quanto aos acordos multilaterais no cenário da ONU. Mas vale levar em consideração, também, a dificuldade dos chefes de Estado e governo em assumirem compromissos ou tomarem decisões que ultrapassem o horizonte temporal e geográfico de seus mandatos. Alcamo e Bennett (2009, p. 36) explicam que “as escalas dos processos ecológicos e sociopolíticos muitas vezes não coincidem. Muitos problemas ambientais surgem deste desencontro entre a escala em que o processo ecológico ocorre, a escala em que as decisões são tomadas e a escala das instituições de tomada de decisão”. Buarque (2012b) explica que é um grande desafio, portanto, para atores políticos, eleitos localmente e para um mandato restrito no tempo, assumirem decisões relativas aos problemas da sustentabilidade, os quais afetam a humanidade e o planeta como um todo e se manifestam no longo prazo, exigindo compromissos que extrapolam as fronteiras dentro das quais as decisões políticas normalmente são tomadas.

Segundo Buarque (2009), para melhor endereçar os desafios globais e urgentes que se apresentam à humanidade, é preciso romper cinco barreiras que tradicionalmente condicionam o comportamento político:

- (1) A barreira nacional: que encerra as decisões políticas nos limites da soberania dos países, dificultando o alinhamento da conveniência local e global.

(2) A barreira do tempo: que impede que decisões de longo prazo sejam tomadas à custa da avaliação política no curto prazo.

(3) A barreira civilizacional: que dificulta a ação coletiva de todos os povos, concertada globalmente, devido às diferenças de credos, etnias, classes econômicas ou opções políticas que tradicionalmente distinguem os grupos sociais.

(4) A fronteira da comunicação: que se traduz na crise de representatividade política, dificultando o real exercício da democracia.

(5) A fronteira da consciência: que faz imperar os interesses de grupos sociais hegemônicos, a despeito dos prejuízos e sacrifícios para a sociedade em geral.

Sintetizando, as variáveis consideradas nesta pesquisa estão representadas no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese das variáveis analisadas na pesquisa

Variável	Descrição
Variável independente	Temas abordados pelos <i>Major Groups</i> em seus pronunciamentos na Plenária de Alto Nível da Rio+20.
Variável dependente	Articulação e representação dos temas no texto “O futuro que queremos”.
Variável condicionante	Discurso hegemônico do crescimento econômico; Racionalidade que prioriza resultados no curto e médio prazo.
Variáveis intervenientes	Crise econômica nos países desenvolvidos (desde 2008); Pressões sociais por sustentabilidade; Diferença de horizonte temporal entre as decisões pela sustentabilidade na geopolítica global e os mandatos dos chefes de Estado e governo signatários do documento.

Fonte: Elaboração própria.

No intuito de oferecer ao (à) leitor(a) o acompanhamento do percurso analítico e apresentar as principais considerações derivadas da análise discursiva textualmente orientada quanto à participação social nos resultados da Rio+20, este trabalho se organiza nas seguintes capítulos:

- ✓ O Capítulo 1 apresenta o referencial teórico que embasa este trabalho. Busca-se no realismo crítico, no modelo transformacional da atividade social e na teoria social do discurso elementos para explicar as relações entre discurso e sociedade. A teoria da ação coletiva e a teoria da gestão dos bens comuns explicam as ações e relações dos atores sociais na geopolítica do desenvolvimento sustentável. Na teoria do desenvolvimento sustentável apresentam-se as bases para se explicar um modelo de desenvolvimento que assegure dignidade ao ser humano e viabilize a continuidade da vida no planeta no longo prazo. Neste capítulo, apresenta-se, ainda, uma breve

contextualização quanto ao debate político sobre desenvolvimento sustentável e discutem-se alguns fatores que condicionam esse debate;

- ✓ O Capítulo 2 apresenta o referencial metodológico da análise discursiva crítica que embasa as análises e discussões que resultam desta investigação;
- ✓ O Capítulo 3 inaugura a seção analítica deste trabalho. Nele são apresentados os principais temas identificados nos pronunciamentos oficiais dos *Major Groups*, revelando, ainda, a quais funções de fala as representações desses temas se prestam. Seguem, então, cinco capítulos específicos de análise discursiva crítica no texto “O futuro que queremos”, nos quais se verifica quais os discursos que se articulam na representação dos cinco temas principais selecionados para este trabalho. Comparando a representação discursiva no texto da Rio+20 com as abordagens aos temas pelos *Major Groups*, identifica-se como (ou se) os resultados da Rio+20 contemplam os interesses e as reivindicações apresentadas pelos grupos sociais concernentes aos temas.
- ✓ Para tanto, o Capítulo 4 analisa os discursos que se articulam na representação do tema equidade social e combate à pobreza;
- ✓ Já o Capítulo 5 analisa especificamente como se representa nos textos a crença no desenvolvimento científico e tecnológico para aportar soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável;
- ✓ O Capítulo 6 analisa como estão representados os aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável;
- ✓ No Capítulo 7 é feita a análise da representação da questão da governança global para o desenvolvimento sustentável;
- ✓ O Capítulo 8 analisa a representação dos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável.

Ao final deste trabalho apresentam-se as considerações finais com a discussão geral dos elementos encontrados nas análises discursivas, além de apontar as limitações do trabalho e sugerir encaminhamentos de continuidade ao estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O cerne da questão do presente trabalho está na participação da sociedade civil nos resultados da Rio+20. Desse modo, o foco do trabalho está voltado para a inserção e representação dos interesses e reivindicações dos grupos sociais no texto “O futuro que queremos” resultante da Rio+20.

O trabalho parte da perspectiva das Ciências Sociais Críticas (CSC) e se fundamenta na abordagem teórico-metodológica do Realismo Crítico (RC) ao utilizar a Análise de Discurso Crítica (ADC) para estudar a relação de forças entre grupos sociais, que se manifesta discursivamente no texto da Rio+20. Para melhor entender essas escolhas, nos parágrafos seguintes exporemos as principais características dessas propostas teórico-metodológicas.

Por se enquadrar nas Ciências Sociais Críticas, este trabalho compartilha duas características dessa abordagem: a interdisciplinaridade e o engajamento político (RESENDE, 2009, p. 11-12). Antes de tudo, ele rompe com as fronteiras disciplinares e operacionaliza conceitos e perspectivas teóricas de campos científicos diversos, dentre eles, a política, a economia, as relações internacionais, as ciências ambientais, a linguística, as ciências sociais. E ele abdica da “imparcialidade científica” para expor um posicionamento definido em face dos problemas sociais parcialmente discursivos aqui discutidos.

Para Resende e Ramalho (2004, p. 201), “uma das funções da ciência crítica é tentar desvelar aspectos negativos da ‘nova ordem mundial’ hegemônica e mostrar que podem ser mudados pela agência humana, dado que não são naturais, mas são, pelo menos em parte, o resultado de estratégias particulares engendradas por meio de decisões políticas de acordo com interesses determinados”. Nesse sentido, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 79) defendem que a agenda da teoria crítica está voltada para os problemas derivados da ordem social da modernidade tardia e reiteram quatro temas principais (identificados por Giddens (1991)) a serem endereçados pelas Ciências Sociais Críticas: a) as lacunas entre ricos e pobres que se acentuam no capitalismo contemporâneo, b) o impacto destrutivo da indústria sobre os ecossistemas, c) a restrição dos direitos humanos no contexto de monitoramento constante e d) a ameaça de uma grande guerra.

A análise dos resultados da Rio+20 está diretamente relacionada com os dois primeiros temas propostos por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 79), mas também não se distancia dos dois últimos temas, uma vez que o contexto da Conferência compreende a dinâmica da geopolítica do desenvolvimento global.

Assumindo que experimentamos uma crise múltipla do modelo de desenvolvimento vigente (BURSZTYN *ET AL.*, 1984; BURSZTYN, 1994; MORIN, 2011; BUARQUE, 2012a), o presente trabalho desvela os principais discursos representados no documento final da Rio+20 e busca evidenciar, primeiramente, se esses discursos apontam para mudanças ou para a manutenção da ordem hegemônica no contexto da geopolítica do desenvolvimento e, ainda, se esses discursos contemplam os interesses dos grupos sociais participantes da Conferência.

1.1 O MODELO ONTOLÓGICO DE FUNCIONAMENTO DA SOCIEDADE

Este trabalho ancora sua perspectiva ontológica no Realismo Crítico. Ramalho (2007a, p. 78) ensina que o “Realismo Crítico é um movimento filosófico de origem britânica, cujo expoente é reconhecido no filósofo contemporâneo Roy Bhaskar (1978, 1989, 1993)”. Resende (2009, p. 19) explica que “a ontologia diz respeito ao modo como se entende a natureza do mundo social, aos componentes essenciais da realidade social”. Para o Realismo Crítico, o mundo real, o qual inclui o mundo social e “que existe independente de nosso conhecimento sobre ele, é um sistema aberto, mutável”, multidimensionado e estratificado (RAMALHO, 2007a, p. 78-79).

O Realismo Crítico assume que o mundo social não existe independente da ação humana, mas vai além do que se conhece ou se experimenta dele. “As estruturas sociais, que apresentam permanência apenas relativa, não existem independentemente das atividades que elas governam e das concepções dos agentes sobre o que estão fazendo em suas atividades” (BHASKAR, 1998a, p. 38).⁷

Embasada em Bhaskar (1989), Resende (2009, p. 20) explica que a perspectiva ontológica do Realismo Crítico “sugere a existência de três estratos da realidade: o potencial, o realizado e o empírico”.⁸ O estrato (ou domínio) potencial refere-se às estruturas e mecanismos internos e poderes causais dos elementos sociais que, independentemente de serem conhecidos, têm potencial para se comportarem de formas particulares e são susceptíveis a certas formas de mudanças. Já o estrato (ou domínio) realizado refere-se ao domínio dos eventos que ocorrem quando o potencial é ativado e se realiza, sem que seja necessariamente experimentado ou percebido (RAMALHO, 2007a, p. 83-84; RESENDE, 2009, p. 20-21). Aliás, é a observação ou a experiência efetiva que caracteriza o estrato (ou

⁷ Traduzido por Ramalho (2007a, p. 82).

⁸ Optamos por manter os termos utilizados por Resende (2009, p. 20) para a tradução dos termos “real”, “actual” e “empirical” por considerarmos que melhor refletem o sentido dos termos originais apresentados em Bhaskar (1989). Traduções alternativas podem ser encontradas na literatura, como em Ramalho (2007a, p. 83), onde se apresentam os termos “real”, “atual” e “empírico”.

domínio) empírico. Ramalho (2007a, p. 85) esclarece que o empírico é o que se sabe do potencial e do realizado, mas isso não esgota a possibilidade do que tenha acontecido (realizado) ou do que poderia ter acontecido (potencial).

Seria uma “falácia epistêmica” reduzir o que existe àquilo que se é capaz de conhecer, uma vez que, segundo o Realismo Crítico, a realidade se compõe das experiências e dos eventos realizados, mas também de aspectos - tais como estruturas, mecanismos e tendências - que viabilizam a ocorrência de eventos que podem ou não se realizar e que, quando realizados, podem ou não ser experimentados (BHASKAR E LAWSON, 1998, p. 5).⁹

Assim, o Realismo Crítico distingue duas dimensões do conhecimento, uma intransitiva e outra transitiva. “A dimensão transitiva refere-se a nosso conhecimento sobre a realidade ou sobre os objetos do mundo”, a qual se pode denominar dimensão epistêmica. Já a dimensão intransitiva (ou ontológica) é aquela parcela da realidade que existe independente da realização ou de nosso conhecimento sobre ela, englobando, assim, a parcela não conhecida ou não realizada dos estratos potencial e realizado (RAMALHO, 2007a, p. 85).

Segundo Resende (2009, p. 21), na dimensão ontológica, “nem tudo que poderia acontecer em função das estruturas internas dos objetos sociais acontece de fato, pois há contingências contextuais que podem bloquear mecanismos”. No que concerne ao estrato empírico, nem tudo o que é “concretizado em eventos é captado por nossa experiência”. Desse modo, a dimensão ontológica pode ser compreendida por um sistema que engloba a dimensão empírica, que por sua vez, engloba a dimensão epistêmica da realidade, conforme esquematizado na Figura 2.

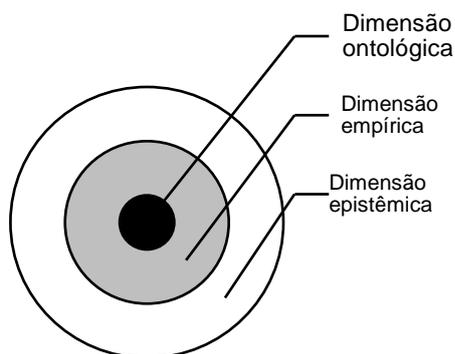


Figura 2: Ontologia estratificada do Realismo Crítico

Fonte: Adaptado de “Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa” (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 33)

⁹ Traduzido por Resende (2009, p. 21).

No contexto da Rio+20 estudado neste trabalho, temos que o texto “O futuro que queremos” faz parte da dimensão epistêmica, pois materializa a parte “observada” da Conferência na pesquisa, ao tempo que o curso dos eventos e relações que se fizeram presentes no transcorrer da Conferência se inserem na dimensão do realizado (com grande parte não observada, mas com efeitos sobre o texto). Já as regras e os mecanismos de funcionamento da geopolítica do desenvolvimento são “estruturas” que fazem parte da dimensão potencial e condicionam e oportunizam a realização da Conferência.

Para o Realismo Crítico, a dimensão ontológica não é diretamente observável, sendo acessível apenas por intermédio do estrato empírico. Isso tem duas implicações importantes. Primeiramente, somente é possível estudar o mundo pelo filtro das experiências. E, segundo e não menos importante, o potencial e o realizado somente podem ser conhecidos por meio de seus efeitos em eventos observáveis (empírico). A pesquisa social, portanto, parte da abstração dos eventos concretos da vida social para investigar mecanismos de causa e efeito que explicam os processos observados, conforme explica Ramalho (2007a, p. 89). A autora acrescenta, ainda, que a intenção emancipatória da pesquisa social crítica subjaz a esse objetivo de explicar eventos e identificar os mecanismos causais que originam processos concernentes às relações de poder entre os atores sociais.

1.2 MODELO TRANSFORMACIONAL DA ATIVIDADE SOCIAL

Uma particularidade das ciências sociais é a investigação de eventos que não presumem regularidade empírica, uma vez que não são pré-determinados e por serem condicionados por contingências e contexto. Essa imprevisibilidade é explicada no Realismo Crítico pela assunção de que a vida social é constituída por várias dimensões (física, química, biológica, psicológica, econômica, social, etc.). Essas dimensões não se referem aos mesmos aspectos explicados pela distinção entre os três estratos (dimensões) da realidade, abordados na seção anterior.

Retomando as ideias de Sayer (2000), Resende (2009) explica que as diversas dimensões da vida social, aliadas a contingências contextuais, podem ativar ou bloquear poderes causais, dando origem a novos processos com características irreduzíveis a seus constituintes. Por ser assim, a vida social é imprevisível e emergente de uma conjunção de certas condições em um dado contexto. “O que é realizado em um dado momento é dependente de que poderes causais são ativados” (RESENDE, 2009, p. 25-26).

Para explicar a relação de interdependência causal entre ação humana e estrutura social, o Realismo Crítico propõe o modelo transformacional da atividade social. Bhaskar (1998b, p. 217), em seu modelo de conexão entre indivíduos e sociedades, explica que a

sociedade se constrói pelas ações humanas, mas não pode se reduzir a elas. Isso quer dizer que “a sociedade deve ser vista como um conjunto de estruturas, práticas e regras as quais os indivíduos reproduzem e transformam e que não existiria sem a agência humana”. E, se as estruturas sociais também resultam da ação social, elas são passíveis de transformação, conforme explica Resende (2009, p. 26-27).

Ramalho (2007a, p. 87) atribui a denominação de “dualidade da estrutura”, proposta por Giddens (2003), à propriedade da estrutura social de ser tanto meio para a agência humana quanto resultado da ação que ela recursivamente organiza. Bhaskar (1998b, p. 216) explica a dualidade da estrutura expondo que a sociedade é tanto condição como resultado da ação humana e agrega o conceito da dualidade da práxis, o qual se refere à propriedade de as práticas sociais tanto imputarem uma ação consciente de transformação da estrutura que as condiciona como se prestarem para a manutenção (normalmente inconsciente) dessas condições da ação humana na sociedade.

Vale realçar, como aponta Resende (2009, p. 28), que a assimetria temporal entre estrutura e ação é o que faz com que a relação entre elas não seja dialética, mas transformacional. As estruturas são sempre prévias à ação, isto é, as estruturas atuais são conformadas por ações sociais que antecedem a ação dos atores sociais no presente. A ação pode transformar as estruturas, e não apenas reproduzi-las, mas não há transformação da estrutura no momento da ação. A ação presente modifica as estruturas que terão efeitos sobre ações futuras, diacronicamente. Por meio dessa dinâmica transformacional, a mudança social se faz possível, a qual se dá, segundo Touraine (2000, p. 912), pelo “movimento constante de descolamento das normas sociais estabelecidas e a reformulação de normas diferentes.”¹⁰

Resende (2009, p. 29) explica que “toda atividade social pressupõe condições estruturais sincrônicas e possui um potencial para transformar diacronicamente essas mesmas condições”. E complementa que “essa simetria implica também que a relação entre estrutura e ação não é de equivalentes, o que aponta para a necessidade de entidades intermediárias”.

Para explicar o sistema de mediação entre a estrutura social (pré-existente e condicionante) e a ação social, Bhaskar (1998b, p. 221) propõe o sistema “posição-prática”. Segundo esse sistema, posições (sociais) condicionam as práticas em que os indivíduos se engajam em virtude de ocuparem tais posições (RESENDE, 2009, p. 29). Resende (2009, p. 77) observa que os conceitos de posição e de prática social funcionam como mediadores

¹⁰ Tradução livre.

das relações sociais e das atividades sociais e permitem focalizar simultaneamente a ação individual dos atores sociais (que ocupam posições sociais previamente estabelecidas) e as práticas sociais estruturadas (condicionadas pelas estruturas sociais).

Mas, ainda que as práticas sejam restringidas pelas estruturas, essa restrição é sempre parcial, deixando espaço para as mudanças sociais. Essa assertiva deriva-se, especialmente, de dois aspectos da escolha ontológica do Realismo Crítico: a concepção do mundo social aberto e estratificado, em que mecanismos, estruturas e poderes gerativos de suas diversas dimensões operam simultaneamente, e as relações transformacionais entre estrutura e ação social (RESENDE, 2009, p. 30 e 77). Diante disso, pode-se afirmar que “hegemonias são articulações em relativa permanência” (RESENDE, 2009, p. 30), uma vez que podem ser transformada pelas ações sociais.

Segundo Sayer (2000, p. 19), uma posição existe na estrutura social previamente a sua ocupação por um ator específico. A posição do ator no campo social condiciona suas possibilidades de ação e de transformação sobre a estrutura.

No caso da Rio+20, convém estar atento para as posições ocupadas pelos atores sociais, para que se possa compreender o contexto e as formas de interação entre eles, como, ainda, as ações desses atores na Conferência e derivadas do evento. Isso se dá porque as posições condicionam ações dos atores sociais e refletem a estrutura em que estão inseridos. Observa-se que a posição dos *Major Groups* difere da posição dos chefes de Estado e de governo, a começar pelo fato de que esses últimos são signatários do documento “O futuro que queremos”, ao tempo que os primeiros não o são. Mas, também é importante realçar que a participação dos representantes dos *Major Groups* na Plenária de Alto Nível, com direito a pronunciamento oficial, reflete uma mudança de posição em relação às conferências anteriores (Eco-92 e Rio+10, por exemplo).

Resende (2009, p. 77) alerta que “a mudança de posição dentro de uma instituição estruturada não é um processo livre de conflitos – as posições anteriores continuam exercendo pressões para a continuidade de práticas internas às relações prévias”. A participação dos *Major Groups* na esfera oficial da Rio+20 aponta para uma abertura (mudança social) em direção à participação social nas decisões quanto ao desenvolvimento sustentável, mas não necessariamente reflete a plena participação da sociedade na Conferência, visto que a herança das posições anteriores mantém o protagonismo dos atores governamentais e restringe a participação efetiva dos grupos sociais.

Quanto às práticas sociais, Ramalho (2007a, p. 94) explica serem “articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados a áreas particulares da vida social”. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) compreendem que as práticas sociais “são

maneiras habituais, situadas temporal e espacialmente, nas quais as pessoas investem recursos (materiais e simbólicos) para agirem juntas no mundo”.¹¹ Sintetizando o que foi dito por Fairclough, Ramalho e Resende (2011, p. 15) explicam que as práticas sociais são as formas recorrentes pelas quais agirmos e interagimos no mundo. As práticas e as posições sociais constituem um ponto de conexão entre as estruturas e os eventos concretos. Desse modo, tem-se que o sistema posição-prática intermedeia a relação transformacional entre eventos e estrutura social.

Na próxima seção, abordaremos mais detidamente a questão das práticas sociais, visto que esse conceito é fundamental para a compreensão da linguagem na sociedade, conforme proposto pela Análise de Discurso Crítica (ADC).

1.3 PRÁTICAS SOCIAIS E HEGEMONIA

Resende (2009, p. 32) explica que os componentes do mundo social, na perspectiva da ADC embasada no Realismo Crítico, são: “estrutura e ações sociais, práticas, posições e relações sociais, eventos, identidades, ideologias, discursos e textos”. Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem que as práticas sociais são as entidades intermediárias entre as estruturas (dimensão potencial) e os eventos (dimensão empírica) no mundo social. Resende (2009, p. 32) propõe que as estruturas, as práticas e os eventos se dispõem em um *continuum* de variação entre a abstração e a concretude. As estruturas sociais se apresentariam nesse *continuum* próximas à extremidade da abstração, uma vez que são entidades abstratas que condicionam o potencial de realização dos eventos, os quais, por sua vez, se apresentariam próximos à extremidade da concretude no *continuum*. A relação entre estrutura e evento sociais é mediada pelas práticas sociais. A Figura 3 representa a variação dessas entidades no gradiente entre abstração e concretude.



Figura 3: Localização das entidades “estruturas”, “práticas sociais” e “eventos” no *continuum* abstração/concretude

Fonte: Adaptado de “Análise de discurso crítica e realismo crítico” (RESENDE, 2009).

As práticas sociais se caracterizam pela articulação de quatro elementos ou momentos: discurso (ou práticas discursivas), relações sociais, fenômeno mental (crenças, valores, desejos, ideologias) e atividade material (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999;

¹¹ Tradução livre, embasada em Ramalho e Resende (2011, p. 15) e em Resende e Ramalho (2011, p. 35)

FAIRCLOUGH, 2003, p. 25; RESENDE, 2009; RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 16), representados na Figura 4.

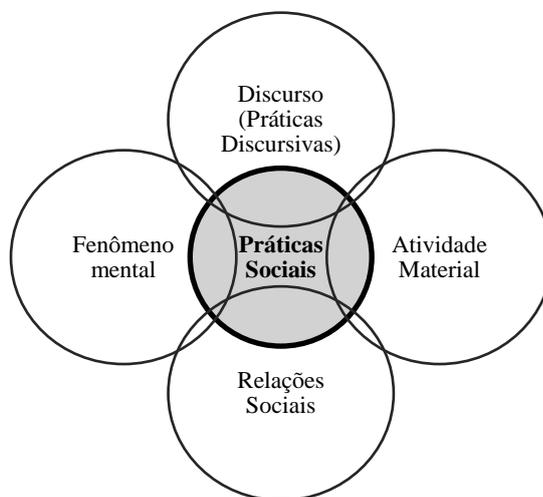


Figura 4: Articulação irreduzível entre os elementos (momentos) da prática social
Fonte: Adaptado de "Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa" (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 16).

Fairclough (2003, p. 25), apoiado em Harvey (1996), propõe que a relação entre os diferentes elementos¹² de práticas sociais é dialética. Cada elemento contém ou internaliza os outros, sem que a prática social possa se reduzir a nenhum deles. Observa-se que um dos elementos das práticas sociais é o discurso (ou as práticas discursivas). O discurso constitui os outros elementos das práticas sociais, assim como é constituído por eles (RAMALHO, 2007a, p. 90) em uma relação dialética de articulação e internalização. Assim, por meio da análise de amostras discursivas é possível revelar aspectos dos outros elementos da prática, como as relações sociais entre os atores e as ideologias (RESENDE E RAMALHO, 2004, p. 193; RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 39).

Resende e Ramalho (2004, p. 193 - 195) explicam que, em uma prática social particular, os elementos da prática se articulam e se configuram em uma combinação específica com relativa permanência, a qual pode ser transformada pela recombinação entre os elementos. Essas combinações específicas dos elementos da prática social são chamadas de momentos da prática. As práticas sociais se articulam internamente, nas relações que se estabelecem entre os elementos da prática.

¹² Preferimos utilizar o termo "elementos das práticas sociais" (ao invés de momentos) para nos referirmos a discurso, atividade material, relações sociais e fenômeno mental. Essa opção se justifica para evitar confusões interpretativas para um(a) leitor(a) leigo(a) à área da linguística, que poderá confundir esses elementos com os momentos das redes de práticas sociais de que trataremos mais adiante.

As práticas sociais também apresentam uma articulação externa com outras práticas, formando redes de prática relativamente permanentes. Articuladas em redes, as “práticas são determinadas umas pelas outras e cada uma pode articular outras, gerando diversos efeitos sociais” (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 43).

A relativa permanência das práticas sociais se presta a constranger a ação social. De fato, em uma relação transformacional, as práticas sociais sustentam ou transformam a ação social, dependendo das circunstâncias e da articulação entre práticas e momentos de práticas, (RESENDE E RAMALHO, 2004, p. 193). Visto que o social é por natureza aberto e mutável, há uma possibilidade inerente às práticas sociais de desarticulação e rearticulação de seus elementos, de modo que a articulação que caracteriza uma prática particular é sempre relativa (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p. 25).

Segundo Resende e Ramalho (2011, p. 41), “o caráter relativo das permanências no que se refere a práticas sociais pode ser entendido no contraste entre conjunturas, estruturas e eventos”. As autoras explicam que, para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22), as conjunturas são conjuntos de aspectos sociais (pessoas, materiais, tecnologias e práticas) em relativa permanência, logo, relativamente estáveis; já as estruturas são condições da vida social que se modificam lentamente; enquanto os eventos sociais são acontecimentos individuais, ocasiões da vida social. Ao se estudar as práticas sociais, faz-se possível analisar uma série de eventos e seus efeitos para a manutenção ou transformação das estruturas, visto que a prática social é o ponto de conexão entre estruturas e eventos.

O que mantém a permanência das articulações no seio das práticas sociais, ou de redes de práticas, são as relações sociais de poder, ao tempo em que “as tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas. Dado o caráter inerentemente aberto das práticas sociais, toda hegemonia é um equilíbrio instável” (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 43).

A noção de hegemonia como um equilíbrio instável, adotada pela ADC, converge com a teoria gramscianiana que apresenta a “hegemonia como um processo de luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis”. Diante dessa ideia, tem-se que hegemonia “envolve articulação e alianças entre forças sociais” e apresenta “a necessidade de ser continuamente renovada, recriada, defendida e sustentada” (RESENDE E RAMALHO, 2004, p. 197).

Segundo Fairclough (2001, p. 122), “hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas”. Na conceituação do autor, a hegemonia depende muito mais da promoção de consensos e

cooptação ideológica do que do uso da força. O autor complementa que a luta hegemônica se realiza em pontos de maior instabilidade entre as classes e grupos sociais, com vistas a manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação.

Resende e Ramalho (2004, p. 197) explicam que há diferentes formas de se instaurar e sustentar temporariamente a hegemonia, sendo que a ideologia é uma delas. A ideologia é considerada por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26) como “construções discursivas, de modo que a questão da ideologia é parte da questão sobre como o discurso [ou as práticas discursivas] se relaciona com outros momentos [elementos] das práticas sociais”. O autor e a autora explicam que as ideologias são construções que se prestam aos interesses e projetos de dominação de grupos sociais hegemônicos, uma vez que condicionam a(s) prática(s) social(is) a partir de uma perspectiva particular e que suprimem as contradições, dilemas e antagonismos.

A ideologia se presta, portanto, a manter a posição hegemônica de um grupo social por meio da difusão, por todo o tecido social, de uma visão de mundo particular pela qual se igualam os interesses próprios do grupo àqueles da sociedade em geral, suprimindo diferenças (EAGLETON, 1997, p. 108). Fairclough (1989, p. 70) explica que as práticas sociais que naturalizam as ideologias que imperam na sociedade são, em sua maioria, práticas discursivas. Segundo a teoria da reflexividade de Giddens (1991), toda prática tem um elemento discursivo, visto que toda prática envolve o uso da linguagem e, ainda, “as construções discursivas sobre práticas são também parte dessas práticas” (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 45).

Ativações de poderes causais por atores sociais, em situações e contextos particulares (agência humana) podem reestruturar, transformar ou destituir o poder hegemônico (RAMALHO, 2007a, p. 91). Por meio da reflexividade institucional, a vida social (da modernidade tardia analisada por Giddens (1991)) disponibiliza informações e conhecimentos institucionalizados, fruto do trabalho de peritos, especialistas e formadores de opinião. Absorvidos pelos atores sociais, esses elementos passam a influenciar a atividade social, as relações materiais e a própria construção das identidades dos atores sociais que se articulam nas práticas sociais. Assim, as autoconstruções reflexivas reiteram relações de dominação nas práticas sociais (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 45). Apenas por meio da reflexividade crítica, pela qual o indivíduo busca a própria identidade por ações individuais, é que se pode sinalizar para mudanças sociais e rompimento da hegemonia.

Chouliaraki e Fairclough (1999) explicam que “a modernidade tardia mina a identidade individual e coletiva” (RESENDE E RAMALHO, 2004, p. 200). Baseado em Harvey (1990), Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 77-78) argumentam que a relação com o tempo e com o

espaço na sociedade contemporânea é marcado pelo senso de volatilidade, de efemeridade, de instabilidade que conduz a uma crise generalizada de representação. Diante dessa instabilidade, “a luta para a construção de identidades no discurso é um traço saliente nessa fase da modernidade”, argumentam Resende e Ramalho (2004, p. 200-201), de modo que “questões de luta pela identidade são parcialmente questões de discurso”.

1.4 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

A linguagem é parte integrante e irreduzível da vida social, em todos os níveis, da estrutura social, das práticas sociais e dos eventos sociais. Ramalho e Resende (2011, p. 40-41) propõem uma correlação entre os três níveis da linguagem e os três níveis (ou entidades) da vida social, conforme representado na Figura 5.

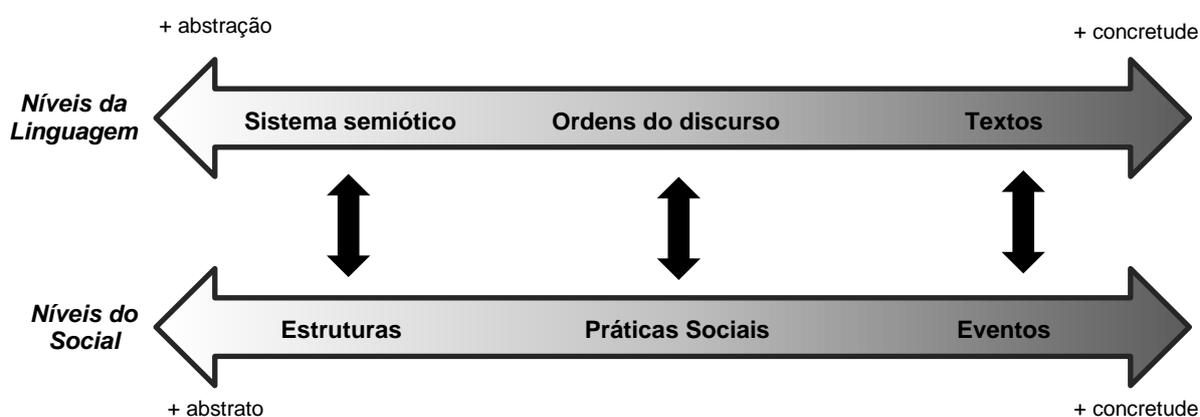


Figura 5: Relação entre a estruturação social e discursiva

Fonte: Adaptado de “Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa” (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 40).

No que concerne à linguagem na sociedade, Resende (2009, p. 32) e Ramalho e Resende (2011, p. 41) explicam que, no nível mais abstrato, das estruturas, a linguagem se manifesta como a dimensão semiótica da sociedade, que gera efeitos nas dimensões sociais não semióticas (psicológica, econômica, social e, ainda, física, química, biológica, etc.) e é afetada por elas. Essa dimensão corresponde aos sistemas linguísticos (ou sistemas semióticos) – incluindo seus subsistemas: a semântica, a lexicogramática, a fonologia e a fonética – dos quais os indivíduos fazem uso para construir significados em suas interações discursivas diárias. No nível mais concreto, a linguagem se manifesta em forma de textos, os quais são o material empírico das práticas discursivas. Os textos são o material analítico do qual se serve a ADC, porém não são seu objeto de análise. O foco da ADC está no nível das práticas sociais, no qual a linguagem se manifesta como práticas sociais condicionadas pelas ordens de discurso.

As ordens de discurso se manifestam como uma combinação específica, com relativa permanência, de gêneros (tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular), discursos (tipo de linguagem usado para representar uma perspectiva particular da realidade) e estilos (tipo de linguagem que identifica um grupo social particular). Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 50), o conceito de ordem do discurso tem suas origens nos trabalhos de Foucault, mas especificamente na obra intitulada *Ordem do discurso*.

Para Fairclough (2003, p. 220), uma ordem de discurso relaciona-se com o elemento discursivo das práticas sociais, porém não é o sinônimo de práticas discursivas. Uma ordem de discurso é uma ordenação particular dos modos de se construírem sentidos, por meio de recursos de linguagem. É preciso compreender o conceito de ordem de discurso como uma entidade intermediária do sistema discursivo, condicionada pelo sistema semiótico (a linguagem, no nível mais abstrato) e que condiciona os textos (no nível mais concreto), mas que também intermedeia a relação transformacional diacrônica entre esses elementos da linguagem.

Resende e Ramalho (2011, p. 41) observam que há duas acepções para o termo “discurso” na ADC e distingui-las pode contribuir para a compreensão do conceito de ordens de discurso. Como substantivo mais abstrato, “discurso” significa um dos elementos irreduzíveis da prática social. Nesse sentido, o termo normalmente é usado no singular e pode ser substituído pelo termo “práticas discursivas”, como é utilizado em Fairclough (2001). Já como substantivo mais concreto, “discurso” significa “modos particulares de representar parte do mundo” e constitui um dos elementos que se articulam na ordem do discurso, que por sua vez, condiciona as práticas discursivas nas (redes de) práticas sociais. A Figura 6 pode ajudar a organizar e sintetizar esses conceitos.

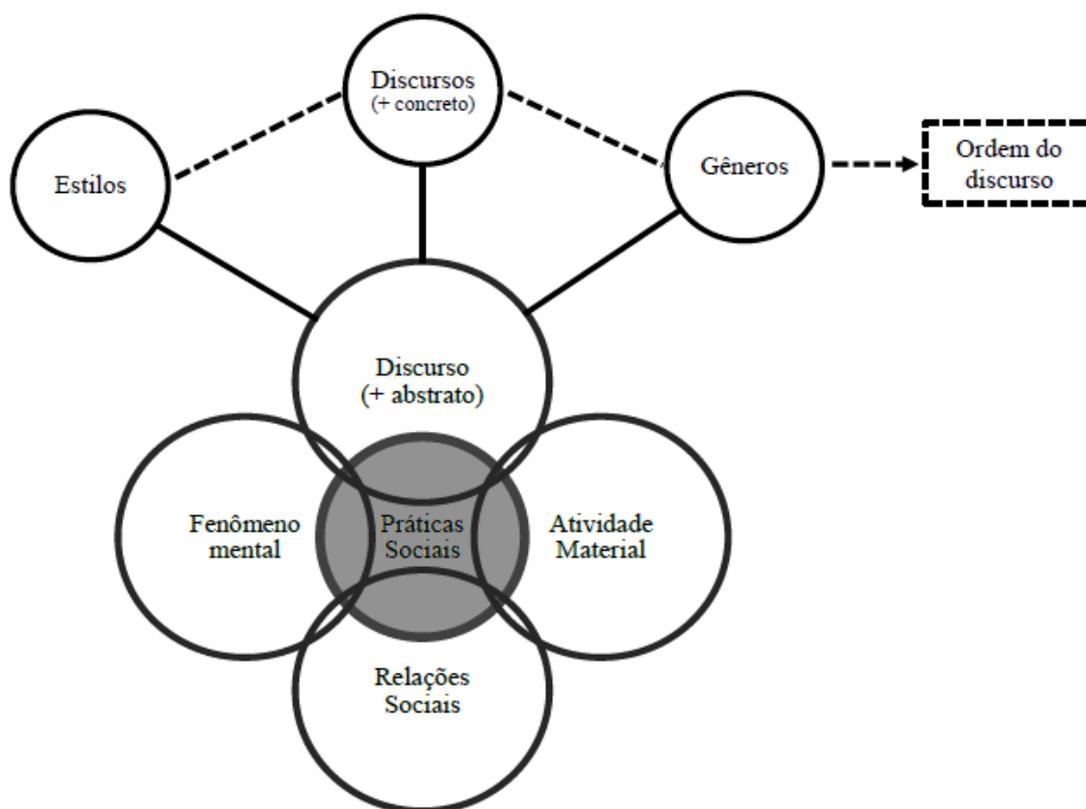


Figura 6: Articulação entre os elementos da prática social e entre os elementos do discurso
 Fonte: Adaptado de “Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa” (RESENDE E RAMALHO, 2011, p. 42).

Considerando a relação dialética entre os elementos das práticas sociais, os aspectos discursivos das práticas sociais participam das relações transformacionais entre estrutura e eventos sociais. Os discursos (aspectos discursivos das práticas sociais) podem ter efeitos causais na sociedade, ao mesmo tempo em que a organização dos discursos e a configuração das ordens do discurso são socialmente estruturadas. A partir dessa dinâmica, Resende (2009, p. 75) identifica uma relação dialética entre linguagem e sociedade. Essa relação dialética se manifesta no nível das práticas sociais quando “práticas específicas conformam ordens do discurso” tanto quanto “mudanças articulatórias em ordens do discurso ligadas a práticas específicas podem configurar mudanças em seus aspectos não-discursivos” (RESENDE, 2009, p. 34).

1.5 LINGUAGEM NA PRÁTICA SOCIAL

Ao focalizar as práticas sociais e as ordens do discurso, a ADC busca compreender a dinâmica transformacional que se realiza entre linguagem e sociedade. O interesse prioritário da ADC recai sobre as relações (de construção e de transformação) que se estabelecem entre a “sociedade e as pessoas vivendo suas vidas” (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p. 21) e que se manifestam discursivamente nas práticas sociais. O

conceito de hegemonia contribui para a análise discursiva crítica por duas razões, em especial. Primeiramente, porque o conceito de hegemonia auxilia na compreensão das práticas sociais como uma forma de luta hegemônica (da qual as práticas discursivas são parte). E, ainda, porque o conceito de hegemonia direciona a análise para as relações de poder dentro da rede de práticas, ou seja, de modo a verificar se a prática social reproduz, reestrutura ou desafia a hegemonia existente no contexto social.

Em suas atividades cotidianas, os atores sociais utilizam o discurso “de três principais maneiras simultâneas e dialéticas: para agir e interagir, para representar aspectos do mundo e para identificar” a si mesmos e aos outros (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 43). Esses são, portanto, significados do discurso nas práticas sociais. Esses significados estão correlacionadas com os três elementos (ou momentos) da ordem do discurso, quais sejam: gêneros, discursos e estilos.

Na prática social, os momentos da ordem do discurso (e os significados do discurso) se relacionam dialeticamente. Fairclough (2001, p. 92) argumenta que essa relação pode ser tanto convencional como criativa, isto é, a articulação entre os elementos da ordem do discurso pode contribuir para reproduzir as práticas sociais, mas pode também transformá-las. Para se compreender o potencial das mudanças discursivas para gerarem mudanças sociais, é preciso entender a linguagem como um sistema aberto, multidimensional e estruturado, em um paralelismo com a concepção de sociedade pelo Realismo Crítico.

Quanto aos estratos da linguagem, tem-se o sistema semiótico, as ordens do discurso e o texto, como apresentam Ramalho e Resende (2011, p. 40). A relação que se estabelece entre o sistema semiótico e o texto é de caráter transformacional, e não dialética, e é intermediada pela ordem do discurso. Essas relações e correlações entre os momentos da prática social e os momentos do discurso estão representadas na Figura 7.

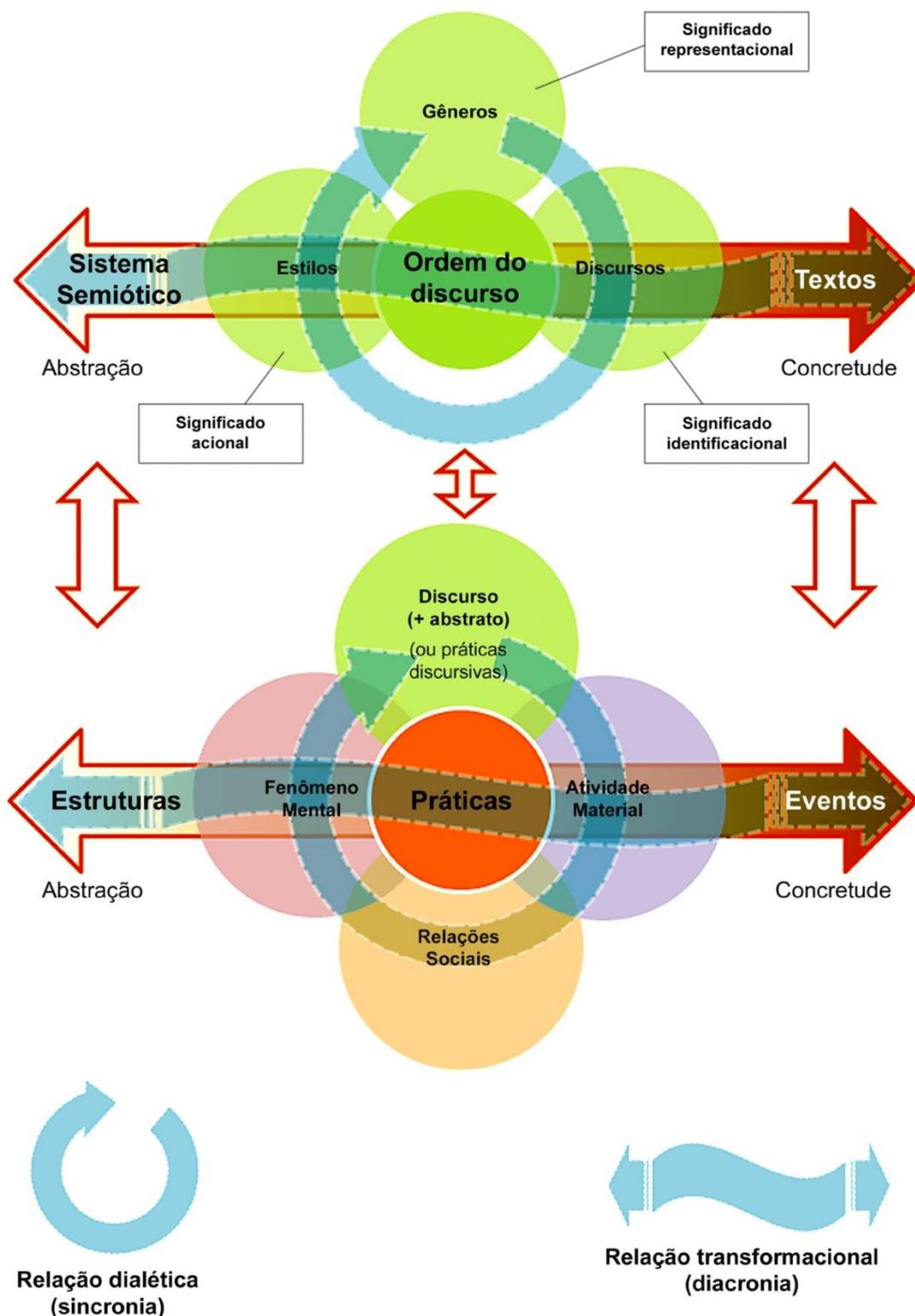


Figura 7: Relações entre momentos da prática social e momentos do discurso

Fonte: *Elaboração própria com base em "Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa" (RESENDE E RAMALHO, 2011).*

A capacidade de gerar significados compartilhados (e logo compreensíveis) pelos atores sociais depende da relativa estabilidade dos elementos do sistema semiótico (semântica, lexicogramática, fonologia e fonética) e da permanência relativa das

articulações entre os momentos da ordem do discurso de cada campo social. Mas a abertura do sistema da linguagem advém do estrato intermediário, isto é, da ordem do discurso. Isso se dá uma vez que os elementos da ordem do discurso são categorias tanto discursivas como sociais, visto que são maneiras de (inter)agir, representar e identificar(-se) nas práticas sociais. Como elementos sociais, esses elementos estão em relação dialética com os demais elementos da prática social, sejam: os fenômenos mentais, as atividades materiais e as relações sociais. Como elementos discursivos (da ordem do discurso), eles se relacionam dialeticamente entre si, internalizando traços e contribuindo para a constituição uns dos outros (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 44-51).

A relação com os demais momentos da prática social pode gerar novas articulações de gênero, discursos e estilos, importando para o sistema da linguagem as mudanças sociais e gerando, assim, criatividade discursiva. “A mudança social deixa traços nos textos na forma de co-ocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128). Mas os discursos também podem contribuir para a transformação ou reprodução da prática social, dada a sua natureza extradiscursiva. Segundo Fairclough (2001, p. 108), à medida que os atores sociais modificam as combinações de gêneros, discursos e estilos, “desarticulando as ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso”, eles contribuem para a produção de novas hegemonias discursivas que “têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor”. Por meio da análise de gêneros, discursos e estilos (e seus respectivos significados e formas em textos) é possível investigar relações entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas sociais (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 49).

1.6 MUDANÇAS E ATORES SOCIAIS

Touraine (2000, p. 915) defende a inseparabilidade entre mudança social e agência humana (ou atores sociais). Os atores sociais são constrangidos e propulsores de transformações sociais, dentro da dinâmica transformacional da atividade social. O que define os atores sociais, segundo Touraine (2000, p. 915), é a relação que estabelecem entre si, a posição que ocupam no campo social e sua capacidade de influenciar seu meio e de reforçar sua autonomia. Esse autor explica, ainda, que o ator social nunca é definido por si mesmo, mas se define por meio de sua relação com os outros atores no campo social (TOURAINÉ, 2000, p. 911).

Convém, portanto, elucidar em que consiste o campo social. Pelo conceito proposto por Bourdieu (1996, p. 261), “o campo é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo, etc.) entre posições”. O conceito de campo social de Bourdieu dialoga com o sistema de posições-práticas proposto

por Bhaskar (1998b, p. 221), pelo qual se explica a intermediação entre estrutura e eventos sociais. No campo social, as ações dos atores são constrangidas pelas regras do campo e pela relação com os demais atores sociais. Fonseca e Bursztyn (2007, p. 171) explicam que os campos sociais são espaços de disputa (luta hegemônica) entre atores sociais que detêm capital específico capaz de caracterizar seus interesses e seu posicionamento simbólico diante dos demais atores. As regras e o valor relativo do capital no campo são elementos da estrutura social. Os atores que ocupam posições vantajosas atuam pela manutenção das regras e das verdades (tais como o valor dos capitais) compartilhadas no campo. Assim,

aqueles que ocupam as posições dominantes determinam os modos de pensar, sentir e agir do campo, bem como a crença na validade das “verdades universais” da temática em foco, em determinado recorte espaço-temporal. A mudança dessas verdades universais pressupõe uma alteração entre as posições da arena e uma redistribuição do capital (FONSECA E BURSZTYN, 2007, p. 171)

Conforme propõe Bourdieu (2007, p. 50), o campo social pode ser entendido “como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos”. O conceito de necessidade compreende as limitações à liberdade da ação humana. Na acepção de Tolstoi (2005, p. 752), necessidade concerne aos limitadores do livre arbítrio dos atores sociais, especialmente às regras e às relações entre os atores e, ainda, à conjuntura. A liberdade, pelo contrário, reside no comportamento despreendido desses limitadores, permitindo que o ator social defina seu comportamento por meio de seu livre arbítrio. Segundo esse autor, “seja como for que examinemos os atos de um homem (*sic.*) ou de vários, não podemos concebê-los senão como o produto da liberdade, por um lado, e das leis da necessidade, pelo outro” (TOLSTOI, 2005, p. 756).

“Conforme sua posição na estrutura do campo de forças” o ator social contribui para a “conservação ou a transformação da estrutura” social (BOURDIEU, 2007, p. 50). Seguindo essa lógica, Bourdieu propõe que no campo social se estabelece um jogo entre os atores, o qual se realiza em conformidade com as regras que regem as relações, mas o qual também se presta a transformar essas regras. Nascimento (2012a) explica que, no jogo do campo social, as regras lhe são intrínsecas. “Elas mesmas contribuem para a criação do campo, sua manutenção e reprodução, e são construídas pela conformação deste” (NASCIMENTO, 2012a, p. 418). No entanto, sua estabilidade é provisória, visto que essas regras podem ser objeto de contestação e mudança. De fato, argumenta Nascimento (2012a, p. 419) baseado em Bourdieu, a presença do ator social no campo é reconhecida pelos efeitos que é capaz de produzir nesse campo. Isso nos conduz a compreender o campo como um espaço de luta pelo poder.

Segundo Bourdieu (1996, p. 261), as posições no campo social se definem pela estrutura de distribuição das espécies de capital. Esse autor distingue o capital cultural, o capital econômico e o capital relacional. É o acesso ou a detenção de capital que concede ao ator social vantagens relativas que são postas em jogo no campo, ou seja, isso é o que lhe confere poder. Para Tolstoi (2005, p. 733), o poder é a força que move a humanidade. Portanto, é a luta pelo poder que leva os atores sociais a agirem e interagirem no campo social, com vistas a transformar ou a conservar suas posições e o valor relativo dos capitais no campo.

“A hierarquia entre os agentes (atores sociais) se estabelece pela detenção de maior ou menor capital” (NASCIMENTO, 2012a). Segundo Touraine (2000, p. 907), nenhum ator (ou grupo) social, seja ocupante de uma posição dominante ou subordinada, está alheio às relações hierárquicas e às formas de dominação de que participa. Touraine (2000, p. 904) explica que quanto mais um ator (ou grupo) sente mitigadas sua posição e sua capacidade de influenciar o campo, mais as normas sociais lhe parecem injustas ou ilegítimas e lhe aparentam se prestar à manutenção do poder de um grupo restrito a despeito do bem comum.

Desse modo, a posição marginal no campo social resulta em um senso de inequidade, que potencialmente predispõe os atores marginalizados a intensificar as lutas hegemônicas ou a transformar as regras do campo social de modo a remediar sua situação desprivilegiada. Visto que as normas do campo social e a hegemonia são apenas temporárias, presume-se que os atores sociais sempre buscarão, por suas escolhas racionais, maximizar seus benefícios nas lutas pelo poder no campo social.

1.7 AÇÃO COLETIVA NA GESTÃO DE BENS COMUNS

Aportando a essa teoria da ação social para o contexto da geopolítica do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário considerar a existência de um objetivo compartilhado por todos os atores, independente de sua posição no campo social, seja: a construção do desenvolvimento sustentável. A partir disso, vale considerar a dinâmica do campo social em termo de sua eficácia em se alcançar o objetivo compartilhado.

Assumiremos o desenvolvimento sustentável como o bem comum, almejado por todos os atores sociais engajados nesse contexto. No entanto, a maneira de se avaliar os benefícios dos processos ecossistêmicos e os custos da preservação ou do desgaste ambientais, assim como o nível de detalhamento utilizado nas avaliações, favorece implicitamente certos sistemas de conhecimento, tipos de informação e modos de expressão que revelam ordens de discursos caras a alguns grupos em posição hegemônica no campo social (ALCAMO E BENNETT, 2009, p. 37).

Hardin (1968) e Olson (2009) defendem que, agindo livremente, os atores sociais buscam maximizar seus benefícios individuais, o que pode comprometer a capacidade de se alcançar o benefício do objetivo compartilhado, isto é, “indivíduos racionais agindo em defesa do próprio interesse [*self-interested*], não agem para atingir seus interesses comuns ou de grupo” (OLSON, 2009, p. 2)¹³. A assertiva de Hardin (1968) é ainda mais radical: a lógica de maximização do benefício individual gera a o infortúnio coletivo, o que o autor denomina por “tragédia dos comuns”. Para gerir os bens comuns de modo a evitar a tragédia, Hardin (1968) se apoia em Hegel para propor que a “liberdade é o reconhecimento da necessidade”. Se aplicada a liberdade plena dos atores sociais em suas ações no campo social, “a liberdade trará a ruína para todos”.

As ideias de Hardin (1968) se aliam às de Tolstoi (2005) para assumir que a liberdade plena não é possível. Mas seria falacioso presumir que a vida social seja totalmente constrangida pelas necessidades, aniquilando o espaço para se almejar (e se realizar) a mudança social. Para Tolstoi (2005, p. 764), para se compreender a ação humana (logo, dos atores sociais), é preciso unir as noções de liberdade e necessidade. A liberdade seria a força que impulsiona o ser humano a buscar racionalmente seus benefícios individuais. A necessidade seria a consciência que reconhece as normas (leis naturais, normais sociais, etc) que restringem sua liberdade.

Apostando na capacidade de se aliar a consciência e a racionalidade dos atores sociais, Ostrom (2011, p. 7) se opõe ao fatalismo de Hardin (1968) e Olson (2009) e declara preferir abordar a questão da ação coletiva buscando maneiras de melhorar as capacidades para se mudar as regras de modo a levar a outros resultados que não à tragédia dos comuns. Nesse raciocínio, a autora leva em conta as regras intrínsecas ao campo social e o potencial de transformação da estrutura pela agência humana. Ela, então, rejeita a ideia da necessidade de uma autoridade central para regular os bens comuns. Sua recusa em aceitar a autoridade central se baseia em três argumentos principais: primeiramente, a assunção de uma autoridade externa ao campo social que impõe as regras sobre os atores que atuam nesse campo viola a premissa de que as regras que regem o jogo no campo social são intrínsecas a ele. Segundo, o nível de acurácia de informações necessário para efetivamente gerenciar os bens comuns a partir de uma autoridade central é inalcançável. E, por fim, a operacionalização de uma autoridade central no campo social é um processo longo, demorado e que evoca conflitos, o que pode torná-lo inócuo.

¹³ Tradução livre. Grifo no original.

Para levar ao benefício compartilhado, Ostrom (2011, p. 15-17) propõe um arranjo da ação coletiva pelo qual os próprios atores estabelecem entre si um contrato vinculante pelo qual se comprometem com uma estratégia cooperativa que eles mesmo se encarregarão de implementar. Esse modelo de ação coletiva para o gerenciamento de bens comuns se pretende organizado e governado pelos próprios atores sociais (*self-organized and self-governed*) e se fundamenta na aceitação dos acordos que desenhados e apresentados pelos próprios participantes, baseados nas informações de que dispõem no momento. “Se um dos participantes sugere um contrato baseado em informações incompletas ou enviesadas, os demais participantes podem se recusar a concordar”. No modelo proposto por essa autora, “os contratos não são aplicáveis, a menos que acordado por unanimidade” (OSTROM, 2011, p. 16)¹⁴.

Incorporando os conceitos de uma ação coletiva auto-organizada e autogovernada para a administração dos bens comuns, tal como proposta por Ostrom (2011), a Organização das Nações Unidas, na Agenda 21, reconhece que “um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões” (ONU, 1992, §23.2).

O documento reconhece, em sua seção III intitulada “Fortalecimento do papel dos grupos principais”, que “o compromisso e a participação de todos os grupos sociais terão uma importância decisiva na implementação eficaz dos objetivos, das políticas e dos mecanismos ajustados pelos governos em todas as áreas de programas da Agenda 21” (ONU, 1992, §23.1).

A seção III da Agenda 21 global se compõe de 10 capítulos (do capítulo 23 ao capítulo 32), dentre os 40 capítulos que compõem documento. Já no título da seção III, o documento faz referência aos grupos importantes que devem participar da implementação da Agenda 21. Esses grupos importantes são referidos pelo termo *Major Groups* na versão original do documento, em inglês. O uso da expressão em língua inglesa ao longo deste trabalho se presta a facilitar a identificação das referências no texto a esses grupos oficialmente reconhecidos e legitimados pela Agenda 21.

A integração desses grupos em processos de avaliação e decisão concernentes à temática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável– que são os temas centrais da Agenda 21 – é assumida como um meio “para avançar na direção de uma autêntica participação social em apoio dos esforços comuns pelo desenvolvimento sustentável” (ONU, 1992, §23.3).

¹⁴ Tradução livre.

Em cada capítulo entre o capítulo 24 e o capítulo 32 que compõem a Seção III da Agenda 21, estão estabelecidas as bases para a ação, as atividades e os meios de implementação para viabilizar a ativa participação de cada um dos nove *Major Groups* especificados pelo documento, como se pode ver pelos seus títulos elencados no Quadro 2. Tais capítulos explicitam as atividades e medidas esperadas da parte de diversos atores sociais, com especial destaque para atividades de fortalecimento e legitimação desses grupos a serem empreendidas pelos governos nos países membros, pelas organizações internacionais e pelo sistema das Nações Unidas.

Quadro 2: Relação entre os capítulos da seção III da Agenda 21 com os *Major Groups*

Agenda 21 Global	
Seção III: FORTALECIMENTO DO PAPEL DOS GRUPOS PRINCIPAIS	
Capítulo da Agenda 21	<i>Major Group</i> relacionado ao capítulo
Capítulo 23: Preâmbulo	
Capítulo 24: Ação Mundial pela Mulher, com Vistas a um Desenvolvimento Sustentável Equitativo	<i>Major Group</i> Mulheres
Capítulo 25: A Infância e a Juventude no Desenvolvimento Sustentável	<i>Major Group</i> Crianças e Jovens
Capítulo 26: Reconhecimento e Fortalecimento do Papel das Populações Indígenas e suas Comunidades	<i>Major Group</i> Povos Indígenas
Capítulo 27: Fortalecimento do Papel das Organizações Não-Governamentais: Parceiros para um Desenvolvimento Sustentável	<i>Major Group</i> ONGs
Capítulo 28: Iniciativas das Autoridades Locais em Apoio à Agenda 21	<i>Major Group</i> Autoridades Locais
Capítulo 29: Fortalecimento do Papel dos Trabalhadores e de seus Sindicatos	<i>Major Group</i> Trabalhadores e Sindicatos
Capítulo 30: Fortalecimento do Papel do Comércio e da Indústria	<i>Major Group</i> Negócios e Indústria
Capítulo 31: A Comunidade Científica e Tecnológica	<i>Major Group</i> Comunidade Científica e Tecnológica
Capítulo 32: Fortalecimento do Papel dos Agricultores	<i>Major Group</i> Agricultura

Fonte: Elaboração própria com base "Agenda 21 Global" (Onu, 1992)

No contexto da Rio+20, representantes desses *Major Groups* especificados na Agenda 21 foram convidados a participar das negociações junto com os representantes dos países membros da ONU, desde os encontros preparatórios realizados nos meses que antecederam o evento. Dessa maneira, a ONU buscou engajar oficialmente esses grupos nos processos decisórios da Rio+20, visando maximizar e legitimar os resultados da Conferência. O resultado ideal almejado seria um documento aceito por unanimidade pelos países da ONU e pelos grupos sociais, no qual se apresentariam as principais decisões quanto aos dois principais temas da Conferência: a economia verde e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. O documento deveria oferecer diretrizes de ação dos

atores sociais participantes da construção do desenvolvimento sustentável, estejam esses atuando no contexto local ou global.

A ação orquestrada dos atores sociais diversos em prol do desenvolvimento sustentável (uma ação coletiva pelo bem comum) se faz urgente e necessária diante aos perigos inerentes ao modelo de desenvolvimento vigente. O modelo insustentável de desenvolvimento faz parte da estrutura social que se deriva de e que tem condicionado a ação dos atores sociais, especialmente nos últimos dois séculos. Conforme veremos nas seções que se seguem, as bases para a mudança desse modelo estão lançadas, mas concorrem com o sistema de forças tradicionais que vigoram no campo social da geopolítica do desenvolvimento.

1.8 A ERA DO ANTROPOCENO

A obra “*Silent spring*” de Rachel Carson (2010)¹⁵, divulgada pela primeira vez em 1962, inaugurou uma sequência de publicações que discutem as ameaças sobre as propriedades ecológicas do planeta oriundas dos modos de consumo e produção vigentes. As preocupações expostas na obra de Carson foram reforçadas pela publicação de “Limites do crescimento” (1978), encomendada ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) pelo Clube de Roma e publicada originalmente em inglês no ano 1972, tendo sido traduzida para 28 idiomas desde então, dada sua importância. O cerne da questão quanto à sustentabilidade está nos valores que sustentam a noção de prosperidade e bem-estar da sociedade contemporânea. Evidenciando a necessidade de colocar em xeque esses valores, Jackson (2011) se propõe, no título de sua publicação, pensarmos a “Prosperidade sem crescimento”.

Já é um consenso científico (CONSTANZA *ET AL.*, 2012), político (PNUMA, 2011) e na sociedade civil (COMISSÃO CARTA DA TERRA, 2000) que o crescimento econômico infinito não é possível em um planeta finito. Tampouco há dúvidas sobre os efeitos das atividades humanas sobre as características naturais da Terra. Há séculos a humanidade vem transformando profundamente o planeta em nome do progresso e do desenvolvimento. De fato, Furtado (1974, p. 14) nos alerta que, desde a Revolução Industrial, a dinâmica social no mundo todo, e mais especialmente nos países ocidentais, vem se orientando pelo mito do progresso, que é fortemente atrelado à noção falaciosa de que o desenvolvimento econômico deve ser universalizado para todos os países e que pode vigorar em crescimento contínuo.

¹⁵ Publicada no Brasil sob o título “Primavera silenciosa”, pela editora Gaia (última edição publicada em 2010).

Dadas às transformações humanas sobre o planeta, alguns autores propõem que estamos vivendo uma era geológica chamada de Antropoceno (PNUMA, 2011; BUARQUE, 2012a; CONSTANZA *ET AL.*, 2012; SACHS, 2012). Segundo Clémençon (2012), a era do Antropoceno se caracteriza por transformações, profundas e irreversíveis, causadas pelo ser humano sobre as características naturais do planeta e derivadas da aceleração dos ciclos produtivos e de consumo cujas origens encontram na Revolução Industrial. Essas transformações foram agravadas, ainda, pela explosão demográfica mundial iniciada nos anos 1950.

Buarque (2012b) sustenta que a ideia original de progresso na sociedade ocidental moderna concilia quatro variáveis em equilíbrio sinérgico conforme se vê na Figura 8. No entanto, a evolução do conceito de progresso desestabilizou o modelo ao priorizar a variável do crescimento econômico em detrimento das demais. Mas, conforme acrescenta Sachs (2008, p. 55), “a História nos pregou uma peça cruel. O desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”.

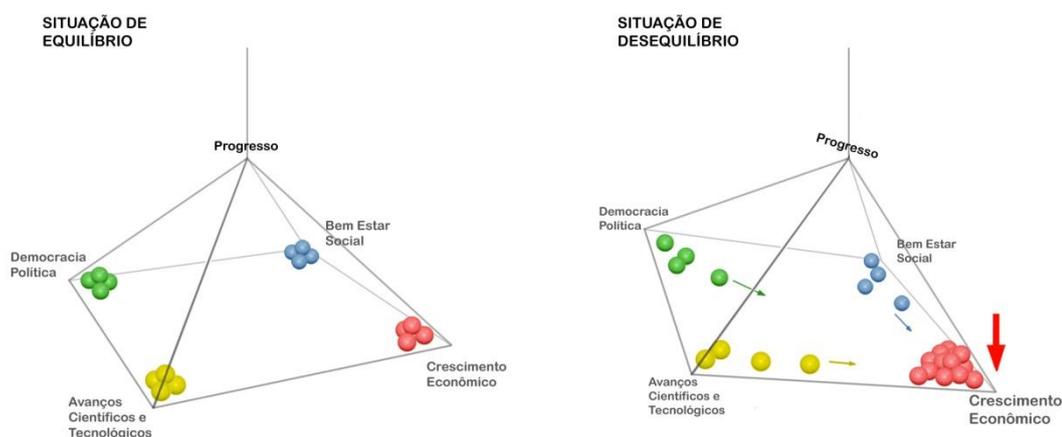


Figura 8: Variáveis no conceito de progresso (situações de equilíbrio e desequilíbrio)

Fonte: Adaptado de “O progresso da ideia do progresso” (BUARQUE, 2012b).

A ideia de desenvolvimento (ou progresso) associada ao incremento de riquezas financeiras não encontra limites para sua (auto)reprodução no sistema capitalista e se materializa na acumulação infinita de bens materiais (AKTOUF, 2004). No entanto, essa noção de desenvolvimento vai de encontro aos limites do planeta quanto ao fornecimento de recursos que subsidiam a produção e o consumo (MEADOWS *ET AL.*, 2007).

Morin (2011) explica que o modelo de desenvolvimento hegemônico (ocidental, capitalista) sempre vem acompanhado de retrocessos múltiplos. Buarque (2012b) reitera essa ideia ao defender que da própria evolução do conceito de progresso surge sua limitação. A crise ecológica desmantela o equilíbrio do modelo de progresso e cria uma “anti-sinergia” resultando em um impasse desencadeador de outras crises que afligem o

mundo presentemente: a crise social, a crise financeira e a crise econômica. As saídas para as crises “se opõem entre si: a solução para cada uma delas agrava as demais. A única saída é enfrentar a outra crise – a ideológica – e formular uma nova alternativa civilizatória” (BUARQUE, 2012a, p. 163). Contata-se um paradoxo causado pelas pressões antagônicas que de um lado presume a geração de riquezas contínua e constante (por meio da produção e do consumo) e, por outro lado, constata a necessidade de se respeitar a capacidade de suporte do planeta em oferecer recursos naturais aplicados às atividades humanas. Diante desse paradoxo, a humanidade é convidada a se questionar qual é o propósito de sua existência sobre a Terra (JACKSON, 2011).

1.9 O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Já é um consenso científico que as atividades humanas estão esgotando os ecossistemas na dinâmica mercadológica de atender às demandas crescentes por produtos e serviços. Estudos quanto à “pegada ecológica” alertam para a insustentabilidade dos modos de consumo da maioria dos países desenvolvidos. A sobrevivência humana no planeta tem sido possível apenas diante das imensas desigualdades sociais, que privam de condições de vida decente uma grande parcela da população mundial. (ALCAMO E BENNETT, 2009; GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2010; GPS / ONU, 2012).

A avaliação e a conscientização dos impactos desses desgastes assumem contornos políticos que privilegiam intencionalmente os interesses de alguns grupos sociais em detrimento de outros (ALCAMO E BENNETT, 2009, p. 19; 37). Os efeitos nocivos das ações humanas sobre o meio ambiente têm sido sentidos diferentemente pelas populações, impactando especialmente aquelas que vivem em condições econômicas mais desfavoráveis (FRANCOPHONIE E IEPF, 2012). No entanto, em uma escala ampliada de análise, percebe-se que tais efeitos não se restringem aos limites geográficos ou das classes sociais e atualmente mostram sua mais agravada face na forma de mudanças climáticas e das perdas de biodiversidade (PNUMA, 2011).

A onda de desenvolvimento experimentada pelos países emergentes, particularmente a China e a Índia, agrava a situação de desgaste ecológico do planeta ao inserir uma enorme parcela da humanidade no consumo de massa. Mas, ao tempo que não se pode negar à população dos países emergentes e dos demais países o acesso ao nível de consumo até então privilégio de uma minoria, Furtado (1974) alerta para o fato de que “simplesmente irrealizável” a universalização dos modos dos países em desenvolvimento. Já em 1974, Furtado enfatizou que a tentativa de generalizar o desenvolvimento econômico para os países periféricos acarretaria em perdas ambientais tão elevadas que levaria

“inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana” (FURTADO, 1974, p. 75).

Dietz *et al.* (2003, p. 1907) explicam que, na ausência de instituições de governança efetivas, o meio ambiente e os recursos naturais estão ameaçados pela aceleração econômica e tecnológica vigentes. Léna (2012) alerta para o fato de que estamos diante de uma mudança de escala dos problemas do desenvolvimento, o que se traduz em níveis de pressão antes inimagináveis sobre os recursos naturais e os ecossistemas. É impossível negar a responsabilidade histórica da presente civilização quanto aos rumos do desenvolvimento e seus legados para as gerações futuras. Diante de um impasse ético, econômico e tecnológico, a humanidade é chamada a assumir a sua responsabilidade: o “seu modo de vida rompeu o equilíbrio essencial entre o si e o ecossistema, colocando em perigo a resiliência do planeta e a sobrevivência de milhões de pessoas e espécies vivas” (FRANCOPHONIE E IEPF, 2012, p. 26).

No entanto, na busca do enfrentamento dos problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento embasado no crescimento econômico, as propostas incitam à aceleração do próprio crescimento (AKTOUF, 2004). Jackson (2011) explica que o imperativo de crescimento fornece as bases para o modelo econômico moderno. Desse modo, o crescimento é apontado como o mecanismo padrão para evitar o colapso do sistema, que por sua vez é tomado como aquele responsável por oferecer bem-estar e satisfação à sociedade. No entanto, esse processo de aceleração constante é incompatível com a capacidade de suporte do planeta, violando sua resiliência (DALY, 1996; GEORGESCU-ROEGEN, 1999).

Jackson (2011, p. 11) denuncia que a “estreita busca pelo crescimento representa uma terrível distorção do bem comum e dos valores que fundamentam a humanidade”. Aktouf (2004, p. 147) defende que houve um “gigantesco escorregar plurissecular do econômico em direção a crematística”, sendo esta definida como a mera produção de riqueza financeira, que nem sempre se traduz em aumento da qualidade de vida e do bem-estar, mas podendo resultar em malefícios sociais, ambientais e mesmo econômicos.

Contudo, sequer os males resultantes do modelo econômico hegemônico têm sido suficientes para refutar as promessas de que o crescimento econômico é o caminho para o progresso e a prosperidade (FRANCOPHONIE E IEPF, 2012). Jackson (2011) alerta que a opção da sociedade por este modelo consiste em uma acintosa irresponsabilidade, que aprisiona a humanidade naquilo que o autor denomina de “gaiola de ferro do consumismo”, esquematizada na Figura 9. Ele explica que o modelo econômico hegemônico somente é viável enquanto se preserva a liquidez do sistema e se mantêm níveis elevados de

consumo. Para tanto, é preciso dinamizar o crescimento econômico por meio da inovação e da obsolescência programada - o que é consonante com a prática da destruição criativa e da expansão da demanda por novidades disponíveis no mercado na forma de produtos e/ou serviços. Esses dois fatores propulsores da dinâmica de mercado se retroalimentam e carecem continuamente de disponibilidade de capital. A fonte primária desse capital reside no progresso constante do poder aquisitivo (LÉNA, 2012). Por meio da poupança, os consumidores financiam o crédito e por meio do consumo, eles financiam os lucros das empresas.

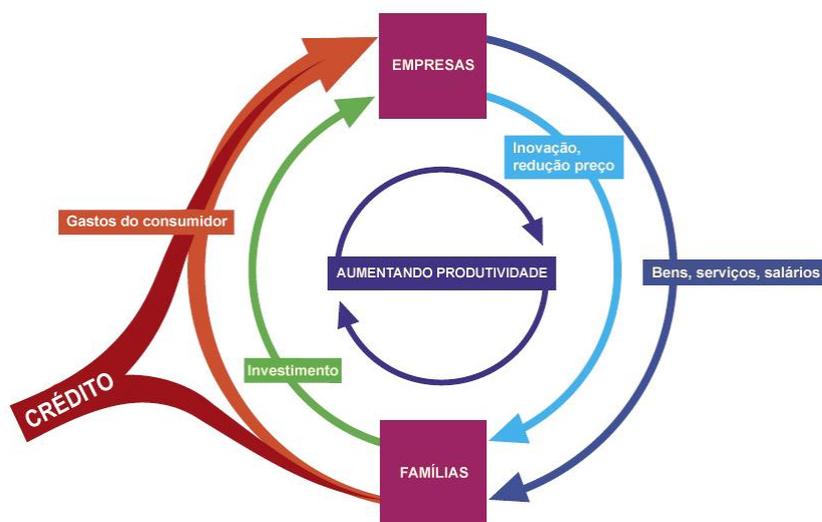


Figura 9: Mecanismos do crescimento econômico

Fonte: Adaptado de “Prosperity without growth” Jackson (JACKSON, 2011, p. 61), tradução livre.

Acontece que essa dinâmica econômica é demasiadamente instável porque está fundamentada na aceleração constante e infinita dos ganhos financeiros dos agentes econômicos, o que é insustentável no longo prazo. Dessa instabilidade resulta a busca incessante por eficiência produtiva, o que significa, em termos econômicos, redução de custos de produção. Para tanto, investe-se em tecnologias que economizam recursos e trabalho. A economia de recursos materiais é condizente com a proposta do desacoplamento (*decoupling*) ou desmaterialização da economia, mas não tem se mostrado suficiente para respaldar o crescimento econômico contínuo. Já a redução em gastos com mão de obra reduz o poder aquisitivo da população e, por consequência, o capital disponível no mercado consumidor, drenando a demanda que impulsiona o sistema (JACKSON, 2011, p. 62).

Essa fragilidade do sistema é reforçada pela dinâmica de inversão dos ciclos de retroalimentação quando diante algum sinal de crise. Seja por escassez de capital disponível no mercado ou pelo aumento dos preços das matérias primas pela inflação, o

sistema passa a funcionar se dirigindo para o colapso: diante da recessão, o crédito fica menos atraente e as pessoas tendem a poupar, ao invés de consumir. Isso leva à desaceleração do sistema, que conta com menos capital a disponibilizar para investimentos. Sem capital de giro e para investimento e diante da redução do poder de compra dos consumidores, os agentes econômicos optam por reduzir a produção e a economizar em mão de obra, o que leva à redução das jornadas de trabalho ou a demissões. Essa decisão agrava ainda mais a falta de liquidez na economia, uma vez que dificulta o consumo diante da diminuição da renda dos trabalhadores. Assim, retroalimenta-se a recessão em um ciclo de autodestruição do sistema.

Para combater as ameaças de colapso econômico, os governos tendem a enfrentar a crise com três soluções: flexibilização monetária (e conseqüente inflação), dívida pública e dívida privada. Conseqüências nefastas dessas tentativas de ajustes são o aumento do desemprego, o aumento da dívida externa dos países e o aumento da dívida privada, que, ao mesmo tempo, levam à criação de uma bolha especulativa insustentável no longo prazo. Como resultado, tem-se “Estados e cidadãos enfraquecidos diante da indústria financeira internacionalizada” (LÉNA, 2012, p. 26), o que leva ao seguinte questionamento: no que, afinal, consiste essa “prosperidade” que está sendo gerada pelo sistema?

Ao adentrarmos na discussão sobre os limites do crescimento, é preciso chamar a atenção para a assertiva de Bursztyn (1994) de que “é bom não esquecer uma questão essencial: as necessidades humanas são consumidoras de natureza”. Por essa razão, Veiga (2012) alerta que, mesmo havendo um avanço tecnológico que permita a otimização da eficiência produtiva e a desmaterialização da produção, não é possível aliviar a pressão absoluta sobre os recursos naturais ao mesmo tempo em que se mantém o crescimento econômico. Assim, o dilema do crescimento não se desfaz diante das promessas da desmaterialização da economia ou do descolamento do crescimento econômico do uso de recursos naturais (*decoupling*), ainda que assim esteja postulado na proposta do PNUMA quanto à economia verde (PNUMA, 2011).

Mesmo que a desmaterialização deva ser encorajada e estimulada para que se possa mitigar as pressões dos processos produtivos sobre os recursos naturais, Constanza *et al.* (2012) reconhecem que a proposta do *decoupling* tem limitações significativas. Conforme alerta Veiga (2012), na dinâmica econômica não se pode pensar a tecnologia isolada dos dois outros fatores: a população e o nível de consumo. Enríquez e Gomes (2012, p. 243) explicam que “os recursos naturais constituem a essência do processo econômico” de modo a ser imprescindível a qualquer processo produtivo. As autoras enfatizam que “mudanças tecnológicas podem apenas reduzir a quantidade de recursos naturais necessários à produção, mas nunca igualá-lo a zero”. Dessa forma, se mantida a tendência de

crescimento necessária para alimentar a dinâmica econômica, como visto anteriormente, não é possível reduzir o impacto ambiental meramente por meio de avanços tecnológicos e ganhos de eficiência produtiva.

“A disponibilidade de recursos e de serviços ambientais (*sources*)” e “a capacidade de acúmulo e absorção dos descartes da produção material (*sink*)” são fatores limitantes dos processos produtivos (ENRÍQUEZ E GOMES, 2012, p. 241). Para compensar o desgaste causado pelas atividades humanas sobre fontes de recursos renováveis (*sources*) e sobre os sumidouros de poluição (*sink*), lança-se mão de processos produtivos ecologicamente corretos, tais como a reciclagem, a reutilização e a despoluição. No entanto, esses processos também são consumidores de energia, de modo que a eficiência energética se impõe como fator limitador dos processos produtivos, em última instância (GEORGESCU-ROEGER, 1999).

Isso se dá porque toda e qualquer atividade produtiva utiliza fontes energéticas com alta disponibilidade energética (baixa entropia) e gera materiais - e resíduos - com alta entropia. O aumento da entropia é um processo irreversível, dada à segunda lei da termodinâmica. Assim, cada transformação produtiva requer novas quantidades de energia disponível. Mas, o consumo energético no planeta não pode superar a quantidade de energia disponível nas fontes, sejam elas renováveis ou não. Desse modo, a eficiência energética é o limite fundamental que condiciona as transformações materiais no planeta.

Com a aceleração da dinâmica econômica, observa-se o crescimento exponencial abrupto dos índices de consumo, de expansão populacional e emissão de poluentes, especialmente a partir da metade do século XX, negligenciando a capacidade de regeneração e suporte do planeta (GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, 2010). Como resultante, tem-se um gradativo aumento da quantidade de energia e de recursos requeridos para sustentar os processos produtivos demandados pela sociedade de consumo.

Meadows *et al.* (2007) destacam a impossibilidade de o planeta suportar uma pegada ecológica em índice superior a 1,0 por muito tempo. A mensuração da pegada ecológica se dá pela comparação entre a taxa de utilização humana dos recursos naturais e a capacidade de suporte do planeta. Atualmente, o planeta experimenta uma taxa de pegada ecológica de 1,51, segundo o Relatório Planeta Vivo (WWF *ET AL.*, 2012).

Segundo autores da linha teórica dos limites do crescimento, tais como Ward e Dubos (1973), Wackernagel (1994) e Meadows *et al.* (2007), quando a exploração das fontes e sumidouros se tornar inviável, dadas às limitações de disponibilidade de recursos, às limitações tecnológicas e/ou às limitações energéticas, a economia começará a se retrair e as condições de vida se deteriorarão, levando a dois possíveis resultados:

- (1) uma redução nas condições de vida da sociedade que permita a regeneração das condições naturais do planeta ou,
- (2) caso essas condições tenham sido degradadas de modo irreversível, o colapso do sistema, com severas perdas na sociedade.

No entanto, mesmo diante das evidências da fragilidade do sistema, as soluções propostas para a crise de desenvolvimento giram em torno da necessidade de crescimento (LÉNA, 2012, p. 30). “Questionar o crescimento é tomado como um ato de lunáticos, idealistas e revolucionários” (JACKSON, 2011, p. 102). De fato, a sociedade se vê presa em um profundo dilema: resistir ao crescimento e enfrentar o colapso econômico ou avançar no progresso econômico, colocando em risco o bem-estar da sociedade (desigualdades) e a sobrevivência da espécie humana (e outras espécies) sobre o planeta (poluição e degradação ambiental)?

Buarque (2012b) propõe que a impossibilidade de sair desse paradoxo deve trazer a percepção de que a origem do problema está no próprio conceito de desenvolvimento (ou progresso). De fato, para além da perspectiva econômica, progresso ou desenvolvimento consistem na capacidade de se realizar enquanto ser humano, dentro dos limites ecológicos de um planeta finito, conforme defendido por Jackson (2011, p. 102).

1.10 OS LIMITES DO PLANETA E OS CENÁRIOS DO DESENVOLVIMENTO

Para a manutenção das condições de vida no planeta, é preciso assegurar sua resiliência, isto é: recursos renováveis deverão ter taxa de regeneração maior ou igual à taxa de uso; recursos não-renováveis deverão ser substituídos por recursos renováveis a taxas maiores ou iguais à sua utilização; e absorção de poluentes deverá apresentar taxas de neutralização ou reciclagem superiores às taxas de emissão (MEADOWS *ET AL.*, 2007).

Wackernagel (1994), em sua tese de doutorado, afirma que existe um limite, por ele denominado de *ecological bottom-line*, dentro do qual a dinâmica econômica pode existir sem comprometer a capacidade de regeneração da natureza. Tal limite é imperativo uma vez que as perdas na capacidade de suporte natural do planeta não podem ser compensadas por adventos criados pela raça humana. No entanto, o autor alerta que nem sempre é fácil identificar quando os limites foram ultrapassados, uma vez que eles são frouxos, permitindo que excessos sejam mantidos por um determinado período. Tal situação além dos limites naturais é denominada estado de *overshoot*.

Meadows *et al.* (1992) denunciaram, em 1992, que os limites do planeta já foram ultrapassados. Diante de um estado de *overshoot* experimentado especialmente desde a metade do século XX, faz-se necessário uma profunda alteração nos padrões de vida,

produção e consumo das sociedades para que voltem a atuar dentro dos limites planetários naturais. Rockström *et al.* (2009) apontam nove fronteiras dentro das quais a humanidade precisa operar para assegurar sua capacidade de sobrevivência. Esses limites estão ilustrados na Figura 10. Ainda que o tamanho dessas fronteiras seja impreciso e de difícil quantificação, os estudos de Rockström *et al.* (2009) e da Rede Global da Pegada Ecológica (2010) demonstram que a humanidade já ultrapassou pelo menos três dessas fronteiras, quais sejam: a interferência nos ciclos de nitrogênio, devido à aplicação de fertilizantes em culturas agrícolas; o comprometimento da biodiversidade, com perdas irreversíveis de espécies essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico; e as emissões de CO₂ na atmosfera com impactos sobre as mudanças climáticas. Além disso, o limite de acidificação dos oceanos está próximo de ser ultrapassado e as fronteiras para o uso da água doce e para o uso do solo mostram sinais de vulnerabilidade.

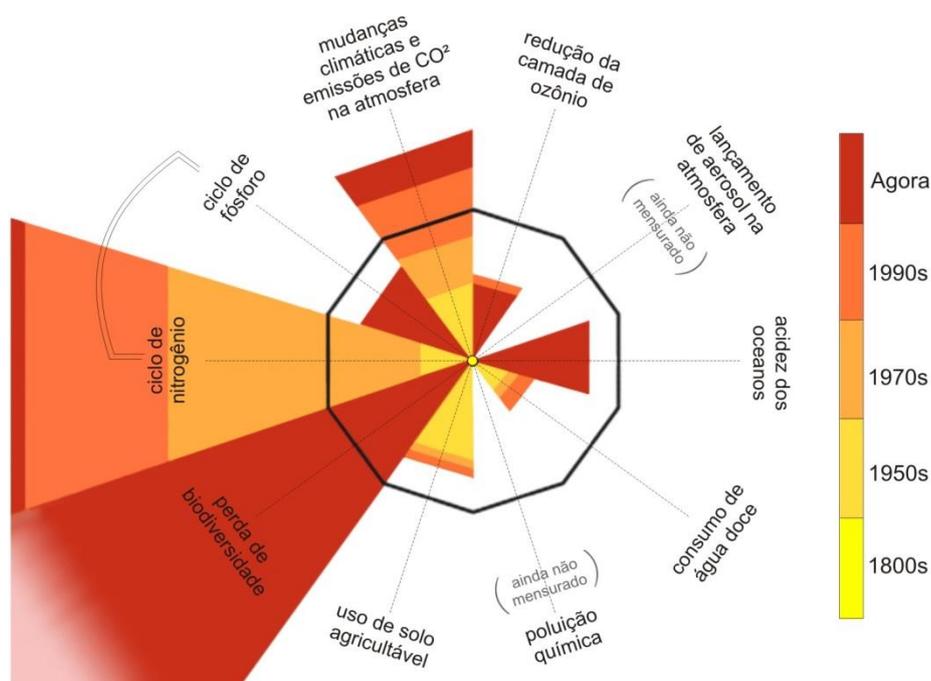


Figura 10: Nove limites planetários propostos por Rockström

Fonte: Adaptado de "Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity" (ROCKSTRÖM, 2010).

As causas do estado de *overshoot* ecológico são diversas e complexas. O Relatório Meadows (MEADOWS ET AL., 1978) resume essas causas em três comportamentos insustentáveis: o rápido crescimento exponencial da economia e da população; a negligência dos limites, além dos quais a vida no planeta fica comprometida, e o atraso no desenvolvimento e na implementação de respostas tecnológicas às limitações naturais do planeta.

Passados 30 anos desde a simulação original, o grupo encabeçado por Donella Meadows revisitou as variáveis analisadas e ajustou os valores para retratarem suas

variações reais ao longo do período e melhor indicarem suas tendências de comportamento (MEADOWS ET AL., 2007). Da composição de cenários construídos por Meadows *et al.* (1978; 2007) tem-se que os efeitos nocivos da manutenção de um estado de *overshoot* serão sentidos com severidade por toda a população mundial (ainda que seus efeitos possam variar segundo a cultura, a classe social, a situação econômica e/ou posição geográfica) a partir de 2030, se mantido o modelo de desenvolvimento atual.

Um cenário de sustentabilidade, que colocasse o planeta novamente dentro de seus limites naturais, somente seria possível se uma série de condicionantes do desenvolvimento fosse experimentada simultaneamente a partir dos primeiros anos do século XXI. Se alguma dessas condicionantes não estiver presente, segundo o modelo proposto por Meadows *et al.* (1978; 2007), não será possível evitar o colapso do sistema, o qual deve ocorrer mesmo antes de 2100. Tais condicionantes que deveriam estar presentes a partir de 2002 estão representados na Figura 11. São eles: que o estoque de recursos não-renováveis acessível fosse o dobro do que se estima presentemente; que se implantassem tecnologias e parâmetros para o efetivo e severo controle da poluição mantida nos níveis verificados na metade dos anos 70; que se aplicassem tecnologias para a melhoria da produtividade agrícola conciliadas à tecnologias e políticas de proteção do solo contra a erosão; que houvesse avanços significativos na economia de recursos naturais aplicados à produção (*decoupling*); que o tamanho das famílias fosse limitado a dois filhos por família, para assegurar uma população estável em 7,5 bilhões de pessoas; que a produção industrial per capita fosse estabilizada em níveis 10% superiores àquele verificado no ano 2000 e que a pegada ecológica mundial fosse diminuída para respeitar a capacidade de suporte do meio ambiente global (MEADOWS ET AL., 2007).

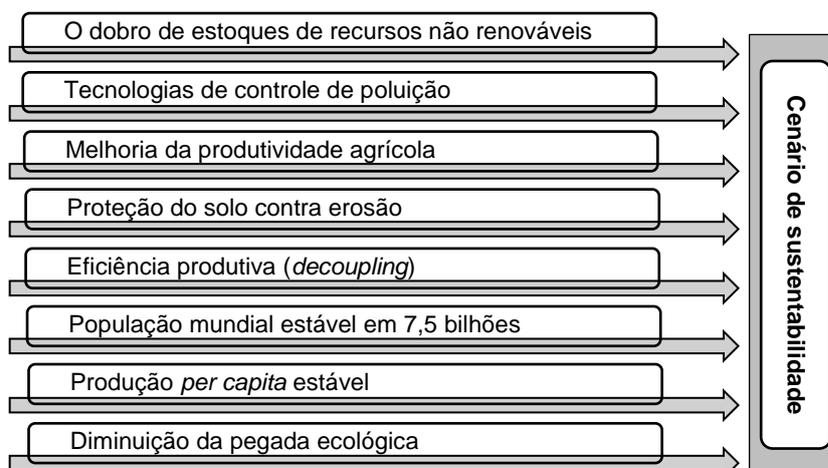


Figura 11: Condicionantes do cenário de sustentabilidade

Fonte: Adaptado de "Limites do crescimento: a atualização de 30 anos" (MEADOWS ET AL., 2007).

O cenário de sustentabilidade é um cenário de equilíbrio, o que não significa estagnação. Tampouco se propõe que economia e população sejam estáticas, mas que haja um balanço entre ciclos positivos e negativos e que os estoques principais do planeta (fontes e sumidouros) sejam mantidos estáveis. Manter as atividades humanas dentro dos limites do sistema confere compensações e opções, o que não é possível diante de uma situação de colapso eminente. Contudo, na medida em que se mantém a dinâmica econômica vigente, a inércia do sistema tende a aumentar e as transformações passam a exigir maior esforço (FURTADO, 1974, p. 19). Cada ano de atraso no início de uma transição na direção do equilíbrio reduz a atratividade das compensações e opções que se apresentam disponíveis no futuro. “Demora significa colapso” (MEADOWS *ET AL.*, 2007, p. 254).

Para se alcançar o bem comum do desenvolvimento sustentável é urgente que a sociedade oriente suas escolhas não mais pela racionalidade econômica, mas pela consciência de suas necessidades relativas ao equilíbrio dos ecossistemas. Mas essa tomada de consciência exige uma ruptura com a lógica do crescimento econômico infinito. Para que se consiga, enfim, implementar os avanços tecnológicos e políticos em prol da sustentabilidade, faz-se necessário construir um modelo de desenvolvimento, partindo de diretrizes unanimemente aceitas, que oriente as práticas e ações de atores sociais diversos que se engajem em um pacto global para a sustentabilidade, seja no nível global, regional ou local da geopolítica do desenvolvimento.

1.11 EVOLUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para se construir um modelo de desenvolvimento marcado pela sustentabilidade, Jackson (2011, p. 98) propõe ser necessário confrontar a estrutura do sistema e redefinir o conceito de desenvolvimento que orienta a sociedade, para que ele melhor traduza uma situação de vida na qual o ser humano possa se desenvolver em suas potencialidades. Faz-se necessário, portanto, visitar os valores que orientam os comportamentos sociais e a economia, para que passem a responder melhor aos anseios sociais por um mundo equitativo, seguro, justo e sustentável. Torna-se imprescindível incorporar a esses valores a noção de responsabilidade compartilhada - entre governos, cidadãos e entidades de mercado - por um estilo de vida e um modelo de produção e consumo que se atenham aos limites planetários. Para Buarque (2012a, p. 162), faz-se necessária uma nova ideologia do desenvolvimento, a qual ultrapasse a abordagem tradicional da economia embasada na propriedade e nos meios produtivos tradicionais.

Reiterando o que defende Aktouf (2004) quanto à crematística (lógica de acumulação financeira) ter substituído a economia (lógica de produção, distribuição e consumo de bens e

serviços para atender às necessidades da sociedade), Löwy (2012, p. 147) defende que “a crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo (a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos) em mercadoria” e que se fundamenta no padrão de expansão contínua da economia e acumulação crescente de capital. Esse sistema apresenta claros sinais de esgotamento, o que tem levado às crises financeiras como aquelas experimentadas em vários países (iniciando-se pelos países desenvolvidos) desde 2008. Além disso, o sistema demonstra insuficiência em fornecer prosperidade, uma vez que é gerador de iniquidades e outros problemas sociais e ambientais. Urge, portanto, encontrar um modelo alternativo de desenvolvimento que melhor atenda aos anseios da sociedade por um mundo melhor para todos e sustentável ao longo do tempo.

No entanto, se as bases para o questionamento do sistema vigente estão lançadas, ainda não foi possível construir um modelo robusto de desenvolvimento sustentável. Ainda que a preocupação com a sustentabilidade seja um consenso e goze de legitimação simbólica na sociedade (FONSECA, 2009), Romeiro (2012) defende que o significado da sustentabilidade não é unívoco e menos ainda quando se trata das proposições e medidas desenhadas para superar as ameaças de um colapso ambiental.

1.12 SUSTENTABILIDADE: UM CONCEITO POLIFÔNICO

O conceito oficial da ONU de desenvolvimento sustentável foi apresentado à comunidade internacional por meio do Relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), com vistas a esclarecer as linhas gerais de um modelo de desenvolvimento menos nocivo ao meio ambiente e socialmente mais inclusivo. Machado (2005) afirma que o conceito proposto pela CMMAD marca a cisão entre a noção tradicional de desenvolvimento e uma nova proposta que busca equacionar a degradação ambiental, os problemas sociais e o crescimento econômico, a qual se denomina desenvolvimento sustentável.

Mas, conforme o relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (GPS / ONU, 2012), o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não se traduz em realidade prática, pois não foi incorporado ao cerne das tomadas de decisões da sociedade, nas esferas pública, social ou individual. Nascimento (2012a, p. 57) explica que, tal como proposto pelo Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável não é suficiente para estimular a adoção de novas formas de viver, por não comportar uma efetiva reforma intelectual e moral.

Guimarães (1995, p. 114) chama a atenção para o paradoxo que está no cerne da busca pela sustentabilidade: se por um lado observa-se a unanimidade a favor da

sustentabilidade (“com o vazio que normalmente subjaz nos consensos sociais absolutos” – alerta o autor), por outro não se apresentam as condições para o rompimento com o atual modelo de desenvolvimento, mesmo diante de seus claros sinais de esgotamento. Segundo Buarque (2012b), a insuficiência do conceito do desenvolvimento sustentável jaz em sua essência, que se apoia na corrompida ideia de progresso. As respostas aos desafios do desenvolvimento sustentável apresentadas no cenário da geopolítica mundial desde a década de 1970 se apresentam superficiais e insuficientes, ainda que bem-vindas, caracterizando um fenômeno que o autor denomina de “conservadorismo dinâmico”, pelo qual “promove-se a aceitação do discurso transformador precisamente para garantir que nada mude” (GUIMARÃES, 1995, p. 114).

Tal processo é viabilizado porque os tradicionais atores do desenvolvimento apropriam-se do conceito e dos elementos do discurso sobre desenvolvimento sustentável, incorporando-os em seus discursos e propostas, mas sem que haja uma efetiva transformação paradigmática (DUARTE E WEHRMANN, 2002, p. 18). Isso se dá, afinal, pois atores sociais envolvidos nos debates pela sustentabilidade têm “tudo a perder e muito pouco a ganhar com a mudança” para um paradigma de desenvolvimento que abandone os tradicionais valores e *modus operandi* do modelo de produção e consumo capitalista (GUIMARÃES, 1995, p. 114). O paradigma econômico está incrustado nos valores e nas concepções da sociedade, o que dificulta o necessário abandono da obsessão pelo crescimento contínuo. Vigora fortemente o medo da crise econômica e de seus efeitos nefastos sobre as condições de vida da sociedade, o que oculta o fato de que é esse próprio sistema o causador das mazelas que afligem a sociedade.

As visões de sustentabilidade que se difundem pela mídia, pelos debates acadêmicos, pelos discursos políticos e no seio da própria sociedade carregam em si um forte componente ideológico, cultural e político, que varia segundo a posição “de onde fala” o ator social (JATOBA ET AL., 2009; NASCIMENTO, 2012b). A institucionalização e repetição dessas visões articuladas em discursos sobre o desenvolvimento sustentável se prestam a reiterar as relações hegemônicas na geopolítica do desenvolvimento (DUARTE E WEHRMANN, 2002) por meio da dinâmica da reflexividade institucional identificada por Giddens (1991). Por ser impreciso conceitual e operacionalmente, o termo “sustentável” que adjetiva o desenvolvimento não porta em si o conteúdo de movimento de transformação (GUIMARÃES, 1991).

José Eli da Veiga (2005, p. 11) afirma que o próprio “desenvolvimento sustentável” é um termo demasiadamente impreciso para ser considerado um conceito. Ele constitui, antes sim, uma expressão utópica que goza de unânime aceitação enquanto um ideal. Complementar à argumentação de Veiga, Nascimento (2012a) propõe que muitos discursos

se apropriam do termo “sustentabilidade”, conferindo-lhe interpretações muito diversas conforme os interesses dos atores sociais que formulam e articulam suas representações. A “sustentabilidade deixou de ser um conceito, uma noção ou um valor, para se tornar uma arena de disputas com objetos, agentes e regras próprias” (NASCIMENTO, 2012a, p. 2). Na esfera política do desenvolvimento, os atores sociais envolvidos na discussão quanto à sustentabilidade estabelecem entre si uma dinâmica de alternância entre a refutação e a legitimação de discursos que descrevem o jogo de interesses e de poder.

1.13 O DEBATE POLÍTICO SOBRE SUSTENTABILIDADE NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

O conceito de desenvolvimento sustentável “não está consolidado nem teoricamente, nem politicamente” (BUARQUE, 2012b). Essa falta de precisão na definição do significado de desenvolvimento sustentável é o que lhe torna demasiadamente fraco teoricamente, mas bastante complexo em sua dimensão política (MARIA, 2012, p. 14).

Para Chesnais (2012), a (in)sustentabilidade do desenvolvimento é uma questão profundamente política, que se embasa no questionamento do sistema de exploração econômica e dominação social vigentes. O fato de que os “efeitos sociais dos processos de degradação dos ecossistemas se manifestarem de maneira desigual e diferenciada no espaço mundial” aporta mais dificuldade para se conciliar os esforços necessários para se transformar o modelo de desenvolvimento. As desigualdades, resultantes do desenvolvimento no modelo “*business as usual*” escancaram o absurdo ético da manutenção desse modelo e clamam por uma alternativa de reaproximação entre a ética, a política e a economia (VEIGA, 2008, p. 80). No cerne dos desafios do mundo contemporâneo está a pergunta sobre o que seria uma sociedade aceitável e como comprometer-se politicamente para sua realização (SEN, 2000, cap. 12).

Seguindo a lógica da ação coletiva orientada para a governança dos bens comuns, proposta por Ostrom (2011), Guimarães (1995, p. 134) afirma que o desafio da sustentabilidade requer uma aliança entre as nações e junto a atores sociais diversos. No cerne dessa aliança deveria estar um compromisso consensual e unanimemente aceito que conduzisse a decisões e práticas que se prestem a transformar a retórica da sustentabilidade em uma realidade em escala planetária. No entanto, a viabilidade de tal compromisso fica ameaçada diante da variedade dos interesses em jogo e da dinâmica de forças que favorece a hegemonia das vozes daqueles para quem o mais importante é o crescimento econômico contínuo, a despeito do bem comum.

Há que se considerar, entretanto, que no campo social a hegemonia é uma situação mutável. Segundo Bourdieu (2004), diante da possibilidade de alteração do valor relativo dos capitais ou da estrutura do campo, as disputas no campo são intensificadas. Os

discursos articulados em torno da noção de desenvolvimento sustentável resultam de conflitos e disputas de poder entre atores sociais diversos implicados nas questões relativas ao desenvolvimento e aos limites ambientais do planeta (MACHADO, 2005). A rede de interações entre esses atores define o campo social da geopolítica do desenvolvimento sustentável, onde “interesses predominantes no campo de disputas (...) se articulam para gerar e legitimar estratégias de encaminhamento” (MACHADO, 2005, p. 9).

A Rio+20 é um momento privilegiado de intensificação dessa luta, pois mobiliza os atores sociais e propicia a interação entre eles, levando à discussão de questões que podem impactar a estrutura que condiciona o campo, em um movimento transformacional.

Desde o início dos anos 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido *locus* privilegiado para a articulação dos atores e na produção do discurso do desenvolvimento sustentável. As conferências das Nações Unidas sobre a temática ambiental e do desenvolvimento sustentável, especialmente aquelas realizadas em 1972, em 1992 (Eco-92) e em 2012 (Rio+20) marcam momentos importantes na construção do discurso institucional do desenvolvimento sustentável. Dada a diversidade de interesses dos atores envolvidos nas discussões, as pautas desses eventos reverberaram a complexidade do tema e a diversidade de perspectivas no debate sobre sustentabilidade (ABRAMOVAY, 2012).

No entanto, diante da urgência de um pacto mundial para a promoção da do desenvolvimento sustentável, a cooperação internacional para o enfrentamento de problemas globais não tem mostrado resultados suficientes. Machado (2005) afirma que os discursos do desenvolvimento sustentável produzidos a partir dessas conferências não incitam à transformação do modelo tradicional de desenvolvimento e que têm gerado mais frustrações do que resultados efetivos.

O maior desafio da Rio+20 estava em materializar, no formato de um documento final, uma proposta dos caminhos para o desenvolvimento sustentável a serem adotados consensualmente pelos países membros da ONU e que contemplasse as reivindicações da sociedade civil (ABRANCHES, 2012). Na necessidade de se resguardar a coerência e a aceitabilidade do documento “O futuro que queremos”, muitos foram os ajustes que o conformaram, afastando-o das expectativas e propostas originais dos atores envolvidos nos debates que nele resultaram.

Dietz *et al.* (2003, p. 1910) defendem três princípios imprescindíveis à governança de bens comuns em larga escala, sejam: 1) o envolvimento das partes interessadas nas decisões relativas ao bem comum; 2) a distribuição de autoridade decisória e fiscal em diferentes níveis, desde o local até o global; e 3) a mobilização e engajamento de tipos

institucionais variados em torno da causa de interesse comum. Nesse sentido, a participação da sociedade nos resultados da Conferência se reveste de especial importância uma vez que foi considerada fator decisivo para a eficácia dos objetivos e políticas do desenvolvimento sustentável (ONU, 1992, p. 32). No entanto, a participação dos grupos sociais nas esferas oficiais da ONU é uma prática inovadora e ainda em construção. Particularmente, a participação dos *Major Groups* na esfera oficial da Rio+20 é uma ação que revela alterações nas regras e das posições dos atores nesse campo social. Mas apenas a presença oficial desses atores não é o suficiente para que participem dos resultados da Rio+20. Sua participação se efetiva pela capacidade fazer valer seus interesses e reivindicações no contexto da Conferência.

Na disputa de poder, a presença do ator social se legitima pelos efeitos que é capaz de produzir no campo social. No escopo oficial da Conferência, a “plena participação da sociedade” na Rio+20 depende de que o texto “O futuro que queremos” contemple e convirja com os interesses e reivindicações representados nos pronunciamentos oficiais dos *Major Groups*. A posição dos *Major Groups* no campo social se revela, portanto, pela inclusão, omissão ou exclusão de seus interesses e suas reivindicações nos resultados da Rio+20. As críticas à Rio+20 declararam que as reivindicações e interesses da sociedade não foram contempladas pelo documento final da Rio+20.

Buscando verificar a participação social nos resultados da Rio+20, este trabalho utiliza da Análise de Discurso Crítica (ADC) para verificar como (ou se) o texto “O futuro que queremos”, inclui as vozes dos grupos sociais e se o documento porta abertura para a transformação do modelo hegemônico de desenvolvimento e para mudanças no campo da geopolítica do desenvolvimento sustentável.

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A ADC é, ao mesmo tempo, uma teoria e um método analítico que confere especial atenção aos processos de mudança tanto nas ordens de discurso quanto nas relações de força entre os atores sociais (FAIRCLOUGH, 2012). Ramalho (2009, p. 17) explica que

pesquisas em ADC objetivam investigar relações dialéticas entre semiose [linguagem] e outros momentos que compõem (redes de) práticas sociais, a fim de identificar mecanismos semióticos [discursivos] e efeitos de sentido que possam contribuir para instauração ou sustentação de relações assimétricas de poder.

Por ser “orientada para a compreensão dos modos pelos quais o elemento discursivo funciona na prática social, especificamente no que se refere a seus efeitos em lutas hegemônicas” (RESENDE, 2012, p. 441), a análise de discurso crítica (ADC) se mostra um aparato teórico-metodológico adequado para identificar o(s) discurso(s) hegemônico(s) e verificar a inclusão das vozes dos grupos sociais nos resultados da Rio+20.

A unidade de análise da ADC é o texto, que é a materialização do evento discursivo (GOUVEIA, 2009, p. 18). Textos comportam elementos que desvendam aspectos da prática social e da ordem do discurso (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 9). Resende e Ramalho (2004, p. 189) explicam que a análise discursiva crítica permite mapear no texto elementos discursivos que desvelam “as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais”. Por assim ser, a análise discursiva textualmente orientada permite conhecer aspectos do campo social, tanto das ações quanto das relações dos atores.

Neste trabalho, o texto que se configura como objeto de estudos é o documento final da Rio+20, intitulado “O futuro que queremos”. Serão analisados, também, os textos dos pronunciamentos oficiais dos representantes dos *Major Groups* na Plenária de Alto Nível da Rio+20, mas com a função de fornecer elementos que subsidiem a análise do texto “O futuro que queremos”.

Por meio da análise dos elementos da ordem do discurso, as relações entre aspectos discursivos e não discursivos das práticas sociais se tornam acessíveis. Isso se dá porque esses elementos [da ordem do discurso, sejam: gêneros, discursos e estilos] “são categorias tanto discursivas como sociais” (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 48).

Na ADC, Fairclough (2003) distingue três maneiras como os elementos da ordem do discurso atuam na prática social: pela ação em si (modo de agir), pela representação de aspectos das práticas sociais (modo de representar) e pela identificação da posição do ator social no campo (modo de ser). Cada um desses modos corresponde a um significado do discurso: significado acional, significado representacional e significado identificacional,

respectivamente. Para Ramalho e Resende (2011, p. 51), cada significado do discurso está ligado a um dos momentos da ordem do discurso, que se associam também aos três eixos da experiência humana, propostos por Foucault, conforme ilustrado na Figura 12.

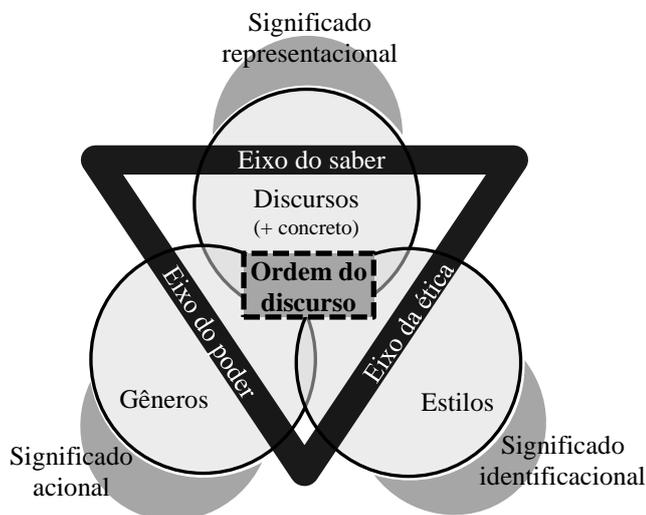


Figura 12: Relação entre os elementos da ordem do discurso Fairclough e os eixos da experiência de Foucault

Fonte: Adaptado de “Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa” (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 51).

O significado acional do discurso, que se realiza por meio do elemento “gêneros” da ordem do discurso, refere-se aos modos de agir e interagir discursivamente, isto é, das ações e relações do(s) autor(es) com outros atores sociais; por isso, vincula-se ao eixo do poder. Já o significado representacional está ligado a maneiras de se representar o mundo, o que pressupõe o conhecimento e a perspectiva do(s) autor(es) sobre as coisas e a realidade, de forma que se realiza por meio do elemento “discursos” e está vinculado ao eixo do saber. Por fim, o significado identificacional, relacionado ao elemento “estilos” da ordem do discurso, realiza-se pela maneira como o(s) autor(es) se identifica(m) a si e aos outros no texto e, portanto, pressupõe identidades sociais e individuais que estão ligadas às relações consigo mesmo, ao sujeito moral, vinculando-se, assim, ao eixo da ética (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 51).

A ADC resgata suas bases teóricas especificamente linguísticas na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e propõe “um rico arcabouço de categorias linguístico-discursivas de análise textual. Essas categorias auxiliam o mapeamento de relações dialéticas entre o social e o discursivo, permitindo a investigação de efeitos constitutivos de textos em práticas sociais” (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 111). Resende (2008, p. 72) explica que, para a LSF, o texto materializa os significados dos discursos, de modo que análises textualmente orientadas são capazes de revelar as práticas sociais e as relações de poder que se instauram no campo social analisado. Segundo a autora, “a vantagem de uma análise de

discurso textualmente orientada é oferecer subsídios para uma análise fundamentada em dados linguísticos que sustentem a crítica explanatória”. Convém, aqui, elucidar que

análise de discurso não é leitura nem é comentário, é trabalho sistemático de aplicação de categorias que nos permitem a crítica explanatória porque essas categorias estão associadas a conceitos teóricos e a uma teorização complexa do funcionamento da linguagem na sociedade (RESENDE, 2012, p. 443).

A análise de discurso crítica se distingue da interpretação de texto ou da análise meramente textual, uma vez que se fundamenta na teoria sociológica e que sua preocupação central é estabelecer conexões entre os elementos da ordem do discurso e os mecanismos gerativos de mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 102; RESENDE, 2008, p. 99). “A análise discursiva é, portanto, explanatória: conjuga teoria e material empírico para investigar (sentidos de) textos tendo em vista seus efeitos sociais” (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 109).

Pelo uso de categorias linguísticas aplicadas à análise textual, buscam-se as evidências linguístico-discursivas das práticas sociais. Ramalho e Resende (2011, p. 112) explicam que, “embora a relação entre os momento de ordens do discurso seja dialética, discursos, gêneros e estilos são, em princípio, realizados em traços específicos em textos”. Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 175) associa categorias linguísticas aos significados do discurso. De um modo geral, é possível afirmar que “categorias mais ligadas a traços de textos ou a aspectos da organização textual” são moldados pelos gêneros discursivos e se vinculam ao significado acional do discurso. As categorias que permitem revelar aspectos ligados aos significados e às perspectivas representados no texto são moldadas pelos discursos e vinculam-se ao significado representacional. Por fim, as categorias que revelam os estilos do texto e aspectos que revelam a identidade e a posição autor no campo social são relacionadas ao significado representacional (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 116-117).

No entanto, conforme realçam Ramalho e Resende (2011, p. 113), uma categoria associada a um significado do discurso normalmente tem relação com os demais significados discursivos, uma vez que os elementos da ordem do discurso estão em relação dialética. Desse modo, é comum que uma só categoria seja capaz de revelar aspectos vinculados a mais de um significado discursivo.

Para Ramalho e Resende (2011, p. 113), não é conveniente que as escolhas da categoria para a análise de um texto sejam feitas *a priori*. Essas escolhas devem derivar do próprio material analisado e das questões de pesquisa. Segundo as autoras, o número de categorias a ser aplicado a um texto também irá depender do objetivo da análise, da natureza do trabalho e das características do próprio texto.

2.1 CATEGORIAS LINGUÍSTICAS APLICADAS NAS ANÁLISES

Visto que este trabalho objetiva identificar a articulação de discursos identificados nos textos dos *Major Groups* no texto final da Rio+20, a principal categoria linguística aplicada à análise do texto foi a interdiscursividade. Pela análise da interdiscursividade, se buscou identificar como os temas que representam os interesses e reivindicações manifestos pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos oficiais se articulavam no texto “O futuro que queremos”. No entanto, ao longo do processo analítico, emergiram outras categorias importantes para revelar a vinculação do texto a discursos particulares, o efeito de discursos particulares na constituição de identidades e na legitimação de modos de ação e a relação de forças que se faz presente no campo social. Desse modo, as principais categorias analisadas, além da interdiscursividade, foram a intertextualidade, a coesão e as funções da fala (vinculadas ao significado acional do discurso), as pressuposições, os processos de transitividade e a escolha lexical e campo semântico (vinculadas ao significado representacional do discurso, assim como a interdiscursividade) e a modalidade e a avaliação (vinculadas ao significado identificacional). Vale lembrar que a separação entre categorias e significados, para Ramalho e Resende (2011, p. 117), tem uma função meramente didática, não oferecendo grandes contribuições para a análise em si, uma vez que o vínculo entre os elementos da ordem do discurso muitas vezes é indissolúvel (BRANDÃO, 2005, p. 3). Nas próximas seções, serão explicadas as características de cada uma dessas categorias.

2.1.1 Interdiscursividade

Um discurso é uma maneira particular de representar o mundo (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 17). Por ser a representação de uma perspectiva particular de compreensão, um discurso carrega em si elementos que distinguem o grupo social a que se vincula e pode revelar os interesses específicos a que se presta. A análise da interdiscursividade identifica os discursos que se articulam no texto, a maneira como são apresentados e como eles se relacionam com outros discursos presentes no texto, revelando o significado representacional do discurso em um texto.

Normalmente, mais de um discurso são articulados na composição de um texto. Vale ressaltar que um mesmo tema pode ser representado por diferentes discursos.

Segundo Lewis e Ketter (2004, p. 117), o termo interdiscursividade designa a presença ou traço de um discurso dentro de outro, articulando discursos pré-existentes. A autora e o autor esclarecem que a interdiscursividade é um processo de criação de discurso no qual um ator se apropria e reconstrói discursos que são articulados no campo social. Não se trata, portanto, de uma mera recapitulação, repetição ou referência a outra voz, mas da

incorporação de discursos pré-existentes no texto que está sendo gerado, com potencial para transformação dos discursos aí apropriados.

A análise da interdiscursividade ajuda a elucidar elementos importantes que caracterizam o discurso representado, tais como a relação de força entre os atores e as ideologias (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 142). A análise discursiva textualmente orientada oferece elementos que descortinam as crenças, os valores, os conhecimentos, as atitudes, as relações sociais e as ideologias características dos discursos articulados no texto. A discussão sobre a geopolítica do desenvolvimento sustentável se dá em um campo social que abarca atores sociais diversos com interesses diferentes, ora díspares, ora convergentes. Por meio da análise da interdiscursividade, verifica-se como os discursos materializados no documento final da Rio+20 representam os temas identificados nos pronunciamentos dos *Major Groups*, revelando a inclusão e a relevância concedida a suas reivindicações e seus interesses e, assim, refletindo a posição desses atores no campo social.

2.1.2 Intertextualidade

A intertextualidade é outra categoria analítica da ADC aplicada neste trabalho para a análise do texto “O futuro que queremos”. Para Fairclough (2012, p. 311), “a interdiscursividade de um texto é parte de sua intertextualidade”. É importante realçar, entretanto, que na intertextualidade deve ser possível identificar a referência a textos específicos, e não às ideias ou discursos veiculados em outros textos, como é o caso quando se trata da interdiscursividade. A articulação entre as duas categorias se deve ao fato de que as referências a outros textos sempre aportam a articulação de discursos particulares.

“A presença, ou ausência, de vozes em textos bem como a maneira como são articuladas (...) apontam para sua importância na legitimação, naturalização ou mesmo na superação de relações assimétricas de poder” (SILVA E RAMALHO, 2008, p. 34). A intertextualidade é uma categoria analítica do significado acional do discurso. A análise acional captura aspectos do próprio texto para revelar elementos do campo social em que ele se enquadra e que por meio dele se modifica. A intertextualidade pode ser analisada por meio das referências, implícitas ou explícitas, a outros textos pré-existentes.

Para Bakhtin (1997 *apud* RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 133), a intertextualidade trata da “propriedade que têm os textos de estar cheio de fragmentos de outros textos”. A intertextualidade reflete a posição dos atores no campo social, uma vez que a ausência, a presença e a articulação de outros textos sinalizam o posicionamento dos atores sociais em lutas hegemônicas (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 133). A análise da intertextualidade e da

interdiscursividade aplicada ao texto “O futuro que queremos” buscou revelar as relações de poder que favorecem o protagonismo de algumas propostas e de alguns atores nesse campo social, ao mesmo tempo em que condicionam a construção do significado e das práticas de desenvolvimento sustentável.

2.1.3 Coesão

A coesão do texto trata das relações lógico-semânticas estabelecidas entre as orações (RAMALHO E RESENDE, 2011). Marinho (1999, p. 163) explica que a coesão se constrói pelo uso de conectores, pela concordância e pela correlação entre tempos verbais e itens lexicais, por mecanismos gramaticais e lexicais que reiteram, substituem, associam ou atenuam a concatenação das ideias ao longo do texto.

A análise dessa categoria discursiva permitiu identificar estratégias de reforço, de vinculação e atenuação entre as ideias representadas no texto final da Rio+20. Pela análise da coesão foi possível verificar, também, contradições e rupturas de coesão, que revelaram o uso de frases “vazias” de sentido no texto, isto é, a representação de ideias que não se relacionam com as demais ideias expressas no texto e que não se prestam a modificar ou elaborar o significado amplo do que está sendo comunicado.

Outro aspecto importante da análise de coesão refere-se ao papel da ordenação dos enunciados. Neste trabalho, a ordenação de palavras, particularmente nas enumerações que se apresentam no texto, se prestou para revelar as relações de sentido e a escala de importância concernentes às ideias elencadas no texto.

2.1.4 Funções da fala

Ramalho (2007b, p. 2008) explica que “a análise das funções da fala permite mapear os propósitos de textos”. Assumindo que todo texto é dialógico, uma vez que se encerra na prática da comunicação, todo texto presume trocas sociais. Para Fairclough (2003, p. 107-108), os principais tipos de trocas que orientam o processo de comunicação são as trocas de informações e/ou as trocas de atividades. O autor vincula as trocas de informações às ações de comunicação propriamente ditas que objetivam a compreensão mútua ou a informação. Já a troca de atividades relaciona-se às ações estratégicas dos atores sociais, as quais almejam resultados não-textuais, ou seja, a realização de alguma ação que vai além do “dizer alguma coisa”.

Essas trocas caracterizam fundamentalmente as funções da fala. O autor distingue quatro funções primárias da fala, quais sejam: demandar, oferecer, perguntar e afirmar. Tais funções normalmente se vinculam ao tipo de troca que se intenciona na comunicação. Silva e Ramalho (2008, p. 35) esclarecem que “trocas de conhecimento/informação têm

“afirmações” e “perguntas” como funções discursivas primárias. (...) Por outro lado, trocas de atividade têm “ofertas” e “demandas” como funções discursivas primárias”.

Fairclough (2003, p. 108-109) explica que essas funções genéricas podem ser elaboradas e esmiuçadas em diferentes tipos mais específicos. “Assim, a oferta, por exemplo, pode incluir promessas, ameaças, pedidos de desculpas e agradecimentos, e a demanda pode incluir a ordem, o apelo, a súplica, e assim por diante”.

No contexto da Rio+20, observou-se a expectativa de que os pronunciamentos e os documentos pudessem incitar medidas e atividades de incremento do desenvolvimento sustentável. As funções de fala ligadas às trocas de atividades, portanto, se mostraram relevantes para a análise neste trabalho. Distinguímos quatro tipos específicos de função de fala derivadas das funções genéricas proposta por Fairclough (2003, p. 108-109), quais sejam: a legitimação e a oferta, que derivam da função “oferta”; e as funções reivindicação e crítica que derivam da função “demanda”. As características que definem essas funções de fala serão discutidas adiante.

Neste trabalho, as funções da fala foram analisadas tanto nos textos dos *Major Groups* quanto no texto da Rio+20, com vista a identificar os propósitos aos quais se ligam os discursos representados nos textos em análise.

2.1.5 Pressuposição

Conforme explicam Ramalho e Resende (2011, p. 174), as pressuposições são proposições implícitas ao texto que, ao serem tomadas como verdades, afastam questionamentos. Pressuposições estão relacionadas com significados compartilhados pelos participantes do processo de comunicação. De fato, todas as formas de comunicação social presumem significados compartilhados para que os participantes possam se compreender. No entanto, a capacidade de algum grupo ou ator social moldar os significados e os conteúdos do que está sendo dito vincula pressuposições a ideologia e a hegemonia. Fairclough (2003, p. 58) argumenta que significados pressupostos se associam a discursos particulares e que carregam em si um forte componente ideológico. Segundo o autor, a luta hegemônica se traduz na tentativa de se universalizar significados particulares que se prestam à manutenção das relações de poder.

Fairclough (2003, p. 55) distingue três principais tipos de pressupostos: a) as pressuposições existenciais, que assumem que algo existe ou que seja verdadeiro; b) as pressuposições proposicionais, que assumem como as coisas são ou podem ser; e c) as pressuposições de valor (ou pressuposições valorativas), que distinguem entre o que é bom (ou desejável) ou ruim.

Pela análise das pressuposições que se articulam no texto “O futuro que queremos”, busca-se evidenciar os valores e as perspectivas característicos dos discursos que se articulam no texto e, ainda, revelar o discurso hegemônico que ali se representa.

2.1.6 Processos de transitividade

Segundo Halliday (2004, p. 170), os elementos verbais são componentes com especial força no texto. Eles denotam o fluxo de eventos, que conecta “quem fez o que a quem e em que circunstâncias” (GOUVEIA, 2009, p. 30). Na LSF, tais elementos verbais são denominados processos, e o sistema gramatical por meio do qual as informações ligadas aos processos se organizam e são estudadas é denominado transitividade.

Halliday (2004, p. 170-174) classifica os processos em um sistema de transitividade apresentado por uma tipologia com seis categorias. Nesse sistema, cada categoria caracteriza um tipo de experiência ou evento representado no texto por meio de elementos verbais. Os processos materiais representam ações objetivas sobre a realidade (exemplo: a máquina produz peças plásticas). Já os processos relacionados a experiências subjetivas do universo interno ou da consciência humana são classificados de processos mentais (exemplo: a máquina fascina os seres humanos). O processo relacional abarca as ações de classificação, identificação, significação ou simbolização (exemplo: cada peça produzida é mais lixo na superfície). Além desses três tipos de processos, considerados pelo autor como processos primários ou principais, há os processos secundários, que são tipos intermediários entre os processos principais. O autor explica que os processos secundários compartilham algumas características dos processos principais adjacentes (HALLIDAY, 2004, p. 171). Assim, na fronteira entre o processo material e o processo mental estaria o processo comportamental, que representa a manifestação externa de processos internos (exemplos: eles sorriem;). Na fronteira entre os tipos mental e relacional está o processo verbal, que representa relações simbólicas construídas no mundo interno e expressas por meio da linguagem (exemplo: reafirmamos que a máquina reduz a poluição). E na fronteira entre o tipo relacional e o tipo material encontra-se o processo existencial, que exprime fenômenos do ser / existir / acontecer (exemplo: existem peças defeituosas). Os processos de transitividade estão representados na Figura 13. As cores que identificam os tipos de processos (cores primárias e cores secundárias) representam as relações que se estabelecem entre eles. Os três tipos de processos principais são representados pelas cores primárias, sejam: processo material (em vermelho), processo mental (em azul) e processo relacional (em amarelo). Já os três tipos secundários de processos, que reúnem características de seus tipos vizinhos, são representados pelas cores secundárias

resultantes da mescla das cores primárias: verbal (verde), comportamental (roxo) e existencial (alaranjado).

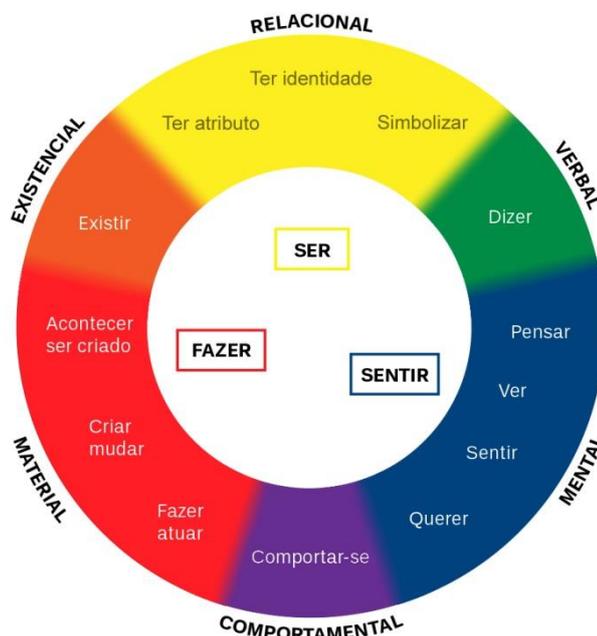


Figura 13: O sistema de transitividade: tipos de processos

Fonte: Adaptado de "An introduction to Functional Grammar" (HALLIDAY, 2004, p. 172), traduzido por Fuzer e Cabral (2010, p. 30).

Relacionando a ADC com a LSF, tem-se que a análise da transitividade revela a maneira pela qual os atores sociais representam o mundo no texto e como atuam sobre a realidade por meio do evento discursivo.

Neste trabalho, a análise da transitividade será aplicada apenas aos elementos verbais que se destacam no cotexto¹⁶ pelo contrastes com outros elementos verbais presentes no texto. Tais processos serão categorizados segundo a tipologia proposta por Halliday (2004), e analisados aplicando-se as ferramentas da ADC e da linguística sistêmico funcional. Esse esforço analítico procura identificar o potencial pragmático das ideias associadas aos elementos verbais em análise. Por potencial pragmático entende-se a capacidade de incitar transformações na realidade por força do discurso representado no texto.

2.1.7 Escolha lexical e campo semântico

Fairclough (2003, p. 129) explica que as "características distintivas mais óbvias de um discurso tendem a ser características do vocabulário, e por isso "é possível identificar

¹⁶ Em Linguística, o termo "cotexto" é utilizado para referir-se ao contexto linguístico, ou seja, ao contexto textual de uma determinada escolha lexical (VALENTIM, 2010) .

diferentes discursos observando as diferentes maneiras de “lexicalizar” aspectos do mundo” (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 142). As relações léxicas, tais como as repetições e o uso de sinônimos e a incidência de expressões em um texto, servem para revelar os principais conceitos que se inserem nos discursos ali representados. No entanto, Fairclough (2003, p. 129) alerta que, para além da observação das palavras e locuções que ocorrem no texto, pode ser mais produtivo para a análise discursiva textualmente orientada atentar-se para o campo semântico ativado na representação dos discursos.

“Diferentes discursos estruturam o mundo de forma diferente” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129). Essa estruturação do mundo, que se traduz no texto pelas relações semânticas entre as palavras, revela a perspectiva dos atores sociais. Assim, a análise de um texto pelas escolhas lexicais e do campo semântico que nele se representam está relacionado com o significado representacional do discurso.

Neste trabalho, verificaram-se as palavras mais frequentes na representação de cada um dos discursos analisado no texto final da Rio+20 com vistas a identificar o vocabulário usual e o campo semântico associado ao discurso. Para a análise da escolha lexical nos excertos selecionados do texto “O futuro que queremos”, foram de grande utilidade os recursos oferecidos pelo *software* NVivo (QRS INTERNATIONAL, 2013).

O *software* Qualitative Solution Reserch NVivo (NVivo) foi desenvolvido pela Universidade de La Trobe, de Melbourne, na Austrália, e encontra-se em sua décima versão (NVivo 10) (GUIZZO ET AL., 2003). Pela aplicação da ferramenta “árvore de palavras” do recurso “pesquisa de texto” oferecido pelo *software* foi possível identificar os termos que se vinculam a palavras e expressões chave dos discursos analisados. Com o uso do recurso “frequência de palavras” foi possível identificar os termos mais recorrentes nos trechos selecionados no documento final da Rio+20 pelas referências a cada um dos temas analisados. As palavras mais frequentes nas referências a cada um dos discursos analisados são apresentadas sob a forma de nuvens de palavras.

As nuvens de palavras foram formadas com os 150 termos mais frequentes nos excertos do texto da Rio+20 com referências aos temas analisados ao longo das seções de análise neste trabalho. Na imagem da nuvem de palavras, gerada com o auxílio do *software* NVivo 10, o tamanho das letras usadas na grafia das palavras representa a frequência relativa de ocorrência do vocábulo no texto analisado. Apesar de as palavras mais frequentes ocuparem posição central na figura, dentre as palavras grafadas com caracteres de mesmo tamanho, a posição na figura não é representativa. Apenas por questões estéticas, as palavras menores (com menor número de letras) são automaticamente colocadas em posição periférica pelo *software*. Portanto, para a análise das nuvens de

palavras é relevante observar o tamanho dos caracteres usados na grafia do vocábulo, não sendo necessário atentar para a posição do vocábulo na imagem.

2.1.8 Modalidade

A categoria de modalidade está relacionada o engajamento com o que se diz no texto. Trata-se de uma categoria de análise da identificação, pois revela 'verdades' e 'obrigações' com as quais o autor compromete (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 119). Segundo Fairclough (2003, p. 164), aquilo com o que os(as) autores(as) se comprometem em textos é uma parte importante da maneira como se identificam por meio do evento discursivo.

Neste trabalho, a análise da modalidade busca evidenciar os elementos que relativizam a representação dos discursos, revelando aspectos que os suavizam ou os enfatizam no texto. Fuzer e Cabral (2010, p. 122) esclarecem que a modalidade pode ser analisada a partir de duas perspectivas: o grau de compromisso com a verdade (modalização) e o grau de compromisso com a obrigação / necessidade (modulação).

Modalização ou modalidade epistêmica refere-se ao grau manifesto de compromisso com a verdade das informações comunicadas no texto. O autor do texto avalia sua segurança de que uma afirmação seja verdadeira e gradua ou relativiza o conteúdo de sua fala por meio de verbos modais (pode, deve), adjuntos modais (certamente, possivelmente, raramente), grupos adverbiais (sem dúvidas, com frequência) e expressões tais como 'é possível', 'é certo' (FUZER E CABRAL, 2010, p. 120).

Na modulação ou modalidade deôntica, a variação se manifesta entre a verdade pragmática e uma negociação social do conteúdo expresso (OLIVEIRA, 2008, p. 14). Isso quer dizer que a modulação sinaliza o grau de permissão (inclinação) e obrigação expresso no texto (FAIRCLOUGH, 2003, p. 165). A relativização da obrigação ou da inclinação se manifesta por meio de verbos modalizadores (deve, precisa), por adjuntos modais (necessariamente, obrigatoriamente, imprescindivelmente) ou por expressões como 'é necessário', 'é urgente', 'é preciso' (FUZER E CABRAL, 2010, p. 120 - 121).

Por vezes, a modalidade deôntica surge no texto relacionada com um pressuposto proposicional, e da modalidade epistêmica pode emergir um pressuposto existencial, vinculando-se à categoria das pressuposições.

O uso da modalidade frequentemente deriva do jogo de forças no campo social em que o texto se produz (é composto) ou é consumido (é lido /ouvido). Segundo Fairclough (2001, p. 201), a modalidade revela uma importante dimensão social do discurso, pois sinaliza o grau de abertura à contestação das proposições, indicando abertura à mudança e à transformação.

2.1.9 Avaliação

Concernente à modalidade e à avaliação, Fairclough (2003, p. 164) explica que ambas revelam o quanto os(as) autores(as) se comprometem com o que está sendo apresentado no texto em termos do que consideram como necessário e verdadeiro/necessário (modalidade epistêmica e deôntica) e do que consideram como desejável/bom ou ruim (avaliação). Assim, a análise da avaliação e a análise da modalidade se prestam a revelar as texturas (ou a heterogeneidade) das identidades dos atores sociais implicados no texto, uma vez que aquilo com o que os atores se comprometem é parte de como eles se identificam no campo social.

Ramalho e Resende (2011, p. 119) explicam que as avaliações “são apreciações ou perspectivas do locutor [autor], mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não”. As avaliações se materializam nos textos na forma de afirmações avaliativas, avaliações afetivas e presunções valorativas. Pela maneira como se manifesta no texto, essa categoria relaciona-se fortemente com a categoria das pressuposições valorativas e, também, com a categoria das modalidades, especialmente a modalidade deôntica, muitas vezes sendo difícil dissociar a classificação nessas categorias.

2.2 O TRATAMENTO DOS DADOS E O PERCURSO ANALÍTICO

O *corpus* de pesquisa utilizado neste trabalho engloba os textos dos pronunciamentos oficiais dos *Major Groups* na Plenária de alto Nível da Rio+20, disponíveis no *website* oficial da Conferência (UNITED NATIONS, 2012e) e o documento resultante da Conferência, intitulado “O futuro que queremos” (UNITED NATIONS, 2012c). De fato, as análises dos textos dos *Major Groups* ofereceram subsídios para a análise do documento final da Rio+20, que constituiu o principal material analisado.

O texto “O futuro que queremos” é um objeto de análise relativamente extenso, composto por 52 páginas que encerram 283 parágrafos. A análise discursiva do documento foi facilitada pelo uso do *software* NVivo10 (QRS INTERNATIONAL, 2013). A funcionalidade básica desse tipo de programa é auxiliar no tratamento de dados qualitativos por meio da codificação e da classificação dos excertos de texto relevantes para a análise.

Neste trabalho, a análise inicia-se com a identificação e nomeação dos principais temas articulados nos textos dos *Major Groups*. A identificação desses temas principais não constituiu uma análise discursiva propriamente dita, mas uma simples identificação dos temas pela interpretação textual. Mas buscou-se conhecer a função de fala que caracteriza a abordagem desses temas nos textos dos *Major Groups*. Ao todo, foram identificados 17

temas principais nos textos dos *Major Groups*. A partir desses temas, foram criadas as categorias de codificação (denominadas nós, na interface do *software* NVivo10) que foram aplicadas à análise do documento “O futuro que queremos”. Ao longo da leitura criteriosa na tela do programa NVivo 10, foi possível realçar e destacar os trechos do texto final da Rio+20 com referência aos temas identificados nos textos dos grupos sociais.

A unidade de codificação respeitou a divisão do texto em parágrafos. Vários temas podem ser abordados em um só parágrafo, de modo que os parágrafos acabaram por ser codificados em mais de um nó. Desse modo, o *corpus* de análise multiplicou-se expressivamente, fazendo-se necessária a seleção de quais temas seriam analisados neste trabalho.

Neste trabalho foram selecionados cinco dentre esses 17 temas para se verificar como eles são representados no texto da Rio+20. A seleção desses temas considerou dois critérios principais: a presença dos temas nos pronunciamentos dos *Major Groups* (considerando os mais frequentes, sejam: aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável e o combate a pobreza e equidade social) e a relevância dos temas no documento da Rio+20 (considerando os temas centrais da Conferência, sejam: a governança global para o desenvolvimento sustentável e a economia verde ou os aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável, e a crença na ciência e tecnologia que permeia as propostas de soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável no texto).

A abordagem desses temas revelou os discursos representados no texto “O futuro que queremos”. A representação desses discursos no texto da Rio+20, por sua vez, articula outros discursos que se inserem no documento. Pela análise da interdiscursividade, buscou-se revelar como os discursos representados no texto da Rio+20 contemplavam (ou não) os interesses e reivindicações manifestos *Major Groups* em seus pronunciamentos, desvelando, assim, aspectos da participação dos grupos sociais nos resultados da Conferência.

A codificação do texto por temas gerou recortes que foram exportados do NVivo para o editor de texto Microsoft Word. No editor de texto, procedeu-se à análise sequencial dos recortes. Orientada pelo trabalho de Resende (2008, p. 140), a análise sequencial se conduziu por múltiplas leituras atentas aos excertos selecionados previamente pelas referências aos temas abordados pelos *Major Groups*. Então, foram aplicadas as categorias analíticas que se mostravam mais relevantes em cada trecho desses excertos. Também, buscou-se a relação discursiva entre os parágrafos em análise, alinhando ideias que se encontravam esparsas no texto original. Uma vez que as categorias aplicadas emergiram dos próprios dados, não se tornou pertinente aplicar as mesmas categorias para a análise

de cada um dos temas estudados. Assim, em cada capítulo analítico foram utilizadas apenas as categorias que se mostraram pertinentes para a análise dos excertos relativa ao tema em específico.

As análises resultantes desse percurso são apresentadas nos capítulos analíticos que seguem. Vale observar que a ordem de realização das análises corresponde à ordem de apresentação dos capítulos analíticos neste trabalho. Também é importante realçar que cada capítulo analítico foi estruturado no formato de artigo individual, de modo que apresentam as discussões específicas sobre o tema/discurso em análise. Observa-se que um mesmo excerto pode ser relevante para mais de um discurso analisado, podendo, portanto, se repetir na passagem de um capítulo analítico a outro. Para facilitar a identificação dos excertos referidos, optamos por reiniciar a numeração dos excertos a cada capítulo.

Nas considerações finais deste trabalho, os temas analisados serão abordados conjuntamente, permitindo apreciação geral da análise discursiva crítica do texto “O futuro que queremos”.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3 OS TEMAS E AS FUNÇÕES DE FALA NOS PRONUNCIAMENTOS DOS MAJOR GROUPS

Para o pronunciamento oficial dos representantes dos nove *Major Groups* foi concedido a cada grupo o tempo de 6 minutos. Já os chefes de Estado e de governo dispuseram de 15 minutos para seu pronunciamento oficial nessa Plenária. Os textos pronunciados pelos representantes dos *Major Groups* foram construídos nos dias que antecederam a realização da Plenária e após a divulgação da versão final do texto “O futuro que queremos”.

Em seus pronunciamentos oficiais, cada *Major Group* manifestou seus interesses, reivindicações e críticas quanto ao desenvolvimento sustentável e quanto à Rio+20. Foram identificados 17 temas principais abordados por pelo menos um dos nove *Major Groups* em seus pronunciamentos na Plenária de Alto Nível da Rio+20. Vale realçar que a identificação dos temas nos pronunciamentos dos *Major Groups* não constitui uma análise discursiva, uma vez que não foram analisados os elementos que poderiam caracterizar os discursos articulados nesses textos.

Muitos desses 17 temas são transversais, isto é, se inserem no texto de mais de um grupo social. Esses temas compartilhados podem ser tomados como elos que associam os grupos sociais em torno de dado interesse. No entanto, é preciso estar alerta para as possíveis diferenças de representação discursiva desses temas, que podem indicar especificidades do posicionamento de cada grupo em relação ao tema.

Um mesmo trecho de texto pode abordar diferentes temas. O Anexo 1 apresenta textos dos *Major Groups* marcados pela indicação dos temas ao longo de suas passagens. Ao analisar as referências aos principais temas abordados nos pronunciamentos dos *Major Groups*, observou-se que o texto adotava ora uma tônica de reivindicação, ora de críticas às atitudes sociais hegemônicas ou mesmo a propostas apresentadas na Rio+20. Em outros casos, as referências aos temas principais serviam como justificativa para as propostas apresentadas na Conferência, ou mesmos se prestavam à autolegitimação da participação do *Major Group* nas discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Diz-se, portanto, que a representação dos temas nos textos do *Major Groups* se prestam a diferentes funções de fala, isto é, cumprem diferentes propósitos comunicativos. Um mesmo excerto pode representar mais de uma função de fala simultaneamente, como será visto mais adiante. Vale observar como tais propósitos comunicativos propiciam a troca de atividades, mais do que a troca de conhecimentos/informações. Derivando-se das

funções genéricas de oferta e demanda propostas por Fairclough (2003, p. 108 -109), tem-se que a função de autolegitimação e de justificativa se prestam à função de oferta, ao tempo que a função de reivindicação e crítica estão ligadas à função de demanda.

A abordagem se presta à autolegitimação quando sua representação no texto se faz por meio de argumentos que validam a participação do grupo nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Normalmente o conteúdo desses argumentos refere-se à luta ou às ações prévias do grupo e a suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Quando representado na função de justificativa, o tema se presta a fundamentar as propostas de mudanças no modelo de desenvolvimento vigente e a explicar a necessidade de um modelo sustentável de desenvolvimento. Evidências científicas e os valores caros à humanidade são incluídos nesses argumentos.

A função reivindicação representa demanda por medidas específicas de promoção do desenvolvimento sustentável ou de mudança de comportamentos concernentes à questão da sustentabilidade. Na maior parte das vezes essas demandas se direcionam aos líderes mundiais e representantes da ONU, mas podem se endereçar também aos *Major Groups* incluindo, dentre eles, o próprio grupo que enuncia a demanda.

Já as críticas apresentadas nos pronunciamentos dos *Major Groups* podem apontar as insuficiências dos resultados da Rio+20 em contemplar os interesses e atender as expectativas dos grupos sociais e/ou da sociedade em geral, ou manifestar as frustrações do grupo com o modelo de desenvolvimento vigente ou, ainda, declarar o descontentamento com relação ao comportamento de outro(s) ator(es) social(is).

A ocorrência nos textos dos *Major Groups* da abordagem aos temas e das funções de fala utilizadas está representada no Quadro 3. Observa-se que a função da fala usada nas referências aos temas principais pelos *Major Groups* variou consideravelmente, tendo até mesmo servido a mais de um propósito comunicativo simultaneamente.

Vale realçar que, mesmo quando as abordagens temáticas não representam reivindicações propriamente ditas, há expectativas de que os temas representados pelos *Major Groups* fossem contemplados no texto “O futuro que queremos”. Mais de um grupo abordando um mesmo tema pode representar elos de interesses compartilhados entre eles.

No Quadro 3 identificam-se, portanto, os temas representados pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos oficiais e as funções de fala aplicadas nessas abordagens.

Quadro 3: Ocorrência dos temas e suas funções de fala nos pronunciamento dos *Major Groups* na Rio+20

Temas	MG 1 Comunidade Científica e Tecnológica	MG 2 Crianças e Jovens	MG 3 Agricultura (Agricultores familiares)	MG 4 Povos Indígenas (Pop. Tradicionais)	MG 5 Autoridades Locais	MG 6 Organizações Não-governamentais	MG 7 Mulheres	MG 8 Trabalhadores e Sindicatos	MG 9 Negócios e Indústria	Número de <i>Major Groups</i> que abordaram o tema
1 Equidade social e combate a pobreza	● ■	◆ ▲	● ▲	-	-	-	● ◆	● ◆ ▲	●	6
2 Ciência e Tecnologia	● ■ ◆	◆	● ◆	-	●	-	-	-	● ◆ ▲	5
3 Aspectos ecológicos do DS	■ ◆	■ ◆	◆	● ■ ◆	● ■ ◆	■ ◆ ▲	● ▲	■ ◆ ▲	●	9
4 Governança	-	● ◆	● ◆	◆	-	-	-	● ■ ◆ ▲	-	4
5 Aspectos Econômicos	-	-	● ■ ◆ ▲	■ ◆	● ◆	■ ◆	-	● ■ ◆ ▲	● ◆ ▲	6
Justiça e direitos humanos	● ■	◆	●	-	-	-	●	● ■ ◆	-	5
Gerações Futuras e Jovens	-	● ◆	●	-	■	■ ◆ ▲	-	■ ◆	-	5
Empoderamento da sociedade civil	-	-	◆	◆	-	▲	-	● ◆ ▲	-	4
Desenvolvimento local urbano	-	-	●	-	● ■	-	-	-	◆	3
Direitos sexuais e reprodutivos	-	◆	-	-	-	▲	▲	-	-	3
Diversidade cultural e coletividade	-	-	● ◆	● ◆	-	-	-	-	●	3
Interdependência global	-	-	-	-	● ◆	-	-	■ ◆	● ◆	3
Paz	● ■	-	-	-	-	▲	▲	-	-	3
Equidade entre gêneros	-	-	● ◆	-	-	-	● ▲	-	-	2
Acesso à terra e meios produtivos	-	-	● ◆	-	-	-	-	-	-	1
Proteção à dignidade dos animais	-	-	●	-	-	-	-	-	-	1
Proteção aos Oceanos	-	-	-	-	-	▲	-	-	-	1
Número de temas abordados pelo Major Group	5	7	13	5	6	7	6	8	7	
Legenda:	● Autolegitimação	■ Justificativa	◆ Reivindicação	▲ Crítica	- não ocorrência					

Fonte: Elaboração própria.

Pela análise do Quadro 3, observa-se que apenas um tema é uníssono entre os *Major Groups*: aquele que se refere às questões ecológicas do desenvolvimento sustentável. Três temas são abordados por um único grupo apenas, sejam: o tema de proteção à dignidade dos animais e o tema do direito de acesso à terra e aos meios produtivos rurais, que aparecem apenas no pronunciamento dos representantes do *Major Group* Agricultura, e o

tema da proteção aos oceanos, que se apresenta apenas no texto dos representantes das organizações não-governamentais (ONGs).

Dos 17 temas identificados nos pronunciamentos dos *Major Groups*, apenas um deles não foi sequer mencionado no texto “O futuro que queremos”. Esse foi o discurso da proteção à dignidade dos animais, apresentado pelo *Major Group Agricultura*. Todos os demais temas identificados nos pronunciamentos dos *Major Groups* foram mencionados no texto “O futuro que queremos”.

Os cinco temas destacados nas primeiras linhas do Quadro 3 foram analisados discursivamente no texto da Rio+20. Pela análise discursiva crítica, apresentada nos capítulos que seguem, buscou-se revelar os discursos que se articulam na representação desses temas no texto final da Rio+20 e as posições dos atores sociais no contexto.¹⁷ Buscou-se, também, identificar elementos da ordem do discurso que desvelam consonâncias discursivas ou divergências desse texto em relação aos pronunciamentos dos *Major Groups*, no que concerne aos cinco temas selecionados. Comparando esses elementos discursivos, identifica-se quais e como os discursos são representados no texto “O futuro que queremos” e como (ou se) os resultados da Conferência contemplam os interesses e as reivindicações dos grupos sociais.

¹⁷ Em Linguística, o termo “contexto” refere-se ao contexto situacional ou cultural de que o texto decorre e participa.

4 EQUIDADE SOCIAL E COMBATE A POBREZA COMO CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O cerne deste capítulo é o tema da pobreza e da equidade social. O conceito de desenvolvimento sustentável presume o desenvolvimento social, o qual é incompatível com a situação de pobreza e de desigualdade social que ainda imperam no mundo, especialmente (porém, não exclusivamente) em algumas nações menos desenvolvidas. Nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a questão da equidade social e do combate à pobreza é recorrente. O presente capítulo analisa como essas questões estão representadas no documento “O futuro que queremos” e nos pronunciamentos oficiais dos *Major Groups* na Plenária de Alto Nível da Rio+20.

De modo a verificar se o texto final da Rio+20 contempla os interesses e as reivindicações dos grupos sociais em relação ao tema da pobreza e da equidade social, inicialmente verificamos como o tema está representado no pronunciamento oficial cada um dos *Major Groups*. Para tanto, foi analisada a função da fala aplicada na abordagem ao tema nos pronunciamentos oficiais e, ainda, foram identificados os discursos que se articulam em sua representação pelos grupos sociais.

Para verificar como o tema se configura nos resultados da Rio+20, aplicamos as categorias da análise discursiva crítica ao texto “O futuro que queremos”. As principais categorias observadas na análise contida no presente capítulo são: a intertextualidade e a interdiscursividade, a coesão discursiva, as pressuposições, as modalidades e as escolhas lexicais utilizadas para representação do discurso do combate à pobreza e promoção da equidade social.

Comparando-se, então, a abordagem ao tema da pobreza e da equidade social nos textos dos *Major Groups* com os discursos representados no texto final da Rio+20, buscou-se identificar se os interesses e reivindicações dos grupos sociais encontram-se contemplados pelos resultados da Rio+20.

4.1 EQUIDADE SOCIAL E COMBATE À POBREZA NOS PRONUNCIAMENTOS DOS MAJOR GROUPS

O tema da equidade social e combate à pobreza foi representado no pronunciamento oficial de seis dos nove *Major Groups*. Nos textos dos grupos sociais, a questão da pobreza e da equidade social se associa a outros temas relevantes na discussão do desenvolvimento sustentável no contexto da Rio+20.

A questão da pobreza se associa à economia verde no discurso do *Major Group* Negócios e Indústria, servindo para legitimar a participação do grupo nas discussões sobre

o desenvolvimento sustentável, conforme se lê no excerto (1). A escolha lexical nesse trecho chama a atenção pelo uso de duas oposições: “crescimento” (*green growth*) e “redução” (*poverty alleviation*); e “risco” e “oportunidade”. Na primeira oposição, a relação evidencia a pobreza como entrave ao desenvolvimento. A segunda oposição realça o componente ideológico economicista que permeia o pronunciamento do representante dos negócios e indústria.

(1) *Companies view sustainability issues from both, a risk management perspective, and the increasingly evident benefits and opportunities – particularly associated with green growth and poverty alleviation (Major Group Negócios e Indústria).*¹⁸

Crescimento econômico, mesmo que balizado pelos princípios da economia verde, nem sempre é compatível com o desenvolvimento sustentável, como visto na discussão sobre a evolução dos discursos sobre desenvolvimento sustentável, no primeiro capítulo deste trabalho. Já a expressão “redução da pobreza” (*poverty alleviation*) contrasta com a expressão “erradicação da pobreza”, recorrente no texto da Rio+20.

Também no pronunciamento da comunidade científica e tecnológica, encontra-se a expressão “erradicação da pobreza”, mencionado dentre os desafios do desenvolvimento sustentável, como se lê no excerto (2). A referência à questão da pobreza serve tanto para justificar as transformações individuais e sistêmicas no modo de vida em prol do desenvolvimento sustentável, quanto para autolegitimar o papel do grupo na Rio+20, reafirmando a importância das evidências científicas (aludidas pela expressão “*research shows*”) na fundamentação das mudanças em nome da sustentabilidade.

(2) *Research shows that responding to these challenges requires fundamental transformations, both personal and systemic, to protect our planet, eradicate poverty and hunger, address inequality and conflict, and safeguard human rights and justice (Major Group Comunidade Científica e Tecnológica).*

Observa-se que, no texto da comunidade científica e tecnológica, a erradicação da pobreza surge vinculada à erradicação da fome e se associa, também, à necessidade de proteção do planeta, de tratar as desigualdades sociais e os conflitos e de resguardar os direitos humanos e a justiça. Essas associações também se apresentam no texto de outros grupos sociais, como o grupo das crianças e jovens, o grupo das mulheres e o grupo dos agricultores.

¹⁸ As transcrições dos excertos mencionados ao longo deste trabalho sempre que possível são colocados próximos aos comentários que a eles fazem referência. Diante de impossibilidade dessa proximidade, o leitor pode se orientar pela numeração das referências dos excertos, a qual se inicia em cada capítulo analítico.

O grupo das crianças e jovens propõe que o direito à alimentação, à água e à saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são princípios básicos e irrefutáveis de justiça (caracterizado pelo uso da expressão “*redlines*”) e reivindica (pelo uso do modal articulado no processo verbal “*we must affirm*”) que esses direitos sejam assegurados mesmo quando os recursos se mostram restritos (excerto (3)).

O grupo, então, apresenta uma dura crítica ao documento final da Rio+20 ao dizer que o mesmo não assegura esses direitos. Por essa razão, o grupo afirma que o texto “O futuro que queremos” não atende aos interesses das crianças e jovens e de outros grupos que também manifestaram frustração quanto aos resultados da Rio+20, como representado no excerto (3).

(3) *We must affirm that even as resources become strained, rights to food, water and health are basic principles of justice and so are our sexual and reproductive rights. These are our redlines and currently the document has none of these. This is not the Future We Want. This is not even the Future some of you want. Children and youth feel frustrated by this grossly insufficient outcome document. We have heard the same frustrations from member states, other members of civil society, and from those protesting outside these plenary halls (Major Group Crianças e Jovens).*

O grupo das mulheres também reafirma a necessidade de se assegurar os requisitos do desenvolvimento sustentável, defendendo que “os direitos, [o atendimento a] as necessidades básicas, a saúde, o trabalho decente e a proteção social e ambiental são as bases para a vida e para o futuro” (excerto (4)). Essa passagem do texto, transcrita no excerto (4), também se presta a legitimar a participação do grupo na construção do desenvolvimento sustentável quando afirma que “as mulheres do mundo continuam sua luta” por essas condições fundamentais à sustentabilidade.

(4) *We women around the world continue our struggle for our rights, basic needs, health, decent jobs, social and environmental protection – which are the very basis of our lives and our future (Major Group Mulheres).*

O grupo dos agricultores (*Major Group Agricultura*) vincula a temática da pobreza a outros problemas sociais e ambientais, com foco especialmente centrado na questão da fome e da segurança alimentar, como se lê nas primeiras linhas do excerto (5). Ao referir-se ao tema da pobreza perpassado pela segurança e soberania alimentar (*food security* e *food sovereignty*), o grupo legitima sua participação na discussão sobre desenvolvimento sustentável. Nas últimas linhas do excerto (5), o grupo expressa uma sutil crítica ao modelo de produção de alimentos vigente, o qual prioriza as demandas corporativas a despeito das necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos.

- (5) *Many consider the concept of food sovereignty to be a comprehensive framework which addresses the issue of poverty, food security, climate and the environment, as well as issues of peasant, human rights, and animal welfare. Food sovereignty addresses poverty in both rural and urban areas through sustainable local food systems. Food sovereignty, which places at its center sustainable family farming, peasant agriculture and small scale fishing not only feeds the people with healthy, nutritious culturally appropriate food, but it puts the aspirations and needs of those who produce, distribute and consume food at the heart of the food systems and policies rather than the demands of corporations (Major Group Agricultura).*

A questão da pobreza não é diretamente mencionada pelo grupo dos trabalhadores e sindicatos mesmo quando enfoca em seu pronunciamento a questão da desigualdade social nas passagens salientadas por nossos grifos no excerto (6).

- (6) *Chair, a vision alone will not be enough. The international community must deliver concrete measures to put our societies on track to achieve social equity, decent work, environmental protection, development and prosperity, on track towards truly sustainable development. (...)Precarious work is today the daily reality for a majority of people around the world; inequalities have grown on the point that people often do not acknowledge they are part of the same community; financial markets and lack of regulation have broken the relationship between companies and their responsibilities vis-à-vis workers, their families and the communities in which they operate; environmental challenges have become daunting, to the point that very survival of communities is at risk. Around the globe, we strengthened our work on social equity through the decent work agenda (...). Global crises need multilateral responses and global regulation. The labour movement will maintain its pressure to the world leaders. We need to move beyond rhetoric, if we want to avoid our current, dysfunctional economic model continue increasing inequalities and depleting natural resources (Major Group Trabalhadores e Sindicatos, grifos nossos).*

O texto transcrito no excerto (6) se presta a três funções de fala, principalmente: à reivindicação, à autolegitimação e à crítica. A reivindicação se caracteriza pelo uso dos elementos verbais associados à alta modalidade deôntica, denotando alto grau de obrigatoriedade, como: “deve oferecer medidas concretas”, “carece de respostas multilaterais”, “precisamos ir além da retórica”. Esses processos clamam por medidas que promovam a equidade social e que contribuam para a construção do desenvolvimento sustentável.

A participação dos trabalhadores e sindicatos na construção desenvolvimento sustentável é legitimada pela afirmação de que o grupo promove a equidade social por meio da defesa de uma agenda pelo trabalho decente (representada na frase “*around the globe, we strengthened our work on social equity through the decent work*”) e ao comprometer-se em continuar pressionando os líderes mundiais por medidas em prol do desenvolvimento sustentável (na frase “*the labour movement will maintain its pressure to the world leaders*”).

A crítica à ineficácia dos resultados da Rio+20, que também se fez presente no texto do grupo das crianças e jovens (excerto (3)), se apresenta no início e ao final do excerto (6)

quando o grupo menciona que “apenas uma visão não será o suficiente” e que “precisamos ir além da retórica, se quisermos evitar que nosso disfuncional modelo econômico vigente continue a aumentar as desigualdades e a degradar o meio ambiente”.

Observa-se o descontentamento do grupo dos trabalhadores e sindicatos com o modelo econômico vigente, o que faz coro à insatisfação representada pelo grupo dos agricultores. Esse descontentamento destoa do pronunciamento do grupo dos negócios e indústria (excerto (1)) que se mostra permeado pelo discurso economicista e desenvolvimentista.

O desafio de contemplar os interesses dos grupos sociais, que ora se diferenciam e mesmo divergem, não foi alcançado pelo documento da Rio+20, como se pode ler nas críticas representadas pelos diversos grupos sociais em seus pronunciamentos. Naquilo que concerne à questão da pobreza e da equidade social, nas seções que seguem serão analisados os discursos que se articulam na abordagem desse tema no texto “O futuro que queremos”, verificando-se, também, em quais pontos essa abordagem responde aos interesses dos grupos sociais ou faz jus às críticas que eles apresentaram.

4.2 EQUIDADE SOCIAL E COMBATE À POBREZA NO TEXTO “O FUTURO QUE QUEREMOS”

A questão do combate à pobreza é representada no texto da Rio+20 com força retórica majorada, quando comparada aos demais desafios do desenvolvimento sustentável. Isso pode ser observado no conteúdo de seu segundo parágrafo, transcrito no excerto (7), que descreve a erradicação da pobreza como o maior desafio global e indispensável para o desenvolvimento sustentável.

(7) (§2) *Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to freeing humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.*

O uso dos termos adjetivos “*the greatest*” e “*indispensable*” e da locução adverbial “*as a matter of urgency*” refletem a avaliação do alto grau de importância concedido à questão da pobreza no excerto (7). O uso do superlativo absoluto “*the greatest*” concede importância superior à erradicação da pobreza dentre os grandes desafios globais mencionados no texto. Isso fica mais evidente na comparação com avaliação atribuída às mudanças

climáticas, no §190, que são referidas enquanto “um dos maiores desafios de nossos tempos¹⁹” (*one of the greatest challenges of our time*).

Outra evidência do elevado grau de importância concedido à questão da erradicação da pobreza no texto está no uso da expressão “*in the context of sustainable development and poverty eradication*” para qualificar a economia verde. A economia verde é apresentada como um dos temas principais da Rio+20, juntamente com o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, conforme se lê no §12.

(8) (§12) *We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development (trecho).*

Contam-se no documento “O futuro que queremos” 23 ocorrências da expressão “*green economy*”, sendo que em 19 passagens ela aparece adjetivada pela expressão “*in the context of sustainable development and poverty eradication*”. Nas quatro ocorrências em que não se segue a qualificação direta da economia verde, o termo “*green economy*”, por sua vez, surge para adjetivar políticas (§59, §64, §67 e §69) e estratégias (§67). Tem-se, portanto, co-ocorrência da expressão “erradicação da pobreza” juntamente com “desenvolvimento sustentável” qualificando “economia verde”, o que se presta a precisar o sentido desse novo modelo de economia a que o texto se refere.

Se considerarmos que o pilar social do desenvolvimento sustentável já presume a necessidade de erradicação da pobreza, o surgimento da expressão “combate à pobreza” lado a lado com “desenvolvimento sustentável” comunica o destaque para a questão da pobreza no escopo do conceito de desenvolvimento sustentável representado no texto.

Por meio da análise lexical, observamos que o vocábulo “*poverty*” surge no texto 65 vezes, sendo que em 34 vezes ela vem na expressão “*poverty eradication*”. A alta frequência é influenciada pela opção de se utilizar a expressão “*in the context of sustainable development and poverty eradication*”, que ocorre no texto por 20 vezes.²⁰

No entanto, nem sempre quando surge no texto a expressão “*in the context of sustainable development and poverty eradication*”, o cotexto²¹ aborda diretamente a temática do combate à pobreza. Muitas vezes, a pobreza tem um papel periférico no sentido

¹⁹ Os trechos dos pronunciamentos dos *Major Groups* e do documento da Rio+20 apresentados em português entre aspas ao longo do texto são resultantes da tradução livre.

²⁰ A única vez em que essa expressão não se presta a qualificar a economia verde, ela está qualificando o senso de urgência necessário para se endereçar à redução aos riscos e o aumento da resiliência aos desastres, no §186.

²¹ Vale relembrar que cotexto refere-se ao contexto linguístico, ou seja, ao contexto textual.

do parágrafo. Foram identificadas 20 passagens em que a questão da pobreza assume relevância periférica. Essas passagens de texto não foram incluídas nas análises que se seguem neste capítulo.

No conjunto dos 283 parágrafos que compõem o documento final da Rio+20, 48 parágrafos (17%) foram considerados por suas referências à pobreza e à desigualdade social.²² A nuvem de palavras apresentada na Figura 14 contém os 150 vocábulos (grafados com três letras ou mais) mais utilizados nesses 48 parágrafos. Os termos “*development*” (com 88 ocorrências); “*sustainable*” (com 83 ocorrências) e “*including*” (com 54 ocorrências) foram suprimidos da nuvem de palavras a fim de priorizar a análise comparativa da ocorrência dos outros termos relevantes no documento. Inserem-se na Figura 14, portanto, somente os termos que se repetem no texto entre 48 vezes (“*poverty*”) e cinco vezes (25 vocábulos).

Como pode ser visto na teoria sobre desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991; MACHADO, 2005; SACHS, 2008) e também no próprio documento da Rio+20, como por exemplo nos parágrafos 37 (excerto (1)) e 100 (excerto (2)), o desenvolvimento sustentável integra três dimensões, sejam: a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental.

- (1) (§37) (...) *to achieve sustainable development in a comprehensive manner integrating the economic, social and environmental dimensions (trecho).*
- (2) (§100) *We emphasize that regional and subregional organizations, including the United Nations regional commissions and their subregional offices, have a significant role to play in promoting a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development in their respective regions (...)* (trecho).

²² Todos os 48 parágrafos do texto “O futuro que queremos” com referências à questão da pobreza e da equidade social foram considerados nessa análise lexical e contribuíram para a análise discursiva apresentada neste capítulo. Mas vale ressaltar que, dentre esses parágrafos, foram transcritos nesta seção apenas aqueles que se mostraram mais relevantes para essa discussão. Os parágrafos mencionados sem indicação do número do excerto a que se referem não foram transcritos nesta seção, uma vez que é feita mera menção a seu conteúdo, não a análise discursiva textualmente orientada propriamente dita.

Palavra	Frequência	Campo semântico a que se associa	Total do n ^o . de vocábulos associado ao campo semântico
employment	7	social	
empowerment	7	social	
hunger	7	social	
livelihoods	7	social	
eradicating	6	social	
gender	6	social	
indigenous	6	social	
men	6	social	
peoples	6	social	
vulnerable	6	social	
children	5	social	
cultural	5	social	
eradicate	5	social	
healthy	5	social	
food	30	econômico	Dimensão econômica: 18 termos no total de 214 ocorrências
developing	28	econômico	
economic	25	econômico	
access	22	econômico	
agricultural	16	econômico	
economy	10	econômico	
resources	10	econômico	
production	9	econômico	
sector	9	econômico	
farmers	8	econômico	
job	7	econômico	
land	7	econômico	
affordable	6	econômico	
fisheries	6	econômico	
productive	6	econômico	
agriculture	5	econômico	
investment	5	econômico	
jobs	5	econômico	
ecosystems	11	ambiental	Dimensão ambiental: 14 termos no total de 105 ocorrências
green	11	ambiental	
sustained	10	ambiental	
water	8	ambiental	
biodiversity	7	ambiental	
change	7	ambiental	
climate	7	ambiental	
conservation	7	ambiental	
environment	7	ambiental	
natural	7	ambiental	
energy	6	ambiental	
environmental	6	ambiental	
environmentally	6	ambiental	
impacts	5	ambiental	

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 4 é possível observar que a maior parte das palavras frequentes utilizadas nas referências do texto à questão da pobreza e da equidade social está vinculada aos pilares social e econômico (29 termos vinculados à dimensão social e 18 termos vinculados à dimensão econômica). Já a ocorrência dos termos vinculados ao campo semântico do pilar ambiental é inferior àqueles dos demais pilares (14 termos), assim como a frequência com que esses termos ocorrem nos excertos analisados (os termos ligados ao pilar ambiental repetem-se entre 11 e 5 vezes, totalizando 105 ocorrências no texto, enquanto os termos associados ao pilar social e econômico apresentam frequência superior: 324 e 214 respectivamente). Por essas escolhas lexicais se revela o quanto a representação da questão da pobreza e equidade social está mais fortemente ligada ao discurso socioeconômico, sem que se vincule, no texto final da Rio+20, às questões ecológicas do desenvolvimento.

4.2.1 A erradicação da pobreza e os pilares do desenvolvimento sustentável

As referências ao discurso da equidade social e combate à pobreza como uso de termos associados ao desenvolvimento social e econômico é coerente com pressuposição existencial (pressuposto de verdade, revelado pelo uso do verbo “reconhecer” (*to recognize*) encontrada no texto de que o crescimento econômico é uma via imprescindível para a erradicação da pobreza, conforme se lê parágrafo 106 transcrito no excerto (3).

- (3) *(§106) We recognize that sustained, inclusive and equitable economic growth in developing countries is a key requirement for eradicating poverty and hunger and achieving the Millennium Development Goals. In this regard, we emphasize that national efforts of developing countries should be complemented by an enabling environment aimed at expanding the development opportunities of developing countries. We also emphasize the need to accord the highest priority to poverty eradication through integrated, coordinated and coherent strategies at all levels.*

O uso da expressão “*key requirement*” é um indicador de alta modalidade deontica, indicando no texto o comprometimento (ou a obrigação) de se considerar o crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo nos países em desenvolvimento como um meio para a erradicação a pobreza e da fome e para se alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Observa-se, nos excertos (4) e (5), como as enumerações priorizam as medidas de caráter econômico como vias para se alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a equidade social. No texto se observa a pressuposição de que o desenvolvimento social, e no seio deste o combate à pobreza, justificam as ações necessárias para o desenvolvimento sustentável, as quais se realizariam por meio de mecanismos econômicos.

- (4) (§4) *We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living, fostering equitable social development and inclusion, and promoting integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports, inter alia, economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges (grifo nosso).*
- (5) (§11) *We reaffirm our commitment to strengthen international cooperation to address the persistent challenges related to sustainable development for all, in particular in developing countries. In this regard, we reaffirm the need to achieve economic stability, sustained economic growth, promotion of social equity and protection of the environment, while enhancing gender equality, the empowerment of women and equal opportunities for all, and the protection, survival and development of children to their full potential, including through education (grifo nosso).*

No excerto (4), a medida prioritária para se alcançar o desenvolvimento sustentável é o crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo, que aparece em primeiro lugar na enumeração. Essa mesma ordenação que concede lugar de destaque ao crescimento econômico está presente no excerto (5), que, aliado ao excerto (4), reitera a importância do crescimento econômico para a erradicação a pobreza, como se observou também no parágrafo 106 (excerto (3)).

Observa-se que, na ordem da enumeração contida no excerto (4), é conferida importância secundária às medidas de caráter ambiental (“promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e ecossistemas”), que aparece apenas como último item da enumeração e, ainda, tem sua importância relativa mitigada pela expressão “o que favorece, dentre outros, o desenvolvimento econômico, social e humano”. Essa expressão se presta como qualificador das medidas ambientais, servindo-lhe de justificativa.

Observa-se que, ao elencar os tipos de desenvolvimento, novamente o excerto (4) confere primazia ao desenvolvimento econômico. Na oração que se segue (“ao tempo que facilita a conservação, regeneração e reconstituição e resiliência dos ecossistemas”), ressurgem a questão ambiental como resultante das medidas de promoção do desenvolvimento sustentável. O vocábulo “*while*” que precede o trecho que apresenta os benefícios ambientais indica modalidade deontológica baixa, ou seja, fraco comprometimento com a promoção desses resultados. Com importância mitigada no contexto, “a conservação do ecossistema, a regeneração e restauração e resiliência diante dos novos desafios emergentes” são representadas meramente como um efeito colateral positivo das medidas

tomadas para a promoção do desenvolvimento econômico, social e humano, contribuindo para justificar a relevância dessas medidas.

Já o uso da construção “reafirmamos a necessidade” (*we reaffirm the need*) presente no tanto no §4 (excerto (4)) quanto no §11 (excerto (5)) representam alta modalidade deontica, isto é, alto grau de necessidade (ou obrigatoriedade) de que sejam alcançados a estabilidade econômica, o crescimento econômico sustentado e a promoção da equidade social, dentre outros requisitos do desenvolvimento sustentável.

No §56 (excerto (6)), outra enumeração (realçada pelo grifo) reafirma a importância majorada dos aspectos econômicos em relação aos demais aspectos do desenvolvimento sustentável, reiterando o que foi observado nos excertos (3), (4) e (5).

- (6) (*§56*) *We affirm that there are different approaches, visions, models and tools available to each country, in accordance with its national circumstances and priorities, to achieve sustainable development in its three dimensions which is our overarching goal. In this regard, we consider green economy in the context of sustainable development and poverty eradication as one of the important tools available for achieving sustainable development and that it could provide options for policymaking but should not be a rigid set of rules. We emphasize that it should contribute to eradicating poverty as well as sustained economic growth, enhancing social inclusion, improving human welfare and creating opportunities for employment and decent work for all, while maintaining the healthy functioning of the Earth's ecosystems.*

A manutenção do funcionamento saudável do ecossistema terrestre surge ao final do parágrafo, precedida pelos benefícios econômicos e sociais da economia verde. Além de sua posição posterior no parágrafo, a manutenção do ecossistema é representada com importância mitigada ao ser antecedido por “*while*”. Assim como no excerto (4), sua presença revela baixo comprometimento (modalidade deontica baixa) com a geração dos resultados de caráter ambiental, quando comparado à ênfase dada à erradicação a pobreza, ao crescimento econômico sustentável, à promoção da inclusão social, à melhoria do bem-estar humano e à criação de oportunidades de emprego e de trabalho decente para todos.

4.2.2 A economia verde no combate à pobreza

Ao apresentar a economia verde como “um dos importantes instrumentos disponíveis para se alcançar o desenvolvimento sustentável” enfatizando, em seguida, que ela não deve ser um conjunto rígido de regras”, o texto aponta uma abertura em relação a outras propostas que contribuam para a construção de políticas de promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, essas alternativas não são sugeridas ao longo do documento. Apesar de o excerto (6) revelar uma modalidade deontica baixa com a proposta de economia verde, isso contradiz outras passagens do texto em que se alude à economia verde conferindo-lhe alto grau de importância no contexto da Rio+20, como é caso do §12

(excerto (8)) e o §104 (excerto (7)), que expressam o compromisso e a determinação de se tratarem os temas principais da Conferência, sejam, a economia verde e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

- (7) *(§104) We recognize that in order to achieve the objective of the Conference, namely to secure renewed political commitment for sustainable development, as well as to address the themes of a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication and the institutional framework for sustainable development, we commit to address remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development, to address new and emerging challenges and to seize new opportunities through the actions enumerated below in this framework for action, supported as appropriate through provision of means of implementation. We recognize that goals, targets and indicators, including where appropriate gender-sensitive indicators, are valuable in measuring and accelerating progress. We further note that progress in the implementation of the actions stipulated below can be enhanced by voluntarily sharing information, knowledge and experience.*

Também se revela, no §58, especialmente nos subitens de (j) a (p), uma forte aposta (modalidade deôntica alta) no potencial de contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável. Nesses subitens transcritos no excerto (8) estão enumerados os benefícios sociais que podem ser ativados por meio das políticas de economia verde, dentre esses a melhoria das condições de vida de comunidade mais vulneráveis e a contribuição das atividades produtivas para a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento.

- (8) *(§58) We affirm that green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should: (...)*

(j) Enhance the welfare of indigenous peoples and their communities, other local and traditional communities and ethnic minorities, recognizing and supporting their identity, culture and interests, and avoid endangering their cultural heritage, practices and traditional knowledge, preserving and respecting non-market approaches that contribute to the eradication of poverty;

(k) Enhance the welfare of women, children, youth, persons with disabilities, smallholder and subsistence farmers, fisherfolk and those working in small and medium-sized enterprises, and improve the livelihoods and empowerment of the poor and vulnerable groups in particular in developing countries;

(l) Mobilize the full potential and ensure the equal contribution of both women and men;

(m) Promote productive activities in developing countries that contribute to the eradication of poverty;

(n) Address the concern about inequalities and promote social inclusion, including social protection floors;

(o) Promote sustainable consumption and production patterns;

(p) Continue efforts to strive for inclusive, equitable development approaches to overcome poverty and inequality.

A erradicação da pobreza por meio de instrumentos econômicos é reiterada no §147 (excerto (9)), em que se lê que “erradicação da pobreza, pleno emprego produtivo e a proteção e integração social estão inter-relacionadas e se reforçam mutuamente”.

(9) (§147) We recognize that poverty eradication, full and productive employment and decent work for all, and social integration and protection are interrelated and mutually reinforcing, and that enabling environments to promote these need to be created at all level.

Nesse trecho, a ordem da enumeração realça a prioridade dos aspectos econômicos diante dos sociais. Entretanto, ao referir-se à proteção e à integração social, o texto faz alusão à necessidade de medidas políticas para a promoção do desenvolvimento social, indicando a necessária complementariedade dessas medidas com as ferramentas econômicas.

A necessidade de medidas de caráter político para a promoção do desenvolvimento social é retomada no §148 (excerto (10)), em que se expressa a necessidade de políticas e estratégias governamentais para a promoção de emprego decente e produtivo para jovens.

(10) (§148) We are concerned about labour market conditions and widespread deficits of available decent work opportunities, especially for young women and men. We urge all governments to address the global challenge of youth employment by developing and implementing strategies and policies that provide young people everywhere access to decent and productive work, as over the coming decades decent jobs will need to be created to be able to ensure sustainable and inclusive development and reduce poverty.

Vale realçar o tom de reivindicação que se evidencia pelo uso do verbo “to urge” no §148 (excerto (10)). Apresenta-se, assim, um clamor aos governos para que se desenvolvam e se implementem estratégias e políticas de promoção de emprego decente e trabalho produtivos para os jovens. Uma avaliação negativa do futuro do mercado de trabalho é representada pela referência à necessidade de que se criem trabalhos decentes nas próximas décadas de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável e inclusivo e a redução da pobreza, revelando certa descrença no modelo vigente em assegurar o pleno emprego e o trabalho decente, logo, apontando a necessidade de transformação desse modelo.

No que tange à necessidade de instrumentos políticos de promoção do desenvolvimento social, é interessante comparar os excertos (4), (5), (6) e (8) com os excertos (9) e (10). Enquanto esses últimos aludem à necessidade de medidas política para que a economia se preste a promover o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza, nos excertos (4), (5), (6) e (8) não há nenhuma expressão que intermedeie a relação entre atividades produtivas e erradicação da pobreza, levando à interpretação de que a economia

verde e as atividades produtivas seriam meios adequados e suficientes para a promoção do desenvolvimento social intrínseco ao desenvolvimento sustentável. Tal comparação revela senão uma ruptura de coesão no texto, ao menos uma justaposição de ideias destoantes no decorrer dos parágrafos.

4.2.3 Empregabilidade e emprego decente na erradicação da pobreza

No documento, é recorrente a ideia de que medidas econômicas, tais como a promoção de emprego decente e produtivo e crescimento econômico, são instrumentos primordiais para o combate à pobreza. Nesse sentido ainda, a educação é representada no texto como uma condição essencial para a inclusão econômica e social, a qual, por sua vez, é tida como imprescindível para o combate à pobreza, como se pode ler nos excertos (11) e (12) e (13).

(11) (§62) *We encourage each country to consider the implementation of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, in a manner that endeavours to drive sustained, inclusive and equitable economic growth and job creation, particularly for women, youth and the poor. In this respect, we note the importance of ensuring that workers are equipped with the necessary skills, including through education and capacity-building, and are provided with the necessary social and health protections. In this regard, we encourage all stakeholders, including business and industry, to contribute, as appropriate. We invite governments to improve knowledge and statistical capacity on job trends, developments and constraints and integrate relevant data into national statistics, with the support of relevant United Nations agencies within their mandates.*

(12) (§152) *We recognize that workers should have access to education, skills, health care, social security, fundamental rights at work, social and legal protections, including occupational safety and health, and decent work opportunities. Governments, trade unions, workers and employers all have a role to play in promoting decent work for all, and all should help young people to gain access to needed skills and employment opportunities, including in new and emerging sectors. Women and men should have equal access to opportunities to acquire job skills as well as to worker protections. We recognize the importance of a just transition, including programmes to help workers adjust to changing labour market conditions.*

(13) (§229) *We reaffirm our commitments to the right to education and in this regard, we commit to strengthen international cooperation to achieve universal access to primary education, particularly for developing countries. We further reaffirm that full access to quality education at all levels is an essential condition for achieving sustainable development, poverty eradication, gender equality and the empowerment of women, as well as human development, for the attainment of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, and for the full participation of both women and men, in particular young people. In this regard, we stress the need for ensuring equal access to education for persons with disabilities, indigenous peoples, local communities, ethnic minorities and people living in rural areas.*

No excerto (11) fica claro que a conexão entre a promoção da educação e o combate à pobreza se realiza pela inclusão no mercado de trabalho de grupos sociais vulneráveis (“particularmente mulheres, jovens e pobres”) graças à capacitação profissional.

No excerto (12) tal conexão ressurgue com mais sutileza ao se abordar a necessidade de assegurar o acesso dos trabalhadores à educação e à capacitação, juntamente como outros requisitos de condições de vida digna, tais como acesso a serviços de saúde, segurança social, direitos trabalhistas fundamentais, proteção social e legal do trabalhador, saúde e segurança ocupacionais e oportunidades de trabalho decente. No entanto, ao tratar das mudanças no mercado de trabalho, o texto retoma a ideia de que a educação e a capacitação, especialmente para atores sociais vulneráveis, é uma condição de inclusão social necessária para que se realize a “justa transição”.

Nessa passagem do texto da Rio+20, a “justa transição” faz referência às necessidades de adaptação da população economicamente ativa às novas exigências profissionais que resultam das transformações em curso no mercado, o que tem gerado dificuldades de inserção no mercado de trabalho, especialmente para os jovens, no cenário de crise econômica experimentada na ocasião da realização da Conferência.

O uso do termo “justa transição” estabelece relação intertextual do texto da Rio+20 com a proposta apresentada por uma coalisão de organizações que reúnem ambientalistas e trabalhadores, denominada *Just Transition Alliance*, que também é mencionada no pronunciamento oficial do *Major Group* Trabalhadores e Sindicatos. A proposta da *Just Transition Alliance* defende a necessidade de medidas regulatórias que dificultem a migração de empresas com alto potencial poluente (VIEW, 2002), forçando-as a estabelecer uma relação saudável e de longo prazo com a comunidade do local em que está instalada. Apesar de tratar da responsabilidade socioambiental corporativa, a proposta da *Just Transition Alliance* não está relacionada com a questão da empregabilidade, de modo que o uso da expressão “justa transição”, conforme se configura no §152 (excerto (12)), desvirtua o sentido original da proposta de justa transição.

Vale ressaltar que, nos excertos (11) e (12), a educação é representada como um requisito para a inserção social e econômica dos trabalhadores pelas vias do mercado de trabalho, reforçando a hegemonia do discurso do desenvolvimento econômico e relegando ao segundo plano os outros aspectos do desenvolvimento sustentável que também podem ser promovidos por meio da educação.

Já no excerto (13), a educação é representada como um direito social, o qual os signatários do documento (representados pelo pronome “we”) se comprometem a promover por meio da cooperação internacional. No entanto, esse compromisso expresso no texto

restringe-se à promoção do acesso universal à educação básica. Porém, marcando uma justaposição de ideias diferentes, no mesmo §229 (excerto (13)), retoma-se a vinculação entre educação e combate à pobreza por meio da inclusão social e econômica, via mercado de trabalho, de grupos sociais vulneráveis. Isso se verifica quando é apresentado que a “educação de qualidade em todos os níveis é condição essencial para a plena participação social de homens e mulheres, em especial dos jovens”. Não se explicitam, no entanto, as medidas de promoção do acesso aos demais níveis da educação, contrastando com o que foi afirmado para o caso da educação primária, que é representada no texto como um direito universal a ser resguardado pela cooperação internacional.

Analisando-se o conjunto dos três excertos que abordam a educação como requisito de desenvolvimento sustentável e fator de equidade social e combate à pobreza, presume-se que a necessidade de inclusão no mercado de trabalho impulse a busca por educação e capacitação profissional. Revela-se, assim, a pressuposição proposicional que atribui aos mecanismos de mercado a força motriz para o alcance desse requisito do desenvolvimento social.

4.2.4 Medidas políticas para o enfrentamento da pobreza

No documento da Rio+20, o desenvolvimento econômico se apresenta como recurso prioritário para o desenvolvimento social, de modo que este último serve de justificativa para as medidas de promoção do primeiro. Mas também são indicadas medidas de caráter político para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, como foi visto na seção anterior comentando-se os excertos (9) e (10). A necessidade de políticas sociais se mostra com mais veemência nos excertos (14) e (15). No entanto, em comparação com a alusão no texto às medidas econômicas para a promoção do desenvolvimento social, os requisitos políticos da erradicação da pobreza e da promoção do desenvolvimento sustentável surgem no texto em menor frequência e com menos destaque.

(14) (§63)(...) *We acknowledge that it will be important to take into account the opportunities and challenges, as well as the costs and benefits, of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, using the best available scientific data and analysis. We acknowledge that a mix of measures, including regulatory, voluntary and others applied at the national level and consistent with obligations under international agreements, could promote green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We reaffirm that social policies are vital to promoting sustainable development (trecho, grifo nosso).*

(15) (§107) *We recognize that promoting universal access to social services can make an important contribution to consolidating and achieving development gains. Social protection systems that address and reduce inequality and social exclusion are essential for eradicating poverty and advancing the achievement of the*

Millennium Development Goals. In this regard, we strongly encourage initiatives aimed at enhancing social protection for all people.

Serviços sociais, proteção social e políticas sociais são representados no texto como essenciais para o combate à pobreza. Serviços públicos de infraestrutura também são apontados no texto como necessários para a erradicação da pobreza, tais como: acesso à água potável e a saneamento básico (§120, excerto (16)), serviços energéticos modernos e sustentáveis (§125, excerto (17) e §129, excerto (18)), habitação e mobilidade (§134, excerto (19) e §135, excerto (20)). É importante notar que o documento expressa um compromisso explícito com a promoção do acesso universal a esses serviços. A representação desse compromisso é marcada pelo uso do processo verbal “nos comprometemos” (*we commit*) presente nos excertos (16), (17), (19) e (20) e pela afirmativa de que “estamos todos determinados a agir de modo a tornar realidade a energia sustentável para todos” presente no excerto (18), representando a função de fala do tipo “oferta”.

Vale ressaltar que o uso da expressão “*sustainable energy for all*” no excerto (18) marca a relação intertextual com a iniciativa apresentada pelo secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, que visa promover, até o ano de 2030, o acesso universal a serviços modernos de energia, dobrar as taxas globais de eficiência energética e dobrar a participação das energias renováveis no mix energético global (UNITED NATIONS, 2011b).

(16) (§120) (...) *We commit to the progressive realization of access to safe and affordable drinking water and basic sanitation for all, as necessary for poverty eradication, the empowerment of women and to protect human health, and to significantly improve the implementation of integrated water resource management at all levels as appropriate (...) (trecho).*

(17) (§125) *We recognize the critical role that energy plays in the development process, as access to sustainable modern energy services contributes to poverty eradication, saves lives, improves health and helps provide for basic human needs. We stress that these services are essential to social inclusion and gender equality, and that energy is also a key input to production. We commit to facilitate support for access to these services by 1.4 billion people worldwide who are currently without them. We recognize that access to these services is critical for achieving sustainable development.*

(18) (§129) (...) *We are all determined to act to make sustainable energy for all a reality and, through this, help to eradicate poverty and lead to sustainable development and global prosperity (...) (trecho)*

(19) (§134) (...) *We commit to work towards improving the quality of human settlements, including the living and working conditions of both urban and rural dwellers in the context of poverty eradication so that all people have access to basic services, housing and mobility (...) (trecho).*

(20) (§135) *We commit to promote an integrated approach to planning and building sustainable cities and urban settlements, including through supporting local authorities, increasing public awareness and enhancing participation of urban residents, including the poor, in decision-making. We also commit to promote sustainable development policies that support inclusive housing and social services; a safe and healthy living environment for all, particularly children, youth, women and the elderly and disabled; affordable and sustainable transport and energy; promotion, protection and restoration of safe and green urban spaces; safe and clean drinking water and sanitation; healthy air quality; generation of decent jobs; and improved urban planning and slum upgrading (...)(trecho).*

Observa-se, nesses excertos, que a representação dos processos (elementos verbais) referentes à promoção dos serviços de infraestrutura pública revela modalidade deontica alta (forte compromisso com a ação). Dentre os parágrafos que fazem referência à erradicação da pobreza no documento “O futuro que queremos”, apenas nos excertos (7), (3) (13), (16), (17), (18) e (19) se observa o uso do processo verbal “*to commit*”. Esse processo (elemento verbal) de comprometer(-se) revela uma predisposição à ação mais forte do que os verbos utilizados nas demais passagens analisadas, tais como: “*to recognize*” (usado 24 vezes nas referências à questão da pobreza), “*to affirm*” (usado 14 vezes), “*to emphasize*” (usado 10 vezes), “*to acknowledge*” (usado 7 vezes), “*to encourage*” (usado 7 vezes), “*to be concerned*” (usado 4 vezes).

Pelos elementos presentes nos excertos (16), (17), (18) e (19), desvela-se uma pressuposição proposicional que representa uma predisposição ativa em atuar na promoção dos serviços de infraestrutura, especialmente junto aos países em desenvolvimento, como medida de combate à pobreza.

Diferentemente, no excerto (13) se observa uma menor implicação com o compromisso expresso no §229. Ao reafirmar o compromisso de “fortalecer a cooperação internacional para alcançar o acesso universal à educação primária”, o texto faz uso da expressão “fortalecer a cooperação internacional...” para intermediar a representação do compromisso e a proposta da ação de promoção da universalização do acesso à educação primária. Dessa forma, se enfraquece a vinculação entre essas ideias, revelando uma modalidade deontica mais baixa que aquelas analisadas nos excertos (16), (17), (18) e (19). O mesmo recurso de afastamento entre o compromisso expresso e seu conteúdo também é observado no §11 (excerto (5)), onde se reafirma o “compromisso de fortalecer a cooperação internacional para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável para todos, em particular para os países em desenvolvimento”.

Em duas outras passagens do texto relacionadas à erradicação da pobreza estão representados compromissos no documento da Rio+20: no §2 (excerto (7)), que expressa o compromisso de “libertar a humanidade da pobreza e da fome como uma questão de

urgência”; no §8 (excerto (21)), que reafirma “o compromisso com sociedades justas e democráticas”.

(21) (§8) *We also reaffirm the importance of freedom, peace and security, respect for all human rights, including the right to development and the right to an adequate standard of living, including the right to food, the rule of law, gender equality, the empowerment of women and the overall commitment to just and democratic societies for development.*

Nas demais passagens do texto “O futuro que queremos” que fazem referência à questão da erradicação da pobreza e da promoção da equidade, são usados processos que representam uma implicação menos proativa em relação às medidas de promoção do desenvolvimento sustentável, representando ações verbais ou mentais, segundo a classificação proposta pelo sistema de transitividade de Halliday (2004), como por exemplo: “reconhecer” (*to recognize, to acknowledge*), “reafirmar” (*to reaffirm*), “ênfatizar” (*to stress, to emphasize*), “notar” (*to note*), “encorajar” (*to encourage*) e “clamar” (*to call*).

4.2.5 A erradicação da pobreza e o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável

No que se refere aos aspectos ambientais do desenvolvimento, o documento remete à questão da erradicação da pobreza quando menciona a conservação e uso sustentável dos oceanos (§158, excerto (22)), o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização (§202, excerto (23)), o bom manejo da terra e do solo (§205, excerto (24)), a boa gestão das águas, o combate à desertificação, à seca e à degradação dos solos (§207, excerto (25)).

(22) (§158) (...) *We stress the importance of the conservation and sustainable use of the oceans and seas and of their resources for sustainable development, including through their contributions to poverty eradication, sustained economic growth, food security and creation of sustainable livelihoods and decent work, while at the same time protecting biodiversity and the marine environment and addressing the impacts of climate change (...) (trecho).*

(23) (§199) (...) *We acknowledge the role of access and benefit-sharing arising from the utilization of genetic resources in contributing to the conservation and sustainable use of biological diversity, poverty eradication and environmental sustainability (...) (trecho).*

(24) (§205) *We recognize the economic and social significance of good land management, including soil, particularly its contribution to economic growth, biodiversity, sustainable agriculture and food security, eradicating poverty, the empowerment of women, addressing climate change and improving water availability (...) (trecho).*

(25) (§207) (...) *We note the importance of mitigating the effects of desertification, land degradation and drought, including by preserving and developing oases, restoring degraded lands, improving soil quality and improving water*

management, in order to contribute to sustainable development and poverty eradication (...) (trecho).

A erradicação da pobreza é apresentada nesses trechos como argumento para se evidenciar a importância dos serviços ambientais referidos. No entanto, a preservação ambiental não é representada no texto como medida de combate à pobreza. Os benefícios sociais são mencionados como resultados (presumíveis) dos serviços ambientais. Analisando a coesão do texto, verifica-se que os instrumentos econômicos prioritariamente, e então os instrumentos políticos, são aqueles propostos pelo documento da Rio+20 como vias para o combate à pobreza, porém esse não é o caso dos serviços ambientais, em relação aos quais a redução da pobreza é representada como um efeito colateral positivo.

Já no excerto (26), a redução da pobreza é representada como um meio para a preservação ecológica dos ecossistemas e da biodiversidade das montanhas, e não mais um efeito desse serviço ambiental, invertendo a lógica de causa e efeito observada nos excertos (22), (23), (24) e (25). Nesse sentido, planos e programas de redução da pobreza são apontados como elementos necessários às estratégias e políticas de preservação ambiental dos ecossistemas de montanha.

(26) (§212) We call for greater efforts towards the conservation of mountain ecosystems, including their biodiversity. We encourage States to adopt a long-term vision and holistic approaches, including through incorporating mountain-specific policies into national sustainable development strategies, which could include, inter alia, poverty reduction plans and programmes for mountain areas, particularly in developing countries. In this regard, we call for international support for sustainable mountain development in developing countries.

Ainda no que tange à relação entre pobreza e questões ambientais no documento da Rio+20, observa-se no §190 que as mudanças climáticas são indicadas como uma ameaça à segurança alimentar e aos esforços de combate à pobreza, como se lê no excerto (27).

(27) (§190) We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and we express profound alarm that emissions of greenhouse gases continue to rise globally. We are deeply concerned that all countries, particularly developing countries, are vulnerable to the adverse impacts of climate change, and are already experiencing increased impacts, including persistent drought and extreme weather events, sea-level rise, coastal erosion and ocean acidification, further threatening food security and efforts to eradicate poverty and achieve sustainable development. In this regard we emphasize that adaptation to climate change represents an immediate and urgent global priority.

De fato, no §178, o documento reitera tal argumento ao denunciar o caso das pequenas nações insulares, onde as mudanças climáticas podem ter contribuído para progressos pífios, e em alguns casos perdas, no que concerne à redução da pobreza (excerto (28)).

(28) (§178) *We reaffirm that small island developing States remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities, including their small size, remoteness, narrow resource and export base, and exposure to global environmental challenges and external economic shocks, including to a large range of impacts from climate change and potentially more frequent and intense natural disasters. We note with concern that the outcome of the five-year review of the Mauritius Strategy concluded that small island developing States have made less progress than most other groupings, or even regressed, in economic terms, especially in terms of poverty reduction and debt sustainability. Sea-level rise and other adverse impacts of climate change continue to pose a significant risk to small island developing States and their efforts to achieve sustainable development, and for many represent the gravest of threats to their survival and viability, including for some through the loss of territory. We also remain concerned that, while small island developing States have progressed in the areas of gender, health, education and the environment, their overall progress towards achieving the Millennium Development Goals has been uneven.*

Como apontado anteriormente, as mudanças climáticas são representadas no texto como “um dos maiores desafios de nosso tempo” (§190), ao passo que a erradicação da pobreza é representada como “o maior desafio enfrentado pelo mundo atual” (§2). Ao comparar essas duas passagens, mais uma vez se observa a importância majorada concedida aos problemas sociais do desenvolvimento, em detrimento daquela atribuída aos problemas ambientais. Mas, para além dessa reflexão, ao vincular esses desafios, o texto reforça a necessidade de ações urgentes, imediatas e globais para tratar os impactos adversos das mudanças climáticas, que se traduzem em perdas ambientais (secas persistentes, eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar, erosão litorânea e acidificação dos mares e oceanos) e problemas sociais (pobreza, insegurança alimentar e fome), de modo que o combate à pobreza serve como justificativa para se empreender esforços no enfrentamento das mudanças climáticas.

4.2.6 Aspectos econômicos na representação da questão da pobreza no texto da Rio+20

Outra ameaça à erradicação da pobreza, ao combate a fome e ao desenvolvimento sustentável representada no texto é a corrupção, conforme se lê no excerto (29).

(29) (§266) *We stress that fighting corruption and illicit financial flows at both the national and international levels is a priority and that corruption is a serious barrier to effective resource mobilization and allocation and diverts resources away from activities that are vital for poverty eradication, the fight against hunger and sustainable development (...)* (trecho).

Mais uma vez, a erradicação da pobreza se presta como argumento para justificar esforços no enfrentamento de desafios da sustentabilidade e para a definição de prioridades de ação expressos no documento da Rio+20. Ainda nesse sentido, o documento afirma que a “boa governança e o Estado de Direito em nível nacional e internacional são essenciais

para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e da fome” (excerto (30)).

(30) (§252) (...) We acknowledge that good governance and the rule of law at the national and international levels are essential for sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable development and the eradication of poverty and hunger (trecho).

Observa-se, entretanto, que ainda que a erradicação da pobreza e o combate à fome sirvam como argumento para se fixar prioridades, conferindo um peso moral às propostas, a ordem de enumerações dos benefícios a serem alcançados com as medidas prioritárias não privilegia os efeitos sociais, dentre eles o combate à pobreza e à fome, especialmente se dentre esses resultados configuram efeitos de caráter econômico, como se vê, por exemplo, no excerto (30), reiterando o que foi encontrado na análise das enumerações contidas nos excertos (3), (4), (5), (6), (9) e (10).

Vale chamar a atenção para a semelhança textual entre as últimas linhas do §252 transcritas no excerto (30) e as primeiras linhas do §10, transcritas no excerto (31).

(31) (§10) We acknowledge that democracy, good governance and the rule of law, at the national and international levels, as well as an enabling environment, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the eradication of poverty and hunger.

Curiosamente, a “proteção ambiental”, que não foi citada no §252, antecede “a erradicação da pobreza e da fome” no §10 (excerto (31)), contrastando com a ordem de prioridades observada em outras passagens do texto, em que os aspectos sociais apresentam primazia sobre os aspectos ecológicos. Entretanto, observa-se que, em ambas as passagens do texto, o crescimento econômico precede na enumeração os aspectos sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, atribuindo-lhe importância majorada.

Outro elemento que se acrescenta na frase do §10 (excerto (31)) é a democracia, que surge em primeira ordem na enumeração da primeira oração do trecho analisado. Ao referir-se à democracia como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável, o texto remete à dimensão política do desenvolvimento sustentável, realçando aspectos que vão além das questões econômicas, sociais e ambientais. Outra sutil diferença entre as passagens semelhantes dos parágrafos é na representação do desenvolvimento sustentável. No §10, o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a erradicação da pobreza e da fome são representados como parte do desenvolvimento sustentável, estando “incluídos” no conceito, conforme se lê na última oração do excerto (31).

Já no excerto (30), verifica-se a expressão “desenvolvimento sustentável” apresentada como um item da enumeração, antecedido por “crescimento econômico” e sucedido por “erradicação da pobreza e da fome”, sem que se explicita nessa enumeração o desenvolvimento social e a proteção ambiental que se vê no §10. Pode-se presumir diante disso, que, enquanto na primeira passagem (§10, excerto (31)) o desenvolvimento sustentável é tomado em seu aspecto amplo que inclui os três pilares (econômico, social e ambiental), na representação no §252 (excerto (30)), o conceito de desenvolvimento sustentável se apresenta mais restrito, contendo somente o desenvolvimento social e a proteção ambiental (que foram suprimidos do texto), mas ao qual devem ser agregados o crescimento econômico, prioritariamente, e a erradicação da pobreza e da fome em segundo lugar. Também se vê diferença na qualificação do “crescimento econômico”. No §10 utiliza-se a expressão “equitativa”, que foi suprimida §252, restando apenas os adjetivos “sustentado” e “inclusivo”.

O texto “O futuro que queremos” contém uma seção específica sobre a erradicação da pobreza, que se insere como primeiro subtítulo dentro da Seção A, intitulada, por sua vez, de “Áreas temáticas e questões transversais”, a qual faz parte do Capítulo V, “Quadro de ação e acompanhamento”. A atribuição de uma seção específica de texto sobre a erradicação da pobreza, composta pelos §105, §106 e §107, destaca a importância do assunto no texto.

A seção intitulada “erradicação da pobreza” se inicia com informações que chamam a atenção para o fato de que políticas genéricas de combate à pobreza podem não ser suficientes para a promoção efetiva e equitativa da melhoria das condições de vida dos pobres, conforme se lê no excerto (32).

(32) (§105) We recognize that, three years from the 2015 target date of the Millennium Development Goals, while there has been progress in reducing poverty in some regions, this progress has been uneven and the number of people living in poverty in some countries continues to increase, with women and children constituting the majority of the most affected groups, especially in the least developed countries and particularly in Africa.

4.2.7 Os pobres no documento da Rio+20

A ideia de que o problema da pobreza no mundo afeta um número expressivo de pessoas, de modo que não pode ser negligenciado, está expressa no §21 (excerto (33)). Esse parágrafo chama a atenção para o fato de que o aumento da população mundial exige o incremento dos esforços para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Recebem destaque os esforços para a erradicação da pobreza, da fome e de doenças evitáveis.

(33) (§21) *We are deeply concerned that one in five people on this planet, or over 1 billion people, still live in extreme poverty, and that one in seven — or 14 per cent — is undernourished, while public health challenges, including pandemics and epidemics, remain omnipresent threats. In this context, we note the ongoing discussions on human security in the General Assembly. We acknowledge that with the world’s population projected to exceed 9 billion by 2050 with an estimated two thirds living in cities, we need to increase our efforts to achieve sustainable development and, in particular, the eradication of poverty, hunger and preventable diseases.*

Em algumas passagens, o documento da Rio+20 se endereça à questão da pobreza referindo-se à situação das pessoas pobres. Nesses casos, verifica-se o uso do vocábulo “*poor*” em quinze parágrafos, sejam: §23 (excerto (38)), §30 (excerto (39)), 52 (excerto(42)), §58(k) (excerto (8)), §62 (excerto (11)), §109 (excerto (43)), §116 (excerto (34)), §126 (excerto (35)), §131 (excerto (46)), §135 (excerto (20)), §138 (excerto (36)), §151 (excerto (40)), §154 (excerto (41)), §197 (excerto (37)) e §268 (excerto (45)).

São diversos os assuntos que se associam à representação dos pobres o texto da Rio+20. A inclusão dos pobres, a despeito de sua situação econômica, nos processos de tomada de decisão quanto a cidades sustentáveis se lê no §135, transcrito no excerto (20).

O §116 (excerto (34)) aborda os riscos da volatilidade dos preços de alimentos para a questão da segurança alimentar global, realçando seus impactos sobre os agricultores familiares e as comunidades urbanas pobres.

(34) (§116) *We stress the need to address the root causes of excessive food price volatility, including its structural causes, at all levels, and the need to manage the risks linked to high and excessively volatile prices in agricultural commodities and their consequences for global food security and nutrition, as well as for smallholder farmers and poor urban dwellers.*

No §126 (excerto (35)), o texto faz referência aos pobres para enfatizar a necessidade de acesso universal aos serviços modernos de energia sustentável, independente da capacidade de pagamento por tais serviços.

(35) (§126) *We emphasize the need to address the challenge of access to sustainable modern energy services for all, in particular for the poor, who are unable to afford these services even when they are available. We emphasize the need to take further action to improve this situation, including by mobilizing adequate financial resources, so as to provide these services in a reliable, affordable, economically viable and socially and environmentally acceptable manner in developing countries.*

O §138 defende que o acesso aos “determinantes sociais e econômicos do bem-estar por toda a população, incluídos os pobres e os grupos vulneráveis, é importante para se criar sociedades inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis” (excerto (36)). Observa-se, no uso da expressão “sociedades economicamente produtivas”, a

presença do discurso hegemônico da economia enquanto fator promotor do desenvolvimento sustentável. Vale realçar que não se encontra no texto alusão à possibilidade de que a própria dinâmica econômica gere situações de pobreza.

(36) (§138) *We recognize that health is a precondition for and an outcome and indicator of all three dimensions of sustainable development. We understand the goals of sustainable development can only be achieved in the absence of a high prevalence of debilitating communicable and non-communicable diseases, and where populations can reach a state of physical, mental and social well-being. We are convinced that action on the social and environmental determinants of health, both for the poor and the vulnerable and for the entire population, is important to create inclusive, equitable, economically productive and healthy societies. We call for the full realization of the right to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health.*

No §197 (excerto (37)), os pobres são mencionados para justificar a importância da conservação da biodiversidade, ao alegar que as perdas podem comprometer a segurança alimentar e o acesso à água e à saúde, especialmente das populações rurais pobres.

(37) (§197) *We reaffirm the intrinsic value of biological diversity, as well as the ecological, genetic, social, economic, scientific, educational, cultural, recreational and aesthetic values of biological diversity and its critical role in maintaining ecosystems that provide essential services, which are critical foundations for sustainable development and human well-being. We recognize the severity of the global loss of biodiversity and the degradation of ecosystems and emphasize that these undermine global development, affecting food security and nutrition, the provision of and access to water and the health of the rural poor and of people worldwide, including present and future generations. This highlights the importance of the conservation of biodiversity, enhancing habitat connectivity and building ecosystem resilience (...) (trecho).*

Os parágrafos comentados acima apontam para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento e da situação da pobreza por meio das vias políticas e dos serviços sociais, reconhecendo os pobres enquanto cidadãos. Tal abordagem contrasta com as propostas de enfrentamento da situação de pobreza por meio dos mecanismos de mercado, o que se verifica nos outros onze parágrafos que mencionam diretamente os pobres, nos quais a função social das pessoas fica restrita à sua capacidade produtiva e de consumo. Nessas passagens, verifica-se que a criação de empregos e trabalho decente (excertos (11), (38), (39), (40) e (41)) e a geração de renda (excertos (39) e (40)) são apontadas como maneiras de enfrentamento da pobreza (38) e para o atendimento das necessidades das pessoas e de promoção de modos de vida sustentáveis (39).

(38) (§23) *We reaffirm the importance of supporting developing countries in their efforts to eradicate poverty and promote empowerment of the poor and people in vulnerable situations, including removing barriers to opportunity, enhancing productive capacity, developing sustainable agriculture and promoting full and productive employment and decent work for all, complemented by effective social policies, including social protection floors, with a view to achieving the*

internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals.

- (39) (§30) *We recognize that many people, especially the poor, depend directly on ecosystems for their livelihoods, their economic, social and physical well-being, and their cultural heritage. For this reason, it is essential to generate decent jobs and incomes that decrease disparities in standards of living in order to better meet people's needs and promote sustainable livelihoods and practices and the sustainable use of natural resources and ecosystems.*
- (40) (§151) *We emphasize the need to enhance employment and income opportunities for all, especially for women and men living in poverty and, in this regard, we support national efforts to provide new job opportunities to the poor in both rural and urban areas, including support to small and medium-sized enterprises.*
- (41) (§154) *We recognize that opportunities for decent work for all and job creation can be generated through, inter alia, public and private investments in scientific and technological innovation, public works in restoring, regenerating and conserving natural resources and ecosystems, and social and community services. We are encouraged by government initiatives to create jobs for poor people in restoring and managing natural resources and ecosystems, and we encourage the private sector to contribute to decent work for all and job creation for both women and men, and particularly for young people, including through partnerships with small and medium-sized enterprises and cooperatives. In this regard, we acknowledge the importance of efforts to promote the exchange of information and knowledge on decent work for all and job creation, including green jobs initiatives and related skills, and to facilitate the integration of relevant data into national economic and employment policies.*

4.2.8 Atividades produtivas rurais e combate à pobreza

O argumento da importância das atividades produtivas rurais para o incremento do padrão de vida dos pobres também se fundamenta no discurso econômico. O §52 (excerto (42)) e o §109 (excerto (43)) explicitam a influência das comunidades rurais para o desenvolvimento econômico e para a segurança alimentar. O §109 (excerto (43)) aponta a revitalização da agricultura, o desenvolvimento (econômico) e o uso de ferramentas econômicas (acesso a crédito e a mercados, serviços financeiros, tecnologia a preços acessíveis) como vias para se endereçar à situação de pobreza no campo. Observa-se no §109 (excerto (43)) a conexão entre comunidades rurais e pobreza. Essa associação de ideias resulta de uma pressuposição existencial, já que não se fundamenta em argumentações ou informações apresentadas no texto. Diante dessa pressuposição, é notável o apagamento dos agentes do “*agribusiness*”, que gozam de uma situação diferente dos agricultores familiares.

Não mencionar os setores produtivos rurais economicamente desenvolvidos e com altos padrões de rentabilidade e produtividade pode ser conveniente quando se argumenta sobre a necessidade de fortalecimento economia rural com a justificativa do combate a pobreza e erradicação da fome. A não referência no texto da Rio+20 dos setores produtivos

rurais bem desenvolvidos favorece, também, o apagamento da questão denunciada pelo *Major Group Agricultura* (excerto (5)) de que o modelo de produção agrícola tradicional coloca os interesses corporativos acima da soberania alimentar.

Diante da pressuposição de que as comunidades rurais são formadas por pobres e do apagamento do “*agribusiness*”, são propostas medidas de estímulo à produtividade e modernização das atividades produtivas rurais, sem distinguir a quem elas se endereçam. Por meio dessa generalização do atributo de pobreza para todo o heterogêneo grupo das comunidades rurais, problemas concretos são abordados de maneira abstrata.

(42) (§52) *We recognize that farmers, including small-scale farmers and fisherfolk, pastoralists and foresters, can make important contributions to sustainable development through production activities that are environmentally sound, enhance food security and the livelihood of the poor, and invigorate production and sustained economic growth.*

(43) (§109) *We recognize that a significant portion of the world's poor live in rural areas, and that rural communities play an important role in the economic development of many countries. We emphasize the need to revitalize the agricultural and rural development sectors, notably in developing countries, in an economically, socially and environmentally sustainable manner. We recognize the importance of taking the necessary actions to better address the needs of rural communities through, inter alia, enhancing access by agricultural producers, in particular small producers, women, indigenous peoples and people living in vulnerable situations, to credit and other financial services, markets, secure land tenure, health care, social services, education, training, knowledge and appropriate and affordable technologies, including for efficient irrigation, reuse of treated wastewater and water harvesting and storage (...)* (trecho).

Tal ideia de uma solução abstrata e genérica para o desenvolvimento rural é retomada no §110 (excerto (44)) que, apesar de reconhecer a “diversidade das condições e dos sistemas agrícolas”, marca a decisão por promover o “incremento global sustentável da produção e da produtividade da agricultura”, sem esclarecer em que consiste a diversidade mencionada ou oferecer recursos customizados para lidar com tal diversidade.

(44) (§110) *Noting the diversity of agricultural conditions and systems, we resolve to increase sustainable agricultural production and productivity globally, including through improving the functioning of markets and trading systems and strengthening international cooperation, particularly for developing countries, by increasing public and private investment in sustainable agriculture, land management and rural development. Key areas for investment and support include sustainable agricultural practices; rural infrastructure, storage capacities and related technologies; research and development on sustainable agricultural technologies; developing strong agricultural cooperatives and value chains; and strengthening urban-rural linkages. We also recognize the need to significantly reduce post-harvest and other food losses and waste throughout the food supply chain.*

4.2.9 Empreendedorismo e situação de pobreza

Conforme se lê no §268 (excerto (45)), o setor econômico privado é valorizado por oferecer “uma contribuição crucial para o crescimento econômico e redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável”. Observa-se nessa enumeração, destacada pelo grifo no excerto (45), o papel prioritário concedido ao crescimento econômico. A supressão da preposição ‘para’, que poderia anteceder ‘redução da pobreza’, conduz o(a) leitor(a) a inferir que essa passagem do texto indica que o crescimento econômico seja o meio para a redução da pobreza, associando os benefícios enumerados por uma relação causal entre si.

(45) (§268) We recognize that a dynamic, inclusive, well-functioning, socially and environmentally responsible private sector is a valuable instrument that can offer a crucial contribution to economic growth and reducing poverty and promoting sustainable development. In order to foster private sector development, we shall continue to pursue appropriate national policy and regulatory frameworks in a manner consistent with national laws to encourage public and private initiatives, including at the local level, to foster a dynamic and well-functioning business sector, and to facilitate entrepreneurship and innovation, including among women, the poor and the vulnerable. We will work to improve income growth and distribution, inter alia through raising productivity, empowering women, protecting labour rights, and taxation. We recognize that the appropriate role of government in relation to the promotion and regulation of the private sector will vary from country to country depending on national circumstances (grifo nosso).

Essa pressuposição de que processo de desenvolvimento econômico (especialmente o crescimento econômico) favoreça a erradicação da pobreza é recorrente no texto, como analisado anteriormente (§4 (excerto (4)), §10 (excerto (31)), §11 (excerto (5)), §58 (excerto (8)), §106 (excerto (3)), §252 (excerto (30)), §268 (excerto (45)), por exemplo). Porém, não se encontram no documento referências aos impactos dos modos de vida dos ricos sobre o desenvolvimento social ou sobre a preservação ambiental.

De fato, observa-se no texto a inferência de que o modo de vida dos pobres é fator de insustentabilidade e de comprometimento do desenvolvimento, como revela a análise da coesão discursiva no §30 (excerto (39)). Nesse excerto, “o modo de vida das pessoas que dependem diretamente dos ecossistemas, especialmente os pobres” vincula-se à “necessidade de se promoverem práticas e modos de vida sustentáveis e o uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas”, revelando a pressuposição de que as práticas e os modos de vida tradicionais dessas comunidades são insustentáveis e, por isso, precisam ser alterados por meio de instrumentos econômicos usuais do discurso hegemônico, sejam a “geração de empregos decentes e renda que diminuam as discrepâncias entre padrões de vida de modo a melhor atender às necessidades das pessoas”.

Interessante notar no §268 (excerto (45)), que apesar de o texto atribuir a função de promover o setor privado às políticas e aos quadros regulatórios nacionais apropriados, a

vertente liberal do discurso econômico hegemônico é desvelada pela mitigação da importância da intervenção política na economia, ao condicioná-la às leis e a às circunstâncias nacionais. Ainda nessa passagem do texto, afirma-se que os signatários do documento “irão trabalhar para aumentar o crescimento e a distribuição de renda por meio do aumento da produtividade, empoderamento das mulheres, proteção aos direitos trabalhistas, e taxaço”. Pela ordem da enumeração, novamente se observa o protagonismo do elemento econômico (aumento da produtividade) ao tempo que a intervenção estatal direta (taxaço) é relegada para o último lugar, reiterando a hegemonia do discurso econômico liberal.

Vale ressaltar, ainda, a força expressa no processo representado pela locução “*will work*”, presente no §268. Segundo a teoria do sistema de transitividade, proposta por Halliday (2004), esse processo caracteriza uma oração material que aponta para uma ação efetiva sobre a realidade. Esse processo é realçado no texto pelo contraste com os demais elementos verbais contidos no documento, que em sua maioria representam processos mentais (“*to recognize*”, “*to acknowledge*”, “*to consider*”, “*to note*”, por exemplo) e processos verbais (“*to affirm*”, “*to reaffirm*”, “*to express*”, “*to reiterate*”, “*to emphasise*” por exemplos, e até mesmo “*to commit*”, analisado anteriormente).

O empreendedorismo, seja individual ou coletivo, é indicado no texto como um instrumento de redução da pobreza e inclusão social, especialmente junto a grupos sociais vulneráveis. O §268 (excerto (45)) afirma que o “empreendedorismo e a inovação devem ser facilitados especialmente entre as mulheres, os pobres e os vulneráveis”.

No §131 (excerto (46)), o texto encoraja a promoção de investimentos em turismo sustentável, destacando o ecoturismo e o turismo cultural como uma alternativa que se apresenta especialmente para pobres, povos indígenas e comunidades locais fixados em áreas com alto potencial turístico. Observa-se que o uso do processo (elemento verbal) composto por “encorajar a promoção do investimento” afasta o dizente (sujeito = “*we*”) do processo verbal de investir em turismo sustentável. Da maneira como se apresenta no texto, não fica clara qual seria a implicação dos signatários do documento da Rio+20: seria promover os investimentos? Ou seria encorajar a promoção dos investimentos? Ao mencionar “a criação de pequenas e médias empresas e a facilitação do acesso a microcrédito” o texto incita à suposição de que compete às próprias comunidades vulneráveis (pobres, povos indígenas e comunidades locais) o papel de investir em desenvolvimento sustentável.

(46) (§131) *We encourage the promotion of investment in sustainable tourism, including eco-tourism and cultural tourism, which may include creating small and medium-sized enterprises and facilitating access to finance, including through*

microcredit initiatives for the poor, indigenous peoples and local communities in areas with high eco-tourism potential. In this regard, we underline the importance of establishing, where necessary, appropriate guidelines and regulations in accordance with national priorities and legislation for promoting and supporting sustainable tourism.

Ainda no sentido de promoção do empreendedorismo, as empresas de pequeno e médio porte (excertos (40) e (41)) e as cooperativas (excertos (41) e (47)) são aludidas no texto como organizações geradoras de emprego para grupos sociais vulneráveis e promotoras do trabalho decente para todos.

(47) (§70) We acknowledge the role of cooperatives and microenterprises in contributing to social inclusion and poverty reduction in particular in developing countries.

No §110 (excerto (44)), as cooperativas agrícolas são apontadas como uma área chave para investimentos e apoio de modo a promover o desenvolvimento da agricultura sustentável, reiterando o discurso de que investimentos privados próprios devem ser aplicados em instituições de mercado (empresas e cooperativas) para a promoção do desenvolvimento social.

4.2.10 Pobreza somente nos países pobres?

Observa-se, no §70 (excerto (47)) e no §110 (excerto (44)), o destaque da situação pobreza e da necessidade de inclusão social nos países em desenvolvimento. Tal destaque é recorrente no texto e pode ser observado também nos §11 (excerto (5)), §23 (excerto (38)), §58(m) (excerto (8)), §64 (excerto (48)), §94 (excerto (49)), §109 (excerto (43)), §190 (excerto (27)), §212 (excerto (26)) e §229 (excerto (13)).

(48) (§64) We acknowledge that involvement of all stakeholders and their partnerships, networking and experience-sharing at all levels could help countries to learn from one another in identifying appropriate sustainable development policies, including green economy policies. We note the positive experiences in some countries, including in developing countries, in adopting green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication through an inclusive approach and welcome the voluntary exchange of experiences as well as capacity-building in the different areas of sustainable development (grifo nosso).

(49) (§94) We invite the governing bodies of the funds, programmes and specialized agencies of the United Nations development system to consider appropriate measures for integrating the social, economic and environmental dimensions across the operational activities of the United Nations system. We also emphasize that increasing the financial contributions to the United Nations development system is key to achieving the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, and in this regard we recognize the mutually reinforcing links among increased effectiveness, efficiency and coherence of the United Nations development system, achieving concrete

results in assisting developing countries in eradicating poverty and achieving sustained economic growth and sustainable development (grifo nosso).

É significativo observar que o texto se refere à questão da pobreza apenas nos países em desenvolvimento, nos países de renda média (*middle-income countries*) (§37, excerto (50)) e nos países africanos menos desenvolvidos (§105, excerto (32)). Há um total apagamento da situação de pobreza existente nos países ricos e de seus efeitos sobre o desenvolvimento sustentável, incluindo o desenvolvimento social.

(50) (§37) We recognize the progress made by middle-income countries in improving the well-being of their people, as well as the specific development challenges they face in their efforts to eradicate poverty, reduce inequalities and achieve their development goals, including the Millennium Development Goals, and to achieve sustainable development in a comprehensive manner integrating the economic, social and environmental dimensions. We reiterate that these efforts should be adequately supported by the international community, in various forms, taking into account the needs and the capacity to mobilize domestic resources of these countries.

Esse apagamento dos problemas enfrentados pelos países desenvolvidos, especialmente os problemas sociais e econômicos, torna-se ainda mais evidente na análise do §20 (excerto (51)). Observa-se nesse parágrafo a menção à “crise múltipla que afeta o mundo” na época da realização da Rio+20. A referida crise iniciou com o estouro da bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008 e afetou fortemente a economia mundial nos anos que se seguiram. Em junho de 2012, os países desenvolvidos experimentavam duramente os impactos dessa crise sobre suas economias nacionais. Algumas nações europeias, especialmente Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, apresentaram elevados índices de desemprego e uma inédita e significativa redução do poder de compra da população, com efeitos diretos sobre o padrão de vida das famílias (VADELL *ET AL.*, 2012, p. 13; BEDIN *ET AL.*, 2013). No entanto, o documento da Rio+20 realça os efeitos da crise sobre os países em desenvolvimento. Na primeira frase do parágrafo, o texto menciona que as diversas crises que ocorreram desde 1992 “afetaram a capacidade de todos os países para alcançar o desenvolvimento sustentável”, revelando uma generalização abstrata de problemas concretos. No entanto, a referência a “todos países” fica mitigada pela adição da expressão “especialmente para os países em desenvolvimento” que segue. Tal artifício de apagamento da situação dos países desenvolvidos se repete na última frase do parágrafo, revelando a coesão do texto que reitera a ideia de que os problemas da crise afetam mais gravemente os países em desenvolvimento, omitindo os nefastos impactos sobre as economias dos países desenvolvidos, relatados por Vadell *et al.* (2012) e por Bedin *et al.* (2013).

(51) (§20) *We acknowledge that since 1992 there have been areas of insufficient progress and setbacks in the integration of the three dimensions of sustainable development, aggravated by multiple financial, economic, food and energy crises, which have threatened the ability of all countries, in particular developing countries, to achieve sustainable development. In this regard, it is critical that we do not backtrack from our commitment to the outcome of the United Nations Conference on Environment and Development. We also recognize that one of the current major challenges for all countries, particularly for developing countries, is the impact from the multiple crises affecting the world today.*

4.2.11 A erradicação da pobreza e o combate à fome

Concernente à questão do combate à fome, o documento dedica uma seção de dez parágrafos (do §108 ao §118) sob o subtítulo “*Food security and nutrition and sustainable agriculture*”. A concessão de um espaço, destacado no documento pelo recurso da topicalização, que neste caso se dá pela atribuição de subtítulo específico, denota uma importância majorada para o assunto no contexto.

No primeiro parágrafo da referida seção (§108, excerto (52)), o documento reafirma “o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome”, reiterando, por repetição, o que está expresso na Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e revelando relação intertextual com esse documento.

(52) (§108) *We reaffirm our commitments regarding the right of everyone to have access to safe, sufficient and nutritious food, consistent with the right to adequate food and the fundamental right of everyone to be free from hunger. We acknowledge that food security and nutrition has become a pressing global challenge and, in this regard, we further reaffirm our commitment to enhancing food security and access to adequate, safe and nutritious food for present and future generations in line with the Five Rome Principles for Sustainable Global Food Security adopted in 2009, including for children under two, and through, as appropriate, national, regional and global food security and nutrition strategies.*

Nesse parágrafo, ao mesmo tempo em que a segurança alimentar é representada como um direito universal, ela é também representada como um desafio global, revelando que os recursos e mecanismos disponíveis não têm se mostrado suficientes para assegurar o gozo desse direito em plenitude no contexto global. Diante disso, a sequência do texto apresenta os meios pelos quais se deve avançar no sentido da promoção da segurança alimentar e do combate à fome. Nos parágrafos que se seguem, assim como no título da seção, observa-se a vinculação entre segurança alimentar e agricultura sustentável, apontando os mecanismos econômicos como a principal saída para os problemas de segurança alimentar. Nesse sentido, investimentos em agricultura para aumento da produtividade e melhoria das práticas e da infraestrutura agrícolas (§109, excerto (43) e 110, excerto (44)), melhorias no funcionamento dos mercados e dos sistemas comerciais (§110, excerto (44)), sistema comercial multilateral universal (§118, excerto (55)), controle da

volatilidade excessiva dos preços dos alimentos (§116 (excerto (34) e §117, excerto (54)), controle das perdas e desperdícios na cadeia de abastecimento alimentar (§110, excerto (44)) e preservação dos recursos naturais que sustentam o sistema de produção de alimentos (§111, excerto(53)) são alguns recursos apontados no documento para a promoção da segurança alimentar e erradicação da fome.

(53) (§111) *We reaffirm the necessity to promote, enhance and support more sustainable agriculture, including crops, livestock, forestry, fisheries and aquaculture, that improves food security, eradicates hunger and is economically viable, while conserving land, water, plant and animal genetic resources, biodiversity and ecosystems and enhancing resilience to climate change and natural disasters. We also recognize the need to maintain natural ecological processes that support food production systems.*

(54) (§117) *We underline the importance of timely, accurate and transparent information in helping to address excessive food price volatility, and in this regard take note of the Agricultural Market Information System hosted by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and urge the participating international organizations, private sector actors and Governments to ensure the public dissemination of timely and quality food market information products.*

(55) (§118) *We reaffirm that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system will promote agricultural and rural development in developing countries and contribute to world food security. We urge national, regional and international strategies to promote the participation of farmers, especially smallholder farmers, including women, in community, domestic, regional and international markets.*

Todas essas medidas alinham-se com o discurso econômico que predomina no texto e conduzem à pressuposição de que o incremento na produção mundial de alimentos contribuiria para a erradicação da fome. Não se vê no texto menção aos problemas de distribuição de alimentos no mundo, os quais extrapolam as possibilidades dos mecanismos de mercado. Para além das ferramentas mercadológicas, a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial (WORLD FOOD SUMMIT, 1996) propõe a preservação da paz, a estabilização da população mundial, mitigação ou controle da degradação ambiental, dentre outras medidas políticas e sociais.

Outros recursos de promoção da segurança alimentar e do combate à fome apresentados nessa seção do documento da Rio+20, e que não necessariamente traduzem mecanismos econômicos, mas tampouco contrastam com esses, são o compartilhamento de conhecimentos e cooperação internacional para pesquisa em agricultura (§110, excerto (44) e §114, excerto (58)), o controle das doenças animais (§112, excerto (56)), a adoção pelos países signatários das diretrizes voluntárias do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSAM) para a governança responsável do regime de posse da terra, da pesca e

das florestas (§115, excerto (59)) e a preservação de ecossistemas marinhos saudáveis (§113, excerto (57)).

(56) (§112) *We stress the need to enhance sustainable livestock production systems, including through improving pasture land and irrigation schemes in line with national policies, legislation, rules and regulations, enhanced sustainable water management systems, and efforts to eradicate and prevent the spread of animal diseases, recognizing that the livelihoods of farmers, including pastoralists, and the health of livestock are intertwined.*

(57) (§113) *We also stress the crucial role of healthy marine ecosystems, sustainable fisheries and sustainable aquaculture for food security and nutrition and in providing for the livelihoods of millions of people.*

(58) (§114) *We resolve to take action to enhance agricultural research, extension services, training and education to improve agricultural productivity and sustainability through the voluntary sharing of knowledge and good practices. We further resolve to improve access to information, technical knowledge and know-how, including through new information and communications technologies that empower farmers, fisherfolk and foresters to choose among diverse methods of achieving sustainable agricultural production. We call for the strengthening of international cooperation on agricultural research for development.*

(59) (§115) *We reaffirm the important work and inclusive nature of the Committee on World Food Security, including through its role in facilitating country-initiated assessments on sustainable food production and food security, and we encourage countries to give due consideration to implementing the Committee on World Food Security Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security. We take note of the ongoing discussions on responsible agricultural investment in the framework of the Committee on World Food Security, as well as the principles for responsible agricultural investment.*

Nas demais passagens do texto que fazem referência ao combate à fome, a necessidade de se promover a segurança alimentar e a erradicação da fome no mundo serve de justificativa para ações propostas no documento, sejam a valorização dos agricultores, em especial os pequenos agricultores e pescadores, criadores e silvicultores (§52, excerto (42)), a promoção do crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo (§106, excerto (3)), a conservação e o uso sustentável dos mares e oceanos e seus recursos (§158, excerto (22)), a governança do setor da pesca e das atividades pesqueiras (§173, excerto (60)), a adaptação às mudanças climáticas (§190, excerto (27)), a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da resiliência dos ecossistemas (§197, excerto (37)), a promoção do manejo adequado da terra e do solo (§205, excerto (24)), a mobilização de recursos financeiros expressivos para o desenvolvimento econômico, a boa governança e o Estado de Direito (§252, excerto (30)) e o combate à corrupção (§266, excerto (29)).

(60) (§173) *We reaffirm our commitment in the Johannesburg Plan of Implementation to eliminate subsidies that contribute to illegal, unreported and unregulated fishing and overcapacity, taking into account the importance of this sector to developing countries, and we reiterate our commitment to conclude multilateral disciplines on fisheries subsidies that will give effect to the WTO Doha Development Agenda and the Hong Kong Ministerial Declaration mandates to strengthen disciplines on subsidies in the fisheries sector, including through the prohibition of certain forms of fisheries subsidies that contribute to overcapacity and overfishing, recognizing that appropriate and effective special and differential treatment for developing and least developed countries should be an integral part of the WTO fisheries subsidies negotiation, taking into account the importance of the sector to development priorities, poverty reduction and livelihood and food-security concerns (...)* (trecho).

4.3 SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE A POBREZA E A EQUIDADE SOCIAL NA RIO+20

O discurso do combate à pobreza e promoção da equidade social é representado no texto final da Rio+20 intimamente imbricado com o discurso econômico. O texto articula o discurso do combate à pobreza quando apresenta a economia verde como um dos temas principais da Conferência. Por repetidas vezes, a “economia verde” é adjetivada pela expressão “no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”. Considerando-se os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental, seria natural inferir que o desenvolvimento sustentável é incompatível com a situação da pobreza, o que leva ao estranhamento do realce concedido à questão do combate à pobreza destacado na expressão que adjetiva a “economia verde”.

No entanto, a associação de ideias concernentes à economia verde e à erradicação da pobreza auxilia na argumentação de que o crescimento econômico pode ser uma via para o desenvolvimento sustentável. O pronunciamento do *Major Group* Negócios e Indústria faz coro a essa proposta que vincula economia verde, crescimento econômico e redução da pobreza. No entanto, o grupo dos trabalhadores e sindicatos se mostra resistente à ideia de promoção do desenvolvimento sustentável por via do crescimento econômico e representa sua hesitação quanto à capacidade transformadora da economia verde para evitar os impactos disfuncionais do modelo econômico vigente.

Ainda articulando o discurso econômico, o texto da Rio+20 apresenta a questão do trabalho decente e a geração de emprego e renda como requisito para o desenvolvimento sustentável inclusivo, enfatizando, ainda, a contribuição das atividades produtivas para a erradicação da pobreza, a necessidade de se promover a empregabilidade de jovens e de grupos vulneráveis, e reforçando a importância da educação e da capacitação para a inserção no mercado de trabalho. O grupo das mulheres e o grupo dos trabalhadores e sindicatos também representaram a questão do trabalho decente em seus pronunciamentos, revelando uma consonância com essa proposta. No entanto, na visão desses grupos, os

resultados da Rio+20 não contemplam os interesses sociais, restringindo-se à retórica sem oferecer os meios necessários para se enfrentar os desafios do mercado de trabalho nos tempos atuais.

Concernente às atividades produtivas, tanto rurais quanto urbanas, argumenta-se no documento “O futuro que queremos” sobre a necessidade de investimentos em infraestrutura e no desenvolvimento de tecnologias que incrementem a produtividade. Mas o texto também aporta argumentos de que é preciso estimular o empreendedorismo e apoiar as atividades de pequenos produtores, contemplando, com isso, os interesses expressos pelo *Major Group* Agricultura. Observa-se, portanto, que o texto da Rio+20 articula dois discursos que algumas vezes se configuram antagônicos: aquele relativo aos grandes investimentos e aquele que prioriza a diversidade dos atores que atuam no mercado. A divergência entre esses discursos é representada no pronunciamento do grupo dos agricultores, quando afirma que a questão da soberania alimentar deve priorizar “as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos (...) ao invés das demandas das corporações”. A coexistência desses discursos no texto da Rio+20 desvela uma abertura à mudança discursiva com relação a esse tema, sem apresentar propostas efetivas para essa transformação, entretanto.

O discurso da segurança alimentar e do combate à fome é recorrente no texto da Rio+20 e oferece um peso moral às propostas e prioridades apresentadas no documento. Observam-se referências a esse discurso também nos pronunciamentos oficiais da comunidade científica e tecnológica, do grupo das mulheres e do grupo das crianças e jovens, além do grupo dos agricultores, como visto no parágrafo anterior. Os *Major Groups* representam a questão da fome vinculada a outros problemas do desenvolvimento de caráter político e ambiental, tais como as alterações climáticas, a justiça social e o direito de acesso a bens de necessidade básica, não se fiando à economia para o enfrentamento dessas questões. Isso destoa da abordagem encontrada no texto “O futuro que queremos” que prioriza os instrumentos econômicos e, então, oferece instrumentos políticos para o combate à pobreza e à fome, ao tempo que concede uma importância secundária às questões ambientais, representando a redução da pobreza como um provável efeito colateral positivo da sustentabilidade dos serviços ambientais.

Interessante notar no texto da Rio+20 o apagamento da questão da pobreza nos países desenvolvidos. Todo o foco da questão da pobreza se volta para a situação dos países pobres e dos países em desenvolvimento, mesmo nas passagens do texto que se referem à crise de 2008, a qual afetou duramente as economias centrais (dos Estados Unidos e dos países europeus) (BRESSER-PEREIRA, 2010). Vale notar a tônica paternalista, quase colonialista, do texto quando se refere aos problemas e às propostas de soluções

para a questão da pobreza nos países em desenvolvimento. A cooperação internacional, a ajuda financeira, as transferências de tecnologias e o comércio em nível global são apontados como meios para se remediar a situação de pobreza nos países em desenvolvimento. Inerente a esse discurso está o risco de se promover (ou reforçar) a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países ricos. O discurso da soberania nacional que se articula no texto da Rio+20 se presta a ressaltar algumas propostas de articulação internacional para o enfrentamento de problemas globais, mas não se relaciona com as questões comerciais ou econômicas representadas no texto.

Porém, quanto às relações internacionais, se observa algumas rupturas discursivas no texto “O futuro que queremos”. O apoio à cooperação sul-sul, ou seja, entre países em desenvolvimento, aponta para uma abertura ao protagonismo desses países na definição de uma agenda de desenvolvimento colaborativa entre eles e customizada para suas necessidades e expectativas específicas. A ressalva de que “a cooperação sul-sul vem completar, mais do que substituir a cooperação norte-sul” visa responder ao receio de que se diminuam as ajudas internacionais (especialmente ajudas financeiras) oferecidas pelos países ricos aos países em desenvolvimento.

Também se lê no documento da Rio+20 referências, ainda que limitadas, à necessidade de se respeitar a identidade e a herança cultural de populações tradicionais e de valorização de práticas produtivas (e transacionais - não comerciais) e dos conhecimentos tradicionais, o que destoa das propostas tradicionais de soluções para a situação da pobreza as quais se fundamentam nos modelos econômicos e dos modos de vida das populações dos países desenvolvidos.

Em suma, no que tange ao discurso do combate à pobreza e da promoção da equidade social, o texto da Rio+20 aborda temas caros aos grupos sociais, mas não apresenta medidas ou soluções que contemplem os interesses desses grupos. Há que se reconhecer, entretanto, que alguns discursos hegemônicos apresentam fraturas que podem ceder espaço futuramente para outros discursos mais consoantes com os interesses sociais. Isso leva a crer que no discurso sobre o combate à pobreza e a promoção da equidade social representado no texto da Rio+20 surgem espaços (ainda que restritos) para que as vozes dos grupos sociais se insiram e se articulem nas discussões internacionais, podendo gerar efeitos sobre o modelo de desenvolvimento sustentável que está sendo discutido.

5 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO COMO SOLUÇÕES AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste capítulo será focalizado, especificamente, o discurso do desenvolvimento científico-tecnológico como parte indispensável do desenvolvimento sustentável. Tal discurso se embasa na crença de que inovações em ciência e tecnologia podem oferecer soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável.

Com vistas a identificar os elementos e argumentos que compõem o discurso da crença na ciência e na tecnologia em oferecer soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável representado no texto da Rio+20, as ferramentas da Análise de Discurso Crítica (ADC) foram de grande utilidade. Dentre as categorias de análise discursiva crítica, neste capítulo verificamos a interdiscursividade, a intertextualidade e também a escolha do vocabulário utilizado no texto “O futuro que queremos” para abordar o tema da Ciência e Tecnologia. Também foram observadas a coesão discursiva e as pressuposições e modalidades que se fazem presentes no texto. Esses elementos do discurso encontrados no texto da Rio+20 foram comparados com a abordagem do tema de ciência e tecnologia nos pronunciamentos dos *Major Groups*, para verificar se nesse assunto o texto final da Rio+20 converge ou destoa da abordagem representada pelos *Major Groups*. Dessa maneira, busca-se verificar como (ou se) os interesses e reivindicações dos grupos sociais foram contemplados nos resultados da Rio+20.

5.1 CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PRONUNCIAMENTO DOS MAJOR GROUPS

O tema da ciência e tecnologia foi abordado no pronunciamento oficial de cinco dos nove *Major Groups*. O grupo da comunidade científica e tecnológica reitera, em seu pronunciamento, a crença de que “a transformação para sustentabilidade deve ser fundamentada nos melhores conhecimentos, inovação e capacidade analítica que a ciência e a engenharia têm a oferecer”, conforme se lê no excerto (1). Essa pressuposição propositiva serve para legitimar a participação do grupo nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, mas também se presta a apresentar uma sutil reivindicação, marcada pelo uso do modal “*must*”, revelando alta modalidade deôntica, ou seja, alto grau de obrigatoriedade, de que a transformação em prol da sustentabilidade “deve ser fundamentada” (*must be supported*) em conhecimentos, análises e inovações científicas. O grupo também reivindica que o processo decisório deve se apoiar em uma robusta interface entre ciência e política. Esse tema da interface entre ciência e política é retomado no documento final da Rio+20, como veremos adiante.

O grupo também pressupõe (pressuposição existencial) que a sociedade carece de conhecimento científico, o qual pode ser produzido por meio de pesquisa integrada e que deve orientar os caminhos do desenvolvimento sustentável. Observa-se que a última frase do excerto (1) revela uma avaliação positiva da pesquisa integrada, se prestando como justificativa para o apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico dadas suas contribuições ao desenvolvimento sustentável.

(1) *Science has sounded the alarm that humanity is putting enormous pressure on our planet. Science, engineering and technology have helped drive the development of human societies for centuries. Our transformation to sustainability must be supported by the best knowledge, innovation and feasibility analysis that science and engineering have to offer. Integrated research will deliver the knowledge society needs, and a strong science-policy interface must support decision-making (Major Group Comunidade Científica e Tecnológica).*

O grupo das crianças e jovens menciona em seu pronunciamento oficial na Rio+20 a questão da transferência de conhecimentos e de tecnologia, associando essa questão às responsabilidades comuns mas diferenciadas entre os países, conforme se lê no excerto (2). Esses também são temas recorrentes no documento final a Rio+20, tanto a questão da transferência de tecnologia, como as lacunas de conhecimento e tecnologia que separam os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento, e que condicionam responsabilidades diferenciadas diante do desafio do desenvolvimento sustentável, como veremos mais adiante neste capítulo.

(2) *We must recognize our common but differentiated responsibilities, allow for the transfer of knowledge and technology, and the building of capacity to engage intelligently with it (Major Group Crianças e Jovens).*

A questão da ciência e tecnologia é representada no pronunciamento das crianças na forma de uma reivindicação (pressuposição proposicional), evidenciada pelo uso do modal “*must*”, o que indica um alto comprometimento com a obrigatoriedade de se promover a transferência de tecnologia e a capacitação para o desenvolvimento sustentável.

O grupo das autoridades locais faz referência ao tema da ciência e tecnologia para (auto)legitimar sua participação na discussão sobre o desenvolvimento sustentável. No excerto (3), se lê o trecho do pronunciamento no qual as autoridades locais se apresentam como agentes de mudança capazes de orientar o desenvolvimento para a sustentabilidade, enfatizando seu papel de incubadores de inovação e promotores da implementação em escala dessas inovações. Observa-se o uso da construção verbal “*we have proven to be*” (nós provamos ser) que indica uma forte modalidade epistêmica, isto é, representa alto comprometimento com a verdade do que está sendo dito.

- (3) *As governmental actors, we have proven to be effective drivers of sustainable development to be incubators of innovation and scaled implementation, and to be agents of change (Major Group Autoridades Locais).*

O grupo dos negócios e da indústria também lança mão do discurso sobre ciência e tecnologia para legitimar sua importância entre os *stakeholders* do desenvolvimento sustentável, ao se apresentarem como “ator chave para a introdução, comercialização e disseminação da tecnologia” e ao avaliar positivamente a tecnologia, representada como um meio para se alcançar os “ganhos em eficiência fundamentais para tratar os desafios da sustentabilidade”, como se pode ver no excerto (4).

Para além da autolegitimação, ao final do excerto (4) se encontra uma reivindicação (marcada pelo verbo modal “*should*” [dever] que indica uma forte inclinação, uma proposição) aos governos em “estimular as parcerias público-privadas, em especial no nível local e municipal, para o enfrentamento dos desafios críticos do desenvolvimento sustentável”.

Ao final do excerto (4), quando o grupo afirma que “continuará a transição para indústrias mais verdes e mais sustentáveis” independente dos resultados da Rio+20, o grupo expressa sua descrença quanto a efetividade da Conferência, apresentando, assim, uma sutil crítica por meio da qual manifesta que seus anseios não foram devidamente atendidos pelos resultados da Rio+20.

- (4) *Business understands that improvements in efficiencies of all types are key to addressing sustainability challenges, enabling us to do more with less. This will be accomplished through regular, continuous improvement of existing technologies and processes and through the development of reliable breakthrough technologies. Business is a critical player in the introduction, commercialization and dissemination of technology. Governments should encourage more public-private partnerships, particularly at the local and city level, to address the critical challenge of sustainable development. The transition towards a green economy is a shared responsibility by all actors in society. No one stakeholder group, whether business and industry, governments or society, can do this on their own. Excellencies, regardless of the outcome here at Rio, the private sector will continue its transition to greener and more sustainable industries. (Major Group Negócios e Indústria).*

Em outra passagem de seu pronunciamento, que se lê no excerto (5), o grupo reivindica aos governos a promoção de quadros políticos que promovam o crescimento [econômico] verde e inclusivo. Tal reivindicação é marcada pelo modal “*should*” (dever) que modaliza o processo “*promote*” (promover), representando um alto grau de obrigatoriedade relativo a que os governos devem promover tais quadros políticos. Na frase que se segue, está representada uma pressuposição de verdade associada a uma avaliação positiva de que esses quadros políticos promoverão o crescimento econômico sustentável nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, desvelando a ideia de que o crescimento econômico

contribui para a redução das lacunas de desenvolvimento que separam os países. Ao demandar dos quadros políticos que favoreçam o crescimento econômico, o grupo dos negócios e da indústria pede “atenção especial para a pesquisa, a inovação, a tecnologia e os investimentos” para a economia verde e inclusiva.

- (5) *Business will continue innovating and bringing solutions to market that support inclusive and green growth (...). Throughout the negotiations, Business and Industry made the case that Governments should promote enabling policy frameworks for inclusive and green growth, with special attention to research, innovation, technology, and investment. Such frameworks will support sustainable economic growth in developed and developing countries. (Major Group Negócios e Indústria).*

Também o grupo dos agricultores refere-se ao tema da ciência e tecnologia quando reivindica um quadro político que permita práticas mais sustentáveis, tais como agricultura orgânica, técnicas agrícolas inovadoras e gestão integrada, conforme se lê no excerto (6). O uso do processo verbal “*to require*” (requerer) explicita tratar-se de uma reivindicação do grupo.

- (6) *Our constituency produces all the world’s food and fibre needs and requires a framework that allows for the growth of more sustainable practices such as organic agriculture, innovative farming techniques and integrated management.*

Observa-se que a primeira oração do no excerto (6) se presta a legitimar a importância do grupo no contexto do desenvolvimento sustentável, quando o representa como “aqueles que produzem todos os alimentos e as fibras do mundo”. Dessa maneira, articula-se o discurso da erradicação da fome (pela referência a produção de alimentos) e do combate à pobreza e bem-estar social (pela referência à produção de fibras, que se vincula à produção de vestuário e outros bem necessários ao conforto humano) na construção de argumentos para apoiar a necessidade de um quadro político que promova as práticas agrícolas sustentáveis.

5.2 CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO TEXTO “O FUTURO QUE QUEREMOS”

Ao longo do texto “O futuro que queremos”, foram identificados 55 parágrafos²³ que fazem referência a ciência e tecnologia. O documento reserva espaço considerável para a abordagem do tema de ciência e tecnologia, inclusive conferindo uma seção de sete

²³ Todos os 55 parágrafos do texto “O futuro que queremos” com referências à questão da ciência e tecnologia social foram considerados nessa análise lexical e contribuíram para a análise discursiva apresentada neste capítulo. No entanto, somente foram transcritos neste capítulo aqueles parágrafos que se mostraram relevantes para a aplicação das demais categorias analíticas. Os parágrafos mencionados sem indicação do número do excerto a que se referem não foram transcritos neste capítulo, uma vez que é feita mera menção a seu conteúdo, não a análise discursiva textualmente orientada propriamente dita.

Quadro 5: Termos frequentes nas referências a ciência e tecnologia no texto da Rio+20 associados aos campos semânticos em análise

Palavra	Frequência	Campo semântico a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
agricultural	13	econômico	Dimensão econômica: 11 termos no total de 96 ocorrências
energy	13	econômico	
economic	11	econômico	
economy	10	econômico	
private	9	econômico	
services	9	econômico	
finance	7	econômico	
work	7	econômico	
financing	6	econômico	
land	6	econômico	
investment	5	econômico	
environmentally	13	ambiental	Dimensão ambiental: 11 termos no total de 89 ocorrências
environmental	11	ambiental	
green	10	ambiental	
ecosystems	9	ambiental	
biodiversity	8	ambiental	
water	8	ambiental	
chemicals	6	ambiental	
conservation	6	ambiental	
environment	6	ambiental	
marine	6	ambiental	
sources	6	ambiental	
communities	10	social	Dimensão social: 12 termos no total de 88 ocorrências
rural	10	social	
poverty	10	social	
social	9	social	
women	9	social	
human	8	social	
people	7	social	
community	5	social	
health	5	social	
indigenous	5	social	
peoples	5	social	
society	5	social	
countries	45	geopolítica	Campo da geopolítica internacional: 19 termos no total de 245 ocorrências
developing	32	geopolítica	
international	23	geopolítica	
cooperation	19	geopolítica	
national	17	geopolítica	
global	12	geopolítica	
particular	12	geopolítica	
public	12	geopolítica	
policies	11	geopolítica	
policy	9	geopolítica	
developed	7	geopolítica	

Palavra	Frequência	Campo semântico a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
organizations	7	geopolítica	
nations	6	geopolítica	
regional	6	geopolítica	
south	6	geopolítica	
united	6	geopolítica	
civil	5	geopolítica	
governments	5	geopolítica	
local	5	geopolítica	
technology	29	ciência e tecnologia	Campo da Ciência e Tecnologia: 11 termos no total de 139 ocorrências
technologies	24	ciência e tecnologia	
knowledge	15	ciência e tecnologia	
research	15	ciência e tecnologia	
scientific	15	ciência e tecnologia	
science	10	ciência e tecnologia	
technical	7	ciência e tecnologia	
education	6	ciência e tecnologia	
innovation	6	ciência e tecnologia	
innovative	6	ciência e tecnologia	
technological	6	ciência e tecnologia	

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os parágrafos que abordam a questão da ciência e tecnologia no texto da Rio+20 utilizam muitas palavras do vocabulário usual do campo da geopolítica internacional. Para exemplificar a escolha lexical por esse vocabulário nas referências ao tema de ciência e tecnologia, pode ser observada a alta frequência da palavra “countries” (com 43 ocorrências) que associada a “nations” (com 7 ocorrências) totaliza 50 ocorrências, uma incidência superior a qualquer outro termo ou expressão no conjunto dos excertos analisados. Observa-se, também, a incidência da expressão “developing countries”, que conta 25 ocorrências, e os termos “international” e “national” que contam 23 e 17 ocorrências, respectivamente, enquanto o termo “cooperation” aparece 19 vezes no conjunto dos excertos analisados.

Assim, é possível afirmar que a representação do discurso da ciência e tecnologia no documento da Rio+20 apoia-se fortemente na discussão da geopolítica do desenvolvimento, o que é coerente com o estilo do documento analisado (declaração de resultados de uma conferência das Nações Unidas) e com o contexto em que esse documento foi gerado (discussão entre representantes de Estado e de governos).

Ainda nesse sentido, verifica-se que as quatro questões mais recorrentes nas referências a esse discurso abordam assuntos comuns ao campo das relações internacionais. Tais questões são: 1) a cooperação internacional; 2) o compartilhamento e a

transferência de conhecimentos, tecnologia e inovação entre países; 3) as lacunas que distanciam os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento; e 4) a necessidade de uma robusta interface entre ciência e política e do embasamento científico das decisões políticas concernentes ao desenvolvimento sustentável.

Nas seções que seguem, serão analisados os temas abordados no texto “O futuro que queremos” na representação do discurso da crença no desenvolvimento científico e tecnológico como soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável.

5.2.1 Ciência e tecnologia na geopolítica mundial do desenvolvimento:

A primeira referência à ciência e tecnologia no documento “O futuro que queremos” foi identificada no §19, transcrito no excerto (7). Nessa passagem do texto, o comércio e a transferência de tecnologia entre países é apontada como um meio necessário para o crescimento e a diversificação econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, os quais, por sua vez, são necessários que se acelere o processo de diminuição das lacunas de desenvolvimento que separam os países e para que se criem oportunidades de alcançar o desenvolvimento sustentável. Da maneira como está representada no excerto (7), a associação entre ciência e tecnologia (C&T) e desenvolvimento sustentável é intermediada por muitos elementos, criando distanciamento entre os termos. Vale realçar, entretanto, que nesse trecho são mencionadas três das quatro principais questões concernentes à geopolítica do desenvolvimento mencionadas anteriormente, quais sejam: a cooperação internacional, as lacunas que distanciam os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento e a necessidade de transferência de tecnologia entre as nações. Essas questões se aliam ao argumento da interface entre ciência e política para compor o discurso sobre ciência e tecnologia no texto da Rio+20.

(7) (§19) (...) *We also recognize the need to accelerate progress in closing development gaps between developed and developing countries, and to seize and create opportunities to achieve sustainable development through economic growth and diversification, social development and environmental protection. To this end, we underscore the continued need for an enabling environment at the national and international levels, as well as continued and strengthened international cooperation, particularly in the areas of finance, debt, trade and technology transfer, as mutually agreed, and innovation, entrepreneurship, capacity-building, transparency and accountability (...)* (trecho).

A questão da lacuna de desenvolvimento entre os países é retomada no §48 (excerto (8)) ao mencionar as parcerias acadêmicas e tecnológicas nos países em desenvolvimento. O texto associa os benefícios de tais parcerias à diminuição das diferenças tecnológicas entre países, e também ao fortalecimento da interface entre política e ciência e à promoção da colaboração internacional de pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável. A primeira

frase do excerto (8) se presta a legitimar a importância da contribuição da comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável. Esse parágrafo se insere em uma seção de 14 parágrafos (Seção C intitulada “Aproximar-se dos grandes grupos e de outras partes interessadas, que vai §42 ao §55) na qual há ao menos um parágrafo legitimando a importância do engajamento de cada um dos *Major Groups*. Dentre eles, o §48 (excerto (8)) trata especificamente da comunidade científica e tecnológica.

(8) (§48) *We recognize the important contribution of the scientific and technological community to sustainable development. We are committed to working with and fostering collaboration among the academic, scientific and technological community, in particular in developing countries, to close the technological gap between developing and developed countries and strengthen the science-policy interface as well as to foster international research collaboration on sustainable development.*

Nos demais parágrafos da seção C do texto da Rio+20, predominam os processos verbais (que expressam ação de falar, de dizer), tais como: “reafirmar” (*to reaffirm* no §42), “ressaltar” (*to underscore*, no §43, §45), “ênfatizar” (*to stress*, nos §49, §50, §51), “concordar” (*to agree*, §43), e processos mentais, tais como “reconhecer” (*to acknowledge*, nos §42, §46, §47 e §54 e seu sinônimo *to recognize*, nos §44, §45, §48, §49, §52, §54, §55) e “notar” (*to note*, no §53). Esses processos contrastam com outros processos verbais presentes na Seção C, mas que representam maior força pragmática (potencial em representar ou incitar uma ação) do que os primeiros, tais como “encorajar” (*to encourage*, no §47), “convidar” (*to call*, no §46) e “comprometer” (*to commit*, no §48 - excerto (8) e no §55). Esse contraste confere ênfase ao processo verbal “*to commit*”, que representa modalidade deontica (comprometimento com a obrigação) superior àquela representada pelos demais processos que se encontram na Seção C. O uso desse processo no §48 (excerto (8)), que se refere às contribuições da comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável, revela que o grau de importância atribuído ao *Major Group Comunidade Científica e Tecnológica* é superior aos demais *Major Groups* referidos na Seção C do texto da Rio+20. Por conseguinte, isso revela a relevância majorada do discurso sobre de crença na ciência e na tecnologia articulado no texto.

Outra possível via de solução para as lacunas de desenvolvimento entre os países e para a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento representada no texto “O futuro que queremos” é a economia verde, conforme expresso no §58 (excerto (9)), mais especificamente no item (i). Segundo essa passagem do texto, as políticas de economia verde devem fortalecer a cooperação internacional, o que inclui a provisão de recursos financeiros, a capacitação e a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Analisando a coesão do texto, pode-se afirmar que, no §58, a

transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento é apontada como alternativa para remediar a lacuna de desenvolvimento entre países.

(9) *(§58) We affirm that green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should: (...)*

(f) Strengthen international cooperation, including the provision of financial resources, capacity-building and technology transfer to developing countries; (...)

(i) Contribute to closing technology gaps between developed and developing countries and reduce the technological dependence of developing countries using all appropriate measures.

Essa ideia é retomada no §73 (excerto (10)). Pela referência intertextual ao Plano de implementação de Johannesburgo (UNITED NATIONS, 2002), ratificado pelos países membros da ONU em fevereiro de 2008, o texto reforça a importância da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e relembra os meios acordados para viabilizar tal ação.

(10) *(§73) We emphasize the importance of technology transfer to developing countries and recall the provisions on technology transfer, finance, access to information, and intellectual property rights as agreed in the Johannesburg Plan of Implementation, in particular its call to promote, facilitate and finance, as appropriate, access to and the development, transfer and diffusion of environmentally sound technologies and corresponding know-how, in particular to developing countries, on favourable terms, including on concessional and preferential terms, as mutually agreed. We also take note of the further evolution of discussions and agreements on these issues since the adoption of the Johannesburg Plan of Implementation.*

É interessante observar que o mesmo texto do §73 (excerto (10)) se repete literalmente no §269 (excerto (11)). A repetição redobra a importância da transferência de tecnologia representada no texto, mas deixa dúvidas se não é resultante de lapsos de redação.

(11) *(§269) We emphasize the importance of technology transfer to developing countries and recall the provisions on technology transfer, finance, access to information and intellectual property rights as agreed in the Johannesburg Plan of Implementation, in particular its call to promote, facilitate and finance, as appropriate, access to and the development, transfer and diffusion of environmentally sound technologies and corresponding know-how, in particular to developing countries, on favourable terms, including on concessional and preferential terms, as mutually agreed. We also take note of the further evolution of discussions and agreements on these issues since the adoption of the Plan of Implementation.*

A diferença de desenvolvimento entre os países é insistentemente representada no documento em suas referências sobre ciência e tecnologia. Uma evidência disso é que os países em desenvolvimento são diretamente mencionados em 22 dos 55 parágrafos

analisados. Convém analisar se o discurso que permeia a argumentação a favor da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento assume uma tônica paternalista ou emancipatória.

5.2.2 Transferência de tecnologia: proposta emancipatória ou paternalista?

No §273 (excerto (12)), o texto apresenta uma reivindicação às Nações Unidas para promover o desenvolvimento, a transferência e a disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente amigáveis. Nesse trecho, o texto destaca as necessidades tecnológicas dos países em desenvolvimento. Mencionando tais necessidades, o texto realça a situação de fragilidade tecnológica dos países em desenvolvimento, conduzindo à pressuposição (proposicional) de que intervenções estrangeiras são necessárias para promover o desenvolvimento tecnológico dessas nações, o que se assume como indispensável para o desenvolvimento sustentável.

(12) (§273) We request relevant United Nations agencies to identify options for a facilitation mechanism that promotes the development, transfer and dissemination of clean and environmentally sound technologies by, inter alia, assessing the technology needs of developing countries, options to address those needs and capacity-building. We request the Secretary-General, on the basis of the options identified and taking into account existing models, to make recommendations regarding the facilitation mechanism to the sixty-seventh session of the General Assembly.

A função de fala representada no excerto (12) é a reivindicação, caracterizada, especialmente, pelo uso do processo verbal “*to request*”. Essa função de fala desvela que o documento, por si só, não é suficiente para consolidar decisões que atendam às necessidades de “desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologia limpa e ambientalmente amigável”, frustrando a expectativa de que o texto da Rio+20 representasse resultados com potencial efetivo para transformar o modelo de desenvolvimento vigente. Vale ressaltar, ainda, que ao mencionar as necessidades de tecnologias limpas, o excerto (12) focaliza enfaticamente a necessidade dos países em desenvolvimento apenas, sem qualquer alusão à necessidade ou importância das tecnologias limpas para os países ricos. Isso conduz à falsa ideia de que, devido à dificuldade de acesso à tecnologias limpas avançadas, os países em desenvolvimento são os principais poluidores. Observa-se, ainda, a articulação do discurso da urgência, representado na última frase do excerto (12), quando se solicita ao Secretário Geral que se façam recomendações quanto aos mecanismos de promoção do desenvolvimento, da transferência e da disseminação das tecnologias limpas na 67ª Assembleia Geral da ONU, a primeira realizada após a Rio+20.

No §251 (excerto (13)), o texto reconhece a necessidade de um sistema de informação global integrado e cientificamente embasado sobre o desenvolvimento

sustentável. Com a finalidade de se alcançar tal êxito, o documento expressa o compromisso de mobilizar recursos financeiros e esforços de capacitação, especialmente para os países em desenvolvimento.

(13) (§251) We recognize that there is a need for global, integrated and scientifically based information on sustainable development. In this regard, we request the relevant bodies of the United Nations system, within their respective mandates, to support the regional economic commissions in collecting and compiling national inputs in order to inform this global effort. We further commit to mobilizing financial resources and capacity-building, particularly for developing countries, to achieve this endeavour.

Com essa indicação, o texto avança na construção de justificativas para o auxílio estrangeiro ao desenvolvimento tecnológico dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o §271 (excerto (14)) aponta o investimento estrangeiro direto, o comércio internacional e a cooperação internacional como medidas necessárias ao desenvolvimento de tecnologias ambientalmente amigáveis. Interessante observar o uso do processo material “engajar” (*to engage*) na última frase do excerto (14), pelo qual os Estados-membro da ONU, signatários do documento “O futuro que queremos”, se comprometem “a promover investimentos em ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável”, seja em seus países ou por meio da cooperação internacional.

(14) (§271) We underline the need for enabling environments for the development, adaptation, dissemination and transfer of environmentally sound technologies. In this context, we note the role of foreign direct investment, international trade and international cooperation in the transfer of environmentally sound technologies. We engage in our countries as well as through international cooperation to promote investment in science, innovation and technology for sustainable development.

A cooperação internacional é reiteradamente apontada como indispensável para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável pelos países em desenvolvimento. Pela relação intertextual com o Plano de implementação de Johannesburgo (UNITED NATIONS, 2002) e com a Declaração do Milênio (UNITED NATIONS, 2000), argumenta-se no §120 (excerto (15)) sobre a necessidade de transferência de tecnologia para que os países em desenvolvimento possam alcançar, até 2015, a meta de reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso a água potável e a serviços de saneamento básico.

(15) (§120) We reaffirm the commitments made in the Johannesburg Plan of Implementation and the Millennium Declaration regarding halving by 2015 the proportion of people without access to safe drinking water and basic sanitation and the development of integrated water resource management and water efficiency plans, ensuring sustainable water use. We commit to the progressive realization of access to safe and affordable drinking water and basic sanitation for all, as necessary for poverty eradication, the empowerment of women and to protect human health, and to significantly improve the implementation of integrated water resource management at all levels as appropriate. In this regard,

we reiterate the commitments to support these efforts, in particular for developing countries, through the mobilization of resources from all sources, capacity-building and technology transfer.

Além dessas passagens, a necessidade de cooperação internacional e transferência de tecnologia é abordada no texto também nas referências a outros desafios específicos do desenvolvimento sustentável, com especial ênfase para a situação de carência dos países em desenvolvimento. Dentre esses desafios específicos, são citados: o desenvolvimento da agricultura sustentável (nos parágrafos 109, excerto (34) e 110, excerto (16)); a eficiência energética (no §128, excerto (17)); a melhoria dos sistemas de saúde (no §143, excerto (35)), o uso e conservação dos recursos marinhos (no §160, excerto (18)), a redução dos riscos de desastres (no §187, excerto (19)), a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (no §191, excerto (38)) e os problemas resultantes do manejo do lixo químico referidos no §215 (excerto (20)). Em todas essas passagens, o texto enfatiza a dificuldade ou incapacidade dos países em desenvolvimento de superarem por si mesmos os desafios do desenvolvimento sustentável.

(16) (§110) Noting the diversity of agricultural conditions and systems, we resolve to increase sustainable agricultural production and productivity globally, including through improving the functioning of markets and trading systems and strengthening international cooperation, particularly for developing countries, by increasing public and private investment in sustainable agriculture, land management and rural development. Key areas for investment and support include sustainable agricultural practices; rural infrastructure, storage capacities and related technologies; research and development on sustainable agricultural technologies; developing strong agricultural cooperatives and value chains; and strengthening urban-rural linkages. We also recognize the need to significantly reduce post-harvest and other food losses and waste throughout the food supply chain.

(17) (§128) We recognize that improving energy efficiency, increasing the share of renewable energy and cleaner and energy-efficient technologies are important for sustainable development, including in addressing climate change. We also recognize the need for energy efficiency measures in urban planning, buildings and transportation, and in the production of goods and services and the design of products. We also recognize the importance of promoting incentives in favour of, and removing disincentives to, energy efficiency and the diversification of the energy mix, including promoting research and development in all countries, including developing countries.

(18) (§160) We recognize the importance of building the capacity of developing countries to be able to benefit from the conservation and sustainable use of the oceans and seas and their resources and, in this regard, we emphasize the need for cooperation in marine scientific research to implement the provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea and the outcomes of the major summits on sustainable development, as well as for the transfer of technology, taking into account the Intergovernmental Oceanographic Commission Criteria and Guidelines on the Transfer of Marine Technology.

(19) (§187) *We recognize the importance of early warning systems as part of effective disaster risk reduction at all levels in order to reduce economic and social damages, including the loss of human life, and in this regard encourage States to integrate such systems into their national disaster risk reduction strategies and plans. We encourage donors and the international community to enhance international cooperation in support of disaster risk reduction in developing countries, as appropriate, through technical assistance, technology transfer as mutually agreed, capacity-building and training programmes. We further recognize the importance of comprehensive hazard and risk assessments, and knowledge- and information- sharing, including reliable geospatial information. We commit to undertake and strengthen in a timely manner risk assessment and disaster risk reduction instruments.*

(20) (§215) *We are deeply concerned that many countries, in particular the least developed countries, lack the capacity for sound management of chemicals and waste throughout their life cycles. Additional efforts are needed to enhance work towards strengthening capacities, including through partnerships, technical assistance and improved governance structures. We encourage countries and organizations, which have made progress towards achieving the goal of sound management of chemicals by 2020 to assist other countries by sharing knowledge, experience and best practices.*

Consagrando a necessidade de intervenção estrangeira nos países em desenvolvimento, o §280 do texto (excerto (21)) convida agências das Nações Unidas e organizações internacionais a apoiarem, nos países em desenvolvimento e em especial nos países menos desenvolvidos, o aperfeiçoamento e a capacitação para o uso eficiente de recursos e economias inclusivas.

(21) (§280) *We invite all relevant agencies of the United Nations system and other relevant international organizations to support developing countries and, in particular, the least developed countries in capacity-building for developing resource-efficient and inclusive economies.*

Subjaz ao texto o discurso paternalista que reforça a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países ricos. Além disso, tal discurso isenta os países desenvolvidos de responsabilidades em relação aos principais problemas de sustentabilidade, uma vez que circunscreve esses problemas à realidade dos países em desenvolvimento. Tampouco se observa no texto qualquer alusão à contribuição desses países ricos para a origem ou o agravamento dos problemas experimentados nos países em desenvolvimento.

Esse discurso alimenta atitudes de condescendência marcada pela doação de recursos, pelos termos concessionais ou preferenciais para a transferência de tecnologia e apoio a programas de desenvolvimento, o que descortina a assimetria de poderes na geopolítica. Tais práticas raramente são emancipatórias. Elas se inserem em um círculo vicioso em que os países em desenvolvimento abdicam de traçar seus próprios caminhos do

desenvolvimento a fim de se beneficiarem continuamente da benevolência dos países desenvolvidos.

No entanto, contrastando com essa suposta e interessada tônica paternalista, observa-se a ruptura de coesão discursiva em três parágrafos que fazem referência à ciência e tecnologia e que carregam em si um discurso emancipatório. No item (g) do §76 transcrito no excerto (22) está expressa a decisão de estimular a capacidade dos países em desenvolvimento de conduzirem seus próprios processos de avaliação e monitoramento do desenvolvimento sustentável necessários à promoção da interface entre política e ciência.

(22) (§76) (...) We therefore resolve to strengthen the institutional framework for sustainable development, which will, inter alia: (...) (g) Promote the science-policy interface through inclusive, evidence-based and transparent scientific assessments, as well as access to reliable, relevant and timely data in areas related to the three dimensions of sustainable development, building on existing mechanisms, as appropriate; in this regard, strengthen participation of all countries in international sustainable development processes and capacity-building especially for developing countries, including in conducting their own monitoring and assessments (trecho).

O §272 (excerto (23)) focaliza a importância da colaboração científica, seja ela institucional ou entre cientistas, para o desenvolvimento das capacidades tecnológicas para o desenvolvimento sustentável. O excerto destaca a importante contribuição dessas parcerias para que os países, especialmente os países em desenvolvimento, produzam suas próprias soluções inovadoras, pesquisas científicas e novas tecnologias ambientalmente amigáveis.

(23) (§272) We recognize the importance of strengthened national, scientific and technological capacities for sustainable development. This can help countries, especially developing countries, to develop their own innovative solutions, scientific research and new, environmentally sound technologies, with the support of the international community. To this end, we support building science and technology capacity, with both women and men as contributors and beneficiaries, including through collaboration among research institutions, universities, the private sector, governments, non-governmental organizations and scientists.

Não obstante, ao final do excerto (23), o texto menciona o apoio da comunidade internacional nesse processo, porém sem mitigar o potencial dos países em desenvolvimento de serem capazes de mobilizar parcerias em prol de seu desenvolvimento científico. Nesse sentido, o §277 (excerto(24)) menciona a necessidade de se criarem colaborações tecnológicas e científicas do tipo norte-sul, sul-sul e triangulares, isto é envolvendo países ricos e países em desenvolvimento que colaborem entre si.

(24) (§277) We emphasize the need for enhanced capacity-building for sustainable development and, in this regard, we call for the strengthening of technical and scientific cooperation, including North-South, South-South and triangular cooperation. We reiterate the importance of human resource development,

including training, the exchange of experiences and expertise, knowledge transfer and technical assistance for capacity-building, which involves strengthening institutional capacity, including planning, management and monitoring capacities.

As colaborações norte-sul são o modelo tradicional de ajuda e doações vindas dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Já as cooperações do tipo sul-sul e triangular citadas no §277 (excerto (24)) sugere a colaboração mútua entre países em desenvolvimento e legitima a importância da contribuição desses países para os avanços científicos e tecnológicos uns dos outros. Desse modo, o texto reconhece a capacidade dos países em desenvolvimento de gerarem avanços tecnológicos e inovação, representando-os como agentes atuantes do desenvolvimento científico e tecnológico e não meros receptores das ações de transferência de tecnologia vinda dos países desenvolvidos.

O §277 (excerto (24)) focaliza, ainda, a importância de se desenvolverem os recursos humanos. Assim, o excerto aporta o discurso de que ações de treinamento e educação e de troca de conhecimentos e experiências são indispensáveis porque estimulam o aperfeiçoamento das habilidades humanas e o incremento das capacidades institucionais necessários ao desenvolvimento sustentável.

5.2.3 Desenvolvimento tecnológico: acesso à educação e às redes de informação

Segundo o §72 (excerto (25)) do documento da Rio+20, a tecnologia desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável, o que justificaria esforços na promoção da inovação, pesquisa e desenvolvimento e no apoio à economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Ao mencionar a criação de quadros políticos (*frameworks*) para tecnologias ambientalmente amigáveis, o §72 dialoga com as reivindicações do grupo dos agricultores (excerto (6)) e do grupo dos negócios e indústrias (excerto (5)). Mais especificamente, o §72 ecoa a reivindicação do grupo dos negócios e indústrias que clama aos governantes por quadros políticos pelos quais se promova a economia verde por meio do apoio à pesquisa e inovação.

(25) (§72) We recognize the critical role of technology as well as the importance of promoting innovation, in particular in developing countries. We invite governments, as appropriate, to create enabling frameworks that foster environmentally sound technology, research and development, and innovation, including in support of green economy in the context of sustainable development and poverty eradication

Porém, o potencial para o desenvolvimento tecnológico e científico dos países está condicionado ao acesso da população à educação de qualidade e às tecnologias de informação e de comunicação, conforme representado nos §44 (excerto (26)), §65 (excerto (27)) e §230 (excerto(28)) do documento da Rio+20.

Para além do desenvolvimento tecnológico e científico, o §44 (excerto (26)) reconhece que as tecnologias de informação e comunicação contribuem para o desenvolvimento sustentável ao favorecer o empoderamento da sociedade civil e o fortalecimento da participação social. O engajamento ativo da sociedade civil é tomado como imprescindível na construção do desenvolvimento sustentável. Ao final do parágrafo, no entanto, mais uma vez a cooperação internacional é proposta como medida para a ampliação do acesso da população a redes e serviços de banda larga, a fim de se reduzir o fosso digital que separa os países. Mas, da maneira como estão representadas nesse excerto (26), as ações de cooperação internacional subtraem a capacidade dos próprios países de conduzirem seus processos de desenvolvimento sustentável, conforme analisado anteriormente.

(26) (§44) We acknowledge the role of civil society and the importance of enabling all members of civil society to be actively engaged in sustainable development. We recognize that improved participation of civil society depends upon, inter alia, strengthening access to information and building civil society capacity and an enabling environment. We recognize that information and communications technology is facilitating the flow of information between governments and the public. In this regard, it is essential to work towards improved access to information and communications technology, especially broadband networks and services, and bridge the digital divide, recognizing the contribution of international cooperation in this regard.

Também no §65 (excerto (27)) fica explícita a importância das tecnologias de comunicação para o desenvolvimento sustentável. Segundo o texto, ao viabilizar a troca de conhecimentos, a cooperação técnica e o desenvolvimento de habilidades, tais tecnologias têm potencial de contribuir com diferentes áreas do desenvolvimento sustentável. No final do parágrafo, ao enfatizar que tais contribuições podem se dar “de forma aberta e transparente”, o texto retoma a ideia defendida no excerto (26) de que a participação social é importante para o desenvolvimento sustentável.

(27) (§65) We recognize the power of communications technologies, including connection technologies and innovative applications, to promote knowledge exchange, technical cooperation and capacity-building for sustainable development. These technologies and applications can build capacity and enable the sharing of experiences and knowledge in the different areas of sustainable development in an open and transparent manner.

No §230 (excerto (28)), o potencial de contribuição das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento está condicionado a seu uso efetivo. Nesse sentido, o texto defende que a educação é imprescindível para a aplicação das tecnologias e dos conhecimentos em prol do desenvolvimento sustentável. O acesso de todos à educação de qualidade para além do nível primário é um requisito para um futuro sustentável (BUARQUE, 1999; 2012a). Consonante a esse argumento, o §230 (excerto (28)) enfatiza a necessidade de um sistema de educação que prepare as pessoas para a construção do desenvolvimento

sustentável, o qual requer “melhoria na formação de professores, currículos escolares que abordem a questão da sustentabilidade e planos pedagógicos que preparem os estudantes para carreiras nas áreas relacionadas à sustentabilidade”.

(28) (§230) We recognize that the younger generations are the custodians of the future and the need for better quality and access to education beyond the primary level. We therefore resolve to improve the capacity of our education systems to prepare people to pursue sustainable development, including through enhanced teacher training, the development of sustainability curricula, the development of training programmes that prepare students for careers in fields related to sustainability, and more effective use of information and communications technologies to enhance learning outcomes. We call for enhanced cooperation among schools, communities and authorities in efforts to promote access to quality education at all levels.

O excerto (28) apresenta forte apelo emocional ao representar os jovens como os guardiões do futuro. Esse recurso retórico acentua a necessidade imediata de se investir em educação de base a fim de se permitir a sustentabilidade das condições de vida para as futuras gerações. No entanto, essa retórica também mitiga a responsabilidade dessa geração que hoje teria poder transformador. Esse discurso da responsabilidade para com as crianças e jovens e de assegurar a justiça intergeracional também se faz presente nos pronunciamentos dos *Major Groups* Crianças e Jovens, Agricultura, Autoridades Locais, Organizações Não-Governamentais e Trabalhadores e Sindicatos.

5.2.4 Política baseada em evidência: interface entre política e ciência e embasamento científico para a tomada de decisões

Ao longo do texto do documento da Rio+20, observa-se a materialização da crença de que os avanços tecnológicos seriam capazes de oferecer soluções para os problemas de desenvolvimento enfrentados pela humanidade e orientar as tomadas de decisão rumo à sustentabilidade. Esse discurso de que conhecimentos científicos e avanços tecnológicos são necessários para a evolução em direção ao desenvolvimento sustentável também é observado nos pronunciamentos dos *Major Groups* Comunidade Científica (excerto (1)) e Negócios e Indústria (excerto (4)). Embasado nessa pressuposição, o documento da Rio+20 argumenta sobre a necessidade de se fortalecer a interface entre política e ciência a fim de propiciar decisões embasadas em conhecimentos científicos que contribuam para o desenvolvimento sustentável, conforme expresso no §276 (excerto (29)).

(29) (§276) We recognize the need to facilitate informed policy decision-making on sustainable development issues and, in this regard, to strengthen the science-policy interface.

Além desse trecho, a expressão “*science-policy interface*” surge em outros quatro dos 55 parágrafos destacados do documento “O futuro que queremos” em relação a esse tema.

A interface entre ciência e política é citada no §48 (excerto (8)), no item (g) do §76 (excerto (22)), no item (k) do §85 (excerto (30)) e no item (d) do §88 (excerto (31)).

Vale ressaltar, no entanto, que nas versões em Francês (oficial) (NATIONS UNIES, 2012) e em Português (ONU, 2012) (adotada pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA) do documento da Rio+20, a tradução dessa expressão varia fortemente e modifica seu significado segundo o contexto. As traduções propostas para “*science-policy interface*” nos excertos analisados estão reunidas no Quadro 6 para fins de comparação.

Quadro 6: Traduções da expressão “science-policy interface” no documento “O futuro que queremos”

Parágrafo	Inglês (versão oficial da ONU)	Francês (versão oficial da ONU)	Português (versão adotada pelo MMA)
§48	Science-policy interface	Interface entre science et action	Interface entre ciência e ação
§76 (g)	Science-policy interface	Échanges entre scientifiques et décideurs	Intercâmbio entre cientistas e líderes
§85 (k)	Science-policy interface	Échanges entre scientifiques et décideurs	Interfaces entre ciência e política
§88 (d)	Strong science-policy interface	Rélation solide entre scientifiques et décideurs	Forte interface ciência-política
§276	Science-policy interface	Interface entre la science et les politiques	Interface entre ciência e política

Fonte: Elaboração própria.

A expressão “*science-policy interface*” também está presente no pronunciamento do *Major Group* Comunidade Científica e Tecnológica transcrito no excerto (1). A semelhança das escolhas lexicais usadas nesses excertos revela a convergência discursiva entre eles.

A promoção de uma robusta interface entre política e ciência que permitisse fundamentar as decisões políticas em informações e avaliações científicas é representada no texto como uma função importante das instituições de governança do desenvolvimento sustentável. Essa função é referida ao se propor um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (mencionada no §76, excerto (22)) com a formação de um fórum de alto nível (§85, itens (k) e (l), excerto (30)) e o fortalecimento e a modernização do PNUMA (§88, itens (d), (e) e (f), excerto (31)).

(30) (§85) *The high-level forum could: (...) (k) Strengthen the science-policy interface through review of documentation bringing together dispersed information and*

assessments, including in the form of a global sustainable development report, building on existing assessments; (l) Enhance evidence-based decision-making at all levels and contribute to strengthening ongoing efforts of capacity-building for data collection and analysis in developing countries (trecho).

(31) (§88) In this regard, we invite the General Assembly, at its sixty-seventh session, to adopt a resolution strengthening and upgrading UNEP in the following manner: (...) (d) Promote a strong science-policy interface, building on existing international instruments, assessments, panels and information networks, including the Global Environment Outlook, as one of the processes aimed at bringing together information and assessment to support informed decision-making; (e) Disseminate and share evidence-based environmental information and raise public awareness on critical as well as emerging environmental issues; (f) Provide capacity-building to countries, as well as support and facilitate access to technology (trecho).

A política baseada em evidências científicas também é defendida no §63 (excerto (32)). Segundo o texto, avaliações criteriosas dos dados e análises científicos devem ser integrados ao processo decisório e contribuir para a definição das políticas sociais necessárias ao desenvolvimento sustentável.

(32) (§63) We recognize the importance of the evaluation of the range of social, environmental and economic factors and encourage, where national circumstances and conditions allow, their integration into decision-making. We acknowledge that it will be important to take into account the opportunities and challenges, as well as the costs and benefits, of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, using the best available scientific data and analysis. We acknowledge that a mix of measures, including regulatory, voluntary and others applied at the national level and consistent with obligations under international agreements, could promote green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We reaffirm that social policies are vital to promoting sustainable development.

Mas, apesar reconhecer que políticas sociais são vitais ao desenvolvimento sustentável, e de apresentar propostas para um quadro institucional vigoroso e de colaborações científicas voluntárias que promovam o desenvolvimento tecnológico e científico em prol desenvolvimento sustentável, as principais medidas para o avanço científico representadas no texto revelam-se fortemente ancoradas nos mecanismos econômicos.

5.2.5 O discurso econômico hegemônico

Nas enumerações contidas nos parágrafos que fazem referência ao tema da Ciência e Tecnologia, observa-se uma recorrente prioridade dos elementos econômicos sobre os demais itens elencados. Isso revela que os aspectos econômicos são representados no texto com um grau de importância superior a outras medidas de promoção do desenvolvimento sustentável.

Já na primeira passagem do texto selecionada pela referência à questão da Ciência e Tecnologia, ou seja, no §19 (excerto (7)), se leem duas enumerações que concedem antecedência aos aspectos econômicos.

Primeiramente, o excerto apresenta o “crescimento e a diversificação da economia, o desenvolvimento social e a proteção ambiental” como meios de se alcançar o desenvolvimento sustentável. A ordem da enumeração revela a importância majorada concedida às medidas de caráter econômico em relação às demais elencadas. É interessante observar que, dentre os excertos selecionados pela referência à Ciência e Tecnologia, essa é a única passagem que menciona o crescimento econômico. O uso do termo “*economic growth*” revela o alinhamento com o discurso representado no pronunciamento do *Major Group* Negócios e Indústria transcrito no excerto (5), no qual também a expressão aparece.

Continuando a análise do §19 (excerto (7)), a segunda enumeração enfatiza a necessidade de cooperação internacional fortalecida e continuada, “especialmente nas áreas das finanças, do crédito, do comércio e transferência tecnológica”. Novamente observa-se a prioridade concedida aos aspectos econômicos na enumeração, revelando a marca do discurso econômico hegemônico.

Em outras enumerações contidas no texto, também se observa a primazia dos elementos relacionados à economia e, mais particularmente, à economia mercantil. Isso pode ser observado na enumeração contida no item (f) do §58 (excerto (9)), que enumera “provisionamento de recursos financeiros, capacitação e transferência de tecnologia” e no §66 (excerto(33)), em que se reconhece a “importância de se vincular o financiamento, a tecnologia, a capacitação e as necessidades nacionais de políticas de desenvolvimento sustentável”.

(33) (§66) *Recognizing the importance of linking financing, technology, capacity-building and national needs for sustainable development policies (...)* (trecho).

As medidas de enfrentamento de desafios específicos do desenvolvimento sustentável também concedem prioridade aos aspectos econômicos. No §109, nas passagens realçadas pelo grifo no excerto (34), se observa que a ordem na enumeração antepõe “o acesso ao crédito e outros serviços financeiros” dentre as medidas de revitalização da agricultura propostas.

(34) (§109) *We recognize that a significant portion of the world's poor live in rural areas, and that rural communities play an important role in the economic development of many countries. We emphasize the need to revitalize the agricultural and rural development sectors, notably in developing countries, in an economically, socially and environmentally sustainable manner. We recognize*

the importance of taking the necessary actions to better address the needs of rural communities through, inter alia, enhancing access by agricultural producers, in particular small producers, women, indigenous peoples and people living in vulnerable situations, to credit and other financial services, markets, secure land tenure, health care, social services, education, training, knowledge and appropriate and affordable technologies, including for efficient irrigation, reuse of treated wastewater and water harvesting and storage. We reiterate the importance of empowering rural women as critical agents for enhancing agricultural and rural development and food security and nutrition. We also recognize the importance of traditional sustainable agricultural practices, including traditional seed supply systems, including for many indigenous peoples and local communities (grifos nossos).

No §120 (excerto (15)), dentre os esforços para ampliação do acesso à água potável e saneamento básico, elencam-se “a mobilização de recursos de todas as fontes, a capacitação e a transferência de tecnologia”, e assim também aí se verifica a precedência das medidas de caráter econômico.

Dentre os meios recomendados para o fortalecimento dos sistemas de saúde no §143 (excerto (35)), o “aumento do financiamento para a saúde” precede “o recrutamento, desenvolvimento e treinamento e retenção da força de trabalho em saúde”. A oração seguinte apresenta a proposta de melhorias na distribuição e no acesso a medicamentos, vacinas e tecnologias médicas qualificando-os como “seguros, acessíveis, efetivos e de qualidade”. O uso do termo “*affordable*” (acessíveis), ainda que em segundo lugar nessa enumeração, salienta o aspecto econômico entre os qualificadores.

(35) (§143) We call for further collaboration and cooperation at the national and international levels to strengthen health systems through increased health financing, recruitment, development and training and retention of the health workforce, through improved distribution and access to safe, affordable, effective and quality medicines, vaccines and medical technologies, and through improving health infrastructure (...) (trecho).

O §193 (excerto (36)) expressa o compromisso de se criarem as condições necessárias ao manejo sustentável das florestas, no que tange às “áreas de finanças, comércio, transferência de tecnologias ambientalmente corretas, capacitação e governança”. Nessa enumeração também os aspectos econômicos assumem prioridade.

(36) (§193)(...) To this end, we commit to improving the livelihoods of people and communities by creating the conditions needed for them to sustainably manage arrangements in the areas of finance, trade, transfer of environmentally sound technologies, capacity-building and governance, as well as by promoting secure land tenure, particularly decision-making and benefit-sharing, in accordance with national legislation and priorities (...) (trecho).

Para o aperfeiçoamento das tecnologias ecologicamente amigáveis de manejo de lixo e de resíduos químicos, o §217 (excerto (37)) destaca a importância das “parcerias público-

privadas entre a indústria, os governos, a academia e outros agentes não governamentais”, enumerando-os nessa ordem.

(37) (§217) We commend existing public-private partnerships and call for continued, new and innovative public-private partnerships among industry, governments, academia and other non-governmental stakeholders aiming to enhance capacity and technology for environmentally sound chemicals and waste management, including for waste prevention.

Por fim, a enumeração contida no §271 (excerto (14)) destaca a importância dos “investimentos estrangeiros diretos, comércio internacional e cooperação internacional” para a transferência de tecnologias ecologicamente corretas, marcando o relevante papel da economia para tanto.

Outras enumerações surgem ao longo do texto, e mesmo quando não elencam elementos relacionados ao discurso econômico, tampouco destoam desse discurso hegemônico. Esse é o caso, por exemplo, do trecho do §191²⁴ (excerto (38)) realçado pelo grifo. Nesse trecho, o texto elenca ações para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas sem mencionar medidas de caráter econômico. No entanto, o aspecto econômico está presente no início da frase, quando se reconhece a importância dos fundos de financiamento para as ações de enfrentamento das mudanças climáticas. Assim, o §191 (excerto (38)) ratifica o discurso econômico hegemônico.

(38) (§191)(...) We recognize the importance of mobilizing funding from a variety of sources, public and private, bilateral and multilateral, including innovative sources of finance, to support nationally appropriate mitigation actions, adaptation measures, technology development and transfer and capacity-building in developing countries. In this regard, we welcome the launching of the Green Climate Fund and call for its prompt operationalization so as to have an early and adequate replenishment process (...) (trecho; grifo nosso).

O único excerto dentre os 55 parágrafos analisados pelas referências à ciência e tecnologia que sinaliza uma ruptura da coesão do discurso econômico hegemônico é vista no item (j) do §58 (excerto (39))

(39) (§58) We affirm that green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should: (...) (j) Enhance the welfare of indigenous peoples and their communities, other local and traditional communities and ethnic minorities, recognizing and supporting their identity, culture and interests, and avoid endangering their cultural heritage, practices and traditional knowledge, preserving and respecting non-market approaches that contribute to the eradication of poverty.

²⁴ Não serão apresentados neste capítulo os casos das demais enumerações que não contêm itens relacionados à questão econômica, uma vez que a análise de tais enumerações não corrobora nem refuta a verificação da marca do discurso econômico vinculado ao discurso de ciência e tecnologia.

No excerto (39), o texto reconhece que abordagens não mercantis contribuem para a erradicação da pobreza, logo, para o desenvolvimento sustentável. No entanto, visto que o excerto aborda especificamente questões relacionadas com populações tradicionais, pode-se presumir que as abordagens não mercantis têm relevância restrita a tal contexto, atenuando a representação de sua importância.

O discurso de valorização e respeito ao conhecimento tradicionais e às práticas dos povos indígenas e das populações ressurgiu ao final do §197 (excerto (40)), que aborda a necessidade de preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, e no §109 (excerto (34)), ao mencionar a importância das práticas agrícolas tradicionais. Não se pode dizer, todavia, que os discursos que se articulam nessas passagens do texto contradizem ou destoam do discurso econômico hegemônico.

(40) (§197 fragmento) This highlights the importance of the conservation of biodiversity, enhancing habitat connectivity and building ecosystem resilience. We recognize that the traditional knowledge, innovations and practices of indigenous peoples and local communities make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity, and their wider application can support social well-being and sustainable livelihoods. We further recognize that indigenous peoples and local communities are often the most directly dependent on biodiversity and ecosystems and thus are often the most immediately affected by their loss and degradation.

Ainda que restrita a uma curta passagem do texto, é importante atentar para a ruptura de coesão expressa no §58 (excerto(39)), pois ela se destaca do restante do texto. Nas demais partes, o documento pactua com o discurso econômico hegemônico, pelo qual as práticas mercantis são apontadas como a maneira mais comum de produzir e distribuir os benefícios (sejam produtivos, tecnológicos, de serviços, entre outros) para a sociedade.

5.3 SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA RIO+20

O discurso da crença no desenvolvimento tecnológico como solução para os desafios do desenvolvimento sustentável foi representado tanto nos pronunciamentos de *Major Groups* como no documento “O futuro que queremos”. Pela análise da representação desse discurso em tais textos, pudemos identificar os discursos que se articulam para lhe conferir sustentação lógica, argumentativa e política. Dentre esses, observa-se o discurso de que os conhecimentos científicos e avanços tecnológicos fundamentam o desenvolvimento sustentável.

A comunidade científica e tecnológica defende a necessidade de uma forte interface entre política e ciência. O fortalecimento dessa interface surge em diversas passagens do

texto da Rio+20 e concilia-se com a reivindicação do grupo social por um quadro institucional que estimule decisões políticas baseadas em evidências científicas.

Tal discurso também está representado no pronunciamento *Major Group* Negócios e Indústrias, que aporta a reivindicação por um quadro político que leve em conta a pesquisa, a inovação e a tecnologia. Esse grupo defende que são necessários ganhos em eficiência, os quais podem ser alcançados por meio de inovações e aperfeiçoamento tecnológicos. A questão da inovação também está presente no pronunciamento das autoridades locais e permeia diversos parágrafos do documento da Rio+20.

O grupo das crianças e jovens expressa a preocupação com a transferência de tecnologia entre países. A transferência de tecnologia é uma questão recorrente no discurso de cooperação internacional, que permeia todo o documento da Rio+20. Tradicionalmente, a cooperação internacional presume o auxílio aos países em desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos e essa proposta está representada no texto da Rio+20.

Em seus pronunciamentos oficiais, os *Major Groups* manifestaram a insatisfação da sociedade quanto aos resultados materializados no documento “O futuro que queremos”. No entanto, concernentes à Ciência e Tecnologia, verifica-se pelas análises expostas neste capítulo que o texto da Rio+20 não contrasta com os discursos representados pelos *Major Groups*. As preocupações e reivindicações manifestas nos pronunciamentos oficiais dos *Major Groups* se encontram incluídas e contempladas no documento da Rio+20.

No entanto, não se observa no documento “O futuro que queremos” a marca de um discurso transformador. As propostas para o desenvolvimento sustentável não rompem com o modelo de desenvolvimento vigente. Predomina o discurso econômico hegemônico, pelo qual se preconizam as práticas comerciais e de competição mercadológica como a forma adequada de promoção da produção, da inovação e da distribuição de benefícios dos avanços tecnológicos e científicos.

A representação do discurso sobre ciência e tecnologia no documento da Rio+20 está firmado mais fortemente nos argumentos comuns à área da geopolítica do desenvolvimento e menos no discurso científico propriamente dito. Subjacente aos elementos da geopolítica do desenvolvimento presentes no texto, tem-se o discurso paternalista que representa a carência e a dependência dos países menos desenvolvidos em relação à ajuda concedida pelos países ricos por meio da cooperação internacional.

Não obstante, é importante destacar que o texto apresenta breves rupturas de coesão discursiva, as quais merecem realce. Contrastando com o discurso econômico hegemônico, o texto expressa a contribuição das práticas não mercantis para o combate à pobreza. Relativo às relações entre países, algumas passagens do texto reforçam a importância das

relações entre países em desenvolvimento. As parcerias de cooperação sul-sul são indicadas para o aperfeiçoamento e para utilização de conhecimentos científicos e avanços tecnológicos gerados nesses países, descortinando um discurso que estimula comportamentos emancipatórios na geopolítica mundial.

Tais rupturas, ainda que não sejam suficientes para disputar a prevalência com os discursos hegemônicos presentes no documento, exprimem discursos dissonantes e podem sinalizar abertura para mudanças nas práticas sociais com potencial para a transformação do modelo de desenvolvimento em direção à sustentabilidade.

6 OS ASPECTOS ECOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20

O foco deste capítulo está nos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável representado no documento final da Rio+20, no que trata dos problemas e dos desafios ambientais do desenvolvimento.

Para verificar como esse tema é representado nos resultados da Rio+20, aplicaram-se as categorias de análise discursiva crítica, destacando-se, entre elas a interdiscursividade e a intertextualidade, e também a escolha lexical usado nas referências às questões ecológicas do desenvolvimento sustentável e a coesão discursiva na abordagem desse tema. Pela análise das pressuposições e dos discursos que se articulam no texto, busca-se evidenciar os valores e as perspectivas que condicionam a representação do discurso ecológico do desenvolvimento sustentável no documento final da Rio+20.

Esses elementos do discurso encontrados no texto da Rio+20 foram, então, comparados à abordagem ao tema nos pronunciamentos dos *Major Groups*, a fim de se verificar como (ou se) os interesses dos grupos sociais foram contemplados nos resultados da Rio+20.

6.1 O DISCURSO ECOLÓGICO NO PRONUNCIAMENTO DOS *MAJOR GROUPS*

A questão ecológica do desenvolvimento sustentável foi representada no textos de todos os nove *Major Groups* que se pronunciaram na Plenária de Alto Nível da Rio+20. Apesar de ser um discurso onipresente nos pronunciamentos desses grupos sociais, sua representação se prestou a funções de fala variadas. Na maior parte das vezes, a abordagem a esse tema serviu como justificativa para realçar a importância do debate sobre o desenvolvimento sustentável em escala global, com o envolvimento de todos os países e dos demais *stakeholders*. Conforme se lê nos excertos abaixo, os argumentos mais recorrentes nessas justificativas foram as ameaças das ações humanas que desequilibram condições naturais do planeta (excertos (1), (2), (3), (4), (5), (6)), os perigos dos desgastes dos limites ecológicos do planeta (excertos (1), (2), (3), (5), (6)) e a urgência de medidas efetivas para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável (excertos (1), (2), (5)).

(1) *We meet at a time of unprecedented challenges. (...) Science has sounded the alarm that humanity is putting enormous pressure on our planet. We have entered the Anthropocene, where human activity dominates the planet. Dangerous climate change, biodiversity loss, and widespread pollution present grave threats to our survival. (...) There is no time to waste. We must act now, together (Major Group Comunidade Científica e Tecnológica).*

(2) *This planet, our common home, has been misused for too long and the time for change is now. (...) The current challenges are unprecedented and never before*

have we had the need to react with such decisiveness and action. We must acknowledge, honestly, the serious challenges posed by humanity's pressure on the planet's boundaries (Major Group Crianças e Jovens).

- (3) *We see that the Earth and all life is in a serious state of peril. We see the current model of development continues to proceed on the road of peril (Major Group Povos Indígenas).*
- (4) *This century will see a global, unprecedented urbanization. Indeed, in the next 40 years, the projected expansion of urban capacity with 3 billion citizens is equivalent to that which has occurred over the last 4000 years until now (Major Group Autoridades Locais).*
- (5) *We all know the threat that is facing us, and I do not need to repeat the urgency. Science is very clear. If we do not change in the coming five to ten years the way our societies function, we will be threatening the survival of future generations and all other species on the planet (Major Group Organizações Não-Governamentais).*
- (6) *Unless we act to promote environmental protection, to avoid climate change, to develop renewable energies, to clean production and supply chains, to promote sustainable forestry management, public transportation, energy efficiency, safe and clean chemicals, and many more environmentally-sound policies, our claims for social justice and equality will never be realized (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

Não obstante, referindo-se aos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável, os *Major Groups* expressaram suas reivindicações na Plenária de Alto Nível da Rio+20. O grupo dos agricultores (excerto (7)) defendeu ser preciso seguir em direção a mercados e finanças socialmente responsáveis e sustentáveis. Essa reivindicação foi marcada pelo uso do modal “*must*” (dever), indicando alta modalidade deôntica, isto é, representação de obrigação do que foi enunciado, porém, sem explicitar a quem essa reivindicação estava endereçada.

- (7) *The pathway to a more sustainable future must move towards socially responsible and sustainable markets and finance ; balancing human needs with those of the ecosystems upon which all life depends (Major Group Agricultura).*

Outra reivindicação concernente com os aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável se lê no trecho do pronunciamento do grupo dos povos indígenas transcrito no (excerto (8)). Tal reivindicação é direcionada ao mundo todo, como revela o uso da expressão “*we call upon the world*” (conclamamos o mundo) . Pleiteia-se, por meio dessa reivindicação, um retorno ao diálogo e à harmonia com a natureza, identificada pelo grupo pela expressão “Mãe Terra”, e a adoção de um novo paradigma civilizacional baseado no bem viver. Vale realçar que o uso da expressão “bem viver”, destacada no texto em letras maiúsculas e pela grafia do termo em língua espanhola (“*Buen Vivir*”), contrastando com o restante do documento em inglês, faz alusão, por intertextualidade, ao paradigma ontológico

dos povos tradicionais andinos, em especial os povos indígenas da etnia quíchua. Por esse paradigma, resguarda-se o equilíbrio com a natureza na busca de satisfação das necessidades humanas, contrapondo-se ao mero crescimento econômico.

- (8) *Indigenous Peoples call upon the world to return to dialogue and harmony with Mother Earth, and to adopt a new paradigm of civilization based on “Buen Vivir or Living Well.” (Major Group Povos Indígenas).*

Em outras passagens dos pronunciamentos dos *Major Groups*, as reivindicações foram explicitamente direcionadas, seja aos líderes mundiais (excertos (9) e (10)) ou à comunidade internacional (excerto (10)), ou ainda, como na reivindicação do grupo das crianças e jovens (excerto (11)), direcionadas a todos os participantes da Rio+20, incluindo esse próprio grupo, servindo, assim, para também legitimar sua participação nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento sustentável.

- (9) *We, the science, the engineering and technology communities urge leaders to act now. Failure to do so increases the risk of abrupt and irreversible changes to the biosphere that will undermine the sustainability of life on earth (Major Group Comunidade Científica e Tecnológica).*

- (10) *The international community must deliver concrete measures to put our societies on track to achieve social equity, decent work, environmental protection, development and prosperity, on track towards truly sustainable development. (...)The world of work will have to face major transformations to achieve sustainability. These will not be easy for working people and we will depend on governments’ action to develop the social policies to accompany them in the transition (...)Global crises need multilateral responses and global regulation . The labour movement will maintain its pressure to the world leaders. We need to move beyond rhetoric, if we want to avoid our current, dysfunctional economic model continue increasing inequalities and depleting natural resources (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

- (11) *We must guarantee that global environmental institutions have the ability and resources to protect the environment (Major Group Crianças e Jovens).*

O conteúdo principal de tais reivindicações são os clamores por mudanças nos modos de vida, no modelo de desenvolvimento e no modelo econômico vigentes. Isso fica explícito no pronunciamento da comunidade científica e tecnológica, conforme se lê no excerto (12). Os povos indígenas também convidam o mundo a adotar um novo paradigma de civilização (excerto (8)), enquanto o grupo das organizações não-governamentais alerta para a necessidade de mudanças no modo de funcionamento da sociedade nos próximos cinco a dez anos (excerto (5)). Já o grupo dos trabalhadores e sindicatos qualifica de disfuncional o modelo econômico atual e denuncia que esse modelo aumenta as desigualdades e destrói os recursos naturais (excerto (10)).

(12) *Research shows that responding to these challenges requires fundamental transformations, both personal and systemic, to protect our planet, eradicate poverty and hunger, address inequality and conflict, and safeguard human rights and justice (Major Group Comunidade Científica e Tecnológica).*

As críticas aos resultados da Conferência revelam a insatisfação dos grupos sociais com os resultados da Rio+20, conforme se lê nos trechos dos pronunciamentos do grupo das organizações não-governamentais (excerto (13)) e do grupo das mulheres (excerto (14)).

(13) *You cannot have a document titled ‘the future we want’ without any mention of planetary boundaries, tipping points, or the Earth’s carrying capacity (Major Group Organizações Não-Governamentais).*

(14) *The Rio **outcome document** does **not** give us the urgently needed means to address the immense challenges of our times (Major Group Mulheres, negrito no original).*

Outra crítica, mais sutil, pode ser encontrada no texto do grupo dos trabalhadores e sindicatos, no qual se afirma que “apenas uma visão não será suficiente” (exceto (15)). Usando do recurso da intertextualidade, pelo qual alude ao documento final da Rio+20 pela referência à sua primeira seção intitulada “*Our common vision*”, o grupo expressa insatisfação e qualifica como insuficiente os resultados da Conferência.

(15) *Chair, a vision alone will not be enough. (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

Por fim, o discurso ecológico serve, ainda, de argumento para autolegitimação da participação do grupo das autoridades locais, do grupo das mulheres e do grupo dos negócios e da indústria, conforme se lê nos excertos (16), (17) e (18).

(16) *With such a development, we -as governmental leaders closest to our citizens- are faced with unprecedented challenges to provide our citizens a sustainable quality of life. (...) We started to address global problems - like climate change- with systemic solutions as early as in 1993. (...) We need to act now! (Major Group Autoridades Locais).*

(17) *We, women around the world continue our struggle for our rights, basic needs, health, decent jobs, social and environmental protection – which are the very basis of our lives and our future (Major Group Mulheres).*

(18) *Regardless of company size or location, corporate leaders understand how sustainability issues affect the bottom-line. Companies view sustainability issues from both, a risk management perspective, and the increasingly evident benefits and opportunities – particularly associated with green growth and poverty alleviation. In short, the business case for sustainability has strengthened as a response to the deep interdependencies in today’s globalized world (Major Group Negócios e Indústria).*

Observa-se que a última linha do excerto (16) se presta, também, para reivindicar uma ação coletiva, ao expressar que “precisamos agir agora” (*We need to act now!*). A autolegitimação se configura nessa frase ao incluir o próprio grupo, por meio do uso do pronome “nós” (*we*) dentre os atores sociais envolvidos na ação necessária para se promover a sustentabilidade do desenvolvimento, prestando-se, ao mesmo tempo, às funções de fala de oferta e de demanda.

Pela análise discursiva dos textos dos *Major Groups*, foi possível identificar dois discursos principais que se articulam na abordagem aos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável. Esses discursos se referem: 1) às influências humanas sobre as condições ecológicas do planeta, o qual nomeamos de discurso do Antropoceno; e 2) aos limites da resiliência planetária, consonante com a teoria dos limites do crescimento (MEADOWS *ET AL.*, 2007) e da pegada ecológica (WACKERNAGEL, 1994; ROCKSTRÖM *ET AL.*, 2009), o qual atribuímos o nome de discurso sobre os limites do planeta.

O discurso do Antropoceno, conforme explicado no pronunciamento do *Major Group* Comunidade Científica e Tecnológica (excerto (1)), assume que as atividades humanas estão afetando profundamente o equilíbrio do planeta e ameaçando as condições de vida sobre a Terra. O foco do discurso do Antropoceno está nas alterações das condições ecológicas, em escala planetária, pela ação humana.

Esse discurso se aproxima fortemente do discurso dos limites do planeta. No entanto, este último pauta seus argumentos principalmente no esgotamento da resiliência do planeta, isto é, na exaustão da capacidade do planeta de restaurar suas condições ecológicas resguardando o equilíbrio que permite a continuidade da vida na Terra.

Portanto, enquanto o discurso do Antropoceno realça os impactos das ações humanas sobre a Terra, o discurso dos limites do planeta concentra seus argumentos nos perigos da ruptura do equilíbrio ecológico planetário. Tão grande é a imbricação desses discursos que nem sempre é possível distinguir a qual deles especificamente uma determinada passagem do texto faz referência. Isso acontece especialmente nas passagens que mencionam os problemas ambientais globais enfrentados atualmente, como se vê nos excertos (1), (3), (6), (7), (9) e (16).

Perpassando esses discursos, se observa também a articulação do discurso da urgência das ações em prol do desenvolvimento sustentável. Ora embasando-se na aceleração das atividades humanas e conseqüente crescimento de seus impactos sobre o planeta (ou seja, apoiando-se no discurso do Antropoceno), ora evidenciando conseqüências nefastas do esgotamento do equilíbrio ecológico planetário (apoiando-se no discurso sobre os limites do planeta) e por vezes se apoiando em ambos os discursos,

observa-se um clamor por urgência nas medidas de enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável. O uso das expressões “não há tempo a perder” (excerto (1)), “o tempo para a mudança é agora” (excerto (2)), “precisamos agir agora!” (excerto (16)), “não é preciso repetir a urgência” (excerto (5)), “necessárias medidas urgentes” (excerto (14)) e “o tempo de agir é agora” (excerto (19)) revelam o senso de urgência que perpassa o discurso ecológico representado nos pronunciamentos dos *Major Groups*.

(19) *The time for action is now. The people of today deserves it and the people of tomorrow depend on it (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

Não se observa variações significativas no conteúdo das abordagens ao tema ecológico do desenvolvimento sustentável entre os *Major Groups*. Dessa maneira, pode-se dizer que esse é um discurso uníssono entre os grupos sociais, sem pontos de discordância relevantes. De fato, conforme Nascimento (2012b), todos atores envolvidos na discussão sobre o desenvolvimento sustentável reconhecem os impactos das ações humanas sobre as condições de vida do planeta e a necessidade de respostas urgentes para a construção do desenvolvimento sustentável. “A ideia de que o modo de produção e consumo vigente nos conduz a um desastre é cada vez mais aceita”, argumenta o autor (NASCIMENTO, 2012b, p. 58). Normalmente, as discordâncias entre os atores surgem nas propostas de enfrentamento aos desafios da sustentabilidade, quando se manifestam “múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam” (NASCIMENTO, 2012b, p. 51).

Nas próximas seções, as análises buscam identificar como o discurso ecológico do desenvolvimento sustentável é representado no texto final da Rio+20. Realçando as consonâncias e os contrastes com a abordagem ao tema pelos *Major Groups*, busca-se identificar se os resultados da Rio+20 contemplam os interesses manifestados por esses grupos sociais.

6.2 O DISCURSO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DOCUMENTO DA RIO+20

Ao longo do texto “O futuro que queremos”, foram identificados 83 parágrafos²⁵ que fazem referências ao discurso ecológico do desenvolvimento sustentável. A nuvem de palavras apresentada na Figura 16 contém os 150 vocábulos (grafados com três letras ou mais) mais utilizados nesses 83 parágrafos. Para fins de evidenciar a comparação dos termos, alguns vocábulos muito frequentes foram suprimidos da nuvem de palavras. Esses

²⁵ Todos os 83 parágrafos do texto “O futuro que queremos” com referências à questão ecológica foram considerados nessa análise lexical e contribuíram para a análise discursiva apresentada neste capítulo. Porém, foram transcritos neste capítulo somente aqueles parágrafos que se mostraram mais relevantes para a análise discursiva crítica textualmente orientada.

Quadro 7: Termos frequentes nas referências à questão ecológica no texto da Rio+20 associados a um dos três pilares do desenvolvimento sustentável e ao campo de relações internacionais e de tecnologia

Vocábulo	Frequência no texto	Campo semântico a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
social	34	Social	Dimensão social 13 termos com o total de 255 ocorrências
poverty	27	Social	
health	23	Social	
public	23	Social	
human	22	Social	
communities	21	Social	
eradication	21	Social	
people	17	Social	
local	14	Social	
rural	14	Social	
urban	14	Social	
women	13	Social	
drought	12	Social	
economic	34	Econômico	Dimensão econômica: Oito termos com o total de 162 ocorrências
management	31	Econômico	
energy	30	Econômico	
private	17	Econômico	
agricultural	13	Econômico	
economy	13	Econômico	
efficiency	12	Econômico	
production	12	Econômico	
environmental	45	Ambiental	Dimensão ambiental: 21 termos com o total de 501 ocorrências
ecosystems	37	Ambiental	
biodiversity	35	Ambiental	
environment	32	Ambiental	
marine	30	Ambiental	
sound	30	Ambiental	
climate	28	Ambiental	
conservation	28	Ambiental	
impacts	25	Ambiental	
land	25	Ambiental	
environmentally	24	Ambiental	
water	21	Ambiental	
degradation	19	Ambiental	
biological	18	Ambiental	
chemicals	18	Ambiental	
waste	18	Ambiental	
green	16	Ambiental	
natural	15	Ambiental	
desertification	14	Ambiental	
resilience	12	Ambiental	
ecosystem	11	Ambiental	
building capacity	42	Tecnologia	Termo vinculado ao campo semântico da tecnologia: 10 termos com o total de 278 ocorrências
information	42	Tecnologia	
technology	38	Tecnologia	
technologies	36	Tecnologia	
transfer	26	Tecnologia	

Vocábulo	Frequência no texto	Campo semântico a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
scientific	25	Tecnologia	
research	22	Tecnologia	
knowledge	20	Tecnologia	
science	15	Tecnologia	
acknowledge	12	Tecnologia	
international	61	Relações Internacionais	Termo vinculado ao campo semântico das relações internacionais: 17 termos com o total de 447 ocorrências
developing	58	Relações Internacionais	
national	38	Relações Internacionais	
global	35	Relações Internacionais	
cooperation	34	Relações Internacionais	
nations	33	Relações Internacionais	
united	30	Relações Internacionais	
policies	28	Relações Internacionais	
convention	25	Relações Internacionais	
states	17	Relações Internacionais	
regional	15	Relações Internacionais	
framework	14	Relações Internacionais	
policy	13	Relações Internacionais	
developed	12	Relações Internacionais	
organizations	12	Relações Internacionais	
governments	11	Relações Internacionais	
law	11	Relações Internacionais	

Fonte: Elaboração própria.

Pelas escolhas lexicais mais recorrentes no texto, pode-se afirmar que as referências aos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável utilizam vocabulário associado à dimensão ambiental. Também se identificam, dentre os termos mais recorrentes, 17 palavras associadas ao campo da política internacional, o que é natural em um documento gerado em uma conferência das Nações Unidas.

A surpresa está em se encontrar, dentre os termos que compõem a nuvem de palavras (Figura 16), 10 expressões associadas ao campo da tecnologia. Esse é o efeito da representação dos limites do planeta com base em argumentos científicos e, ainda, dado ao fato de que as respostas aos desafios ambientais no texto apontam para soluções tecnológicas, como vimos no capítulo sobre o discurso da ciência e tecnologia.

Porém, se a análise da frequência das palavras leva a crer que a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável é preponderante no texto em comparação com as dimensões sociais e econômicas, não é isso que se nota na análise das enumerações que aparecem ao longo do texto. Como exemplo, tem-se as enumerações contidas no §4 (excerto (20)), que revelam a prioridade dos elementos econômicos do desenvolvimento, secundarizando a questão ecológica por sua posição periférica. Isso se nota, por exemplo, na primeira frase do §4 (excerto (20), em que se apresenta, nessa ordem, “a

erradicação da pobreza, a promoção de modos de consumo e produção sustentáveis, e proteção e gestão dos recursos naturais” enquanto objetivos e requisitos do desenvolvimento sustentável.

Na oração que se segue, os meios destacados para se alcançar o desenvolvimento sustentável são: “promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas”. Nota-se que aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento são mais frequentes na oração e que ao aspecto ecológico é relegada a última posição na enumeração.

(20) (§4) We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living, fostering equitable social development and inclusion, and promoting integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports, inter alia, economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges (grifo nosso).

No excerto (20), o texto segue enumerando as contribuições das medidas de desenvolvimento sustentável para “o desenvolvimento social e humano, ao tempo que contribui para a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos novos e emergentes desafios”. A importância secundária no contexto dos elementos relacionados ao campo ambiental se observa por sua posição ao final da oração e, ainda, pela presença da expressão “ao tempo que” (“*while*”), que os antecede na oração.

Na enumeração apresentada no §11 (excerto (21)), reafirmam-se as condições para lidar com os “desafios persistentes do desenvolvimento sustentável”. Observa-se que em primeiro lugar surge o aspecto econômico (estabilidade econômica e o crescimento econômico sustentável), seguido pelo aspecto social (promover a equidade social) e, em terceiro lugar, se encontra o aspecto ecológico (proteção do meio ambiente), revelando a importância inferior concedida a esse último aspecto, visto sua posição ao final da frase. A importância do aspecto ecológico no parágrafo se reduz ainda mais na sequência do texto, quando se retoma a representação dos aspectos sociais dos requisitos para o desenvolvimento sustentável após a expressão “*while*”.

(21) (§11) We reaffirm our commitment to strengthen international cooperation to address the persistent challenges related to sustainable development for all, in

particular in developing countries. In this regard, we reaffirm the need to achieve economic stability, sustained economic growth, promotion of social equity and protection of the environment, while enhancing gender equality, the empowerment of women and equal opportunities for all, and the protection, survival and development of children to their full potential, including through education.

Em outras enumerações que surgem ao longo do texto, também se observa a secundarização do aspecto ecológico diante das demais dimensões do desenvolvimento sustentável, como se vê nos §10 (excerto (22)), §111 (excerto (23)), §135 (excerto (24)) e §193 (excerto (25)), por exemplo.

(22) *(§10) We acknowledge that democracy, good governance and the rule of law, at the national and international levels, as well as an enabling environment, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the eradication of poverty and hunger. We reaffirm that to achieve our sustainable development goals we need institutions at all levels that are effective, transparent, accountable and democratic.*

(23) *(§111) We reaffirm the necessity to promote, enhance and support more sustainable agriculture, including crops, livestock, forestry, fisheries and aquaculture, that improves food security, eradicates hunger and is economically viable, while conserving land, water, plant and animal genetic resources, biodiversity and ecosystems and enhancing resilience to climate change and natural disasters. We also recognize the need to maintain natural ecological processes that support food production systems.*

(24) *(§135) We commit to promote an integrated approach to planning and building sustainable cities and urban settlements, including through supporting local authorities, increasing public awareness and enhancing participation of urban residents, including the poor, in decision-making. We also commit to promote sustainable development policies that support inclusive housing and social services; a safe and healthy living environment for all, particularly children, youth, women and the elderly and disabled; affordable and sustainable transport and energy; promotion, protection and restoration of safe and green urban spaces; safe and clean drinking water and sanitation; healthy air quality; generation of decent jobs; and improved urban planning and slum upgrading. We further support sustainable management of waste through the application of the 3Rs (reduce, reuse and recycle). We underline the importance of considering disaster risk reduction, resilience and climate risks in urban planning. We recognize the efforts of cities to balance development with rural regions.*

(25) *(§193) (...) To this end, we commit to improving the livelihoods of people and communities by creating the conditions needed for them to sustainably manage forests, including through strengthening cooperation arrangements in the areas of finance, trade, transfer of environmentally sound technologies, capacity-building and governance, as well as by promoting secure land tenure, particularly decision-making and benefit-sharing, in accordance with national legislation and priorities (...) (trecho).*

No entanto, por mais que os aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável estejam representados no texto em posição periférica, é inegável que o discurso ecológico recebe realce no documento. Tal realce é marcado pela topicalização no texto de assuntos

relacionados ao tema ecológico, o que se expressa nos subtítulos das seções internas ao documento. Na Seção IV, intitulada “Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”, o texto reserva uma subseção de quatro parágrafos (do §87 a §90) com o subtítulo “A dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável”.

Mas é na Seção V do documento, quando se expõe o quadro de ações e acompanhamento da Rio+20, que o discurso ecológico ganha maior espaço e é abordado em profundidade. A Seção V é a mais extensa do texto e ocupa 25 das 52 páginas, ocupando 140 dos 283 parágrafos que compõem o documento final da Rio+20. Esta é, portanto, a parte mais importante e mais expressiva do documento.

Na Seção V, são apresentadas as 26 “áreas temáticas e temas transversais do desenvolvimento sustentável”. Esses temas são abordados em passagens específicas separadas por subtítulos. Alguns dos temas são típicos do discurso ecológico do desenvolvimento sustentável, os quais se veem destacados pelos grifos na estrutura de títulos representada no Quadro 8.

Quadro 8: Estrutura da Seção IV e da Subseção A, da Seção V do documento “O futuro que queremos”

IV. QUADRO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
A. Reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável (do §75 ao §76)
B. Reforço dos acordos intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável (do §77 ao §86)
C. <u>A dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável (do §87 ao §90)</u>
D. As instituições financeiras internacionais e as atividades da ONU (do §91 ao §96)
E. Ações nos níveis regional, nacional, subnacional e local (do §97 ao §103)
V. QUADRO DE AÇÃO E ACOMPANHAMENTO.
A. Áreas temáticas e questões transversais.
• A erradicação da pobreza (3§s)
• Segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável (11§s)
• <u>Água e saneamento (6§s)</u>
• <u>Energia (5§s)</u>
• <u>O turismo sustentável (2§s)</u>
• <u>O transporte sustentável (2§s)</u>
• Cidades sustentáveis e assentamentos humanos (4§s)
• Saúde e população (9§s)
• Promoção do emprego pleno e produtivo, do trabalho digno para todos, e das proteções sociais (11§s)
• <u>Oceanos e mares (20§s)</u>
• Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (3§s)
• Países menos desenvolvidos (1§)
• Países em desenvolvimento sem litoral (1§)
• África (2§s)
• Os esforços regionais (1§)
• Redução de riscos de desastres (4§s)
• <u>As mudanças climáticas (3§s)</u>
• <u>Florestas (4§s)</u>
• <u>Biodiversidade (8§s)</u>
• <u>Desertificação, degradação do solo e seca (5§s)</u>
• <u>Montanhas (3§s)</u>
• <u>Produtos químicos e resíduos (11§s)</u>
• <u>Consumo e produção sustentáveis (3§s)</u>
• <u>Mineração (2§s)</u>
• Educação (7§)
• Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (9§s)

Fonte: Adaptado de “O futuro que queremos” (ONU, 2012).

Mas, ainda que o documento conceda espaço significativo para abordagem da questão ecológica do desenvolvimento sustentável, observa-se que as propostas de preservação ambiental se apoiam em argumentos ligados aos desafios socioeconômicos do desenvolvimento sustentável. Isso fica explícito no §4 (excerto (20)), na referência à necessidade de “proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social”, revelando o favoritismo dos aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável.

Fica evidente também na comparação entre o §2 (excerto (26)) e o §190 (excerto (27)). Comparativamente, o desafio da erradicação da pobreza recebe maior importância ao ser representado como o “maior desafio enfrentado pelo mundo atualmente”, do que as mudanças climáticas que são referidas como “um dos maiores desafios de nossos tempos”.

(26) (§2) *Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to freeing humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.*

(27) (§190) *We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and we express profound alarm that emissions of greenhouse gases continue to rise globally. We are deeply concerned that all countries, particularly developing countries, are vulnerable to the adverse impacts of climate change, and are already experiencing increased impacts, including persistent drought and extreme weather events, sea-level rise, coastal erosion and ocean acidification, further threatening food security and efforts to eradicate poverty and achieve sustainable development. In this regard we emphasize that adaptation to climate change represents an immediate and urgent global priority.*

Na apresentação dos temas da Rio+20, no §12 (excerto (28)), não há referências diretas aos aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável, mas há referência ao aspecto econômico (pela menção à economia verde) e aos aspectos sociais (pela referência ao combate à pobreza). Pode-se inferir, portanto, que os aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável não se inserem nos temas prioritários da Conferência.

(28) (§12) *We resolve to take urgent action to achieve sustainable development. We therefore renew our commitment to sustainable development, assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges. We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development.*

Isso contrasta com as preocupações expressas no pronunciamento dos trabalhadores e sindicatos (excerto (6)), no qual se argumenta que as reivindicações por justiça e equidade social não podem ser alcançadas sem medidas e políticas de caráter ambiental. Diferentemente do documento da Rio+20, o grupo social atribui importância majorada ao aspecto ecológico do desenvolvimento sustentável em comparação com as dimensões econômica e social.

A análise da interdiscursividade pode revelar outros aspectos ideológicos representados no texto. Nas seções que se seguem, serão analisados os discursos que se articulam no documento “O futuro que queremos” para compor o discurso ecológico do desenvolvimento sustentável.

6.2.1 Antropoceno, limites do planeta e urgência das ações no documento da Rio+20

Os três principais discursos que se articulam nos pronunciamentos dos *Major Groups* nas referências às questões ecológicas do desenvolvimento sustentável também estão presentes no documento da Rio+20, sejam: o discurso do Antropoceno, o discurso dos limites do planeta e o discurso da urgência das ações. No entanto, no texto “O futuro que queremos”, a representação do discurso ecológico guarda diferenças significativas com aquela encontrada nos textos dos *Major Groups*. Nas próximas seções, a análise da interdiscursividade permite identificar como esses discursos se articulam para compor o discurso ecológico no texto final da Rio+20, e permite, ainda, compará-los com o que está representado nos pronunciamentos dos *Major Groups*.

6.2.1.1 Antropoceno

Apesar de não se encontrar no documento “O futuro que queremos” qualquer menção ao termo “Antropoceno”, é possível reconhecer a representação desse discurso em diversas passagens do texto, como, por exemplo, no §6 (excerto (29)), que reconhece que “as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável”.

(29) (§6) We recognize that people are at the centre of sustainable development and in this regard we strive for a world that is just, equitable and inclusive, and we commit to work together to promote sustained and inclusive economic growth, social development and environmental protection and thereby to benefit all.

A necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade está expressa no §4 (excerto (20)), no §61 (excerto (30)) e no §224 (excerto (31)).

(30) (§61) We recognize that urgent action on unsustainable patterns of production and consumption where they occur remains fundamental in addressing environmental sustainability and promoting conservation and sustainable use of

biodiversity and ecosystems, regeneration of natural resources and the promotion of sustained, inclusive and equitable global growth (grifo nosso).

(31) (§224) *We recall the commitments made in the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation on sustainable consumption and production and, in particular, the request in chapter 3 of the Plan of Implementation to encourage and promote the development of a 10-year framework of programmes. We recognize that fundamental changes in the way societies consume and produce are indispensable for achieving global sustainable development.*

No entanto, a presença dos atenuantes realçados pelos nossos grifos nos excertos (20) e (30) revelam a hesitação em se atribuir ao modelo econômico vigente a responsabilidade dos desgastes ambientais globais. As construções “modificando padrões insustentáveis e promovendo padrões sustentáveis” (*changing unsustainable and promoting sustainable patterns*), presente no §4 (excerto (20)), e “padrões insustentáveis de produção e consumo onde eles ocorram” (*unsustainable patterns of production and consumption where they occur*), no §61 (excerto (30)), revelam modalidade deôntica baixa, isto é, revelam que o texto não apresenta esses padrões insustentáveis como uma verdade constante, carecendo, portanto, de circunstanciar as ocorrências de tais padrões.

De fato, o crescimento econômico é apontado como uma solução para o desenvolvimento sustentável. No §4 (excerto (20)), observa-se uma pressuposição proposicional pela qual o texto oferece o crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo como um meio para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Nas últimas linhas do §19 (excerto (32)), o crescimento e a diversificação econômica também são apontados como meios para se acelerar redução das diferenças entre países ricos e países em desenvolvimento e se criar oportunidades de se alcançar o desenvolvimento sustentável, revelando mais uma pressuposição propositiva e, ao mesmo tempo, avaliativa (positiva) do crescimento econômico, o que aparece no enunciado juntamente com o desenvolvimento social e a proteção ambiental, enumerados nessa ordem. Tal ordem de enumeração corrobora para a representação da primazia do crescimento econômico, em relação aos demais itens enumerados, conforme visto anteriormente.

(32) (§19) *We recognize that the 20 years since the United Nations Conference on Environment and Development in 1992 have seen uneven progress, including in sustainable development and poverty eradication. We emphasize the need to make progress in implementing previous commitments. We also recognize the need to accelerate progress in closing development gaps between developed and developing countries, and to seize and create opportunities to achieve sustainable development through economic growth and diversification, social development and environmental protection (...)* (trecho).

O crescimento econômico também é avaliado positivamente no §106 (excerto (33)), quando é representado como um dos requisitos chaves para erradicação da pobreza e da

fome e para que os Objetivos do Milênio sejam alcançados. O enunciado do excerto (33) apresenta uma assertiva com alta modalidade epistêmica que marca o pressuposto de verdade pelo qual se associa crescimento econômico e bem-estar social. Não se observa, ao longo do texto, qualquer menção de que o crescimento econômico inequânime pode resultar em pobreza e fome para as populações mais vulneráveis, dentre outros problemas sociais e ambientais.

(33) (§106) *We recognize that sustained, inclusive and equitable economic growth in developing countries is a key requirement for eradicating poverty and hunger and achieving the Millennium Development Goals (...)* (trecho)

A teoria do desenvolvimento sustentável mostra a que o crescimento econômico e a aceleração da produção e do consumo são agravantes para a situação de desgaste do planeta (LATOUCHE, 2009; CHESNAIS, 2012; LATOUCHE, 2012; LÉNA, 2012; LÖWY, 2012; VEIGA E ISSBERNER, 2012). No entanto, vale ressaltar que a vinculação da noção de desenvolvimento com o crescimento econômico é recorrente no texto da Rio+20 está presente também no pronunciamento do *Major Group* Negócios e Indústria. O documento da Rio+20 distingue responsáveis pelos desgastes das condições ecológicas do planeta apenas naquilo que concerne a problemas específicos.

No que tange ao equilíbrio ecológico de áreas urbanas, o §136 (excerto (34)) indica que são necessárias políticas de planejamento para responder aos potenciais desgastes ecológicos derivados do crescimento das populações urbanas. No entanto, essa vinculação lógica de causa e efeito entre crescimento urbano e desgaste ambiental é atenuada pelo exposto no §134 (excerto (35)), que argumenta que as cidades podem promover sociedades econômica, social e ambientalmente sustentáveis se forem bem planejadas e desenvolvidas.

(34) (§136) *We emphasize the importance of increasing the number of metropolitan regions, cities and towns that are implementing policies for sustainable urban planning and design in order to respond effectively to the expected growth of urban populations in the coming decades (...)* (trecho).

(35) (§134) *We recognize that, if they are well planned and developed, including through integrated planning and management approaches, cities can promote economically, socially and environmentally sustainable societies. (...) We also recognize the need for conservation, as appropriate, of the natural and cultural heritage of human settlements, the revitalization of historic districts and the rehabilitation of city centres.*

Já no que concerne ao esgotamento dos recursos naturais e aos perigos da poluição, nota-se pressuposta responsabilidade atribuída aos países em desenvolvimento. Desvelando pressuposições de verdade (pressuposições existenciais), o texto afirma que os

países em desenvolvimento não dispõem de capacidade para responder a esses desafios do uso sustentável dos recursos naturais e do controle de poluição e, para tanto, precisam contar com a cooperação internacional. Tais argumentos podem ser vistos no §160 (excerto (36)), que faz referência à necessidade de melhorar a capacidade dos países em desenvolvimento para a conservação e o uso sustentável dos mares e oceanos, e no trecho do §193 (excerto (37)), que menciona as emissões de gases de efeito estufa (GEE) causadas pela devastação florestal nos países em desenvolvimento.

(36) (§160) We recognize the importance of building the capacity of developing countries to be able to benefit from the conservation and sustainable use of the oceans and seas and their resources and, in this regard, we emphasize the need for cooperation in marine scientific research to implement the provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea and the outcomes of the major summits on sustainable development, as well as for the transfer of technology, taking into account the Intergovernmental Oceanographic Commission Criteria and Guidelines on the Transfer of Marine Technology.

(37) (§193) (...) We note the importance of such ongoing initiatives as reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries, and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries (...) (trecho).

Ao relacionar problemas de uso insustentável de recursos naturais e de poluição ambiental com os países em desenvolvimento, o texto incita à pressuposição de que os países em desenvolvimento detêm maior parcela de culpa pela poluição global do que os países desenvolvidos. Essa vinculação de ideias se dá de maneira mais explícita na pressuposição de verdade presente no §215 (excerto (38)), especificamente na sentença: “falta de capacidade de muitos países, sobretudo os países em desenvolvimento, para lidar com a gestão dos produtos químicos e dos resíduos em todo seu ciclo de vida”.

(38) (§215) We are deeply concerned that many countries, in particular the least developed countries, lack the capacity for sound management of chemicals and waste throughout their life cycles. Additional efforts are needed to enhance work towards strengthening capacities, including through partnerships, technical assistance and improved governance structures. We encourage countries and organizations, which have made progress towards achieving the goal of sound management of chemicals by 2020 to assist other countries by sharing knowledge, experience and best practices.

É interessante observar a ausência no texto de menções diretas aos problemas relacionados ao mau uso dos recursos naturais ou à geração de resíduos poluidores por países desenvolvidos. As sutis alusões aos desgastes causados pelos países ricos ao meio ambiente se leem apenas no §191 (excerto (39)) e no §225 (excerto (41)).

Ao articular intertextualmente a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e os compromissos de redução dos gases de efeito estufa

(GEE), o texto do §191 (excerto (39)) revela que as emissões globais de GEE tendem a agravar o problema do aquecimento global. Por esses argumentos, em meio a uma retórica rebuscada e pouco evidente, realçada pelos grifos no excerto (39), o texto responsabiliza os países signatários do Protocolo de Quioto (documento de atualização da UNFCCC referido no §191, excerto (39)) pelo aquecimento global, uma vez que não respeitaram o compromisso internacional firmado.

(39) (§191) *We underscore that the global nature of climate change calls for the widest possible cooperation by all countries and their participation in an effective and appropriate international response, with a view to accelerating the reduction of global greenhouse gas emissions. We recall that the United Nations Framework Convention on Climate Change provides that parties should protect the climate system for the benefit of present and future generations of humankind on the basis of equity and in accordance with their common but differentiated responsibilities and respective capabilities. We note with grave concern the significant gap between the aggregate effect of mitigation pledges by parties in terms of global annual emissions of greenhouse gases by 2020 and aggregate emission pathways consistent with having a likely chance of holding the increase in global average temperature below 2° C, or 1.5° C above pre-industrial levels. We recognize the importance of mobilizing funding from a variety of sources, public and private, bilateral and multilateral, including innovative sources of finance, to support nationally appropriate mitigation actions, adaptation measures, technology development and transfer and capacity-building in developing countries. In this regard, we welcome the launching of the Green Climate Fund and call for its prompt operationalization so as to have an early and adequate replenishment process (grifos nossos).*

No parágrafo que segue, o texto apresenta um clamor aos países signatários do Protocolo de Quioto para que cumpram plenamente os compromissos firmados, conforme se vê no excerto (40), revelando que a existência do compromisso não tem sido o suficiente para promover práticas mais sustentáveis.

(40) (§192) *We urge parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change and parties to the Kyoto Protocol to fully implement their commitments, as well as decisions adopted under those agreements. In this regard, we will build upon the progress achieved, including at the seventeenth session of the Conference of the Parties to the Convention and the seventh session of the Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, held in Durban, South Africa, from 28 November to 9 December 2011.*

No que tange ao uso dos combustíveis fósseis, o §225 (excerto (41)) aborda a necessidade de eliminação dos subsídios tributários e de mercado, para que os custos desses combustíveis passem a refletir seus impactos ambientais. A proposta é de “racionalizar os subsídios ineficientes”, o que se contrasta com a força da expressão “eliminar os subsídios prejudiciais e ineficientes” presente na primeira oração do parágrafo. Pelo uso do processo verbal “*rationalizing*” e pela presença de atenuantes, isto é, das expressões “onde existirem” (*where they exist*) e “levando em conta as necessidades e condições específicas” (*taking fully into account the specific needs and conditions*), nota-se

que a proposta é representada no texto com hesitação. Vale ainda ressaltar a menção, ao final do parágrafo, “aos países em desenvolvimento, aos pobres e às comunidades afetadas”. A menção aos países em desenvolvimento diverge a atenção dos subsídios aplicados nos países ricos. A referência à necessidade de se proteger as comunidades vulneráveis (os pobres e as comunidades afetadas) dos efeitos adversos da supressão dos subsídios desvia o foco do parágrafo e, ainda, revela prioridade à proteção social a despeito da degradação ambiental.

Vale, ainda, realçar que apenas cinco parágrafos, dos 283 que compõe o documento não começam com o pronome “nós” (“we”). Esse é o caso do §225 (excerto (41)) em que se representa o discurso ecológico. O §225 (excerto (41)) se inicia com uma oração que tem como sujeito (participante dizente) “os países” que reafirmam seu compromisso de eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis. Segue-se a segunda sentença, que tem como sujeito “nós” (“we”), e que expressa o convite (ou a proposta) para que outros países façam o mesmo que aqueles primeiro citados. Do modo em que se apresenta, a primeira sentença do parágrafo se presta a afastar o conteúdo da proposta dos atores signatários do documento (“we”). Ela serve, ainda, como justificativa, e quase uma ressalva, para a proposta apresentada na segunda sentença.

(41) (§225) Countries reaffirm the commitments they have made to phase out harmful and inefficient fossil fuel subsidies that encourage wasteful consumption and undermine sustainable development. We invite others to consider rationalizing inefficient fossil fuel subsidies by removing market distortions, including restructuring taxation and phasing out harmful subsidies, where they exist, to reflect their environmental impacts, with such policies taking fully into account the specific needs and conditions of developing countries, with the aim of minimizing the possible adverse impacts on their development and in a manner that protects the poor and the affected communities.

O discurso do Antropoceno é representado no texto da Rio+20, mas não tem força argumentativa suficiente para atribuir ao modelo de desenvolvimento vigente responsabilidades pelos desgastes ecológicos do planeta ou para justificar mudanças impopulares que rompam com o modo de funcionamento da economia. Dessa maneira, a representação do discurso do Antropoceno não contempla os valores, os interesses, os argumentos e as reivindicações representadas nos pronunciamentos *Major Groups*.

6.2.1.2 Limites do planeta

O texto “O futuro que queremos” aborda as questões relativas aos limites do planeta a partir dos graves problemas derivados dos desgastes ambientais e da perda da capacidade de autorregeneração dos ecossistemas. Nas referências às questões ambientais, é

frequente no texto o uso de expressões como “vulnerabilidade” (e seus termos derivados)²⁶, e “ameaça” (e seus termos derivados).²⁷

- (42) (§164) *We note the significant threat that alien invasive species pose to marine ecosystems and resources and commit to implement measures to prevent the introduction, and manage the adverse environmental impacts, of alien invasive species, including, as appropriate, those adopted in the framework of IMO.*
- (43) (§165) *We note that sea-level rise and coastal erosion are serious threats for many coastal regions and islands, particularly in developing countries, and in this regard we call on the international community to enhance its efforts to address these challenges.*
- (44) (§166) *We call for support to initiatives that address ocean acidification and the impacts of climate change on marine and coastal ecosystems and resources. In this regard, we reiterate the need to work collectively to prevent further ocean acidification, as well as enhance the resilience of marine ecosystems and of the communities whose livelihoods depend on them, and to support marine scientific research, monitoring and observation of ocean acidification and particularly vulnerable ecosystems, including through enhanced international cooperation in this regard.*
- (45) (§170) *We acknowledge that illegal, unreported and unregulated fishing deprive many countries of a crucial natural resource and remain a persistent threat to their sustainable development. We recommit to eliminate illegal, unreported and unregulated fishing as advanced in the Johannesburg Plan of Implementation, and to prevent and combat these practices, including through the following: developing and implementing national and regional action plans in accordance with the FAO International Plan of Action to Prevent, Deter and Eliminate Illegal, Unreported and Unregulated Fishing; implementing, in accordance with international law, effective and coordinated measures by coastal States, flag States, port States, chartering nations and the States of nationality of the beneficial owners and others who support or engage in illegal, unreported and unregulated fishing by identifying vessels engaged in such fishing and by depriving offenders of the benefits accruing from it; as well as cooperating with developing countries to systematically identify needs and build capacity, including support for monitoring, control, surveillance, compliance and enforcement systems.*
- (46) (§176) *We also recognize the significant economic, social and environmental contributions of coral reefs, in particular to islands and other coastal States, as well as the significant vulnerability of coral reefs and mangroves to impacts, including from climate change, ocean acidification, overfishing, destructive fishing practices and pollution. We support international cooperation with a view to conserving coral reef and mangrove ecosystems and realizing their social, economic and environmental benefits as well as facilitating technical collaboration and voluntary information-sharing.*
- (47) (§178) *We reaffirm that small island developing States remain a special case for sustainable development in view of their unique and particular vulnerabilities,*

²⁶ Como se vê nos §33 (excerto (72)), §166 (excerto (42)), §168 (excerto (69)), §176 (excerto (46)), §178 (excerto (47)), §190 (excerto (27)), §210 (excerto (66)).

²⁷ O termo ameaça e seus derivados foram usados nos §25 (excerto (65)), §164 (excerto (42)), §165 (excerto (43)), §170 (excerto (45)), §178 (excerto (47)), §190 (excerto (27)) e §203 (excerto (51)).

including their small size, remoteness, narrow resource and export base, and exposure to global environmental challenges and external economic shocks, including to a large range of impacts from climate change and potentially more frequent and intense natural disasters. We note with concern that the outcome of the five-year review of the Mauritius Strategy concluded that small island developing States have made less progress than most other groupings, or even regressed, in economic terms, especially in terms of poverty reduction and debt sustainability. Sea-level rise and other adverse impacts of climate change continue to pose a significant risk to small island developing States and their efforts to achieve sustainable development, and for many represent the gravest of threats to their survival and viability, including for some through the loss of territory. We also remain concerned that, while small island developing States have progressed in the areas of gender, health, education and the environment, their overall progress towards achieving the Millennium Development Goals has been uneven.

Já a palavra “impactos” (e seus termos derivados) foi usada 18 vezes para se referir às questões ambientais.²⁸ O emprego desses termos representa uma avaliação negativa quanto à situação e quanto à tendência evolutiva das condições ecológicas do planeta.

(48) (§20) *We acknowledge that since 1992 there have been areas of insufficient progress and setbacks in the integration of the three dimensions of sustainable development, aggravated by multiple financial, economic, food and energy crises, which have threatened the ability of all countries, in particular developing countries, to achieve sustainable development. In this regard, it is critical that we do not backtrack from our commitment to the outcome of the United Nations Conference on Environment and Development. We also recognize that one of the current major challenges for all countries, particularly for developing countries, is the impact from the multiple crises affecting the world today.*

(49) (§60) *We acknowledge that green economy in the context of sustainable development and poverty eradication will enhance our ability to manage natural resources sustainably and with lower negative environmental impacts, increase resource efficiency and reduce waste.*

(50) (§167) *We stress our concern about the potential environmental impacts of ocean fertilization. In this regard, we recall the decisions related to ocean fertilization adopted by the relevant intergovernmental bodies, and resolve to continue addressing with utmost caution ocean fertilization, consistent with the precautionary approach.*

(51) (§203) *We recognize the important role of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, an international agreement that stands at the intersection between trade, the environment and development, promotes the conservation and sustainable use of biodiversity, should contribute to tangible benefits for local people, and ensures that no species entering into international trade is threatened with extinction. We recognize the economic, social and environmental impacts of illicit trafficking in wildlife, where firm and strengthened action needs to be taken on both the supply and demand sides. In*

²⁸ Isso ocorre nos §20 (excerto (48)), §25 (excerto (65)), §60 (excerto (49)), §90 (excerto (82)), §158 (excerto (76)), §163 (excerto (53)), §166 (excerto (44)), §167 (excerto (50)), §168 (excerto (69)), §176 (excerto (46)), §178 (excerto (47)), §190 (excerto (27)), §201 (excerto (56)), §203 (excerto (51)), §210 (excerto (66)), §225 (excerto (41)), §227 e §275 (excerto (52)).

this regard, we emphasize the importance of effective international cooperation among relevant multilateral environmental agreements and international organizations. We further stress the importance of basing the listing of species on agreed criteria.

(52) (§227) We acknowledge that minerals and metals make a major contribution to the world economy and modern societies. We note that mining industries are important to all countries with mineral resources, in particular developing countries. We also note that mining offers the opportunity to catalyse broad-based economic development, reduce poverty and assist countries in meeting internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals, when managed effectively and properly. We acknowledge that countries have the sovereign right to develop their mineral resources according to their national priorities and responsibility regarding the exploitation of resources described in the Rio Principles. We further acknowledge that mining activities should maximize social and economic benefits, as well as effectively address negative environmental and social impacts. In this regard, we recognize that Governments need strong capacities to develop, manage and regulate their mining industries, in the interest of sustainable development.

Os problemas ambientais com maior destaque no documento são as mudanças climáticas,²⁹ a perda de biodiversidade³⁰ e a poluição nos seus mais diversos tipos. A questão da poluição é mencionada no texto a partir de referências a problemas relacionados à poluição das águas (§124, excerto (53)), à degradação ambiental nos aglomerados urbanos (§135, excerto (24)), às ameaças à saúde humana pela poluição atmosférica, das águas e por produtos químicos (§141, excerto (57)), à poluição de mares e oceanos (§163, excerto (54) e §176, excerto (46)), à devastação florestal (§193, excerto (25)), à degradação do solo (do §205 ao §209), à degradação dos ecossistemas de montanhas (§210, excerto (66)), à geração e descarte de resíduos perigosos (do §213 ao §223) e à emissão de gases de efeito estufa (§225, excerto (41)).

(53) (§124) We stress the need to adopt measures to significantly reduce water pollution and increase water quality, significantly improve wastewater treatment and water efficiency and reduce water losses. In order to achieve this, we stress the need for international assistance and cooperation.

(54) (§163) We note with concern that the health of oceans and marine biodiversity are negatively affected by marine pollution, including marine debris, especially plastic, persistent organic pollutants, heavy metals and nitrogen-based compounds, from a number of marine and land-based sources, including shipping and land run-off. We commit to take action to reduce the incidence and impacts of such pollution on marine ecosystems, including through the effective implementation of relevant conventions adopted in the framework of the International Maritime Organization (IMO), and the follow-up of the relevant

²⁹ Há referências às mudanças climáticas nos §25 (excerto (65)), §158 (excerto (76)), §165 (excerto (43)), §166 (excerto (44)), 176 (excerto (46)), §178 (excerto (47)), §190 (excerto (27)), §191 (excerto (39)), §210 (excerto (66)), por exemplo.

³⁰ A perda de biodiversidade é referida nos §158 (excerto (76)), §166 (excerto (44)), §176 (excerto (46)), §193 (excerto (37)), §197 (excerto (58)), §198 (excerto (55)), §201 (excerto (56) e §204 (excerto (62)).

initiatives such as the Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities, as well as the adoption of coordinated strategies to this end. We further commit to take action to, by 2025, based on collected scientific data, achieve significant reductions in marine debris to prevent harm to the coastal and marine environment.

(55) (§198) *We reiterate our commitment to the achievement of the three objectives of the Convention on Biological Diversity and call for urgent actions that effectively reduce the rate of, halt and reverse the loss of biodiversity. In this context, we affirm the importance of implementing the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and achieving the Aichi Biodiversity Targets adopted by the Conference of the Parties to the Convention at its tenth meeting.*

(56) (§201) *We support mainstreaming the consideration of the socioeconomic impacts and benefits of the conservation and sustainable use of biodiversity and its components, as well as ecosystems that provide essential services, into relevant programmes and policies at all levels, in accordance with national legislation, circumstances and priorities. We encourage investments, through appropriate incentives and policies, which support the conservation and sustainable use of biological diversity and restoration of degraded ecosystems, consistent and in harmony with the Convention on Biological Diversity and other relevant international obligations.*

Ao se referir aos perigos da degradação do meio ambiente, o foco do texto focaliza frequentemente os efeitos sobre o bem-estar humano e sobre a economia, como se vê no §90 (excerto (82)), no §141 (excerto (57)), e na perda de serviços ambientais, tais como segurança alimentar, água potável e meio ambiente saudável, como se lê no §197 (excerto (58)).

(57) (§141) (...) *We recognize that reducing, inter alia, air, water and chemical pollution leads to positive effects on health (trecho).*

(58) (§197) *We reaffirm the intrinsic value of biological diversity, as well as the ecological, genetic, social, economic, scientific, educational, cultural, recreational and aesthetic values of biological diversity and its critical role in maintaining ecosystems that provide essential services, which are critical foundations for sustainable development and human well-being. We recognize the severity of the global loss of biodiversity and the degradation of ecosystems and emphasize that these undermine global development, affecting food security and nutrition, the provision of and access to water and the health of the rural poor and of people worldwide, including present and future generations. This highlights the importance of the conservation of biodiversity, enhancing habitat connectivity and building ecosystem resilience. We recognize that the traditional knowledge, innovations and practices of indigenous peoples and local communities make an important contribution to the conservation and sustainable use of biodiversity, and their wider application can support social well-being and sustainable livelihoods. We further recognize that indigenous peoples and local communities are often the most directly dependent on biodiversity and ecosystems and thus are often the most immediately affected by their loss and degradation (grifo nosso).*

No §197 (excerto (58)), é possível observar rupturas discursivas em duas passagens do parágrafo. Primeiramente, ao enumerar os valores da biodiversidade, o texto realça seu valor intrínseco e seus valores ecológico, genético, social, econômico, científico, cultural e

estético. A representação do valor intrínseco e dos valores ecológico, cultural e estético contrasta com a visão pragmática dos benefícios dos serviços ambientais para desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano.

É recorrente no documento da Rio+20 o argumento de que a preservação ambiental é necessária para assegurar o bem-estar humano e o desenvolvimento econômico. Essa visão utilitarista do meio ambiente, que contrasta com os valores intrínsecos da natureza e exalta os benefícios dos serviços ambientais para o bem-estar humano, é reiterada no próprio §197 (excerto (58)), especificamente pela expressão “os quais são as bases fundamentais para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano” (*which are critical foundations for sustainable development and human well-being*), destacada pelos grifos excerto (58). Na segunda oração, o texto reconhece “a gravidade da perda de biodiversidade e da degradação dos ecossistemas pelos prejuízos ao desenvolvimento global, os impactos à segurança alimentar e ao acesso à água e à saúde das populações rurais pobres e de pessoas em todo o mundo, incluindo as gerações presentes e futuras”, de modo a realçar que as perdas ambientais são consideráveis devido aos problemas sociais e econômicos que elas causam. O argumento utilitarista é retomado na penúltima sentença do parágrafo, quando se mencionam o bem-estar social e os modos de vida sustentáveis como benefícios da conservação e do uso sustentável da biodiversidade. Mas, ao mencionar os modos de vida sustentáveis, surge, então, a segunda ruptura discursiva no parágrafo: quando se afirma que conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas e das comunidades locais oferecem uma importante contribuição para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

6.2.2 Discurso Mãe-Terra

Esse discurso de valorização dos modos de vida das populações tradicionais ressurgiu no texto, nos parágrafos 39 (excerto (59)) e 40 (excerto (60)), com a representação de argumentos para a promoção de modos de vida em harmonia com a natureza. Denominamos esse discurso por “discurso Mãe-Terra”, fazendo referência à expressão utilizada por algumas comunidades tradicionais para se referirem ao planeta, como mencionado no §39 (excerto (59)). Vale realçar que a expressão “Mãe-Terra” também foi utilizada no pronunciamento dos povos indígenas (excerto (8)).

(59) (§39) *We recognize that planet Earth and its ecosystems are our home and that “Mother Earth” is a common expression in a number of countries and regions, and we note that some countries recognize the rights of nature in the context of the promotion of sustainable development. We are convinced that in order to achieve a just balance among the economic, social and environmental needs of present and future generations, it is necessary to promote harmony with nature.*

(60) (§40) *We call for holistic and integrated approaches to sustainable development that will guide humanity to live in harmony with nature and lead to efforts to restore the health and integrity of the Earth's ecosystem.*

O discurso Mãe-Terra ressurge no §202 (excerto (61)) ao convidar os *stakeholders* a “viverem em harmonia com a natureza” para consagrar a Década das Nações Unidas para a Biodiversidade entre 2011 e 2020.

(61) (§202) *We agree to promote international cooperation and partnerships, as appropriate, and information exchange, and in this context we welcome the United Nations Decade on Biodiversity, 2011-2020, for the purpose of encouraging active involvement of all stakeholders in the conservation and sustainable use of biodiversity, as well as access to and the fair and equitable sharing of benefits arising from the utilization of genetic resources, with the vision of living in harmony with nature.*

A ruptura discursiva se apresenta no contraste entre o discurso Mãe-Terra, que valoriza o conhecimento e os modos de vida tradicionais, e o que chamamos de discurso de crença na ciência e na tecnologia, que propõe conhecimentos científicos e inovações tecnológicas para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável.

6.2.3 O papel da ciência e tecnologia diante dos problemas ecológicos

O discurso da crença na ciência e na tecnologia permeia várias passagens do texto e recebe realce majorado no documento, como visto no capítulo analítico específico sobre o tema da ciência e tecnologia, mas também nas referências às questões ecológicas se observou a importância concedida à ciência e tecnologia. Uma evidência dessa importância majorada se revela pela alta incidência de palavras associadas ao vocabulário usual do campo da ciência e tecnologia nas referências ao discurso ecológico. No que concerne à biodiversidade, esse discurso de crença na ciência e na tecnologia pode ser visto no §204 (excerto (62)), que argumenta que as melhores informações científicas disponíveis devem embasar as tomadas de decisões.

(62) (§204) *We take note of the establishment of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, and invite an early commencement of its work , in order to provide the best available policy-relevant information on biodiversity to assist decision makers .*

No §208 (excerto (63)), reafirma-se a importância de métodos e indicadores científicos para o monitoramento dos problemas de desertificação e degradação do solo e a necessidade de se promover pesquisa científica para gerar embasamento teórico para as medidas de enfrentamento desses problemas.

(63) (§208) *We stress the importance of the further development and implementation of scientifically based, sound and socially inclusive methods and indicators for*

monitoring and assessing the extent of desertification, land degradation and drought, as well as the importance of efforts under way to promote scientific research and strengthen the scientific base of activities to address desertification and drought in accordance with the United Nations Convention to Combat Desertification. In this respect, we take note of the decision of the Conference of the Parties to the Convention, at its tenth meeting, to establish an ad hoc working group, taking into account regional balance, to discuss specific options for the provision of scientific advice to its parties.

O texto ainda realça os avanços tecnológicos e científicos como meios de implementação de medidas para o desenvolvimento sustentável na SeçãoVI do documento da Rio+20. Essa seção, intitulada “Meios de implementação” (“*Means of implementation*”) é composta pelos parágrafos de 252 ao 282 e contém quatro subseções intituladas “Financiamento”, “Tecnologia”, “Capacitação” e “Comércio”. As soluções científico-tecnológicas para o desenvolvimento sustentável são o principal mote das subseções “tecnologia” e “capacitação”, evidenciando a relevância desse assunto no texto.

É interessante verificar uma ressalva aos benefícios da inovação tecnológica que se mostra no §275 (excerto (64)). Ao reconhecer que as novas tecnologias “também podem gerar impactos negativos não intencionais sobre a biodiversidade e a saúde humana, além de outras consequências imprevistas”, o texto coloca em questão a assertividade dos avanços tecnológicos e científicos, apesar de continuar avaliando positivamente seus resultados.

(64) (§275) We recognize the importance of strengthening international, regional and national capacities in research and technology assessment, especially in view of the rapid development and possible deployment of new technologies that may also have unintended negative impacts, in particular on biodiversity and health, or other unforeseen consequences.

As rupturas discursivas não invalidam ou mitigam os discursos predominantes, mesmo quando contrastam com esses discursos. No entanto, elas revelam uma abertura para representação no texto de ideias não hegemônicas, trazendo ao campo discursivo novos elementos que podem apontar potenciais mudanças no jogo de poder.

6.2.4 Mudanças climáticas

Um dos principais assuntos relativos aos limites do planeta refere-se às mudanças climáticas, o qual deve ser analisado em profundidade dada sua importância no documento.

As mudanças climáticas são representadas como um dos maiores desafios atuais (§190, excerto (27)) e como uma crise transversal e persistente (§25, excerto (65)) que, portanto, representa uma prioridade global e imediata (§190, excerto (27)). Segundo o §190 (excerto (27)), todos os países, e particularmente os países em desenvolvimento, são vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, que se manifestam na forma de “secas

persistentes, eventos climáticos extremos, elevação do nível do mar, erosão costeira, acidificação dos oceanos”. A segurança alimentar e a erradicação da pobreza (§190, excerto (27)), e o alcance dos Objetivos do Milênio e a sobrevivência das nações (§25, excerto (65)) são mencionados enquanto ameaças resultantes das mudanças climáticas, justificando a necessidade de ações de combate (§25, excerto (65)) e de adaptação (§190, excerto (27)) a essas mudanças.

(65) (§25) *We acknowledge that climate change is a cross-cutting and persistent crisis and express our concern that the scale and gravity of the negative impacts of climate change affect all countries and undermine the ability of all countries, in particular, developing countries, to achieve sustainable development and the Millennium Development Goals and threaten the viability and survival of nations. Therefore we underscore that combating climate change requires urgent and ambitious action, in accordance with the principles and provisions of the United Nations Framework Convention on Climate Change.*

Na seção do documento intitulada “Mudanças Climáticas” (*Climate Change*), que vai do §190 ao §192, o principal assunto é a emissão dos gases de efeito estufa que aceleram as mudanças climáticas. Mas as referências às mudanças climáticas ultrapassam essa seção e permeiam a representação de questões ambientais específicas no texto, sendo ora apontadas como agravantes de problemas ambientais, ora como resultante de desgastes específicos.

Enquanto fator agravante de problemas ambientais específicos, o texto aponta que as mudanças climáticas impactam negativamente os ecossistemas marinhos (§166, excerto (44)), contribuem para o aumento da vulnerabilidade dos corais e recifes (§176, excerto (46)), ameaçam a sobrevivência e a viabilidade das pequenas nações insulares (§178, excerto (47)) e fragilizam os ecossistemas de montanha (§210, excerto (66)).

(66) (§210) *We recognize that the benefits derived from mountain regions are essential for sustainable development. Mountain ecosystems play a crucial role in providing water resources to a large portion of the world's population; fragile mountain ecosystems are particularly vulnerable to the adverse impacts of climate change, deforestation and forest degradation, land use change, land degradation and natural disasters; and mountain glaciers around the world are retreating and getting thinner, with increasing impacts on the environment and human well-being.*

O documento reconhece que o uso de energias renováveis (§128, excerto (67)), a conservação e o uso sustentável dos mares e oceanos (§158, excerto (76)), a redução das emissões de gases de efeito estufa (§190, excerto (27) e §191, excerto (39)), a boa gestão do uso da terra e dos solos (§205, excerto (68)) são fatores que podem contribuir para o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. Entretanto, o texto enfatizam - de forma propositiva, porém vaga - que para combater as mudanças climáticas são necessárias

ações urgentes e ambiciosas (§25 (excerto (65)) empreendidas no mais amplo esforço de cooperação entre todos os países (§190, excerto (27)).

(67) (§128) *We recognize that improving energy efficiency, increasing the share of renewable energy and cleaner and energy-efficient technologies are important for sustainable development, including in addressing climate change. We also recognize the need for energy efficiency measures in urban planning, buildings and transportation, and in the production of goods and services and the design of products. We also recognize the importance of promoting incentives in favour of, and removing disincentives to, energy efficiency and the diversification of the energy mix, including promoting research and development in all countries, including developing countries.*

(68) (§205) *We recognize the economic and social significance of good land management, including soil, particularly its contribution to economic growth, biodiversity, sustainable agriculture and food security, eradicating poverty, the empowerment of women, addressing climate change and improving water availability. We stress that desertification, land degradation and drought are challenges of a global dimension and continue to pose serious challenges to the sustainable development of all countries, in particular developing countries. We also stress the particular challenges this poses for Africa, the least developed countries and the landlocked developing countries. In this regard, we express deep concern for the devastating consequences of cyclical drought and famine in Africa, in particular in the Horn of Africa and the Sahel region, and call for urgent action through short-, medium- and long-term measures at all levels.*

Mesmo mencionando os sinais e os perigos de esgotamento das condições ecológicas do planeta, o documento da Rio+20 não faz referência literal aos limites planetários ou à capacidade de carga da Terra, tal como denuncia o *Major Group* das organizações não-governamentais (excerto (13)). Apenas duas passagens do texto fazem menções indiretas aos limites de resiliência do planeta ao abordar problemas ambientais específicos. O §191 (excerto (39)) menciona o limite tolerável do aumento da temperatura global causado pelas emissões de gases de efeito estufa, e o §168 (excerto (69)) menciona os limites para manutenção dos estoques de recursos pesqueiros e marinhos em níveis sustentáveis de rendimento.

(69) (§168) *We commit to intensify our efforts to meet the 2015 target as agreed to in the Johannesburg Plan of Implementation to maintain or restore stocks to levels that can produce maximum sustainable yield on an urgent basis. In this regard we further commit to urgently take the measures necessary to maintain or restore all stocks at least to levels that can produce the maximum sustainable yield, with the aim of achieving these goals in the shortest time feasible, as determined by their biological characteristics. To achieve this we commit to urgently develop and implement science-based management plans, including by reducing or suspending fishing catch and effort commensurate with the status of the stock. We further commit to enhance action to manage bycatch, discards and other adverse ecosystem impacts from fisheries, including by eliminating destructive fishing practices. We also commit to enhance actions to protect vulnerable marine ecosystems from significant adverse impacts, including through the effective use of impact assessments. Such actions, including those through competent organizations, should be undertaken consistent with international law,*

the applicable international instruments and relevant General Assembly resolutions and FAO guidelines (grifos nossos)

Observa-se que as primeiras orações do §168 (excerto (69)) não explicitam a que tipo de estoques o texto faz referência, gerando dúvidas quanto ao tema principal do parágrafo. Também é importante observar a alta ocorrência no parágrafo de expressões que aludem urgência das ações. Em quatro passagens do parágrafo (realçadas pelos grifos no excerto (69) para facilitar a identificação), verifica-se a articulação do discurso da urgência das ações, o qual também foi reconhecido na análise dos pronunciamentos dos *Major Groups*. Em outras passagens do documento da Rio+20, analisadas na subseção que segue, também se identifica o discurso da urgência das ações.

6.2.4.1 Urgência das ações

A necessidade de urgência nas respostas aos desafios do desenvolvimento sustentável é representada em diversas passagens do documento da Rio+20. No §12 (excerto (28)), o texto explicita a decisão de se “tomar ações urgentes para se alcançar o desenvolvimento sustentável”. Na sequência, o §13 (excerto (70)) enfatiza que “o desenvolvimento sustentável requer ações concretas e urgentes”. E nas últimas linhas do §18 (excerto (71)), está expressa a determinação de se assumir “medidas concretas para acelerar a implementação dos compromissos com o desenvolvimento sustentável”.

(70) (§13) (...)We underscore that sustainable development requires concrete and urgent action. It can only be achieved with a broad alliance of people, governments, civil society and the private sector, all working together to secure the future we want for present and future generations (trecho).

(71) (§18) We are determined to reinvigorate political will and to raise the level of commitment by the international community to move the sustainable development agenda forward, through the achievement of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals. We further reaffirm our respective commitments to other relevant internationally agreed goals in the economic, social and environmental fields since 1992. We therefore resolve to take concrete measures that accelerate implementation of sustainable development commitments.

O documento expressa a necessidade de medidas urgentes também para o combate e adaptação às mudanças climáticas (§25, excerto (65) e §190, excerto (27)), para o enfrentamento das vulnerabilidades das pequenas nações insulares em desenvolvimento (§33, excerto (72)), para mudanças nos padrões insustentáveis de produção e consumo (§61, excerto (30)) e para acelerar a redução das emissões globais de gases de efeito estufa (§191, excerto (39)).

(72) (§33) We reaffirm our commitment to take urgent and concrete action to address the vulnerability of small island developing States, including through the

sustained implementation of the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy, and underscore the urgency of finding additional solutions to the major challenges facing small island developing States in a concerted manner so as to support them in sustaining momentum realized in implementing the Barbados Programme of Action and the Mauritius Strategy and achieving sustainable development.

Também se representa urgência em se encontrarem soluções para a implementação efetiva dos compromissos assumidos previamente à realização da Rio+20. Nas últimas linhas do §33 (excerto (72)), o recurso da intertextualidade traz para o texto da Rio+20 a necessidade de implementação das medidas propostas no Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento de Barbados (de 1994) e na Estratégia Maurício (de 2005). O §186 (excerto (73)) clama por acelerar a implementação do Marco de Ação de Hyogo para 2005 a 2015 (de 2005) que pauta sobre a mitigação dos riscos de grandes desastres.

(73) (§186) We reaffirm our commitment to the Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters and call for States, the United Nations system, the international financial institutions, subregional, regional and international organizations and civil society to accelerate implementation of the Framework and the achievement of its goals. We call for disaster risk reduction and the building of resilience to disasters to be addressed with a renewed sense of urgency in the context of sustainable development and poverty eradication, and, as appropriate, to be integrated into policies, plans, programmes and budgets at all levels and considered within relevant future frameworks. We invite governments at all levels as well as relevant subregional, regional and international organizations to commit to adequate, timely and predictable resources for disaster risk reduction in order to enhance the resilience of cities and communities to disasters, according to their own circumstances and capacities.

Quanto ao §186 (excerto (73)) que se refere aos riscos de grandes desastres, vale salientar a ausência de qualquer menção a desastres naturais ou ambientais. Na verdade, apesar de haver uma seção específica no documento da Rio+20 para abordar os riscos de desastres, reservando ao assunto o espaço que vai do §186 ao §189, os desastres naturais não são mencionados nesses parágrafos. Desastres naturais somente são mencionados no §111 (excerto (23)), que faz referência à agricultura sustentável; no §178 (excerto (47)), que aborda as vulnerabilidades das pequenas nações insulares em desenvolvimento e no §210 (excerto (66)), que trata dos efeitos adversos das mudanças climáticas sobre os ecossistemas de montanha. A ausência de menção aos desastres ecológicos na seção do texto que aborda a redução dos riscos de desastres causa estranhamento ao(à) leitor(a) interessado no discurso(a) ecológico.

Também se observa o pedido de urgência na ratificação ou adesão ao Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos, de modo a se garantir que ele “passe a vigorar o mais rápido possível”, conforme se lê no §199 (excerto (74)).

(74) (199) *We note the adoption of the Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from Their Utilization to the Convention on Biological Diversity, and we invite parties to the Convention on Biological Diversity to ratify or accede to the Protocol, so as to ensure its entry into force at the earliest possible opportunity. We acknowledge the role of access and benefit-sharing arising from the utilization of genetic resources in contributing to the conservation and sustainable use of biological diversity, poverty eradication and environmental sustainability.*

Já no §162 (excerto (75)), a urgência está em se desenvolver um instrumento internacional que trate da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica marinha nas águas internacionais, ou seja, nas áreas de mar e oceanos que ultrapassem a jurisdição das nações.

(75) (§162) *We recognize the importance of the conservation and sustainable use of marine biodiversity beyond areas of national jurisdiction. We note the ongoing work under the General Assembly of an ad hoc open-ended informal working group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction. Building on the work of the ad hoc working group and before the end of the sixty-ninth session of the General Assembly we commit to address, on an urgent basis, the issue of the conservation and sustainable use of marine biological diversity of areas beyond national jurisdiction, including by taking a decision on the development of an international instrument under the United Nations Convention on the Law of the Sea.*

A revelação da ausência desse instrumento de regulação das águas internacionais, em um primeiro momento, parece contradizer a noção de suficiência presente na alusão à legislação internacional marítima expressa no §158 (excerto (76)). O §158 afirma que a “legislação internacional, conforme o refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), estabelece o quadro jurídico para a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos”. Se o contraste entre os parágrafos surpreende, uma leitura criteriosa ajuda a revelar que eles não se contradizem. Antes, o contraste ajuda a descortinar uma falha no contrato multilateral CNUDM, que requer soluções urgentes.

(76) (§158) *We recognize that oceans, seas and coastal areas form an integrated and essential component of the Earth's ecosystem and are critical to sustaining it, and that international law, as reflected in the United Nations Convention on the Law of the Sea, provides the legal framework for the conservation and sustainable use of the oceans and their resources. We stress the importance of the conservation and sustainable use of the oceans and seas and of their resources for sustainable development, including through their contributions to poverty eradication, sustained economic growth, food security and creation of sustainable livelihoods and decent work, while at the same time protecting biodiversity and the marine environment and addressing the impacts of climate change. We therefore commit to protect, and restore, the health, productivity and resilience of oceans and marine ecosystems, and to maintain their biodiversity, enabling their conservation and sustainable use for present and future generations, and to effectively apply an ecosystem approach and the precautionary approach in the management, in accordance with international law, of activities having an impact*

on the marine environment, to deliver on all three dimensions of sustainable development.

O senso de urgência também percorre o convite expresso no §182 (excerto (77) para que se acelere a implementação de ações relativas às cinco prioridades acordadas no Programa de Ação de Almaty, de 2003, sobre transporte de trânsito em países em desenvolvimento sem litoral, e suas declarações de revisão.³¹

(77) (§182) We invite Member States, including development partners, organizations of the United Nations system and other relevant international, regional and subregional organizations, to speed up further the implementation of the specific actions in the five priorities agreed upon in the Almaty Programme of Action and those contained in the declaration on the midterm review of the Almaty Programme of Action, in a better coordinated manner, in particular for the construction, maintenance and improvement of their transport, storage and other transit-related facilities, including alternative routes, completion of missing links and improved communications and energy infrastructure, so as to support the sustainable development of landlocked developing countries.

Pela análise do discurso da urgência representado no documento da Rio+20, nota-se a preocupação com a necessidade de medidas e ações imediatas em prol do desenvolvimento sustentável, convergindo com o senso de urgência expresso no pronunciamento dos *Major Groups*. No entanto, as propostas de ação nos resultados da Rio+20 não condizem com o discurso da urgência. Isso acontece porque as propostas representadas no documento final da Rio+20 não aportam novas informações ou apresentam instrumentos que incitem à transformação efetiva em prol do desenvolvimento sustentável, conforme se analisa na seção que segue. Da maneira como se apresenta no texto “O futuro que queremos”, o discurso da urgência das ações torna-se um discurso “vazio”, restrito a um artifício retórico que pouco fundamenta práticas ou decisões no campo da geopolítica do desenvolvimento sustentável.

6.2.5 Respostas aos desafios do Desenvolvimento Sustentável

A maioria das propostas apresentadas no documento “O futuro que queremos” para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável se restringem a reiterar a

³¹ O Programa de Ação de Almaty pauta sobre as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral. O Programa recebeu revisões importantes em 2008 e em 2013. As cinco prioridades estabelecidas no Programa são: 1. Políticas fundamentais de trânsito; 2. Desenvolvimento e manutenção de infraestrutura; 3. Facilitação comercial e comércio internacional; 4. Medidas de apoio internacional e 5. Revisão e implementação. As ações de implementação do Programa se propõem “no sentido de melhorar sua coordenação, em particular para a construção, a manutenção e a melhoria das instalações de transporte e de armazenamento e outros equipamentos ligados ao trânsito, inclusive para abrir rotas alternativas, concluir os trechos faltantes, melhorar as infraestruturas de comunicação e de energia, de modo a apoiar o desenvolvimento sustentável desses países”, conforme se lê no §182 do documento “O futuro que queremos”. O texto do Programa de Ação Almaty pode ser consultado na íntegra através do link <http://www.un-documents.net/almaty-p.htm#priority-2>.

necessidade de plena implementação dos compromissos assumidos previamente pelos países membros da ONU em encontros oficiais anteriores à Rio+20.

Esse é o caso, por exemplo, das propostas de enfrentamento às mudanças climáticas representadas no texto da Rio+20. Apesar da gravidade e amplitude do problema e da necessidade de ações urgentes representadas no texto, a proposta para responder às mudanças climáticas se limita a apelar aos países para que cumpram os compromissos redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), previamente firmados pelo Protocolo de Quioto, e a apoiar o Fundo do Clima Verde (§191, excerto (39) e §192, excerto (40)).

O potencial pragmático da proposta é fraco. Primeiramente, a proposta não aporta novas informações ou instrumentos vinculantes que possam estimular medidas efetivas para a redução das emissões de GEE. E, ainda, na ausência de menção ao potencial poluente dos países desenvolvidos, o texto se afasta dos dados científicos que apontam que países desenvolvidos são responsáveis pela maior parcela das emissões globais (OLIVIER *ET AL.*, 2013).³² No que tange ao enfrentamento das mudanças climáticas, o documento não propõe ações de redução de emissões dos GEE junto aos países ricos, à exceção da sugestão para a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis (§225, excerto (41)), representada com hesitação, como visto anteriormente. De fato, o documento reserva aos países desenvolvidos o papel restrito de financiador, por meio do Fundo do Clima Verde, das ações de adaptação ou mitigação das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento. Na proposta de apoio ao Fundo do Clima Verde³³, novamente se observa a pressuposição de que os países em desenvolvimento são os principais poluidores e que carecem da ajuda internacional para remediar essa condição.

Da maneira como está representada no texto da Rio+20, a proposta de enfrentamento das mudanças climáticas não aponta para soluções efetivas. Na verdade, ela se presta a revelar o modesto desempenho na implementação dos compromissos assumidos por meio do Protocolo de Quioto e a descortinar a falaciosa responsabilização dos países em desenvolvimento pelos problemas ecológicos do mundo.

³² Segundo o Relatório de 2013 sobre as tendências das emissões globais de CO₂ (OLIVIER *ET AL.*, 2013), os seis países que mais emitem gases de efeito estufa são: China (29%), Estados Unidos (15%), União Européia (11%), Índia (6%), Rússia (5%) e Japão (4%).

³³ O Fundo Clima Verde se presta a financiar, nos países em desenvolvimento, medidas para “limitar ou reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e para adaptar aos impactos das mudanças climáticas” (UNITED NATIONS, 2011a, p. 2). O texto integral do acordo multilateral que estabelece o Fundo Clima Verde pode ser acessado pelo link http://gcfund.net/fileadmin/00_customer/documents/pdf/GCF-governing_instrument-120521-block-LY.pdf.

Também em outras propostas para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável representadas no documento “O futuro que queremos”, reafirma-se a necessidade de plena implementação dos acordos multilaterais prévios à Rio+20, revelando a fraqueza e o baixo potencial pragmático das convenções e acordos firmados no seio das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o §18 (excerto (71)) explicita a necessidade de se fortalecerem os compromissos da comunidade internacional com o desenvolvimento sustentável e revela que os Objetivos do Milênio carecem de vontade política para que possam ser alcançados.

O §17 (excerto (78)) convoca os Estados membros da ONU a honrarem seus compromissos, assumidos por meio Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), desvelando que tais acordos não têm se mostrado efetivos.

(78) (§17) We recognize the importance of the three Rio conventions for advancing sustainable development and in this regard we urge all parties to fully implement their commitments under the United Nations Framework Convention on Climate Change, the Convention on Biological Diversity and the United Nations Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa, in accordance with their respective principles and provisions, as well as to take effective and concrete actions and measures at all levels and to enhance international cooperation.

O §16 (excerto (79)) enumera uma série de convenções e programas das Nações Unidas para os quais se reafirma a necessidade de plena implementação.

(79) (§16) We reaffirm our commitment to fully implement the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development (Johannesburg Plan of Implementation) and the Johannesburg Declaration on Sustainable Development of the World Summit on Sustainable Development, the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States (Barbados Programme of Action) and the Mauritius Strategy for the Further Implementation of the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States. We also reaffirm our commitment to the full implementation of the Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2011-2020 (Istanbul Programme of Action), the Almaty Programme of Action: Addressing the Needs of Landlocked Developing Countries within a New Global Framework for Transit Transport Cooperation for Landlocked and Transit Developing Countries, the political declaration on Africa's development needs, and the New Partnership for Africa's Development. We recall as well our commitments in the outcomes of all the major United Nations conferences and summits in the economic, social and environmental fields, including the United Nations Millennium Declaration, the 2005 World Summit Outcome, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development, the Doha Declaration on Financing for Development, the outcome document of the High-level Plenary Meeting of the General Assembly on the Millennium Development Goals, the Programme of Action of the International Conference on Population and Development, the key

actions for the further implementation of the Programme of Action of the International Conference on Population and Development and the Beijing Declaration and Platform for Action.

Esses acordos são mencionados também em outras passagens do documento, como no §89, §108, §120, §137, §170 (excerto (45)), §181, §198 (excerto (55)), §203 (excerto (51)), §206, §208 (excerto (63)), §214 e §224 (excerto (31)), que abordam questões específicas do desenvolvimento sustentável, além dos outros parágrafos mencionados anteriormente concernentes a essa questão.³⁴

6.2.5.1 O fortalecimento do PNUMA

No que tange à questão ambiental propriamente dita, o documento aporta a novidade do fortalecimento institucional e modernização (“*upgrade*”) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mencionado nos §87 (excerto (80)) e §88 (excerto (81)).

(80) (§87) We reaffirm the need to strengthen international environmental governance within the context of the institutional framework for sustainable development, in order to promote a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development as well as coordination within the United Nations system.

A representação universal dos países membros no Conselho de Administração do PNUMA, que passa a ser chamado de Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e o incremento orçamentário, mencionados nas seções (a) e (b) do §88 (excerto (81)), são as principais medidas assumidas na Rio+20 para o fortalecimento do Programa. O item (d) do §88 (excerto (81)) menciona a necessidade de se promover a interface entre ciência e política de meio ambiente com vistas a embasar cientificamente os processos de decisão política. Essa passagem do texto ainda reitera a importância dos instrumentos internacionais, painéis de monitoramento e redes de informações sobre o meio ambiente, realçando os trabalhos do Panorama do Meio Ambiental Global (“*Global Environment Outlook*”) publicados pelo PNUMA nos anos de 1997, 1999, 2002, 2007 e 2012.

(81) (§88) We are committed to strengthening the role of the United Nations Environment Programme (UNEP) as the leading global environmental authority that sets the global environmental agenda, promotes the coherent implementation of the environmental dimension of sustainable development within the United Nations system and serves as an authoritative advocate for the global environment. We reaffirm resolution 2997 (XXVII) of 15 December 1972 which established UNEP and other relevant resolutions that reinforce its mandate, as well as the 1997 Nairobi Declaration on the Role and Mandate of UNEP and the 2000 Malmö Ministerial Declaration. In this regard, we invite the

³⁴ Os parágrafos mencionados sem indicação do número do excerto a que se referem não foram transcritos nesta seção, uma vez que é feita mera menção a seu conteúdo, não a análise discursiva textualmente orientada propriamente dita.

General Assembly, at its sixty-seventh session, to adopt a resolution strengthening and upgrading UNEP in the following manner:

- (a) Establish universal membership in the Governing Council of UNEP, as well as other measures to strengthen its governance as well its responsiveness and accountability to Member States;
- (b) Have secure, stable, adequate and increased financial resources from the regular budget of the United Nations and voluntary contributions to fulfil its mandate;
- (c) Enhance the voice of UNEP and its ability to fulfil its coordination mandate within the United Nations system by strengthening UNEP engagement in key United Nations coordination bodies and empowering UNEP to lead efforts to formulate United Nations system-wide strategies on the environment;
- (d) Promote a strong science-policy interface, building on existing international instruments, assessments, panels and information networks, including the Global Environment Outlook, as one of the processes aimed at bringing together information and assessment to support informed decision-making;
- (e) Disseminate and share evidence-based environmental information and raise public awareness on critical as well as emerging environmental issues;
- (f) Provide capacity-building to countries, as well as support and facilitate access to technology;
- (g) Progressively consolidate headquarters functions in Nairobi, as well as strengthen its regional presence, in order to assist countries, upon request, in the implementation of their national environmental policies, collaborating closely with other relevant entities of the United Nations system;
- (h) Ensure the active participation of all relevant stakeholders drawing on best practices and models from relevant multilateral institutions and exploring new mechanisms to promote transparency and the effective engagement of civil society.

O §90 (excerto (82)) enfatiza a necessidade de monitoramento contínuo do estado da Terra e novamente menciona a iniciativa do Panorama do Meio Ambiental Global empreendida pelo PNUMA, reiterando a importância desse trabalho para as políticas ambientais. Observa-se, nessa passagem, indícios da lógica utilitarista da abordagem do meio ambiente, quando se mencionam os impactos das mudanças ambientais sobre o bem-estar humano. O bem-estar humano serve, no texto, como uma justificativa para os esforços de monitoramento do estado da Terra, os quais, segundo a lógica utilitarista, por si só, não seriam o suficiente para tanto.

(82) (§90) *We stress the need for the continuation of a regular review of the state of the Earth's changing environment and its impact on human well-being and, in this regard, we welcome such initiatives as the Global Environment Outlook process aimed at bringing together environmental information and assessments and building national and regional capacity to support informed decision-making.*

Derivam-se da Rio+20 outras medidas de fortalecimento do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, os quais resultaram no estabelecimento de um Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (GTA/ODS ou OWG em sua sigla em inglês) e o Foro Político de Alto Nível, que substitui a Comissão para o

Desenvolvimento Sustentável na estrutura do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), os quais serão comentados mais detalhadamente no capítulo que pauta o discurso da governança. Essa opção de tratar sobre essas instituições em outro capítulo se justifica, uma vez que elas não concernem especificamente à questão ecológica, e sim ao aspecto mais amplo do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões.

6.3 SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOLÓGICO NA RIO+20

O discurso ecológico do desenvolvimento sustentável se insere no documento final da Rio+20 e se articula ao longo de quase todo o texto. O uso de vocabulário associado ao campo ecológico do desenvolvimento e o realce de diversos assuntos ligados a esse discurso por meio do recurso da topicalização (indicação de subtítulos para seções específicas do texto) oferecem indícios de que esse discurso é representado como uma das ideias principais do texto. O discurso da urgência, fortemente representado ao longo do documento, corrobora com o indicativo de importância do discurso ecológico do desenvolvimento sustentável. À primeira vista, a representação do discurso ecológico no texto da Rio+20 parece ter recebido alta relevância e convergir com a abordagem dessas questões pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos oficiais.

No entanto, os argumentos de valorização da natureza *per se* não encontram espaço no texto. De fato, se observa na representação do discurso ecológico no texto da Rio+20 um viés utilitarista que confere ênfase aos benefícios econômicos e sociais da conservação dos ecossistemas e do uso sustentável dos recursos naturais, colocando a natureza a serviço da humanidade.

Quanto às soluções para os problemas ecológicos atuais propostas no texto da Rio+20, verifica-se a dissonância com as reivindicações dos grupos sociais. O documento não aporta elementos novos que incitem ao desenvolvimento sustentável. Não há indicativos de metas e tampouco instrumentos que conduzam ao abandono de práticas insustentáveis ou de comportamentos nocivos ao meio ambiente. Tampouco se observam no texto inovações, seja na forma de informações ou de compromissos, que promovam o desenvolvimento sustentável. Antes sim, permeia o texto a reiteração de compromissos multilaterais prévios, para os quais foram alcançados poucos resultados. A reafirmação desses compromissos, baseados nos mesmos argumentos que conduziram a sua definição, marca o texto com uma tônica de descrença em relação à capacidade transformadora da Conferência.

De fato, assim como denuncia o grupo das mulheres, o documento da Rio+20 “não oferece os meios urgentes necessários para o enfrentamento dos desafios do

desenvolvimento sustentável”. Tampouco o documento apresenta proposta com força pragmática para conduzir ao desenvolvimento sustentável, tal como denuncia o grupo dos trabalhadores e sindicatos.

No que tange ao discurso ecológico, os resultados da Rio+20 parecem inócuos para promover transformações no modelo de desenvolvimento em prol da sustentabilidade. As hesitações em abordar assuntos polêmicos, os pressupostos falaciosos e os artifícios retóricos que mitigam a força das propostas fazem com que o texto transmita uma sensação de desencorajamento e frustração. Conforme está representado no texto “O futuro que queremos”, o discurso ecológico não contempla as reivindicações e os interesses dos grupos sociais e faz jus às críticas que recebeu nos pronunciamentos dos *Major Groups*.

7 A GOVERNANÇA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTÁVEL

O foco deste capítulo é a governança global para o desenvolvimento sustentável. A estrutura para essa governança global é composta por instituições internacionais, dentre elas aquelas instituições definidas dentro do sistema da ONU, com atribuições relacionadas ao desenvolvimento.

Dentre as categorias de análise da ADC aplicadas ao texto final da Rio+20, foram utilizadas a interdiscursividade e também a escolha do campo semântico usado no documento nas referências ao discurso da governança. Observou-se a coesão discursiva e a transitividade dos processos (verbos) e as avaliações presentes nas referências ao tema. Os aspectos discursivos do texto da Rio+20 são comparados com a abordagem ao tema da governança nos pronunciamentos dos *Major Groups*, verificando quais pontos convergem com os interesses dos grupos sociais.

7.1 A GOVERNANÇA GLOBAL REPRESENTADA NOS PRONUNCIAMENTOS DOS MAJOR GROUPS

Quatro *Major Groups*, em seus pronunciamentos oficiais na Plenária de Alto Nível da Rio+20, representaram o discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável, quais sejam: o grupo das crianças e jovens, o grupo dos agricultores, o grupo dos indígenas e o grupo dos sindicatos e trabalhadores. A representação desse discurso se deu por referências às mudanças institucionais necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A reivindicação foi a função de fala mais utilizada pelos grupos sociais nas referências a esse tema. Os grupos sociais defendem a necessidade de instituições com capacidade de decisão e ação para promover medidas efetivas em prol do desenvolvimento sustentável. Muitas dessas reivindicações se apresentam de forma indireta, enfatizando a necessidade de promoção da governança global para o desenvolvimento sustentável. Tais reivindicações se revelam, portanto, pelas pressuposições proposicionais marcadas pelo uso de expressões que denotam alta modalidade deôntica (alto grau de obrigação) tais como “devemos/deve” (*must*) observadas nos excertos (1) e (3), “precisamos/precisa” (*need*) como se vê nos excertos (1) e (4) “é necessário” (*is necessary*) usadas pelo grupo dos agricultores (excerto (2)). A modalidade deôntica alta também se apresenta no excerto (1), pelo uso da expressão “para verdadeiramente defender nossos futuros” (*to truly defend our futures*), que ressalta o alto grau de obrigatoriedade de se atender essa demanda (reivindicação) apresentada pelo grupo das crianças e jovens.

- (1) *We must guarantee that global environmental institutions have the ability and resources to protect the environment. (...) To truly defend our futures --- your legacies --- we need institutional mechanisms that ensure intergenerational justice (Major Group Crianças e Jovens).*
- (2) *In order to be able to implement systems that nourish our people and sustain our planet, institutional change is necessary, particularly in the area of participation and empowerment of the most vulnerable, the majority of whom reside in rural areas (Major Group Agricultura).*
- (3) *Governments must strengthen the accountability of the business sector and legal recognition of the rights of indigenous peoples and affected communities to have a say on decisions affecting our lands (Major Group Povos Indígenas).*
- (4) *The international community needs to show that it can deliver. (...) Global crises need multilateral responses and global regulation. The labour movement will maintain its pressure to the world leaders. We need to move beyond rhetoric, if we want to avoid our current, dysfunctional economic model continue increasing inequalities and depleting natural resources (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

A quem tais reivindicações se destinam somente fica explícito no pronunciamento dos povos indígenas, que faz referência aos governos (excerto (3)), e no pronunciamento dos trabalhadores e sindicatos, que menciona a necessidade de a comunidade internacional mostrar o que pode oferecer (excerto (4)). Os demais grupos não evidenciam a quem endereçam suas reivindicações quanto à questão da governança.

Mas, para além da função de reivindicação, o grupo dos trabalhadores e sindicatos menciona a questão da governança para criticar a capacidade dos governos em representar os interesses da sociedade. Sendo os chefes de Estado e de governos os principais participantes da Plenária de Alto Nível da Rio+20, a referência à crise de representatividade expressa uma crítica à própria Conferência, representando, com sutileza, descrença de que os resultados da Conferência contemplem os interesses sociais. Dúvidas quanto à efetividade dos resultados da Rio+20 também podem ser identificadas na passagem do texto em que o grupo afirma ser preciso “ir além da retórica”, expresso no excerto (4).

E, ainda, para justificar a necessidade de mudanças concernentes à governança do desenvolvimento sustentável, o grupo dos trabalhadores lança mão dos argumentos de que “os cidadãos estão enxergando o futuro com falta de esperança” e de que a “crise global precisa de respostas multilaterais e regulação global”. Ao mesmo tempo, o grupo se legitima, ao afirmar que “o movimento dos trabalhadores irá manter a pressão sobre os líderes mundiais”, conforme se lê nos excertos (4) e (5).

- (5) *Rio+20 is taking place at a critical time for working people; global crises multiply and intensify, people are losing faith in governments' capacity to listen to or defend their interests, and citizens see the future as lacking hope (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

Apesar dos quatro grupos concordarem entre si quanto à necessidade de se incrementar o sistema de governança global para o desenvolvimento sustentável, eles divergem em suas preocupações e expectativas sobre as atribuições pretendidas para as instituições de governança.

O grupo das crianças e jovens expressou a necessidade de mecanismos institucionais que resguardem a justiça intergeracional (excerto (1)), reafirmando a legitimidade de sua participação nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável por representarem os interesses das gerações futuras. Da mesma maneira, o grupo dos agricultores manifesta a necessidade de mudanças institucionais que assegurem a produção de alimentos e a sustentabilidade do planeta (excerto (2)). O grupo dos indígenas reclama por responsabilidade corporativa e pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas (excerto (3)). O grupo dos trabalhadores e sindicatos afirma que a comunidade internacional precisa mostrar resultados no enfrentamento da crise global, o que requer respostas multilaterais e regulação global (excerto (4)). Assim, verifica-se que cada qual tem expectativas específicas quanto às funções e as medidas a serem implantadas no que tange à temática da governança.

Para o grupo das crianças e jovens, o cerne da questão está na proteção ambiental, que permitiria um futuro saudável para a humanidade. O discurso ecológico também está representado na referência do grupo dos trabalhadores e sindicatos (excerto (4)) à questão da governança global, quando aponta a “necessidade de ações efetivas no enfrentamento das desigualdades e da degradação do meio ambiente causadas pelo modelo econômico vigente”.

Questões sociais e políticas também se fazem presentes nas referências à governança global pelos grupos sociais. O discurso da participação social nas decisões sobre desenvolvimento sustentável está presente nos pronunciamentos do *Major Group Agricultura* (excerto (2) – “participação e o empoderamento dos grupos sociais vulneráveis”), do *Major Group Povos Indígenas*, (excerto (3) – “direito dos povos indígenas e das comunidades afetadas terem espaço de palavras nas decisões que afetam suas terras”) e *Major Group Trabalhadores e Sindicatos* (excerto (4) – “capacidade dos governos em ouvir ou defender os interesses do povo”).

Nas próximas seções verificaremos como o discurso da governança global é representado no texto final da Rio+20, buscando identificar se ele contempla as questões representadas pelos grupos sociais.

dimensões, seja no número de termos utilizados nas referências à governança global ou na repetição de cada um deles ao longo dos 35 parágrafos. O Quadro 9 apresenta quais os termos recorrentes nas referências à questão da governança que se vinculam aos pilares do desenvolvimento sustentável.

Quadro 9: Termos frequentes nas referências à governança global no texto da Rio+20 associados a uma das dimensões do desenvolvimento sustentável

Vocábulo	Frequência no texto	Campo a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
Social	13 vezes	social	Dimensão social: 5 termos no total de 41 ocorrência
Participation	10 vezes	social	
Inclusive	8 vezes	social	
Stakeholders	6 vezes	social	
Poverty	4 vezes	social	
Economic	16 vezes	econômico	Dimensão econômica: 6 termos no total de 41 ocorrência
Financing	7 vezes	econômico	
Financial	6 vezes	econômico	
Accountability	4 vezes	econômico	
Gnp	4 vezes	econômico	
Trade	4 vezes	econômico	
environmental	16 vezes	ambiental	Dimensão ambiental: 5 termos no total de 40 ocorrência
Chemicals	7 vezes	ambiental	
Ressources	7 vezes	ambiental	
Environment	5 vezes	ambiental	
Waste	5 vezes	ambiental	

Fonte: Elaboração própria.

Tal equilíbrio é consonante com o que propõe o documento em seu §75 (excerto (6)), no qual se afirma que um quadro institucional fortalecido que responda aos desafios de sustentabilidade deve integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) de forma equilibrada.

- (6) *(§75) We underscore the importance of a strengthened institutional framework for sustainable development which responds coherently and effectively to current and future challenges and efficiently bridges gaps in the implementation of the sustainable development agenda. The institutional framework for sustainable development should integrate the three dimensions of sustainable development in a balanced manner and enhance implementation by, inter alia, strengthening coherence, coordination, avoiding duplication of efforts and reviewing progress in implementing sustainable development. We also reaffirm that the framework should be inclusive, transparent and effective and that it should find common solutions related to global challenges to sustainable development.*

A última oração do §75 (excerto (6)) reafirma que os desafios globais do desenvolvimento sustentável exigem soluções conjuntas (comuns), a serem adotadas pelos

países por meio de um quadro institucional inclusivo, transparente e efetivo. Fazendo jus à necessidade de esforços orquestrados globalmente, grande parte dos termos representados na nuvem de palavras (Figura 17) associa-se ao vocabulário da geopolítica do desenvolvimento e das relações internacionais. Dentre esses, destacam-se: “countries” (com 21 ocorrências), “international” (com 20 ocorrências), “agenda” (com 15 ocorrências), “General Assembly” (com 15 ocorrências), “framework” (com 13 ocorrências), “developing” (com 12 ocorrências), “goals” (com 11 ocorrências), “national” (com 21 ocorrências), dentre outros.

As alterações institucionais para promoção do desenvolvimento sustentável foram um dos temas centrais da Rio+20, conforme expresso no §12 (excerto(7)).

(7) (§12) (...) *We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development (trecho).*

As principais alterações concernentes à governança do desenvolvimento sustentável adotadas a partir da Conferência foram o fortalecimento do PNUMA (abordado no §88) e a adoção do Foro Político de Alto Nível, dentro da estrutura do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) com a substituição a sua Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (conforme explicam os §84 (excerto (28)) e §85 (excerto (29))).³⁶

As decisões na Rio+20 também resultaram na criação de duas instituições temporárias: o Comitê Intergovernamental para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (mencionado nos §255 (excerto (14)), §256 (excerto (15)) e §257 (excerto (16))) e o Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (GTA/ODS) (mencionado nos §248 (excerto (35)) e §249 (excerto (36))). Tais mudanças institucionais são apresentadas como respostas aos desafios do desenvolvimento sustentável.

7.2.1 A necessidade de mudanças institucionais e a (in)suficiência do sistema de governança internacional para assegurar o desenvolvimento sustentável

A governança global presume um arcabouço institucional que permita o gerenciamento dos compromissos e das medidas internacionais de promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto, a questão institucional é de grande relevância no documento, de modo que o texto reserva-lhe espaço de 29 parágrafos (do §75 ao §103),

³⁶ Esses e outros parágrafos que distam no texto da transcrição de seus excertos estão transcritos mais adiante para manter a proximidade com outras partes deste capítulo que os analisam de forma mais delongada e aprofundada.

realçados pelo título “Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”, o qual encerra os subtítulos mostrados no Quadro 10.

Quadro 10: Estrutura da Seção IV do documento “O futuro que queremos”

IV. QUADRO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- A. Reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável
- B. Reforço dos acordos intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável
 - Assembleia Geral
 - Conselho Econômico e Social
 - Fórum de alto nível político
- C. A dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável
- D. As instituições financeiras internacionais e as atividades da ONU
- E. Ação nos níveis regional, nacional, subnacional e local

Fonte: Adaptado de “O futuro que queremos” (ONU, 2012).

O §76 (excerto (8)) esclarece que a reforma institucional não deve ser tomada como um fim, mas como um meio para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

- (8) *(§76) We recognize that effective governance at the local, subnational, national, regional and global levels representing the voices and interests of all is critical for advancing sustainable development. The strengthening and reform of the institutional framework should not be an end in itself, but a means to achieve sustainable development (...)* (trecho).

A necessidade de um quadro institucional robusto para assegurar a governança do desenvolvimento sustentável é representada em vários parágrafos do texto final da Rio+20. No §77 (excerto (9)), um sistema multilateral reformado é qualificado como sendo de vital importância para o enfrentamento dos urgentes e globais desafios do desenvolvimento sustentável. Outros termos usados para adjetivar esse sistema multilateral são: inclusivo, transparente, fortalecido e efetivo.

- (9) *(§77) We acknowledge the vital importance of an inclusive, transparent, reformed, strengthened and effective multilateral system in order to better address the urgent global challenges of sustainable development today, recognizing the universality and central role of the United Nations and reaffirming our commitment to promote and strengthen the effectiveness and efficiency of the United Nations system.*

A modificação do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável também é avaliada positivamente em outras passagens do texto, como revela o uso de qualificadores tais como: inclusivo (§75, excerto (6) e §248, excerto (35)); transparente (§10, excerto (18), §75, excerto (6), §86, excerto (30), §248, excerto (35) e §258 (excerto (20)); responsável (§10, excerto (18), §92, excerto (19) e §258, excerto (20)); credível (§92, excerto (19)); coerente (§76, excerto (8) e §88, excerto (33)); fortalecido (§75, excerto (6)); e efetivo (§75, excerto (6), §76, excerto (8)), §79, excerto (10) e §92, excerto (19)).

A pressuposição de insuficiência do formato institucional prévio à Rio+20 se faz presente todas as vezes em que o documento aponta a necessidade de se fortalecer e atualizar os mecanismos, as estruturas e os instrumentos institucionais. Mas é no §79 que as imperfeições do sistema são explicitamente mencionadas. Essa passagem do texto, mostrada no excerto (10), revela a necessidade de um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável melhorado e mais efetivo, revelando que sem as medidas de melhoria requeridas, o quadro institucional não se mostra apto a promover plenamente o desenvolvimento sustentável. Ao mencionar a duplicação de esforços, as sobreposições de responsabilidade e os encargos administrativos que precisam ser reduzidos, o texto enumera algumas falhas que carecem de medidas corretivas no sistema das Nações Unidas.

(10) (§79) We emphasize the need for an improved and more effective institutional framework for sustainable development which should be guided by the specific functions required and mandates involved; address the shortcomings of the current system; take into account all relevant implications; promote synergies and coherence; seek to avoid duplication and eliminate unnecessary overlaps within the United Nations system; and reduce administrative burdens and build on existing arrangements.

Mas, ainda que se reconheçam as limitações do sistema das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento sustentável, o documento reitera o papel central dessa organização na agenda do desenvolvimento sustentável, conforme pode ser visto nos parágrafos 54 (excerto (11)) e 77 (excerto (9)). Nesse sentido, o §77 (excerto (9)) reafirma o compromisso de fortalecer e incrementar a eficiência e a eficácia do sistema da ONU. O §54 (excerto (11)) enfatiza a importância da coordenação dos esforços e das contribuições entre as organizações internacionais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, e dessas organizações com a ONU, para que se possa mobilizar recursos e avançar na agenda do desenvolvimento sustentável.

(11) (§54) We recognize the central role of the United Nations in advancing the sustainable development agenda. We acknowledge as well, in this regard, the contributions of other relevant international organizations, including international financial institutions and multilateral development banks, and stress the importance of cooperation among them and with the United Nations, within their respective mandates, recognizing their role in mobilizing resources for sustainable development.

Apontando para a modernização do sistema da ONU, o §93 (excerto (12)) apresenta o apelo “por uma integração mais completa das três dimensões do desenvolvimento sustentável em todo o Sistema das Nações Unidas” e pelo “reforço da coordenação política dentro das principais estruturas do Secretariado das Nações Unidas”. O uso dessa função de fala (reivindicação) não é comum ao logo do documento, que prioriza as trocas de

informações. O contraste com as funções de fala mais recorrentes confere realce ao enunciado do §93 (excerto (12)).

(12) (§93) We call for the further mainstreaming of the three dimensions of sustainable development throughout the United Nations system, and request the Secretary-General to report to the General Assembly, through the Economic and Social Council, on the progress made in this regard. We also call for and recognize the importance of the strengthening of policy coordination within key structures of the Secretariat of the United Nations so as to ensure system-wide coherence in support of sustainable development, while ensuring accountability to Member States.

A coordenação de esforços e a coerência entre os organismos do sistema das Nações Unidas também é representado no §78 (excerto (13)). O texto aponta que para avançar na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, são necessárias a cooperação interinstitucional e a coerência na comunicação entre agências, especialmente no que tange a seus mecanismos e estratégias. Essa questão será retomada mais adiante neste capítulo.

(13) (§78) We underscore the need to strengthen United Nations system-wide coherence and coordination, while ensuring appropriate accountability to Member States, by, inter alia, enhancing coherence in reporting and reinforcing cooperative efforts under existing inter-agency mechanisms and strategies to advance the integration of the three dimensions of sustainable development within the United Nations system, including through exchange of information among its agencies, funds and programmes, and also with the international financial institutions and other relevant organizations such as the World Trade Organization (WTO), within their respective mandates.

O §78 (excerto (13)) faz referência às agências, aos fundos e aos programas que se incluem no sistema da ONU e, ainda, às instituições financeiras internacionais e a outras organizações que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável. Dentre essas, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é mencionada nominalmente, o que evidencia a importância relativa majorada concedida a essa instituição.

7.2.2 Mecanismos de financiamento das medidas de promoção do desenvolvimento sustentável

O realce à OMC e a menção às instituições financeiras internacionais representam no texto a preocupação quanto ao financiamento das medidas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Esse financiamento assume tamanha importância no documento que o texto lhe concede uma subseção específica, intitulada “Finanças”, a qual está incluída na Seção VI, “Meios de Implementação”. A subseção “Finanças” encerra 16 parágrafos, indo do §253 até o §268.

7.2.2.1 Comitê Intergovernamental para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável

A partir do que está proposto na subseção Finanças, foi criado, em julho de 2013, o Comitê Intergovernamental para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável. O §256 (excerto (15)) expõe a estrutura desse Comitê, no qual o Brasil ocupa um dos 30 assentos junto com o Uruguai, por meio de arranjo rotativo. O §255 (excerto (14)) explica a função atribuída a esse Comitê, de avaliar as “necessidades financeiras e a efetividade, consistência e sinergia dos instrumentos e quadros de financiamento do desenvolvimento sustentável”. O resultado esperado dos trabalhos do Comitê é um relatório contendo alternativas e estratégias de financiamento para o desenvolvimento sustentável. O relatório deverá ser concluído em 2014 e seu conteúdo deverá ser integrado à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e orientar as ações da Assembleia Geral da ONU no que concerne a esse assunto, realizando o que propõe o §257 (excerto (16)) do documento da Rio+20.

(14) (§255) We agree to establish an intergovernmental process under the auspices of the General Assembly, with technical support from the United Nations system and in open and broad consultation with relevant international and regional financial institutions and other relevant stakeholders. The process will assess financing needs, consider the effectiveness, consistency and synergies of existing instruments and frameworks, and evaluate additional initiatives, with a view to preparing a report proposing options on an effective sustainable development financing strategy to facilitate the mobilization of resources and their effective use in achieving sustainable development objectives.

(15) (§256) An intergovernmental committee, comprising 30 experts nominated by regional groups, with equitable geographical representation, will implement this process, concluding its work by 2014.

(16) (§257) We request the General Assembly to consider the report of the intergovernmental committee and take appropriate action.

7.2.2.2 A dependência à ajuda financeira externa no financiamento do desenvolvimento sustentável

O §252 (excerto (17)) evidencia a necessidade de mobilização de fontes financeiras variadas e do uso efetivo dos recursos. O parágrafo realça que, mesmo que “cada país seja responsável pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social e que o papel das políticas nacionais, dos recursos domésticos e das estratégias de desenvolvimento não possa ser subestimado”, “os países em desenvolvimento carecem de recursos adicionais para o desenvolvimento sustentável”.

Três pontos do §252 (excerto (17)) merecem especial atenção. Primeiramente, ao elencar as responsabilidades primárias de cada país pelo seu desenvolvimento, menciona-

se apenas a dimensão econômica e social, sem referências à dimensão ambiental. A ausência da dimensão ambiental no parágrafo descortina sua importância secundária nessa passagem do texto e contrasta com outras passagens do documento em que os três pilares do desenvolvimento sustentável são reafirmados (como no §78 (excerto (13)), §75 (excerto (6)), dentre outros).

(17) *(§252) We reaffirm that the means of implementation identified in Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21, the Johannesburg Plan of Implementation, the Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development and the Doha Declaration on Financing for Development are indispensable for achieving the full and effective translation of sustainable development commitments into tangible sustainable development outcomes. We reiterate that each country has primary responsibility for its own economic and social development and that the role of national policies, domestic resources and development strategies cannot be overemphasized. We reaffirm that developing countries need additional resources for sustainable development. We recognize the need for significant mobilization of resources from a variety of sources and the effective use of financing, in order to promote sustainable development. We acknowledge that good governance and the rule of law at the national and international levels are essential for sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable development and the eradication of poverty and hunger.*

Ainda, a última oração do §252 (excerto (17)), repete quase literalmente o texto do §10, que se lê no excerto (18), deixando a dúvida se esse foi um recurso de ênfase ou se se deveu a um lapso de redação no documento, como comentado anteriormente no capítulo analítico sobre o discurso da ciência e tecnologia.

(18) *(§10) We acknowledge that democracy, good governance and the rule of law, at the national and international levels, as well as an enabling environment, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the eradication of poverty and hunger. We reaffirm that to achieve our sustainable development goals we need institutions at all levels that are effective, transparent, accountable and democratic.*

Por fim, o outro ponto do §252 (excerto (17)) que chama a atenção é a ênfase dada à carência dos países em desenvolvimento por recursos adicionais para financiar o desenvolvimento sustentável. Essa afirmação corrobora com o discurso de dependência desses países em relação às nações mais ricas e diverge da proposta de empoderamento dos países em desenvolvimento, que se lê no §92 (excerto (19)). O §92 (excerto (19)) reafirma a importância de aumentar a voz e a participação dos países em desenvolvimento “nos processos decisórios e na definição de normas internacionais no âmbito econômico”, articulando o discurso da participação equitativa e inclusiva nas decisões relativas ao desenvolvimento sustentável.

(19) (§92) *We reaffirm the importance of broadening and strengthening the participation of developing countries in international economic decision-making and norm-setting, and in this regard, take note of recent important decisions on reform of the governance structures, quotas and voting rights of the Bretton Woods institutions, better reflecting current realities and enhancing the voice and participation of developing countries, and reiterate the importance of the reform of the governance of those institutions in order to deliver more effective, credible, accountable and legitimate institutions.*

A necessidade de ajuda financeira aos países em desenvolvimento repete-se no §258 (excerto (20)) do documento da Rio+20, ao mencionar os compromissos dos países desenvolvidos com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) ou, em inglês, Official Development Assistance (ODA). A ODA é um termo de compromisso firmado pelos países desenvolvidos junto ao ECOSOC para a remessa de um montante correspondente a 0,7% de seu produto interno bruto (PIB) como ajuda financeira aos países em desenvolvimento.

(20) (§258) *We recognize that the fulfilment of all commitments related to ODA is crucial, including the commitments by many developed countries to achieve the target of 0.7 per cent of gross national product (GNP) for ODA to developing countries by 2015, as well as a target of 0.15 to 0.20 per cent of GNP for ODA to the least developed countries. To reach their agreed timetables, donor countries should take all necessary and appropriate measures to raise the rate of aid disbursements in order to meet their existing commitments. We urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of GNP for ODA to developing countries, including the specific target of 0.15 to 0.20 per cent of GNP for ODA to the least developed countries, in accordance with their commitments. To build on progress achieved in ensuring that ODA is used effectively, we stress the importance of democratic governance, improved transparency and accountability, and managing for results. We strongly encourage all donors to establish, as soon as possible, rolling indicative timetables that illustrate how they aim to reach their goals, in accordance with their respective budget allocation process. We stress the importance of mobilizing greater domestic support in developed countries towards the fulfilment of their commitments, including through raising public awareness, providing data on the development impact of aid provided and demonstrating tangible results.*

Observa-se, pelo texto do §258 (excerto (20)), que muitos países doadores não honraram seus compromissos com a ODA, descumprindo-os seja nos prazos acordados ou no montante dos desembolsos. Isso fica evidente pelo uso da expressão “com vistas cumprir os compromissos existentes” (*in order to meet their existing commitments*) e no clamor para que “os países desenvolvidos que ainda não tenham feito isso [cumprido os compromissos existentes] para que empenhem esforços concretos adicionais” (*we urge those developed countries that have not yet done so to make additional concrete efforts*).

O texto enfatiza a importância dos compromissos e clama aos países por seu cumprimento, tanto por parte dos países doadores como pelos países receptores dos recursos do ODA. O uso da função reivindicação contribui para representar essa ênfase nas propostas apresentadas no §258 (excerto (20)). Para o monitoramento desses

compromissos, o documento propõe que os países doadores estabeleçam calendários indicativos de seus avanços relativos à ODA. No entanto, não se encontra no texto a representação de nenhum mecanismo que possa incitar um maior comprometimento com a ODA. Subjaz a essa passagem do texto o pressuposto de que compromissos não estão sendo honrados e que a Rio+20 e o sistema da ONU não dispõem de força para modificar essa situação.

7.2.3 Os compromissos com o desenvolvimento sustentável

A vigente falta de vontade política e o descompromisso com a agenda do desenvolvimento sustentável se revelam na primeira linha do §18 (excerto (21)), quando expressa a determinação de melhorar essa situação com vistas a se alcançar os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente. Como forma de enfrentar essa situação, o texto menciona a decisão de se empreenderem medidas concretas que acelerem a implementação dos compromissos e acordos internacionais nos campos econômico, social e ambiental. Porém, o §18 (excerto) e os parágrafos que se seguem não especificam quais seriam essas medidas, deixando uma lacuna entre a expectativa por respostas e o que se representa no texto.

(21) (§18) We are determined to reinvigorate political will and to raise the level of commitment by the international community to move the sustainable development agenda forward, through the achievement of the internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals. We further reaffirm our respective commitments to other relevant internationally agreed goals in the economic, social and environmental fields since 1992. We therefore resolve to take concrete measures that accelerate implementation of sustainable development commitments.

A incompatibilidade entre expectativas geradas pelo texto e as respostas nele representadas leva a um questionamento quanto à efetividade dos resultados da Rio+20. Na verdade, a desconfiança quanto ao alcance dos objetivos da Conferência pode ser lida, mesmo nas entrelinhas do próprio documento, como no caso do §104 (excerto (22)). Nessa passagem, o texto representa os compromissos que condicionam o sucesso da Conferência, sejam eles: compromisso de “preencher as lacunas de implementação dos resultados das grandes cúpulas do desenvolvimento sustentável, de enfrentar os novos desafios e os já existentes”, e de executar as ações enumeradas na Seção V do documento da Rio+20, intitulada “Quadro de ação e acompanhamento”.

(22) (§104) We recognize that in order to achieve the objective of the Conference, namely to secure renewed political commitment for sustainable development, as well as to address the themes of a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication and the institutional framework for sustainable development, we commit to address remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable

development, to address new and emerging challenges and to seize new opportunities through the actions enumerated below in this framework for action, supported as appropriate through provision of means of implementation. We recognize that goals, targets and indicators, including where appropriate gender-sensitive indicators, are valuable in measuring and accelerating progress. We further note that progress in the implementation of the actions stipulated below can be enhanced by voluntarily sharing information, knowledge and experience.

Também no §104 (excerto (22)), assim como no §18 (excerto (21)), se lê a necessidade de se acelerar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, reafirma-se que metas, objetivos e indicadores, assim como o compartilhamento de conhecimento e experiências podem oferecer contribuições importantes. A avaliação e o monitoramento do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável também requerem metas e indicadores, conforme representado no §250 (excerto (23)).

(23) (§250) We recognize that progress towards the achievement of the goals needs to be assessed and accompanied by targets and indicators, while taking into account different national circumstances, capacities and levels of development.

Porém o texto não aponta quais seriam tais metas, objetivos e indicadores. Mas, se não se encontram propostas efetivas e indicadores que possam subsidiar as decisões quanto ao desenvolvimento sustentável, ao menos se lê no o §38 (excerto (24)) a recusa do PIB como indicador de desenvolvimento, o que representa um avanço nesse sentido.

(24) (§38) We recognize the need for broader measures of progress to complement gross domestic product in order to better inform policy decisions, and in this regard we request the United Nations Statistical Commission, in consultation with relevant United Nations system entities and other relevant organizations, to launch a programme of work in this area building on existing initiatives.

O §38 (excerto (24)) deixa explícito que os índices de variação do produto interno bruto (PIB) têm limitações para refletir o desenvolvimento de uma nação e reconhece a necessidade de indicadores de crescimento mais amplos, que complementem as informações sobre o PIB. Para tanto, está representada no §38 (excerto (24)) uma solicitação à Comissão de Estatística das Nações Unidas para que, “consultando entidades relevantes do sistema das Nações Unidas e outras organizações, lance um plano de trabalho nessa área, tendo como base as iniciativas existentes”.

7.2.4 Transformações institucionais adotadas na Rio+20

Um quadro institucional melhorado e mais efetivo pode “contribuir para a implementação dos compromissos firmados nos termos dos documentos resultantes das conferências e cúpulas da ONU nas áreas econômica, social, ambiental e afins”, conforme representado no §76 (excerto (25)).

(25) (§76) (...) *We recognize that an improved and more effective institutional framework for sustainable development at the international level should be consistent with the Rio Principles, build on Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation and its objectives on the institutional framework for sustainable development, contribute to the implementation of our commitments in the outcomes of United Nations conferences and summits in the economic, social, environmental and related fields and take into account national priorities and the development strategies and priorities of developing countries (...)*
(trecho)

Buscando promover o cumprimento de compromissos prévios e alcançar resultados efetivos, a Rio+20 instaura mudanças que fortalecem o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas. Nos subitens do §76 (excerto (26)), estão definidas as atribuições desse renovado quadro institucional.

(26) (§76) (...) *We therefore resolve to strengthen the institutional framework for sustainable development, which will, inter alia:*

(a) *Promote the balanced integration of the three dimensions of sustainable development;*

(b) *Be based on an action- and result-oriented approach giving due regard to all relevant cross-cutting issues with the aim to contribute to the implementation of sustainable development;*

(c) *Underscore the importance of interlinkages among key issues and challenges and the need for a systematic approach to them at all relevant levels;*

(d) *Enhance coherence, reduce fragmentation and overlap and increase effectiveness, efficiency and transparency, while reinforcing coordination and cooperation;*

(e) *Promote full and effective participation of all countries in decision- making processes;*

(f) *Engage high-level political leaders, provide policy guidance and identify specific actions to promote effective implementation of sustainable development, including through voluntary sharing of experiences and lessons learned;*

(g) *Promote the science-policy interface through inclusive, evidence-based and transparent scientific assessments, as well as access to reliable, relevant and timely data in areas related to the three dimensions of sustainable development, building on existing mechanisms, as appropriate; in this regard, strengthen participation of all countries in international sustainable development processes and capacity-building especially for developing countries, including in conducting their own monitoring and assessments;*

(h) *Enhance the participation and effective engagement of civil society and other relevant stakeholders in the relevant international forums and in this regard promote transparency and broad public participation and partnerships to implement sustainable development;*

(i) *Promote the review and stocktaking of progress in the implementation of all sustainable development commitments, including commitments related to means of implementation.*

No item (d), observa-se a preocupação em se reduzir a sobreposição de funções por meio dos incrementos institucionais proposto na Rio+20. De fato, também se lê em outras passagens do texto a necessidade de se evitar a duplicação de esforços e mandatos e a sobreposição de estruturas e de funções diante das mudanças no quadro institucional para

o desenvolvimento sustentável no sistema da ONU, como pode ser visto nos parágrafos 75 (excerto(6)), 79 (excerto (10)), 82 (excerto (32)), 84 (excerto (28) e 89 (excerto (27))).

(27) (§89) We recognize the significant contributions to sustainable development made by the multilateral environmental agreements. We acknowledge the work already undertaken to enhance synergies among the three conventions in the chemicals and waste cluster (the Basel Convention on the Control of Transboundary Movements of Hazardous Wastes and their Disposal, the Rotterdam Convention on the Prior Informed Consent Procedure for Certain Hazardous Chemicals and Pesticides in International Trade and the Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants). We encourage parties to multilateral environmental agreements to consider further measures, in these and other clusters, as appropriate, to promote policy coherence at all relevant levels, improve efficiency, reduce unnecessary overlap and duplication, and enhance coordination and cooperation among the multilateral environmental agreements, including the three Rio conventions, as well as with the United Nations system in the field.

As principais mudanças institucionais apresentadas na Rio+20 se consolidam no fortalecimento do PNUMA, e na criação do Foro Político de Alto Nível, como veremos a seguir.

7.2.4.1 ECOSOC e o Foro Político de Alto Nível

A partir da decisão representada no §84 (excerto (28)) do documento final da Rio+20, se instaura o Foro Político de Alto Nível. Essa nova organização se insere na estrutura da ECOSOC e reúne os chefes de Estado e de governo dos países membro da ONU e representantes dos *Major Groups* definidos na Agenda 21 (UNITED NATIONS, 1992), além de outros *stakeholders* que podem ser convidados a participar das reuniões. Esse Foro substitui a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, existente na estrutura da ECOSOC até a Rio+20.

A principal atribuição do Foro Político de Alto Nível é o acompanhamento da implementação do desenvolvimento sustentável, conforme se lê no §84 (excerto (28)).

(28) (§84) We decide to establish a universal intergovernmental high-level political forum, building on the strengths, experiences, resources and inclusive participation modalities of the Commission on Sustainable Development, and subsequently replacing the Commission. The high-level political forum shall follow up on the implementation of sustainable development and should avoid overlap with existing structures, bodies and entities in a cost-effective manner.

Já o §85 (excerto (29)) detalha as atividades atribuídas ao Foro.

(29) (§85) The high-level forum could:

(a) Provide political leadership, guidance and recommendations for sustainable development;

- (b) Enhance integration of the three dimensions of sustainable development in a holistic and cross-sectoral manner at all levels;*
- (c) Provide a dynamic platform for regular dialogue, and for stocktaking and agenda setting to advance sustainable development;*
- (d) Have a focused, dynamic and action-oriented agenda, ensuring the appropriate consideration of new and emerging sustainable development challenges;*
- (e) Follow up and review progress in the implementation of sustainable development commitments contained in Agenda 21, the Johannesburg Plan of Implementation, the Barbados Programme of Action, the Mauritius Strategy and the outcome of the present Conference and, as appropriate, relevant outcomes of other United Nations summits and conferences, including the outcome of the Fourth United Nations Conference on the Least Developed Countries, as well as their respective means of implementation;*
- (f) Encourage high-level system-wide participation of United Nations agencies, funds and programmes and invite to participate, as appropriate, other relevant multilateral financial and trade institutions and treaty bodies, within their respective mandates and in accordance with United Nations rules and provisions;*
- (g) Improve cooperation and coordination within the United Nations system on sustainable development programmes and policies;*
- (h) Promote transparency and implementation through further enhancing the consultative role and participation of major groups and other relevant stakeholders at the international level in order to better make use of their expertise, while retaining the intergovernmental nature of discussions;*
- (i) Promote the sharing of best practices and experiences relating to the implementation of sustainable development and, on a voluntary basis, facilitate sharing of experiences, including successes, challenges and lessons learned;*
- (j) Promote system-wide coherence and coordination of sustainable development policies;*
- (k) Strengthen the science-policy interface through review of documentation bringing together dispersed information and assessments, including in the form of a global sustainable development report, building on existing assessments;*
- (l) Enhance evidence-based decision-making at all levels and contribute to strengthening ongoing efforts of capacity-building for data collection and analysis in developing countries.*

Observa-se paralelismo entre os itens do §76 (excerto (26)) e os itens do §85 (excerto (29)), sugerindo que o Foro Político de Alto Nível é a instituição principal que se presta a reforçar o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas. Essa associação está explícita, especialmente, na comparação entre §76(a) e §85(b); §76(b) e §85(d); §76(d) e §85(g) e (j), §76(f) e §85(f) e (i); §76(g) e §85(k) e (l), §76(h) e §85(h) e §76(i) e §85(e).

Pelo §86 (excerto (30)), observa-se que, na ocasião da Rio+20, ainda faltavam definições quanto ao formato do Foro Político de Alto Nível e seus aspectos organizacionais. O documento marca, no entanto, que tais definições seriam tomadas até a 68ª Assembleia Geral da ONU, ocorrida no período de 24 de setembro a 01 de outubro de 2013. Nessa ocasião, ocorreu o primeiro encontro do Foro, ficando o segundo encontro oficial previsto para os meses de junho de 2014.

(30) (§86) We decide to launch an intergovernmental and open, transparent and inclusive negotiation process under the General Assembly to define the format and organizational aspects of the high-level forum with the aim of convening the first high-level forum at the beginning of the sixty-eighth session of the Assembly. We will also consider the need for promoting intergenerational solidarity for the achievement of sustainable development, taking into account the needs of future generations, including by inviting the Secretary-General to present a report on this issue.

Vale realçar, ainda no §86 (excerto (30)), a articulação do discurso sobre justiça intergeracional, também encontrado no pronunciamento do grupo das crianças e jovens (excerto (1)). Como medida para se assegurar que as necessidades das gerações futuras sejam levadas em conta, o §86 incita o Secretário Geral a apresentar um relatório sobre essa questão, sem especificar detalhes tais como prazos ou aplicabilidade desse relatório. Da maneira como se insere no discurso da governança, o discurso da justiça intergeracional parece um discurso vazio, que é representado a fim de cumprir exigências políticas, mas com pequeno potencial pragmático.

Marcando o compromisso de promover e comunicar os avanços pelo desenvolvimento sustentável, o §93 (excerto (12)) representa outra solicitação endereçada ao Secretário Geral da ONU. Solicita-se que os progressos em relação à integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável sejam reportados à Assembleia Geral, por meio do ECOSOC.

De fato, o documento reconhece, pelo §83 (excerto (31)), que o ECOSOC exerce “papel fundamental na realização de uma integração equilibrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável”. O texto representa o ECOSOC como o “principal encarregado do acompanhamento integrado e coordenado das conclusões resultantes do conjunto das grandes conferências e cúpulas da ONU dedicadas às questões econômicas, sociais, ambientais e afins”.

(31) (§83) We commit to strengthen the Economic and Social Council within its mandate under the Charter, as a principal organ in the integrated and coordinated follow-up of the outcomes of all major United Nations conferences and summits in the economic, social, environmental and related fields, and recognize its key role in achieving a balanced integration of the three dimensions of sustainable development. We look forward to the review of the implementation of General Assembly resolution 61/16 on the strengthening of the Economic and Social Council.

O ECOSOC é representado no §82 (excerto (32)) como o principal responsável pela revisão das políticas, pela promoção dos diálogos e pela elaboração de recomendações relativas às questões do desenvolvimento econômico e social. A esse Conselho se atribui o “monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” e “a promoção da implementação da Agenda 21”. Além disso, se lê no excerto (32) que o ECOSOC atua como

“mecanismo central de coordenação do sistema das Nações Unidas e supervisão de seus órgãos subsidiários”. Portanto, é sua função contribuir para o fortalecimento da coerência e da coordenação dentro do sistema da ONU. Nesse sentido, o texto realça “o papel importante que o Conselho desempenha na coordenação global dos fundos, programas e organismos especializados, assegurando a coerência entre eles e evitando a redundância de mandatos e de atividades”.

(32) (§82) *We reaffirm that the Economic and Social Council is a principal body for policy review, policy dialogue and recommendations on issues of economic and social development and for the follow-up to the Millennium Development Goals and is a central mechanism for the coordination of the United Nations system and supervision of the subsidiary bodies of the Council, in particular its functional commissions, and for promoting the implementation of Agenda 21 by strengthening system-wide coherence and coordination. We also reaffirm the major role the Council plays in the overall coordination of funds, programmes and specialized agencies, ensuring coherence among them and avoiding duplication of mandates and activities.*

E para que o ECOSOC cumpra todas essas funções com eficiência, o processo de fortalecimento do Conselho iniciou-se anos antes da Rio+20, já tendo sido solicitado junto à Assembleia Geral da ONU em janeiro de 2007, por meio da Resolução 61/16 mencionada no §83 (excerto (31)).

7.2.4.2 O fortalecimento do PNUMA

Outra decisão importante que se instaura a partir da Rio+20 é o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mencionado no §88 (excerto (33)). O PNUMA é representado no texto “como a autoridade ambiental mundial” e lhe compete a “definição da agenda ambiental global, a promoção da coerente aplicação da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no âmbito do sistema das Nações Unidas e a atuação como um defensor autorizado do meio ambiente mundial”. Observe que o papel do PNUMA é restrito à dimensão ambiental, enquanto compete ao ECOSOC e seu Foro Político de Alto Nível a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

(33) (§88) *We are committed to strengthening the role of the United Nations Environment Programme (UNEP) as the leading global environmental authority that sets the global environmental agenda, promotes the coherent implementation of the environmental dimension of sustainable development within the United Nations system and serves as an authoritative advocate for the global environment. We reaffirm resolution 2997 (XXVII) of 15 December 1972 which established UNEP and other relevant resolutions that reinforce its mandate, as well as the 1997 Nairobi Declaration on the Role and Mandate of UNEP and the 2000 Malmö Ministerial Declaration. In this regard, we invite the General Assembly, at its sixty-seventh session, to adopt a resolution strengthening and upgrading UNEP in the following manner:*

- (a) Establish universal membership in the Governing Council of UNEP, as well as other measures to strengthen its governance as well its responsiveness and accountability to Member States;*
- (b) Have secure, stable, adequate and increased financial resources from the regular budget of the United Nations and voluntary contributions to fulfil its mandate;*
- (c) Enhance the voice of UNEP and its ability to fulfil its coordination mandate within the United Nations system by strengthening UNEP engagement in key United Nations coordination bodies and empowering UNEP to lead efforts to formulate United Nations system-wide strategies on the environment;*
- (d) Promote a strong science-policy interface, building on existing international instruments, assessments, panels and information networks, including the Global Environment Outlook, as one of the processes aimed at bringing together information and assessment to support informed decision-making;*
- (e) Disseminate and share evidence-based environmental information and raise public awareness on critical as well as emerging environmental issues;*
- (f) Provide capacity-building to countries, as well as support and facilitate access to technology;*
- (g) Progressively consolidate headquarters functions in Nairobi, as well as strengthen its regional presence, in order to assist countries, upon request, in the implementation of their national environmental policies, collaborating closely with other relevant entities of the United Nations system;*
- (h) Ensure the active participation of all relevant stakeholders drawing on best practices and models from relevant multilateral institutions and exploring new mechanisms to promote transparency and the effective engagement of civil society.*

O texto propõe que as mudanças para o fortalecimento e a modernização do PNUMA sejam adotadas na 67ª Assembleia Geral da ONU, que ocorreu entre 25 de setembro e 01 de outubro de 2012, ou seja, a primeira Assembleia Geral após a Rio+20.

Johnson (2012, p. 245) realça que o uso do termo “*upgrading*” na referência à alteração institucional pela qual passaria o PNUMA se presta a eliminar qualquer dúvida quanto à substituição do PNUMA por outro organismo existente ou que pudesse vir a ser criado no sistema da ONU. De fato, o uso do termo é uma resposta à proposta de se criar uma agência especializada em meio ambiente, representada no §51 do Draft Zero do documento da Rio+20 (UNITED NATIONS, 2012b). A Organização Ambiental Mundial (ou *World Environmental Organization* – WEO), recomendada especialmente pela União Europeia e pelos países africanos, contaria com uma estrutura fortalecida e receberia fundos financeiros estáveis advindos diretamente do sistema da ONU (e não de doações dos países, como é o caso dos financiamento do PNUMA). Esperava-se que a Organização Ambiental Mundial operasse em situação igual a das demais agências especializadas da ONU (UNITED NATIONS, 2012b). A proposta foi derrubada nas negociações das reuniões preparatórias da Rio+20 e, portanto, não figura na versão final do documento “O futuro que queremos”.

Os itens da enumeração contida no §88 revelam as principais medidas de incremento institucional do PNUMA. Os dois primeiros itens destacam-se por sua imediata aplicação.

A participação de todos os países membros da ONU, mencionada no item §88(a), levou à transformação do Conselho de Administração do PNUMA em Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente do PNUMA. Quanto aos recursos financeiros mencionados no item §88(b), tem-se que no 61º encontro da Plenária de Alto Nível da 67ª Assembleia Geral da ONU reiterou-se a necessidade de aumentar o financiamento voluntário do Programa. Assim, os Estados membros do PNUMA se comprometeram a incrementar suas doações voluntárias ao Programa, porém sem assegurar a dotação orçamentária estável solicitada no documento da Rio+20.

A adesão universal também contribui para fortalecimento da participação do PNUMA dentro do sistema da ONU, mencionado no item §88(c). A participação dos chefes de Estado e de governo na Assembleia do PNUMA consolida a participação dos países nas propostas de estratégias e ações para o meio ambiente, reforçando sua vinculação com as decisões tomadas no escopo do Programa.

Dentre as pragmáticas alterações institucionais do PNUMA, Johnson (2012, p. 247) realça, ainda, a consolidação das funções da sede do Programa em Nairóbi, no Quênia, mencionado no item §88(g).

Os demais itens da enumeração vinculam-se a ideias expressas no §76 (excerto (26)), contribuindo para reforçar o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Mas as propostas expressas nos itens §88(d), §88(e), §88(f) e §88(h) (excerto (33)) são representadas com menor potencial de implementação, uma vez que não se especificam suas condições.

Entretanto, verifica-se a semelhança discursiva entre os itens §76 (g) (excerto(26)) e no§88(d) (excerto(33)), que abordam a promoção da interface entre ciência e política, articulando o discurso da crença nas soluções científicas e tecnológicas para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável. Outras contribuições para esse discurso são verificadas também no item §88(e), que aborda a disseminação de informações ambientais, e no §88(f), que tange à questão da capacitação e acesso às tecnologias como condições para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O discurso da participação dos atores sociais na governança do desenvolvimento sustentável se articula no item (h) dos parágrafos 76 (excerto (26)), 85 (excerto (29)) e 88 (excerto (33)), apontando para uma clara vinculação entre essas passagens do texto. Isso mostra a relevância desse discurso da participação dos *stakeholders* dentro das propostas de mudanças institucionais para o desenvolvimento sustentável.

Como visto anteriormente, o discurso da integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável é reiterado em diversas passagens do texto, tais como no §79 (excerto (184)), no §87 (excerto (34)), e nas passagens que abordam as definições institucionais no sistema da ONU (§76 (a), excerto (26)) e quanto ao ECOSOC/Foro Político de Alto Nível (§83, excerto e §§85 (b), excerto (29)).

(34) (§87) We reaffirm the need to strengthen international environmental governance within the context of the institutional framework for sustainable development, in order to promote a balanced integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development as well as coordination within the United Nations system.

No entanto, esse discurso de integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável parece dissonante com a decisão de restringir as funções do PNUMA às questões relativas ao meio ambiente. Tradicionalmente, o ECOSOC e seus órgãos subsidiários se ocupavam das questões relativas ao desenvolvimento econômico e social, e o PNUMA se ocupou das questões ambientais. Por serem estruturas separadas dentro do sistema organizacional da ONU, essa configuração não favorecia a coordenação das atividades dessas entidades e dificultava a abordagem integrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Com as alterações propostas na Rio+20, o escopo de atuação do ECOSOC ampliou-se para abarcar também as questões ambientais nas avaliações e decisões sobre políticas do desenvolvimento, reservando ao PNUMA as atribuições de implementação da agenda ambiental global e demais medidas concernentes ao meio ambiente. No entanto, a dicotomia entre social/econômico, de um lado, e ambiental, de outro, parece ser mantida nessa configuração institucional pós Rio+20. Restam dúvidas quanto à capacidade do novo quadro institucional para integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Mantém-se, ainda, o risco de superposições de estruturas ou duplicação de esforços na estrutura da ONU, mesmo quando a preocupação com esses problemas esteja representada repetidamente no texto, nos parágrafos 75 (excerto(6)), 76(d) (excerto (26)), 79 (excerto (10)), 82, 84 (excerto (28)) e 89 (excerto (27)).

7.2.4.3 Organização temporária: o Grupo de Trabalho Aberto para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (GTA/ODS)

Pelo §248 (excerto (35)) se estabelece o Grupo de Trabalho Aberto para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, identificado pela sigla GTA/ODS em português ou pelas iniciais OWG de seu nome em inglês. Observa-se no §248 (excerto (35)) a articulação do discurso da participação dos atores sociais, o que se evidencia pelo uso das expressões “aberto a todos os *stakeholders*” (na segunda linha do excerto (35)) e “para garantir a plena participação das partes interessadas e de especialistas da sociedade civil, da comunidade

científica e do sistema da ONU em seu trabalho” (na penúltima sentença do §248 excerto (35)).

(35) (§248) We resolve to establish an inclusive and transparent intergovernmental process on sustainable development goals that is open to all stakeholders, with a view to developing global sustainable development goals to be agreed by the General Assembly. An open working group shall be constituted no later than at the opening of the sixty-seventh session of the Assembly and shall comprise 30 representatives, nominated by Member States from the five United Nations regional groups, with the aim of achieving fair, equitable and balanced geographic representation. At the outset, this open working group will decide on its methods of work, including developing modalities to ensure the full involvement of relevant stakeholders and expertise from civil society, the scientific community and the United Nations system in its work, in order to provide a diversity of perspectives and experience. It will submit a report, to the sixty-eighth session of the Assembly, containing a proposal for sustainable development goals for consideration and appropriate action.

O GTA/ODS foi uma alteração institucional temporária no sistema da ONU resultante da Rio+20. A partir da decisão apresentada no §248 (excerto (35)), o GTA/ODS foi implementado oficialmente pela resolução da A/67/L.48/Rev.1, de 22 de janeiro de 2013. O GTA/ODS está subordinado diretamente à Assembleia Geral da ONU e conta com 30 assentos ocupados por representantes de 70 países membros da ONU, que participam das reuniões em regime de rotação, além de contar com a participação dos representantes dos *Major Groups* definidos na Agenda 21 (UNITED NATIONS, 2012d). O Brasil integra o GTA/ODS em cadeira compartilhada com a Nicarágua.

O formato do grupo e o método de trabalho não estava definido quando da apresentação da decisão de sua criação no documento da Rio+20, conforme pode ser lido na penúltima linha do §248 (excerto (35)), que propõe que “esse grupo de trabalho decidirá sobre o seu método de trabalho”, e pelo §249 (excerto (36)), que apresenta as definições gerais sobre como o grupo se articulará dentro do sistema da ONU.

(36) (§249) The process needs to be coordinated and coherent with the processes to consider the post-2015 development agenda. The initial input to the work of the working group will be provided by the Secretary-General, in consultation with national Governments. In order to provide technical support to the process and to the work of the working group, we request the Secretary-General to ensure all necessary input and support to this work from the United Nations system, including through establishing an inter-agency technical support team and expert panels, as needed, drawing on all relevant expert advice. Reports on the progress of work will be made regularly to the General Assembly.

A principal função do GTA/ODS é a de colaborar com a definição da forma e do conteúdo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem integrar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Em seu último encontro temático, em fevereiro de

2014, o GTA/ODS concluiu seus trabalhos, reportando à Assembleia Geral suas sugestões de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

7.3 SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DA GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20

O discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável está representado no texto “O futuro que queremos” como um dos temas centrais da Rio+20. Dentre as medidas resultantes da Conferência, as propostas de alterações institucionais no sistema das Nações Unidas, as quais articulam o discurso da governança global, se apresentaram com maior potencial pragmático, ou seja, com possibilidade de implementação efetiva no curto prazo, naquilo que concerne ao funcionamento interno da ONU. Isso se deve ao fato de que as três principais mudanças institucionais propostas no documento terem sido implementadas rapidamente e consagradas nas 67ª Assembleia Geral e na 68ª Assembleia Geral que sucederam a Conferência. O fortalecimento do PNUMA e a criação do Foro Político de Alto Nível foram medidas que se consagraram como materialização dos resultados da Rio+20. Resultam da Conferência, ainda, a formação das instituições temporárias de funções específicas: o do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Comitê Intergovernamental para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, mencionados no texto da Rio+20.

Vale realçar, ainda, que se deriva da Conferência a criação de um centro internacional de excelência em políticas e práticas de desenvolvimento sustentável, o Centro Rio+. Instituído em 22 de junho de 2012 e dirigido por meio de uma parceria entre o governo do Brasil (pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Centro Rio+ reúne, ainda, outros 26 parceiros (organismos da ONU, o sociedade civil, universidades e o setor privado). No entanto, não se encontram menções ao Centro Rio+ no documento “O futuro que queremos”.

Esses resultados institucionais têm sido alardeados por alguns analistas como conquistas importantes da Conferência, conforme explicam Viola e Franchini (2012, p. 10). Porém, não é possível dizer que o discurso da governança global no documento da Rio+20 e seus desdobramentos respondem às reivindicações e que contemplem os interesses manifestos nos pronunciamentos dos grupos sociais.

Muitos discursos caros aos *Major Groups* se articulam na representação do discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável no texto da Rio+20, o que leva a uma primeira impressão de que as vozes desses grupos sociais foram ouvidas nos resultados da Conferência quanto a esse assunto. Uma análise aprofundada revela que essa impressão é precipitada.

O discurso da justiça intergeracional, realçado pelo grupo das crianças e jovens, está presente na representação do discurso da governança global no texto da Rio+20. No entanto, da maneira como é representado no texto, especificamente no §86, esse discurso apresenta baixo potencial de se transformar em medidas de mudanças institucionais para a proteção ambiental, e dessa forma proteger os interesses das futuras gerações, não atendendo, portanto, ao que foi solicitado pelo grupo.

De fato, o fortalecimento da instituição de proteção ambiental (PNUMA) representa um pequeno avanço em direção à sustentabilidade, mas não atende às necessidades de integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável. O quadro institucional renovado não eliminou os riscos de sobreposição de funções e duplicação de esforços, apesar das ressalvas e alertas representadas ao longo do texto “O futuro que queremos”. Além disso, a nova configuração das instituições do sistema da ONU mantém a tradicional dissociação entre as dimensões econômica e social e a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. Por não avançar na integração das três dimensões do desenvolvimento e por manter a restrição do PNUMA à dimensão ambiental, na opinião de Viola e Franchini (2012, p. 3), “a Cúpula foi um fracasso desde o ponto de vista da evolução dos mecanismos cooperativos para governar o ambiente global nos últimos 20 anos”.

Apesar disso, é possível reconhecer no documento da Rio+20 a representação do discurso da necessidade de medidas efetivas de promoção do desenvolvimento sustentável, o que também se verifica nas referências à governança global nos pronunciamentos dos *Major Groups*. De fato, o texto da Rio+20 se apoia nesse discurso para sugerir a rápida implementação (nas Assembleias Gerais seguintes) das decisões quanto às alterações institucionais propostas no documento. No entanto, a implementação dessas decisões não assegura o atendimento às reivindicações dos grupos sociais, particularmente aos pleitos por controle ou mitigação dos impactos ambientais e sociais ou para a transformação do modelo de desenvolvimento vigente. Assim, as alterações institucionais derivadas da Rio+20 não necessariamente se traduzem em maior governança global, especialmente no que tange à questão ambiental do desenvolvimento sustentável, e não são suficientes para atender aos interesses dos *Major Groups*. Segundo Viola e Franchini (2012, p. 3), “esse *déficit* da governança ambiental é, no entanto, reflexo do bloqueio da governança da ordem internacional, que está dominada por forças conservadoras e soberanistas”.

A crítica de Viola e Franchini (2012, p. 3) vincula-se à crise de representatividade denunciada no pronunciamento do grupo dos trabalhadores e sindicatos. Essa crise se torna mais evidente quando se verifica, no texto da Rio+20, que boa parte dos compromissos assumidos previamente pelos governos, com o apoio das populações de seus países, não foram cumpridos. Esse fato contribui para aumentar a descrença na capacidade dos

governos em representarem os interesses de suas comunidades. Ao mesmo tempo, ele aumenta a expectativa por instrumentos de governança mais fortes e eficazes para mudar o padrão de desenvolvimento e assegurar o cumprimento dos compromissos pelo desenvolvimento sustentável. No entanto, não se reconhecem tais instrumentos dentre os resultados e propostas da Rio+20, o que leva Guimarães e Fontoura (2012) a afirmarem que nas decisões da Rio+20, “na grande maioria dos casos, fez-se apenas reiterar preceitos e decisões já explicitados ou consagrados nos acordos do Rio dez anos antes”, levando a “um sentimento generalizado de que pouco foi alcançado em termos de metas, prazos e meios de financiamento concretos para implementar os compromissos”.

Isso não impede, entretanto, que o discurso da representatividade também se articule no discurso da governança global presente no texto da Rio+20. Ao apresentar demandas por organizações credíveis e inclusivas para a governança global do desenvolvimento sustentável, o texto expressa a preocupação com que o quadro institucional proposto represente os interesses dos diversos *stakeholders*.

Mas, no que tange à inclusão dos países em desenvolvimento nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento sustentável, o texto apresenta rupturas lógicas significativas. Vigoram no texto dois discursos contraditórios: ao tempo em que os países em desenvolvimento são representados como dependentes de ajuda externa e incapazes para lidar com os próprios problemas de desenvolvimento, eles são chamados, no §92 (excerto (19)), a participarem ativamente dos processos decisórios e de definição de normas para a governança global. Essa contradição revela que o discurso de governança global é deslizante entre perspectivas diversas, apesar de que é possível reconhecer a hegemonia do discurso da dependência nas referências aos países em desenvolvimento.

No que concerne à reivindicação pela inclusão dos grupos sociais nas instituições e instrumentos de governança global, as propostas de alteração institucional representadas no texto da Rio+20 contemplam esse discurso associando-o às exigências por transparência nas instituições. Diante disso, são propostas a ampla difusão das informações concernentes aos avanços de implementação dos acordos e compromissos para o desenvolvimento sustentável e a inclusão dos *Major Groups* e outros *stakeholders* relevantes nas instituições criadas ou renovadas por meio do documento da Rio+20. Dentre esses *stakeholders*, recebe especial atenção a comunidade científica e tecnológica, que assume relevância realçada pelo discurso da crença na ciência e na tecnologia como soluções aos desafios do desenvolvimento sustentável, o qual também se articula na representação do discurso da governança global. A importância majorada da comunidade científica e tecnológica revela que a participação dos *stakeholders* não é representada no documento de forma equânime, mas reflete a relação de poder que se estabelece entre os grupos sociais. Assim sendo, o

discurso de participação social que se articula na representação do discurso da governança global no texto final da Rio+20 não é suficiente para assegurar a participação efetiva de grupos vulneráveis ou grupos tradicionalmente marginalizados, discrepando do que é reivindicado pelos *Major Groups*.

Na representação da governança global, não foram encontradas referências às questões específicas sobre segurança alimentar e responsabilidade social, representadas pelos grupos dos agricultores e dos povos indígenas, apesar de esses assuntos terem sido abordados em outras passagens do texto “O futuro que queremos”.

Dado que o discurso da governança global está representado no documento final da Rio+20, porém não contempla as reivindicações dos grupos sociais e não se materializa em medidas efetivas de promoção ao desenvolvimento sustentável, restringindo-se às alterações institucionais que promoveu, é preciso concordar com a constatação de Amazonas (2012, p. 37) de que a Rio+20 pouco avançou na questão da governança. Viola e Franchini (2012, p. 10) são ainda mais enfáticos, afirmando que, como balanço da Rio+20, “a construção de governança global ficou mais comprometida” pois a impressão falaciosa de que foram gerados resultados efetivos concernentes à governança global do desenvolvimento sustentável “gera cinismo e cria a ficção de um progresso”.

A crítica do grupo dos trabalhadores e sindicatos, de que o documento não avançou muito além da retórica, como seria necessário, é, portanto, pertinente. A construção do desenvolvimento sustentável exige mudanças na luta hegemônica da geopolítica do desenvolvimento, rompendo-se a relação de forças tradicionalmente estabelecida entre os atores. Os poucos resultados da Rio+20 relativos à governança global para o desenvolvimento sustentável refletem que o *status quo* de forças conservadoras hegemônicas foi mantido, apesar dos alertas de perigo e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente.

8 ASPECTOS ECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20

Em seus pronunciamentos oficiais na Plenária de Alto Nível, os *Major Groups* expressaram suas reivindicações e principais interesses concernentes à temática do desenvolvimento sustentável. Dentre os temas abordados nesses pronunciamentos, questões econômicas se apresentaram com frequência e alta relevância.

Com vistas a verificar se o texto da Rio+20 contempla os interesses e as reivindicações apresentadas pelos grupos sociais no que tange às questões econômicas do desenvolvimento sustentável, este capítulo apresenta a análise discursiva crítica do texto “O futuro que queremos”, buscando identificar quais os discursos se articulam ao discurso econômico nele representado.

Para tanto, primeiramente buscou-se identificar como os *Major Groups* abordaram a temática econômica em seus pronunciamentos oficiais na Rio+20. Então, foram analisados os elementos discursivos que caracterizam a representação do discurso econômico no texto da Rio+20. Dentre as categorias utilizadas na análise discursiva, mostraram-se relevantes para este capítulo a interdiscursividade, a coesão discursiva e as pressuposições, avaliações e modalidades representadas no do texto “O futuro que queremos”.

Comparando-se a representação do discurso econômico no texto da Rio+20 aos interesses e às reivindicações relativos a esse tema representados pelos grupos sociais em seus pronunciamentos oficiais na Conferência, revela-se como (ou se) as vozes desses grupos sociais estão incluídas no texto final da Rio+20.

8.1 AS REFERÊNCIAS DOS *MAJOR GROUPS* ÀS QUESTÕES ECONÔMICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em seus pronunciamentos oficiais, os grupos sociais revelaram sua perspectiva e hesitações quanto ao papel das atividades econômicas e do modelo econômico na promoção do desenvolvimento sustentável. As referências à temática econômica pelos *Major Groups* revelam diferenças consideráveis de interesses e valores entre os grupos. Não se pode dizer de um discurso econômico uníssono entre os grupos sociais, uma vez que foram representadas diferentes perspectivas e expectativas quanto às questões econômicas do desenvolvimento sustentável. Infere-se, portanto, que diferentes discursos econômicos coexistem no campo social da Rio+20, permeando os pronunciamentos dos *Major Groups*.

Seis dentre os nove *Major Groups* abordaram a temática econômica em seus pronunciamentos oficiais: o grupo dos agricultores, o grupo dos indígenas, o grupo das

autoridades locais, o grupo das organizações não-governamentais, o grupo dos trabalhadores e sindicatos e o grupo dos representantes dos negócios e indústria.

No pronunciamento dos agricultores, o discurso econômico é representado nas referências ao tema da segurança alimentar e dos limites ecológicos do planeta. Usando do discurso econômico para autolegitimação, o grupo afirma que os agricultores produzem todos os alimentos e as fibras consumidas no mundo e reivindica o apoio ao desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis, como se vê no excerto (1). Nessa passagem, observa-se, também, a articulação do discurso tecnológico nas referências às inovações nas práticas agrícolas. Realça-se, no excerto (1), a situação dos agricultores familiares, ao se focalizar no texto a situação de necessidade enfrentada pelos “agricultores familiares, os camponeses e os pescadores artesanais”.

(1) Our constituency produces all the world's food and fibre needs and requires a framework that allows for the growth of more sustainable practices such as organic agriculture, innovative farming techniques and integrated management. In this, we give special attention to the needs of family farmers, peasants and artisanal fishers (Major Group Agricultura).

Representando uma sutil crítica às propostas da economia verde na Rio+20, o grupo dos agricultores aponta que os instrumentos de mercado exaltados pela economia verde são insuficientes para assegurar o desenvolvimento sustentável. Isso se revela no excerto (2), quando se afirma que o “caminho para o desenvolvimento sustentável deve ir além de mercados e finanças socialmente responsáveis e sustentáveis”. Essa passagem também comporta uma reivindicação marcada pelo uso do processo material “deve ir em direção a” (*must move towards*), usado na representação do pressuposto proposicional de como deve ser o caminho para o desenvolvimento sustentável. No final da frase, ao evocar que “a vida de todos depende” do equilíbrio entre as necessidades humanas e os limites dos ecossistemas, o texto utiliza um argumento de alta força retórica e de alta modalidade deôntica, isto é, representa tal argumento expressando alta obrigatoriedade de ele seja levado em conta.

(2) The pathway to a more sustainable future must move towards socially responsible and sustainable markets and finance; balancing human needs with those of the ecosystems upon which all life depends (Major Group Agricultura).

Outra crítica representada pelo grupo dos agricultores faz referência ao modelo tradicional de produção de alimentos. A passagem do texto transcrita no excerto (3) representa a soberania alimentar como o cerne das políticas e dos sistemas de produção de alimentos e ressalta os benefícios da agricultura realizada por pequenos produtores. A crítica se expressa sutilmente ao final da oração, quando o texto avalia negativamente a

orientação de tais políticas e sistemas produtivos pelos interesses das grandes corporações, levando à inferência de que é assim que muitas vezes vigora no modelo produtivo tradicional.

- (3) *Food sovereignty, which places at its center sustainable family farming, peasant agriculture and small scale fishing not only feeds the people with healthy, nutritious culturally appropriate food, but it puts the aspirations and needs of those who produce, distribute and consume food at the heart of the food systems and policies rather than the demands of corporations (Major Group Agricultura).*

Ao mencionar os pequenos produtores rurais no excerto (3), o texto se presta a elucidar a composição do *Major Group Agricultura* e sua posição no campo de debates sobre desenvolvimento sustentável. Pela análise dos excertos (2) e (3), é possível identificar o que grupo representa os interesses dos agricultores de pequeno porte e dos produtores familiares. Os interesses da agricultura empresarial não são representados por esse grupo.

Pela passagem do pronunciamento transcrita no excerto (4), o grupo defende que “os novos caminhos para o desenvolvimento implica no empoderamento” do grupo *Major Group Agricultura*, considerando toda sua diversidade de “gênero, estado civil, religião ou origens étnicas”. Observa-se que, ao realçar a diversidade de sua constituição, o grupo dos agricultores lança mão de um valor caro à sociedade (a diversidade social) para legitimar a importância de sua participação na construção do desenvolvimento sustentável, e ainda para reivindicar que seus direitos de acesso aos meios produtivos sejam assegurados (pela expressão: “isso requer acesso equitativo à posse de terra”).

- (4) *The new path of development entails the empowerment of these constituencies to produce and harvest, this requires the rights to equitable access to land tenure – regardless of gender, marital status, religious or ethnic origins – and to productive resources, including seeds, inputs, trade and markets (Major Group Agricultura).*

Também se referindo aos direitos de populações tradicionais, o grupo dos indígenas ressalta a contraposição entre os interesses das comunidades vulneráveis (especificamente os povos indígenas e as comunidades afetadas pelos desgastes ambientais) e a comunidade empresarial, como se lê na última oração do excerto (5). Essa passagem do texto expressa uma reivindicação, diretamente direcionada aos governantes e marcada pela expressão “os governos devem” (*governments must*), de inclusão dessas comunidades nos processos decisórios concernentes ao uso de suas terras. É a justaposição de ideias, na última frase do excerto (5), que promove a associação da inclusão desses grupos nos processos decisórios com a questão dos interesses empresariais e da questão dos direitos indígenas, mesmo quando se observa pelos elementos coesivos que a relação lógica entre elas não se faz muito clara no texto.

- (5) *We see that the Earth and all life is in a serious state of peril. We see the current model of development continues to proceed on the road of peril, particularly with respect to the continued expansion of extractive industries. As indigenous peoples we have experienced the terrible and negative impacts of this approach, which must be reversed. Governments must strengthen the accountability of the business sector and legal recognition of the rights of indigenous peoples and affected communities to have a say on decisions affecting our lands (Major Group Povos Indígenas).*

Ainda no excerto (5), pode ser observada outra reivindicação, mas que não explicita a quem se endereça. Essa reivindicação diz ser preciso reverter os impactos negativos do modelo de desenvolvimento vigente. Ela é marcada pelo uso da voz passiva e do modal “dever” (*must*) que revela alta modalidade deôntica na expressão “que devem ser revertidas” (*which must be reversed*). Interessante observar a repetição do termo “perigo” ao referir aos desgastes ecológicos derivados do modelo de desenvolvimento vigente. Ao afirmar que “os povos indígenas já experimentaram impactos negativos e terríveis desse modelo”, o texto representa uma pressuposição existencial desses impactos, com alta modalidade epistêmica, isso é, representando alto grau de comprometimento com a declaração de que esses impactos existem de fato. A afirmação também se presta a legitimar a participação do grupo no processo de construção do desenvolvimento sustentável e expressa força retórica embasada na ética, uma vez que explicita a situação do grupo enquanto vítima do modelo de desenvolvimento vigente, clamando por atitudes de transformação de tal modelo.

Vale ressaltar, ainda, a menção à “expansão continuada da indústria extrativista” ao final da segunda oração no excerto (5). Essa passagem confere ênfase à avaliação negativa do grupo em relação a esse tipo de atividade industrial. Além disso, associa-se a indústria extrativista com os perigos e com a necessidade de transformação do modelo de desenvolvimento, pressupondo que seja necessário transformar a indústria extrativista dado aos perigos que ela representa. Nesse trecho, se observa a repetição da atitude de relutância diante das atividades empresariais, que também foi observada na menção à necessidade de se acirrem os controles financeiro-contábeis sobre o setor corporativo.

Também se observa a oposição aos interesses do empresariado no texto das organizações não-governamentais, como na passagem transcrita no excerto (6). O texto assinala a contradição no comportamento dos países que hesitam em investir em medidas em prol do desenvolvimento sustentável, mas que mantêm os subsídios à indústria petrolífera, “usando a crise econômica como uma desculpa” para tanto. O grupo, então, reivindica a eliminação desses subsídios, avaliando-os como nocivos (*“harmful”*). Ao representar essa demanda com o uso das expressões “a primeira coisa a fazer” (*“the first thing you can do”*) e “o problema número um” (*“the number one issue”*), enfatiza-se o alto grau de obrigatoriedade (alta modalidade deôntica) de se considerar tal reivindicação. Além

disso, o excerto (6) aporta as vozes da sociedade civil para justificar essa reivindicação, ao referir-se à votação aberta ao público ocorrida no escopo do fórum virtual Diálogos da Rio+20.

- (6) *In the issue of finding resources to implement sustainable development, we see countries using the economic crisis as an excuse, while at the same time spending 100s of billions of dollars subsidizing the fossil fuel industry, the most profitable industry in the world. The first thing you can do is eliminating the existing harmful subsidies, especially fossil fuel subsidies, which was voted as the number one issue during the civil society dialogue (Major Group Organizações Não-Governamentais).*

A crise econômica também é mencionada no pronunciamento do grupo dos trabalhadores e sindicatos para reivindicar medidas de regulação da economia. A justificativa para tanto é o aumento das desigualdades e o esgotamento dos recursos naturais causados pelo modelo econômico disfuncional vigente (excerto (7)). Nessa passagem, observa-se que o discurso ecológico e o discurso de combate à pobreza e à desigualdade social se articulam nas referências às questões econômicas. A repetição do verbo “precisar” (*to need*) no excerto (7) revela um elevado comprometimento com as mudanças (alta modalidade deontica) ao tempo que o uso do adjetivo “*dysfunctional*” aponta para uma avaliação negativa do modelo econômico vigente.

- (7) *Global crises need multilateral responses and global regulation. The labour movement will maintain its pressure to the world leaders. We need to move beyond rhetoric, if we want to avoid our current, dysfunctional economic model continue increasing inequalities and depleting natural resources (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

O grupo também menciona a crise econômica para contextualizar a descrença da sociedade na capacidade de representação de seus interesses pelos governantes. Apoiando-se nessa crítica, o grupo incita a comunidade internacional a mostrar sua capacidade de apresentar medidas concretas em prol do desenvolvimento sustentável (excerto (8)). Caracterizando essa reivindicação, observa-se o uso dos modalizadores vinculados aos elementos verbais relativos à comunidade internacional: “precisa mostrar” (*needs to show*) e “precisa oferecer” (*must deliver*), que revelam alto grau de obrigatoriedade dessas ações (alta modalidade deontica), refletindo o pressuposto proposicional de como deve ser a atuação da comunidade internacional. As principais reivindicações expressas pelo grupo pautam-se na equidade social, no trabalho decente, na proteção ambiental e na promoção do desenvolvimento e da prosperidade (excerto (8)).

- (8) *Rio+20 is taking place at a critical time for working people; global crises multiply and intensify, people are losing faith in governments' capacity to listen to or defend their interests, and citizens see the future as lacking hope. The international community needs to show that it can deliver. (...)* The international

community must deliver concrete measures to put our societies on track to achieve social equity, decent work, environmental protection, development and prosperity, on track towards truly sustainable development (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).

As justificativas para tais demandas estão expressas no trecho do pronunciamento do grupo dos trabalhadores e sindicatos transcrito no excerto (9). Observa-se nessa passagem a objeção do grupo em relação ao mercado financeiro e ao livre mercado.

(9) *Precarious work is today the daily reality for a majority of people around the world; inequalities have grown on the point that people often do not acknowledge they are part of the same community; financial markets and lack of regulation have broken the relationship between companies and their responsibilities vis-à-vis workers, their families and the communities in which they operate; environmental challenges have become daunting, to the point that very survival of communities is at risk (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

O grupo legitima sua participação nos debates sobre desenvolvimento sustentável ao mostrar suas contribuições para a promoção da igualdade social (por meio da agenda do trabalho decente), para a proteção ambiental (por meio da promoção de trabalho decente e ecologicamente correto em setores que protegem o meio ambiente), por seu compromisso com a redução de emissões de gases de efeito estufa e pelas ideias inovadoras que aportou à discussão. Dentre essas ideias, a “justa transição” recebe realce ao ser nomeada no texto (excerto (10)).

(10) *Around the globe, we strengthened our work on social equity through the decent work agenda; we have also built bridges with environmental policies, promoting the greening of all sectors and promoting green and decent jobs in sectors that protect the environment, we have been clear in our commitment to emission reduction policies, we have brought new ideas to the table, such as the “Just Transition” framework, or engaging on environmental actions through workplace, sectorial and national initiatives (Major Group Trabalhadores e Sindicatos).*

O termo “justa transição” faz referência intertextual às propostas apresentadas pela Aliança para a Justa Transição (*Just Transition Alliance*), de imputar medidas de sustentabilidade ambiental e social em ambientes marcados pela poluição industrial de alto potencial tóxico. View (2002) explica que a Aliança para a Justa Transição é uma coalisão de organizações que reúnem ativistas das causas trabalhistas e ambientais, trabalhadores de indústrias com alto potencial poluidor e membros de comunidades afetadas pela poluição industrial. Sediada em San Diego, na Califórnia, a Aliança para a Justa Transição luta por medidas regulatórias, no nível global, que dificultem o deslocamento geográfico das indústrias poluidoras, forçando-as a estabelecer uma relação sustentável e de longo prazo com as comunidades onde atuam. A Aliança também defende a necessidade de políticas compensatórias dos danos econômicos e à saúde humana causados pela poluição industrial.

Outro grupo que utiliza das referências às questões econômicas para legitimar sua participação no campo social do debate sobre desenvolvimento sustentável é o *Major Group Negócios e Indústria*. Articulado o discurso da crença na ciência e na tecnologia para oferecer soluções aos desafios da sustentabilidade, o grupo se avalia como um ator de fundamental importância na promoção e difusão de soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, conforme se lê no excerto (11). No excerto (11) também se observa a avaliação positiva das parcerias entre o setor de indústria e comércio e os governos, a academia e a sociedade civil.

(11) Business understands that improvements in efficiencies of all types are key to addressing sustainability challenges, enabling us to do more with less. This will be accomplished through regular, continuous improvement of existing technologies and processes and through the development of reliable breakthrough technologies. Business is a critical player in the introduction, commercialization and dissemination of technology and will form partnerships with governments, academic and civil society organizations to leverage resources and benefits (Major Group Negócios e Indústria).

Ainda se autolegitimando, o grupo faz referências a sua participação nos processos de negociação das decisões da Rio+20 (excerto (12)). Nesse excerto, o texto enfatiza a necessidade de resultados da Conferência que promovessem a transição para o desenvolvimento sustentável, representando uma sutil reivindicação. Essa necessidade é marcada pela expressão “*key deliverables*”, que revela a alta modalidade deontológica, isto é, representando forte senso de obrigação de resposta a essa demanda. No entanto, os tempos verbais com referências ao passado, usados na segunda oração do excerto (12), revelam que tal necessidade não foi atendida.

(12) At every entry point during these eighteen months of consultation and negotiation, business made the case that the Rio outcome needed to provide key deliverables that would drive the transition to sustainable development. Business will continue innovating and bringing solutions to market that support inclusive and green growth (Major Group Negócios e Indústria).

Essa noção de expectativa não atendida é reforçada pela ruptura da coesão discursiva na sequência do texto. Nas últimas linhas do excerto (12), o foco principal recai sobre as contribuições do grupo dos negócios e indústria para o desenvolvimento sustentável por meio das inovações e soluções disponibilizadas no mercado, desviando o foco dos resultados da Conferência. Portanto, de modo sutil, essa passagem do texto revela uma crítica à efetividade dos resultados da Rio+20. Outra crítica do grupo de negócios e indústrias à Rio+20 está representada no excerto (13). Tal crítica se faz ousada ao sugerir que as contribuições do setor empresarial privado para a construção do desenvolvimento sustentável independem das decisões na Rio+20.

(13) Excellencies, regardless of the outcome here at Rio, the private sector will continue its transition to greener and more sustainable industries. Think how more expansive and rapid this transition would be if our energies were being harnessed together (Major Group Negócios e Indústria).

Observa-se, ao final do parágrafo, a avaliação positiva quanto à união de esforços na transição para um modelo de desenvolvimento econômico sustentável. Essa ideia é retomada no excerto (14), em que se evidencia a responsabilidade compartilhada entre todos os atores sociais quanto à transição para a economia verde. O texto enfatiza que nenhum dos atores pode realizar essa transição por si mesmo. E dentre os atores sociais, o texto realça o setor dos negócios e da indústria, os governos e a sociedade civil, conduzindo à percepção de que, na perspectiva do *Major Group Negócios e Indústria*, esses grupos detêm maior poder para provocar a implementação da economia verde.

(14) The transition towards a green economy is a shared responsibility by all actors in society. No one stakeholder group, whether business and industry, governments or society, can do this on their own (Major Group Negócios e Indústria).

O grupo das autoridades locais articula o discurso econômico para representar sua reivindicação de mecanismos extras de financiamento nacional e internacional da sustentabilidade, os quais sejam acessíveis às autoridades locais e regionais, conforme se lê no excerto (15). Tal demanda revela o interesse específico desse grupo em ter acesso a fundos financeiros destinados à implementação em suas comunidades de medidas em prol do desenvolvimento sustentável, prestando-se, simultaneamente, à autolegitimação.

(15) To create additional national and international financial mechanisms for sustainability and to enhance access to these from local and sub-national regional authorities (Major Group Autoridades Locais).

Pela análise dos pronunciamentos dos *Major Groups* observa-se a variedade dos assuntos tratados nas abordagens às questões econômicas do desenvolvimento sustentável. Comparando-se esses discursos, nota-se consideráveis divergências entre eles. Essa diversidade temática e diferenças de perspectivas e interesses dificulta que todos esses discursos possam ser satisfatoriamente contemplados em um texto coerente. Nas seções seguintes, verificaremos como o discurso econômico é representado no documento final da Rio+20, buscando identificar os pontos de convergências e dissonâncias com as abordagens a esse tema pelos *Major Groups*.

8.2 O DISCURSO ECONÔMICO NO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20

O discurso econômico no texto “O futuro que queremos” é aquele que se constrói por meio das referências a questões relacionadas a aspectos econômicos do desenvolvimento

sustentável. Assim, ao abordar assuntos como produção e consumo; trabalho, emprego, renda e políticas de seguridade social do trabalhador; comércio, indústria e mercados, e atividades empresariais, o texto representa o discurso econômico que é objeto de análise neste capítulo.

O discurso econômico permeia todo o documento final da Rio+20, revelando-se nas enumerações, nos condicionantes e ressalvas das propostas para o desenvolvimento sustentável e nas pressuposições apresentadas no texto. Para a análise proposta neste capítulo, foram considerados particularmente 120 parágrafos do texto “O futuro que queremos” que abordam diretamente questões econômicas.³⁷

Dentre os cinco temas analisados nesta pesquisa, a temática econômica é o que conta o maior número referências no texto. Essa presença extensiva do discurso econômico ao longo do texto revela a importância majorada concedida no texto a esse discurso em relação aos demais.

A estrutura do documento da Rio+20, que organiza o texto em seções identificadas pelos subtítulos, também revela a importância concedida às questões econômicas do desenvolvimento sustentável. A economia verde é representada como um dos temas principais da Conferência e o texto atribui a esse tema uma seção específica de 19 parágrafos (do §56 ao §74). Já a questão do financiamento do desenvolvimento sustentável recebe realce na Subseção D, intitulada “As instituições financeiras internacionais e as atividades da ONU”, que vai do §91 ao §96, inserindo-se na Seção IV, intitulada “Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”. Esse assunto é retomado na subseção “Finanças”, que inclui os parágrafos de 253 a 268 do documento, inseridos na Seção VI, “Meios de implementação”. Ainda, a Seção VI concede à temática do comércio uma subseção específica que contempla os parágrafos 281 e 282. No quadro de ações e acompanhamento das medidas para o desenvolvimento sustentável, apresentado pela Seção V do documento, destacam-se, dentre às temáticas transversais, alguns temas diretamente relacionados à problemática econômica, como: a erradicação da pobreza (do §105 a §107); a segurança alimentar e a agricultura sustentável (do §108 ao §118); o turismo sustentável (§132 e §133); o emprego decente, o trabalho pleno e produtivo e a proteção social (do §147 ao §157); a produção e o consumo sustentáveis (do §224 ao §226)

³⁷ Todos os 120 parágrafos do texto “O futuro que queremos” foram considerados na análise lexical e contribuíram para a análise discursiva. Mas vale ressaltar que, dentre esses parágrafos, foram transcritos nesta seção apenas aqueles que se mostraram mais relevantes para a discussão. Os parágrafos mencionados sem indicação do número do excerto a que se referem não foram transcritos nesta seção, uma vez que é feita mera menção a seu conteúdo, não a análise discursiva textualmente orientada propriamente dita.

e as atividades de mineração (§227 e §228). O Quadro 11 apresenta a estrutura de títulos dos documentos, com os grifos realçando os títulos das seções com referências às questões econômicas.

Quadro 11: Estrutura do documento “O futuro que queremos”, realçados os subtítulos das seções do texto que se referem à questão econômica

I. NOSSA VISÃO COMUM (do §1 ao §13)
II. RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO
A. Reafirmando princípios do Rio e planos de ações anteriores (do §14 ao §18)
B. Promover a integração, a implementação e a coerência (do §19 ao §41)
C. Aproximar-se dos grandes grupos e de outras partes interessadas (do §42 ao §55)
<u>III. A ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA (do §56 ao §74)</u>
IV. QUADRO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
A. Reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável (do §75 ao §76)
B. Reforço dos acordos intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável (do §77 ao §86)
C. A dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável (do §87 ao §90)
<u>D. As instituições financeiras internacionais e as atividades da ONU (do §91 ao §96)</u>
E. Ações nos níveis regional, nacional, subnacional e local (do §97 ao §103)
V. QUADRO DE AÇÃO E ACOMPANHAMENTO.
A. Áreas temáticas e questões transversais (§104)
• <u>A erradicação da pobreza (do §105 ao §107)</u>
• <u>Segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável (do §108 ao §118)</u>
• Água e saneamento (do §119 ao §124)
• Energia (do §125 ao §129)
• <u>O turismo sustentável (do §130 ao §131)</u>
• O transporte sustentável (do §132 ao §133)
• Cidades sustentáveis e assentamentos humanos (do §134 ao §137)
• Saúde e população (do §138 ao §146)
• <u>Promoção do emprego pleno e produtivo, do trabalho digno para todos, e das proteções sociais (do §147 ao §157)</u>
• Oceanos e mares (do §158 ao §177)
• Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (do §178 ao §180)
• Países menos desenvolvidos (§181)
• Países em desenvolvimento sem litoral (§182)
• África (do §183 ao §184)
• Os esforços regionais (§185)
• Redução de riscos de desastres (do §186 ao §189)
• As mudanças climáticas (do §190 ao §192)
• Florestas (do §193 ao §196)
• Biodiversidade (do §197 ao §204)
• Desertificação, degradação do solo e seca (do §205 ao §209)
• Montanhas (do §210 ao §212)
• Produtos químicos e resíduos (do §213 ao §223)
• <u>Consumo e produção sustentáveis (do §224 ao §226)</u>
• <u>Mineração (do §227 ao §228)</u>
• Educação (do §229 ao §235)
• Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (do §236 ao §244)
B. Metas de desenvolvimento sustentável
VI. Meios de Implementação
<u>A. Finanças</u>
B. Tecnologia
C. Capacitação
<u>D. Comércio</u>
E. Registro de compromissos

Fonte: Adaptado de “O futuro que queremos” (ONU, 2012).

Nota-se, ainda, o discurso econômico permeando as referências a recursos naturais, ecossistemas e processos ecológicos mencionados dentre os temas transversais apresentados na Seção V do documento. O discurso econômico permeia a abordagem ao tema dos mares e oceanos (§158 ao §177), das florestas (do §193 ao §196), da biodiversidade (do §197 ao §204) e dos ecossistemas de montanha (§110 a 112). Essas passagens do texto revelam uma abordagem utilitarista dos recursos naturais, que os valoriza por sua importância à vida humana e por seu valor econômico. Como exemplo, essa abordagem utilitarista de valorização econômica do meio ambiente é evidente no §111 (excerto (16)), no qual se argumenta sobre a necessidade de manutenção dos processos ecológicos naturais dada sua importância para o sistema de produção de alimentos. Também se observa essa abordagem utilitarista excerto do §193 (excerto (17)) que enfatiza o combate ao comércio ilegal de produtos florestais como uma das medidas de controle da degradação florestal e do desmatamento. No entanto, ao não mencionar os impactos negativos das práticas correntes e legalizadas de exploração dos produtos florestais, o texto restringe o problema de sustentabilidade às práticas ilegais, apagando os potenciais efeitos nocivos das atividades extrativistas, os quais foram denunciados pelo grupo dos indígenas.

(16) (§111) *We reaffirm the necessity to promote, enhance and support more sustainable agriculture, including crops, livestock, forestry, fisheries and aquaculture, that improves food security, eradicates hunger and is economically viable, while conserving land, water, plant and animal genetic resources, biodiversity and ecosystems and enhancing resilience to climate change and natural disasters. We also recognize the need to maintain natural ecological processes that support food production systems.*

(17) (§193) (...) *We support cross-sectoral and cross-institutional policies promoting sustainable forest management. We reaffirm that the wide range of products and services that forests provide creates opportunities to address many of the most pressing sustainable development challenges. We call for enhanced efforts to achieve the sustainable management of forests, reforestation, restoration and afforestation, and we support all efforts that effectively slow, halt and reverse deforestation and forest degradation, including, inter alia, promoting trade in legally harvested forest products (...) (trecho).*

Dada a sua representação onipresente ao longo do texto, não há dúvidas de que o discurso econômico é um discurso predominante no documento final da Rio+20 e que condiciona a representação dos resultados da Conferência. É importante, para melhor compreender esse discurso econômico, identificar outros discursos que se articulam em sua representação no texto e os elementos que o caracterizam.

8.2.1 Análise lexical do discurso econômico no texto final da Rio+20

A análise lexical pode contribuir para revelar o campo de conhecimento ao qual o discurso econômico está associado no texto da Rio+20. A nuvem de palavras apresentada na Figura 18 contém os 150 vocábulos (grafados com três ou mais letras) mais utilizados nos 120 parágrafos do texto “O futuro que queremos” selecionados por suas referências às questões econômicas. A fim de evidenciar a comparação entre os termos, alguns vocábulos muito frequentes foram suprimidos da nuvem de palavras. Esses vocábulos foram “*development*” (com 210 ocorrências) e “*sustainable*” (com 163 ocorrências). A nuvem de palavras permite a análise comparativa da frequência dos termos que se repetiram entre 110 e 9 vezes nos trechos selecionados.



Figura 18: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos do documento “O futuro que queremos” com referências às questões econômicas

Fonte: Elaboração própria.

Na nuvem de palavras apresentada na Figura 18, saltam aos olhos os termos “países em desenvolvimento” (“*developing countries*”); “internacional” (“*international*”) e “nacional” (“*national*”); “erradicação da pobreza” (“*poverty eradication*”); “econômico” (“*economic*”); social (“*social*”); “políticas” (“*policies*”); “necessidade” (“*need*³⁸”); “implementação” (“*implementation*”); além dos processos (elementos verbais) “reconhecer” (“*recognize*”) e

³⁸ Dentre as 41 vezes que o termo “*need*” surge nos excertos selecionados para análise do discurso econômico, apenas em oito vezes o termo se apresenta em sua forma verbal, sendo representado na forma nominal nas outras 33 ocorrências.

“apoiar” (“*support*”). Observa-se que os termos ligados à geopolítica estão mais realçados na Figura 18, do que aqueles que se aliam à dimensão econômica, social ou ambiental do desenvolvimento. Dentre os mais frequentes representados na Figura 18, são 28 termos do vocabulário usual da geopolítica que se repetem por 627 vezes ao longo das passagens do texto da Rio+20 com referências às questões econômicas. Já quanto aos termos associados à dimensão econômica do desenvolvimento, nessas passagens foram observados 18 vocábulos que, em conjunto, se repetem por 346 vezes, ao tempo que foram encontrados 16 termos vinculados ao vocabulário usual da dimensão social do desenvolvimento (totalizando 333 ocorrência) e 11 termos que totalizam 164 ocorrência associadas ao vocabulário usual da dimensão ambiental do desenvolvimento.

A alta incidência termos associados ao campo semântico da geopolítica revelam que a representação do discurso econômico no texto da Rio+20 se associa com a geopolítica do desenvolvimento mais do que ao desenvolvimento sustentável propriamente dito.

O Quadro 12 sintetiza os termos associados ao campo semântico da geopolítica usados com maior frequência nos excertos com referências aos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável no texto da Rio+20.

Quadro 12: Termos associados ao vocabulário da geopolítica internacional usados nas referências aos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável no texto da Rio+20

Palavra	Frequência	Campo semântico a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
countries	110	geopolítico	Campo semântico da geopolítica internacional: 28 termos no total de 627 ocorrências
developing	81	geopolítico	
international	47	geopolítico	
national	42	geopolítico	
Policies	33	geopolítico	
cooperation	23	geopolítico	
Goals	21	geopolítico	
Global	20	geopolítico	
developed	18	geopolítico	
States	18	geopolítico	
programmes	16	geopolítico	
System	16	geopolítico	
commitments	14	geopolítico	
strategies	14	geopolítico	
Least	12	geopolítico	
Plan	12	geopolítico	
south	12	geopolítico	
agenda	11	geopolítico	
commitment	11	geopolítico	
conference	11	geopolítico	
country	11	geopolítico	
governments	11	geopolítico	
institutions	11	geopolítico	
local	11	geopolítico	

Palavra	Frequência	Campo semântico a que se associa	Total do n°. de vocábulos associado ao campo semântico
priorities	11	geopolítico	
johannesburg	10	geopolítico	
regional	10	geopolítico	
systems	10	geopolítico	

Fonte: Elaboração própria.

O uso frequente da expressão “países em desenvolvimento”, que ocorre por 64 vezes na representação do discurso econômico, se presta a realçar a situação de necessidade de ajuda internacional para a promoção de medidas de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. A ajuda internacional aos países em desenvolvimento é proposta no texto da Rio+20 principalmente sob a forma da ajuda financeira (excertos (18), (19) e (20)) e da transferência de tecnologia (excertos (18) e (19)). Por meio dessas propostas, se revela a pressuposição da incapacidade desses países em avançarem por si mesmos na direção do desenvolvimento sustentável. Assim, reitera-se condição de dependência para com as nações mais ricas, assunto que será retomado mais adiante.

(18) (§58) *We affirm that green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication should: (...) (f) Strengthen international cooperation, including the provision of financial resources, capacity-building and technology transfer to developing countries.*

(19) (§73) *We emphasize the importance of technology transfer to developing countries and recall the provisions on technology transfer, finance, access to information, and intellectual property rights as agreed in the Johannesburg Plan of Implementation, in particular its call to promote, facilitate and finance, as appropriate, access to and the development, transfer and diffusion of environmentally sound technologies and corresponding know-how, in particular to developing countries, on favourable terms, including on concessional and preferential terms, as mutually agreed. We also take note of the further evolution of discussions and agreements on these issues since the adoption of the Johannesburg Plan of Implementation.*

(20) (§254) *We recognize the need for significant mobilization of resources from a variety of sources and the effective use of financing, in order to give strong support to developing countries in their efforts to promote sustainable development, including through actions undertaken in accordance with the outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development and for achieving sustainable development goals.*

Os termos mais frequentes, isto é, apresentados em letras maiores na Figura 18, se aliam às dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável e refletem que na representação do discurso econômico no texto final da Rio+20 essas duas dimensões estão intimamente imbricadas. As propostas representadas no texto para o enfrentamento de problemas sociais do desenvolvimento sustentável são de caráter político ou econômico, como se lê no §63 (excerto (21)).

(21) (§63) *We recognize the importance of the evaluation of the range of social, environmental and economic factors and encourage, where national circumstances and conditions allow, their integration into decision-making. We acknowledge that it will be important to take into account the opportunities and challenges, as well as the costs and benefits, of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, using the best available scientific data and analysis. We acknowledge that a mix of measures, including regulatory, voluntary and others applied at the national level and consistent with obligations under international agreements, could promote green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We reaffirm that social policies are vital to promoting sustainable development.*

Vale, ainda, realçar o papel atenuante do argumento da soberania dos países, que se apresenta no texto quando são propostas soluções genéricas para os desafios globais do desenvolvimento sustentável. Isso pode ser visto no §63 (excerto (21) pelo uso da expressão condicionante “onde as condições e circunstâncias nacionais permitirem”. O discurso da soberania nacional está representado, também, em outras passagens do texto, como, por exemplo, no §253 que se lê no excerto (22). Ao enfatizar que cada país é responsável pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social, o documento convoca os países signatários do documento da Rio+20 a empreenderem políticas e estratégias de desenvolvimento nacional e, nessas ações, a engajarem recursos domésticos. No entanto, surge como ressalva a essa afirmação, a condição de dependência dos países em desenvolvimento quanto a fontes externas de financiamento.

Reiterando a importância majorada concedida às dimensões social e econômica, representadas no texto como fortemente imbricadas, o §253 (excerto (22)) menciona na primeira sentença o desenvolvimento econômico e social como responsabilidade primordial dos países. E, na última sentença do parágrafo, enumera-se o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e da fome como elementos do desenvolvimento a serem condicionados pela boa governança e pela legislação nacional e internacional. Observa-se, nessas passagens do texto, que não há referência à dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

(22) (§253) (...) *We reiterate that each country has primary responsibility for its own economic and social development and that the role of national policies, domestic resources and development strategies cannot be overemphasized. We reaffirm that developing countries need additional resources for sustainable development. We recognize the need for significant mobilization of resources from a variety of sources and the effective use of financing, in order to promote sustainable development. We acknowledge that good governance and the rule of law at the national and international levels are essential for sustained, inclusive and equitable economic growth, sustainable development and the eradication of poverty and hunger.*

A análise da interdiscursividade ajuda a elucidar elementos importantes que caracterizam o(s) discurso(s) representado(s) no texto, desvelando as relações de força

entre os atores e as ideologias. Com tal propósito, nas seções que se seguem identificam-se os discursos que se articulam na representação do discurso econômico no texto “O futuro que queremos”.

8.2.2 Necessidade de mudanças do modelo econômico vigente

Assim como apontado pelo *Major Group* Trabalhadores e Sindicatos, o documento da Rio+20 reconhece que são necessárias mudanças no modelo de desenvolvimento vigente. Já no §4 (excerto (23)), o texto representa que mudanças nos padrões de produção e consumo insustentáveis e a promoção de padrões sustentáveis são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável, juntamente com a erradicação da pobreza e com a proteção dos recursos naturais. Tal ideia é reiterada no §224 (excerto (24)), que apresenta uma afirmação categórica de que “mudanças fundamentais no modo como as sociedades consomem e produzem são indispensáveis para se alcançar o desenvolvimento sustentável global”.

(23) (§4) *We recognize that poverty eradication, changing unsustainable and promoting sustainable patterns of consumption and production and protecting and managing the natural resource base of economic and social development are the overarching objectives of and essential requirements for sustainable development. We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable economic growth, creating greater opportunities for all, reducing inequalities, raising basic standards of living, fostering equitable social development and inclusion, and promoting integrated and sustainable management of natural resources and ecosystems that supports, inter alia, economic, social and human development while facilitating ecosystem conservation, regeneration and restoration and resilience in the face of new and emerging challenges.*

(24) (§224) *We recall the commitments made in the Rio Declaration on Environment and Development, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation on sustainable consumption and production and, in particular, the request in chapter 3 of the Plan of Implementation to encourage and promote the development of a 10-year framework of programmes. We recognize that fundamental changes in the way societies consume and produce are indispensable for achieving global sustainable development.*

Como resposta a essa necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo, resultou da Rio+20 o Plano Decenal do Programa de Padrões de Consumo e Produção da ONU, com adesão voluntária dos países membros, mencionado no §226 (excerto (25)).

(25) (§226) *We adopt the 10-year framework of programmes on sustainable consumption and production patterns, as contained in document A/CONF.216/5, and highlight that the programmes included in the 10-year framework are voluntary. We invite the General Assembly, at its sixty-seventh session, to designate a Member State body to take any necessary steps to fully operationalize the framework.*

No entanto, as mudanças necessárias apontadas no texto não são suficientes para romper como o modelo de economia de mercados. De fato, as propostas representadas no texto não presumem a transformação do modelo econômico vigente, mas apregoam seu fortalecimento dentro de condicionantes de sustentabilidade. É nesse sentido que o crescimento econômico, dentro do escopo da economia verde, é apontado como resposta para muitos dos desafios globais do desenvolvimento sustentável.

8.2.3 Desafios globais para a implantação do desenvolvimento sustentável

Dentre os desafios ao desenvolvimento sustentável representados no texto da Rio+20, muitos são de caráter econômico. Esse é o caso da crise econômica global, representada no §20 (excerto (26)) “como um dos principais desafios que afetam o mundo atualmente”. Mesmo mencionando as ameaças que a crise econômica representa para todos os países, o texto concede realce aos impactos da crise sobre os países em desenvolvimento. Esse realce leva ao apagamento do fato de que, conforme explica Bresser-Pereira (2010), a crise global iniciou-se nos Estados Unidos e comprometeu fortemente o desempenho econômico dos países desenvolvidos.

(26) (§20) We acknowledge that since 1992 there have been areas of insufficient progress and setbacks in the integration of the three dimensions of sustainable development, aggravated by multiple financial, economic, food and energy crises, which have threatened the ability of all countries, in particular developing countries, to achieve sustainable development. In this regard, it is critical that we do not backtrack from our commitment to the outcome of the United Nations Conference on Environment and Development. We also recognize that one of the current major challenges for all countries, particularly for developing countries, is the impact from the multiple crises affecting the world today.

Apesar de a crise global ser mencionada como um dos maiores desafios atuais, apenas mais uma passagem do texto lhe faz referência. O §263 (excerto (27)) menciona os impactos da crise global sobre o endividamento dos países em desenvolvimento. Nesse parágrafo, não há qualquer alusão aos efeitos da crise nos países desenvolvidos. Ao contrário, os países desenvolvidos são indiretamente apontados como aqueles que podem contribuir para remediar os efeitos perversos da crise nos países em desenvolvimento. Isso está implícito na passagem do texto que “reconhece a necessidade de ajudar os países em desenvolvimento a garantir um nível de endividamento viável em longo prazo”.

(27) (§263) We recognize that ongoing serious global financial and economic challenges carry the possibility of undoing years of hard work and gains made in relation to the debt of developing countries. We further recognize the need to assist developing countries in ensuring long-term debt sustainability through coordinated policies aimed at fostering debt financing, debt relief and debt restructuring, as appropriate.

A crise global agrava o desafio global do desemprego juvenil e a insuficiência do mercado de trabalho em oferecer trabalho decente e produtivo, com geração de renda satisfatória, para toda a população em idade adulta. Esses problemas, conforme representados no §148 (excerto (28)), exigem respostas de caráter político e de ativação do mercado para geração de postos de trabalho decente para que se assegure “o desenvolvimento sustentável e inclusivo e se reduza a pobreza”.

(28) (§148) *We are concerned about labour market conditions and widespread deficits of available decent work opportunities, especially for young women and men. We urge all governments to address the global challenge of youth employment by developing and implementing strategies and policies that provide young people everywhere access to decent and productive work, as over the coming decades decent jobs will need to be created to be able to ensure sustainable and inclusive development and reduce poverty.*

De fato, a pobreza é representada como o maior desafio do desenvolvimento sustentável (excerto (29)), o que revela a sua importância majorada diante dos demais desafios representados no texto. Isso fica explícito pelo uso do superlativo “*the greatest global challenge*” para adjetivas a erradicação da pobreza no §2 (excerto (29)). Ainda nessa passagem, o texto expressa o compromisso urgente de livrar a humanidade da fome e da pobreza, associando fortemente esses dois problemas.

(29) (§2) *Eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today and an indispensable requirement for sustainable development. In this regard we are committed to freeing humanity from poverty and hunger as a matter of urgency.*

No que concerne à questão da fome, o §108 (excerto (30)) representa a segurança alimentar como um desafio global premente diante do qual o documento reafirma o compromisso de assegurar “o acesso à alimentação saudável, nutritiva e em quantidade suficiente para as gerações presentes e futuras”.

(30) (§108) *We reaffirm our commitments regarding the right of everyone to have access to safe, sufficient and nutritious food, consistent with the right to adequate food and the fundamental right of everyone to be free from hunger. We acknowledge that food security and nutrition has become a pressing global challenge and, in this regard, we further reaffirm our commitment to enhancing food security and access to adequate, safe and nutritious food for present and future generations in line with the Five Rome Principles for Sustainable Global Food Security adopted in 2009, including for children under two, and through, as appropriate, national, regional and global food security and nutrition strategies.*

Para enfrentar o desafio da pobreza e da fome, o crescimento econômico é representado no §106 (excerto (21)) como um requisito fundamental.

(31) (§106) *We recognize that sustained, inclusive and equitable economic growth in developing countries is a key requirement for eradicating poverty and hunger and*

achieving the Millennium Development Goals. In this regard, we emphasize that national efforts of developing countries should be complemented by an enabling environment aimed at expanding the development opportunities of developing countries (...) (trecho).

O argumento do combate à pobreza e à fome se presta, no §190 (excerto (32)), como justificativa para as medidas de enfrentamento das mudanças climáticas. Essa argumentação reitera a lógica utilitarista na problemática ambiental do desenvolvimento sustentável. São os impactos sociais e econômicos das perdas dos serviços ambientais que legitimam as reivindicações e propostas de medidas de preservação ambiental. Isso revela que dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável recebe uma valorização diminuta no texto da Rio+20, em comparação com as dimensões social e econômica.

(32) (§190) We reaffirm that climate change is one of the greatest challenges of our time, and we express profound alarm that emissions of greenhouse gases continue to rise globally. We are deeply concerned that all countries, particularly developing countries, are vulnerable to the adverse impacts of climate change, and are already experiencing increased impacts, including persistent drought and extreme weather events, sea-level rise, coastal erosion and ocean acidification, further threatening food security and efforts to eradicate poverty and achieve sustainable development. In this regard we emphasize that adaptation to climate change represents an immediate and urgent global priority.

A mesma lógica utilitarista de valorização do meio ambiente por seus efeitos sociais e econômicos está presente no §205 (excerto (33)) que aborda o desafio global do manejo da terra e do solo. Observa-se, ao final do excerto (33), a associação do desafio da seca e degradação do solo com a questão da fome.

(33) (§205) We recognize the economic and social significance of good land management, including soil, particularly its contribution to economic growth, biodiversity, sustainable agriculture and food security, eradicating poverty, the empowerment of women, addressing climate change and improving water availability. We stress that desertification, land degradation and drought are challenges of a global dimension and continue to pose serious challenges to the sustainable development of all countries, in particular developing countries. We also stress the particular challenges this poses for Africa, the least developed countries and the landlocked developing countries. In this regard, we express deep concern for the devastating consequences of cyclical drought and famine in Africa, in particular in the Horn of Africa and the Sahel region, and call for urgent action through short-, medium- and long-term measures at all levels.

Os desafios da pobreza e da fome se associam também aos problemas de saúde pública, como se lê no §21 (excerto (34)). Nessa passagem do texto, a erradicação da pobreza, da fome, e das doenças evitáveis são requisitos para se avançar rumo ao desenvolvimento sustentável.

(34) (§21) We are deeply concerned that one in five people on this planet, or over 1 billion people, still live in extreme poverty, and that one in seven — or 14 per cent — is undernourished, while public health challenges, including pandemics and

epidemics, remain omnipresent threats. In this context, we note the ongoing discussions on human security in the General Assembly. We acknowledge that with the world's population projected to exceed 9 billion by 2050 with an estimated two thirds living in cities, we need to increase our efforts to achieve sustainable development and, in particular, the eradication of poverty, hunger and preventable diseases.

Outro desafio relacionado à saúde humana referido no texto são as doenças não transmissíveis. Elas também são consideradas como “um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável”, conforme se lê no §141 (excerto (35)). Observe que as respostas a esse desafio são promover o acesso universal ao sistema de saúde, políticas de prevenção e controle da doença e medidas de redução da poluição atmosférica, da água e causada por produtos químicos.

(35) (§141) We acknowledge that the global burden and threat of non-communicable diseases constitutes one of the major challenges for sustainable development in the twenty-first century. We commit to strengthen health systems towards the provision of equitable, universal coverage and promote affordable access to prevention, treatment, care and support related to non-communicable diseases, especially cancer, cardiovascular diseases, chronic respiratory diseases and diabetes. We also commit to establish or strengthen multi-sectoral national policies for the prevention and control of non-communicable diseases. We recognize that reducing, inter alia, air, water and chemical pollution leads to positive effects on health.

A água, como um elemento central na problemática do desenvolvimento sustentável, também é representada no §119 (excerto (36)), que justifica essa importância majorada pelo argumento de que a água “está intimamente vinculada a muitos dos desafios globais”. O uso da expressão “intimamente vinculada” revela a ênfase dada a essa relação e representa uma modalidade epistêmica forte, chamando a atenção para a veracidade desse vínculo entre a água e os desafios globais.

(36) (§119) We recognize that water is at the core of sustainable development as it is closely linked to a number of key global challenges. We therefore reiterate the importance of integrating water in sustainable development and underline the critical importance of water and sanitation within the three dimensions of sustainable development.

A poluição por produtos químicos é retomada no §213 (excerto (37)). Nessa passagem, o documento reafirma os compromissos internacionais de gestão eficiente que considere o ciclo de vida dos produtos e resíduos químicos, o que deve ser alcançado até o ano de 2020, segundo o texto.

(37) (§213) We recognize that the sound management of chemicals is crucial for the protection of human health and the environment. We further recognize that growing global production and use of chemicals and their prevalence in the environment calls for increased international cooperation. We reaffirm our aim to achieve, by 2020, the sound management of chemicals throughout their life cycle

and of hazardous waste in ways that lead to minimization of significant adverse effects on human health and the environment, as set out in the Johannesburg Plan of Implementation. We also reaffirm our commitment to an approach for the sound management of chemicals and waste, at all levels, that responds in an effective, efficient, coherent and coordinated manner to new and emerging issues and challenges, and encourage further progress across countries and regions in order to fill the gaps in the implementation of commitments.

Outro problema que carece da abordagem do ciclo de vida dos produtos é a questão dos resíduos, especialmente os resíduos sólidos, conforme representado no §218 (excerto (38)). Para o enfrentamento desse desafio, o texto clama por políticas, estratégias, leis e regulação sobre o tema.

(38) (§218) We recognize the importance of adopting a life cycle approach and of further development and implementation of policies for resource efficiency and environmentally sound waste management. We therefore commit to further reduce, reuse and recycle waste (3Rs), and to increase energy recovery from waste, with a view to managing the majority of global waste in an environmentally sound manner and, where possible, as a resource. Solid wastes, such as electronic waste and plastics, pose particular challenges, which should be addressed. We call for the development and enforcement of comprehensive national and local waste management policies, strategies, laws and regulations.

Os problemas relativos à poluição são mais evidentes nos centros urbanos. Assim, as tendências de concentração populacional nas áreas urbanas, aludidas no §144 (excerto (39)) representam mais um desafio ao desenvolvimento sustentável derivado do modelo de desenvolvimento vigente.

(39) (§144) We commit to systematically consider population trends and projections in our national, rural and urban development strategies and policies. Through forward looking planning, we can seize the opportunities and address the challenges associated with demographic change, including migration.

No texto da Rio+20, observam-se dois tipos de respostas a esses desafios globais: medidas de caráter econômico e medidas de caráter político. As decisões e propostas que encerram tais medidas reúnem-se sob os dois grandes temas da Conferência: a economia verde e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, conforme se lê no §12 (excerto (40)).

(40) (§12) We resolve to take urgent action to achieve sustainable development. We therefore renew our commitment to sustainable development, assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges. We express our determination to address the themes of the United Nations Conference on Sustainable Development, namely, a green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, and the institutional framework for sustainable development.

Nas seções seguintes, verificaremos que o discurso econômico condiciona esses dois tipos de respostas aos desafios globais do desenvolvimento sustentável, revelando-se o discurso hegemônico no documento.

8.2.4 Soluções para o desafio do desenvolvimento sustentável

Na primeira seção do documento “O futuro que queremos”, intitulada “Nossa visão comum”, o texto representa as principais ideias atreladas ao desenvolvimento sustentável. O §6 (excerto (41)) representa as pessoas como o ponto central do desenvolvimento sustentável, revelando a concepção antropocêntrica que condiciona os discursos representados no texto. Sob a ótica do antropocentrismo, o mundo é avaliado de acordo com sua relação com a humanidade. Tal concepção é convergente com lógica utilitarista de abordagem ao meio ambiente e se revela nas propostas e decisões representadas ao longo do texto.

(41) (§6) We recognize that people are at the centre of sustainable development and in this regard we strive for a world that is just, equitable and inclusive, and we commit to work together to promote sustained and inclusive economic growth, social development and environmental protection and thereby to benefit all.

O §8 (excerto (42)) vincula os direitos humanos ao direito do desenvolvimento e o direito a um adequado padrão de vida. A democracia também é representada nesse excerto como um valor caro à humanidade, juntamente como a justiça, a liberdade, a paz e a segurança. Vale lembrar que tais valores, especialmente quando associados a questões relativas ao padrão de vida e ao direito ao desenvolvimento, soam reverberantes do discurso econômico hegemônico.

(42) (§8) We also reaffirm the importance of freedom, peace and security, respect for all human rights, including the right to development and the right to an adequate standard of living, including the right to food, the rule of law, gender equality, the empowerment of women and the overall commitment to just and democratic societies for development.

A necessidade de sociedades justas e democráticas como condição para o desenvolvimento sustentável se repete no §10 (excerto (43)), que elenca medidas que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Observa-se que a enumeração contida no §10 (excerto (43)) praticamente repete enumeração representada no §6 (excerto (41)), preservando a ordem dos itens elencados. No §10, agrega-se o elemento “erradicação da pobreza e da fome” à enumeração.

(43) (§10) We acknowledge that democracy, good governance and the rule of law, at the national and international levels, as well as an enabling environment, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the

eradication of poverty and hunger. We reaffirm that to achieve our sustainable development goals we need institutions at all levels that are effective, transparent, accountable and democratic.

No §11 (excerto (44)) outra enumeração elenca as medidas necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Observa-se na enumeração contida nesse parágrafo a adição do elemento “estabilidade econômica” e a substituição de “desenvolvimento social” por “promoção da equidade social”.

(44) (§11) We reaffirm our commitment to strengthen international cooperation to address the persistent challenges related to sustainable development for all, in particular in developing countries. In this regard, we reaffirm the need to achieve economic stability, sustained economic growth, promotion of social equity and protection of the environment, while enhancing gender equality, the empowerment of women and equal opportunities for all, and the protection, survival and development of children to their full potential, including through education.

Considerando a ordem dos elementos elencados nas enumerações presentes nos três parágrafos (§6, excerto (41); §10, excerto (43), e §11, excerto (44)), observa-se que as questões econômicas (crescimento econômico e estabilidade econômica) sempre aparecem em primeiro plano, seguida pelas medidas de caráter social (desenvolvimento social e promoção da equidade social) para, por fim, se apresentar a proteção ambiental.

Essa ordem de enumeração também pode ser observada na transcrição do §19 no excerto (45), especificamente na passagem realçada pelo grifo, em que se elencam os meios para se alcançar o desenvolvimento sustentável e reduzir as lacunas entre países, quais sejam: “crescimento e diversificação econômica, desenvolvimento social e proteção ambiental”.

(45) (§19) (...) We also recognize the need to accelerate progress in closing development gaps between developed and developing countries, and to seize and create opportunities to achieve sustainable development through economic growth and diversification, social development and environmental protection. To this end, we underscore the continued need for an enabling environment at the national and international levels, as well as continued and strengthened international cooperation, particularly in the areas of finance, debt, trade and technology transfer, as mutually agreed, and innovation, entrepreneurship, capacity-building, transparency and accountability_ (...) (trecho, grifos nossos).

De fato, o crescimento econômico é representado no texto como o elemento central para a promoção do desenvolvimento sustentável. A expressão “crescimento econômico” se repete por 20 vezes ao longo do texto, muitas vezes adjetivada pelos termos “sustentado” (“*sustained*”), “inclusivo” (“*inclusive*”) e “equitativo” (“*equitable*”), conforme se vê na árvore de palavras representada na Figura 19.

Como visto na teoria sobre o desenvolvimento sustentável, estudos científicos mostraram que o crescimento econômico pode representar uma ameaça à sustentabilidade da vida sobre o planeta (MEADOWS *ET AL.*, 1978; MEADOWS *ET AL.*, 1992; JACKSON, 2011; CLÉMENÇON, 2012; CONSTANZA *ET AL.*, 2012). No entanto, os perigos do crescimento econômico não são mencionados no texto da Rio+20. Aliás, conforme representado no texto, o crescimento econômico é uma via de saída para os desafios do desenvolvimento sustentável, como discutido na seção seguinte.

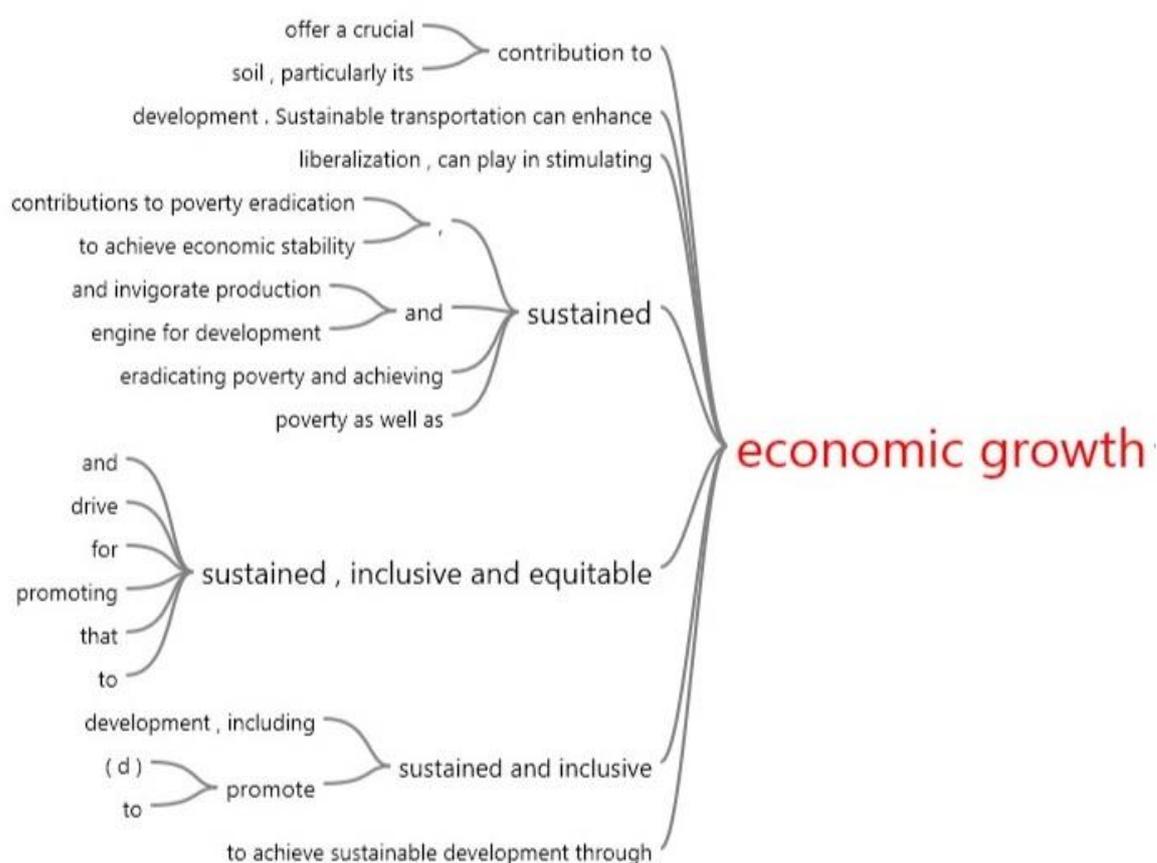


Figura 19: Árvore de palavras representando os termos que antecedem o uso da expressão “*economic growth*” no documento “O futuro que queremos”
 Fonte: Elaboração própria.

8.2.4.1 Crescimento econômico e economia verde

Uma via de promoção do desenvolvimento sustentável que inclui o crescimento econômico é a economia verde. Observa-se que o documento não é taxativo ao oferecer a economia verde como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável. Repetindo o argumento da soberania dos países, o §56 (excerto (46)) afirma que, “de acordo com as circunstâncias e prioridades nacionais” há diferentes formas de se promover o desenvolvimento sustentável.

Elucidando em que consiste a economia verde, o texto explica que ela não deve ser tomada como um conjunto rígido de regras, mas é uma importante ferramenta para se alcançar o desenvolvimento. O texto passa, então, a enfatizar os benefícios da economia verde como sendo o que lhe distingue: “contribuir para a erradicação da pobreza e, também para o crescimento econômico, promover a inclusão social, melhorar o bem-estar social e criar oportunidades de emprego e trabalho decente para todos, ao tempo que mantém o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra”. A representação dos benefícios da economia verde é uma estratégia de valorização dessa opção dentre as ferramentas de desenvolvimento sustentável.

(46) (§56) *We affirm that there are different approaches, visions, models and tools available to each country, in accordance with its national circumstances and priorities, to achieve sustainable development in its three dimensions which is our overarching goal. In this regard, we consider green economy in the context of sustainable development and poverty eradication as one of the important tools available for achieving sustainable development and that it could provide options for policymaking but should not be a rigid set of rules. We emphasize that it should contribute to eradicating poverty as well as sustained economic growth, enhancing social inclusion, improving human welfare and creating opportunities for employment and decent work for all, while maintaining the healthy functioning of the Earth's ecosystems (grifos nossos).*

Observa-se, na última oração do §56 (excerto (46)), a enumeração, salientada pelo grifo, que repete a ordem dos itens comentada anteriormente, colocando o crescimento econômico em posição prioritária, seguido dos aspectos sociais (inclusão social, bem-estar humano e emprego decente para todos), para apresentar ao final a “manutenção do funcionamento do ecossistema da Terra”.

A ideia de que a economia verde não é a única opção disponível aos países para subsidiar a transição para desenvolvimento sustentável é reiterada no §59 (excerto (47)). No entanto, esse parágrafo é hábil em articular ideias inicialmente contrapostas. Retomando a flexibilidade da economia verde sugerida no §56 (excerto (46)) (“*it could provide options to policy making but should not be a rigid set of rules*”), o §59 (excerto (47)) oferece a economia verde como uma iniciativa comum aos países que por ela optarem, reservando-lhes a possibilidade de escolher a abordagem apropriada segundo as prioridades, estratégias e planos nacionais sobre o desenvolvimento sustentável.

(47) (§59) *We view the implementation of green economy policies by countries that seek to apply them for the transition towards sustainable development as a common undertaking, and we recognize that each country can choose an appropriate approach in accordance with national sustainable development plans, strategies and priorities.*

Desse modo, o §59 (excerto (47)) prepara o terreno para que o documento possa propor a economia verde a todos os países, no entanto, sem violar a soberania nacional. Tal proposta se apresenta no §62 (excerto (48)).

(48) (§62) *We encourage each country to consider the implementation of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, in a manner that endeavours to drive sustained, inclusive and equitable economic growth and job creation, particularly for women, youth and the poor. In this respect, we note the importance of ensuring that workers are equipped with the necessary skills, including through education and capacity-building, and are provided with the necessary social and health protections. In this regard, we encourage all stakeholders, including business and industry, to contribute, as appropriate. We invite governments to improve knowledge and statistical capacity on job trends, developments and constraints and integrate relevant data into national statistics, with the support of relevant United Nations agencies within their mandates*

Observa-se, no §62 (excerto (48)), a relevância concedida à questão do trabalho e emprego e da proteção social e da saúde do trabalhador. Essa passagem do texto dialoga com a proposta da “Justa Transição” (“*Just Transition*”), representada pelo *Major Group* Trabalhadores e Sindicatos em seu pronunciamento oficial. Da maneira como se apresenta no §62 (excerto (48)), a “Justa Transição” incorpora-se às propostas da economia verde. Dentre as partes interessadas (*stakeholders*) convidadas a se envolverem com a promoção da “Justa Transição”, o texto realça o papel do grupo dos negócios e indústria, estabelecendo uma conexão entre esses dois *Major Groups*: o grupo dos trabalhadores e sindicatos e o grupo dos negócios e da indústria. No §152 é mais explícita a menção à “Justa Transição”, como se vê nas últimas linhas do excerto (49). Nesse trecho do texto, destacam-se, dentre os *stakeholders*, os governos, os sindicatos, os trabalhadores e os empregadores. Observa-se que não há referências à questão da poluição ambiental nessas passagens, levando a um apagamento desse aspecto que fundamenta a proposta original da Justa Transição (VIEW, 2002), revelando uma apropriação e subversão do léxico vinculado a outro discurso.

(49) (§152) *We recognize that workers should have access to education, skills, health care, social security, fundamental rights at work, social and legal protections, including occupational safety and health, and decent work opportunities. Governments, trade unions, workers and employers all have a role to play in promoting decent work for all, and all should help young people to gain access to needed skills and employment opportunities, including in new and emerging sectors. Women and men should have equal access to opportunities to acquire job skills as well as to worker protections. We recognize the importance of a just transition, including programmes to help workers adjust to changing labour market conditions*

Ao focalizar questões ligadas ao mercado de trabalho na representação da proposta da economia verde, o texto revela o pressuposto de que o desenvolvimento econômico

equitativo é motor de desenvolvimento social, o que leva ao desenvolvimento sustentável. No §281 (excerto (50)), o texto representa a dinâmica do livre mercado como força motriz do desenvolvimento econômico, revelando o discurso econômico liberal.

(50) (§281) *We reaffirm that international trade is an engine for development and sustained economic growth, and also reaffirm the critical role that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system, as well as meaningful trade liberalization, can play in stimulating economic growth and development worldwide, thereby benefiting all countries at all stages of development, as they advance towards sustainable development. In this context, we remain focused on achieving progress in addressing a set of important issues, such as, inter alia, trade-distorting subsidies and trade in environmental goods and services.*

O uso da expressão “significativa liberalização do comércio” (“*meaningful trade liberalization*”) no §281 (excerto (50)) reforça o discurso liberal. Ao final do parágrafo, o excerto (50) confere ênfase à necessidade de se avançar em questões relativas ao comércio de bens e serviços ambientais e à questão dos subsídios comerciais, destacando a importância desses assuntos no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Quanto aos subsídios comerciais, observa-se no texto uma avaliação negativa que os caracteriza como “comercialmente distorcivos”. A questão dos subsídios no texto da Rio+20 foi discutida de maneira mais delongada no capítulo que aborda o discurso ecológico.

Quanto às disfunções da economia de mercado, o texto sugere como principais respostas o crescimento econômico, difusões de informações e inovação tecnológica. Isso pode ser visto no §117 (excerto (51)) que enfatiza a importância de informações atualizadas, precisas e transparentes sobre a dinâmica do mercado de commodities agrícolas para corrigir a excessiva volatilidade dos preços dos alimentos.

(51) (§117) *We underline the importance of timely, accurate and transparent information in helping to address excessive food price volatility, and in this regard take note of the Agricultural Market Information System hosted by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and urge the participating international organizations, private sector actors and Governments to ensure the public dissemination of timely and quality food market information products*

Mas, para tratar das causas fundamentais da volatilidade dos preços de alimentos, que ameaça a segurança alimentar mundial – necessidade expressa no §116 (excerto (52)), o texto reconhece que a ampla difusão de informações proposta no §117 (excerto (51)) não é resposta suficiente. Portanto, o §118 (excerto (53)) reafirma a necessidade de sistemas comerciais regulados (“*rules-based*”) e de promoção da participação de grupos minoritários de agricultores nos mercados de alimentos, sejam no nível comunitário ou internacional.

(52) (§116) *We stress the need to address the root causes of excessive food price volatility, including its structural causes, at all levels, and the need to manage the*

risks linked to high and excessively volatile prices in agricultural commodities and their consequences for global food security and nutrition, as well as for smallholder farmers and poor urban dwellers

(53) (§118) *We reaffirm that a universal, rules-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system will promote agricultural and rural development in developing countries and contribute to world food security. We urge national, regional and international strategies to promote the participation of farmers, especially smallholder farmers, including women, in community, domestic, regional and international markets.*

Por meio dessa proposta, o texto dialoga com o pronunciamento dos agricultores, quando realça o papel dos grupos minoritários dos produtores rurais para a promoção da soberania alimentar. Mas, vale notar que o §118 (excerto (53)) circunscreve suas considerações aos países em desenvolvimento, atenuando a força da pressuposição proposicional ali representada que preconiza a participação de grupos minoritários de produtos rurais nos mercados de alimentos. Porém, ao mencionar a participação dos grupos minoritários, o texto diverge a atenção dos problemas de volatilidade de preços nas economias centrais.

Uma resposta ao funcionamento dos mercados de alimentos se encontra representada no §110 (excerto (54)), que propõe como medidas para o aumento da produção e produtividade agrícola e de melhoria do funcionamento dos mercados: “investimentos públicos e privados em agricultura sustentável, manejo de terras e desenvolvimento rural”. Nessa passagem, o texto retoma o discurso da agricultura empresarial, porém sem invalidar o discurso da agricultura familiar. O texto inclui as práticas de agricultura sustentável dentre as áreas-chave para investimentos e apoio e destaca, também, “a infraestrutura rural, a capacidade e tecnologias de armazenamento, a investigação e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de desenvolvimento agrícola, a implantação de cooperativas e de cadeias de valor agrícolas sustentáveis, o fortalecimento das ligações urbano-rurais” e as reduções de perdas e desperdício de alimentos na cadeia de abastecimento alimentar.

(54) (§110) *Noting the diversity of agricultural conditions and systems, we resolve to increase sustainable agricultural production and productivity globally, including through improving the functioning of markets and trading systems and strengthening international cooperation, particularly for developing countries, by increasing public and private investment in sustainable agriculture, land management and rural development. Key areas for investment and support include sustainable agricultural practices; rural infrastructure, storage capacities and related technologies; research and development on sustainable agricultural technologies; developing strong agricultural cooperatives and value chains; and strengthening urban-rural linkages. We also recognize the need to significantly reduce post-harvest and other food losses and waste throughout the food supply chain.*

No que tange às políticas e estratégias de implementação da economia verde, o texto do §67 (excerto (55)) concede protagonismo aos governos, contrariando, assim, o discurso liberal de mínima intervenção estatal.

(55) (§67) We underscore the importance of governments taking a leadership role in developing policies and strategies through an inclusive and transparent process. We also take note of the efforts of those countries, including developing countries, that have already initiated processes to prepare national green economy strategies and policies in support of sustainable development

Ainda contrastando com o discurso liberal, medidas regulatórias são representadas no §63 (excerto (56)) como contribuições para a promoção da economia verde. Reiterando a ideia de que os mercados são importantes, mas não são suficientes para promover o desenvolvimento social, as últimas linhas desse parágrafo reafirmam que as políticas sociais têm papel vital na promoção do desenvolvimento sustentável.

(56) (§63) We recognize the importance of the evaluation of the range of social, environmental and economic factors and encourage, where national circumstances and conditions allow, their integration into decision-making. We acknowledge that it will be important to take into account the opportunities and challenges, as well as the costs and benefits, of green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication, using the best available scientific data and analysis. We acknowledge that a mix of measures, including regulatory, voluntary and others applied at the national level and consistent with obligations under international agreements, could promote green economy in the context of sustainable development and poverty eradication. We reaffirm that social policies are vital to promoting sustainable development

Vale realçar, ainda, que o setor privado é valorizado no texto como um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável, conforme se pode ler nas primeiras linhas do §268 (excerto (57)).

(57) (§268) We recognize that a dynamic, inclusive, well-functioning, socially and environmentally responsible private sector is a valuable instrument that can offer a crucial contribution to economic growth and reducing poverty and promoting sustainable development. In order to foster private sector development, we shall continue to pursue appropriate national policy and regulatory frameworks in a manner consistent with national laws to encourage public and private initiatives, including at the local level, to foster a dynamic and well-functioning business sector, and to facilitate entrepreneurship and innovation, including among women, the poor and the vulnerable. We will work to improve income growth and distribution, inter alia through raising productivity, empowering women, protecting labour rights, and taxation. We recognize that the appropriate role of government in relation to the promotion and regulation of the private sector will vary from country to country depending on national circumstances.

De fato, elementos do modelo econômico liberal se conciliam no texto com elementos do modelo econômico intervencionista. Assim, um “setor de negócios dinâmico, o empreendedorismo e a inovação, o aumento da produtividade e o crescimento da renda dos

trabalhadores” se conciliam, no §268 (excerto (57)), “à proteção dos direitos trabalhistas, a distribuição de renda e à tributação” para servirem como ferramentas à promoção do desenvolvimento sustentável pelas vias da economia mercantil.

Reconhece-se no texto, portanto, algumas rupturas de coesão, que fazem o discurso econômico oscilar entre as propostas de uma economia liberal e aqueles que se apoiam no mercado regulado por intervenção estatal e acordos internacionais. Porém, ainda que a identidade desse discurso econômico seja marcada por fragilidades, é indubitável que o discurso econômico mercantil é hegemônico no texto “O futuro que queremos”, uma vez que os desafios do desenvolvimento e as respostas a eles se condicionam pela lógica dos mercados.

8.2.4.2 Mecanismos de financiamento do desenvolvimento sustentável

O discurso econômico também pode ser reconhecido nas preocupações quanto à mobilização de recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento sustentável. O financiamento tanto das medidas quanto das instituições de promoção do desenvolvimento sustentável, seja no nível das instituições internacionais - já abordado no capítulo sobre o discurso da governança, ou no nível dos governos locais e/ou das comunidades, exige montantes de recursos crescentes e superiores aos disponíveis nos tradicionais fundos de apoio ao desenvolvimento. Para responder a essa necessidade, o texto da Rio+20 encoraja a mobilização de novas fontes de recursos e o fortalecimento de parcerias inovadoras, conforme se lê no §253 (excerto (58)). Observa-se, na última linha do §253, que as novas fontes e parcerias devem complementar, mas não substituir os meios de financiamento tradicionais.

(58) (§253) We call on all countries to prioritize sustainable development in the allocation of resources in accordance with national priorities and needs, and we recognize the crucial importance of enhancing financial support from all sources for sustainable development for all countries, in particular developing countries. We recognize the importance of international, regional and national financial mechanisms, including those accessible to subnational and local authorities, to the implementation of sustainable development programmes, and call for their strengthening and implementation. New partnerships and innovative sources of financing can play a role in complementing sources of financing for sustainable development. We encourage their further exploration and use, alongside the traditional means of implementation.

Um tipo de parceria valorizada no texto são as parcerias público-privadas, como mostrado no §46 (excerto (59)). A participação ativa do setor privado nas medidas de implementação do desenvolvimento sustentável são representadas como contribuições imprescindíveis (marcada pelo uso da expressão “will depend on”) para o alcance da sustentabilidade. Para tanto, práticas de responsabilidade social e políticas regulatórias

nacionais, que fomentem iniciativas empresariais de promoção do desenvolvimento sustentável, são encorajadas no texto (excerto (59)).

(59) (§46) We acknowledge that the implementation of sustainable development will depend on the active engagement of both the public and the private sectors. We recognize that the active participation of the private sector can contribute to the achievement of sustainable development, including through the important tool of public-private partnerships. We support national regulatory and policy frameworks that enable business and industry to advance sustainable development initiatives, taking into account the importance of corporate social responsibility. We call on the private sector to engage in responsible business practices, such as those promoted by the United Nations Global Compact.

Na última oração do §46 (excerto (59)), o texto menciona o Pacto Global das Nações Unidas. Criado em julho de 2000, o Pacto Global reúne quase 8.000 corporações de 140 países em uma iniciativa global pela sustentabilidade corporativa (UNITED NATIONS, 2014).

O §71 (excerto (60)) reitera a importância das parcerias público-privadas e reconhece o papel dos governos em promover o apoio do setor privado às políticas de economia verde.

(60) (§71) We encourage existing and new partnerships, including public-private partnerships, to mobilize public financing complemented by the private sector, taking into account the interests of local and indigenous communities when appropriate. In this regard, governments should support initiatives for sustainable development, including promoting the contribution of the private sector to support green economy policies in the context of sustainable development and poverty eradication.

Nesse sentido, o §47 (excerto (61)) encoraja divulgação de relatórios periódicos sobre impactos ambientais das atividades empresariais, em especial das grandes empresas e das empresas de capital aberto. Mas, ao valorizar a contribuição das grandes corporações para o desenvolvimento sustentável, o texto da Rio+20 se mostra dissonante com o discurso de rejeição ao grande empresariado, observado nos pronunciamentos dos grupos dos agricultores e dos indígenas. Talvez essa dissonância seja o que explica a inserção “dos interesses das comunidades local e indígena” como condicionante das parcerias propostas no §71 (excerto (60)). No entanto, a condição de se considerar os interesses dessas comunidades tradicionais não se vincula com o restante do parágrafo e nem com aqueles que o antecedem ou sucedem. Nessa posição em que se apresenta no §71 (excerto (60)), essa oração cumpre a função de uma “frase vazia”, uma vez que não se presta a modificar o cotexto.

Para o desenvolvimento de modelos de melhores práticas de sustentabilidade corporativa e de ações pela transparência e responsabilidade social corporativa, o §47 (excerto (61)) estimula o engajamento dos *stakeholders*, com realce para a indústria e os governos, e com o apoio do sistema das Nações Unidas.

(61) (§47) *We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies, where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments and relevant stakeholders with the support of the United Nations system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account experiences from already existing frameworks and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity-building.*

A proposta do §47 (excerto (61)) resultou na iniciativa voluntária de formação do Grupo de Amigos do Parágrafo 47, que reúne os países que se comprometem a promover a incorporação das informações socioambientais, juntamente com os dados financeiros, nos relatórios empresariais obrigatórios. Inicialmente, a necessidade do relatório de sustentabilidade ambiental defendida pelo Grupo de Amigos do Parágrafo 47 valeria para as empresas com ações cotadas em bolsas de valores ou com faturamento relevante. O grupo foi formado em junho de 2012 pelos governos do Brasil, Dinamarca, França e África do Sul. Desde então, se juntaram a esse grupo os governos da Áustria, Chile, Colômbia, Noruega e Suíça (UNEP, 2014).

8.2.4.3 Ajuda financeira e tecnológica aos países em desenvolvimento

O §260 (excerto (62)) reitera a importância de novos modelos de parcerias para incrementar o fluxo de recursos para a cooperação internacional e chama a atenção para as parcerias com a iniciativa privada e novos atores do desenvolvimento, relacionando-se, assim, com o texto dos parágrafos 46 (excerto (59)) e 71 (excerto (60)). Mas a novidade aportada ao texto pelo §260 (excerto (62)) refere-se ao apoio às iniciativas de cooperação entre países em desenvolvimento, denominadas cooperação sul-sul e à cooperação triangular que, além dos países em desenvolvimento, envolve a participação dos países desenvolvidos em iniciativas de cooperação internacional. Como ressalva à importância desse tipo de cooperação, a penúltima sentença do parágrafo esclarece que as iniciativas de cooperação do tipo sul-sul não devem substituir, mas sim complementar, as atividades de cooperação norte-sul, isto é, as ações de cooperação dos países ricos para com os países em desenvolvimento.

(62) (§260) *We note that the aid architecture has significantly changed in the current decade. New aid providers and novel partnership approaches, which utilize new modalities of cooperation, have contributed to increasing the flow of resources. Further, the interplay of development assistance with private investment, trade and new development actors provides new opportunities for aid to leverage private resource flows. We reiterate our support for South-South cooperation, as well as triangular cooperation, which provide much needed additional resources to the implementation of development programmes. We recognize the importance and different history and particularities of South-South cooperation and stress that South-South cooperation should be seen as an expression of solidarity and cooperation between countries, based on their shared experiences and*

objectives. Both forms of cooperation support a development agenda that addresses the particular needs and expectations of developing countries. We also recognize that South-South cooperation complements rather than substitutes for North-South cooperation. We acknowledge the role played by middle-income developing countries as providers and recipients of development cooperation.

Tal ressalva é repetida no §267 (excerto (63)). Essa repetição marca a importância concedida no texto à manutenção das fontes tradicionais de financiamento da cooperação internacional. Já a última frase do §267 (excerto (63)) representa-se o chamado para a ampliação desses financiamentos tradicionais.

(63) (§267) We consider that innovative financing mechanisms can make a positive contribution in assisting developing countries to mobilize additional resources for financing for development on a voluntary basis. Such financing should supplement and not be a substitute for traditional sources of financing. While recognizing the considerable progress in innovative sources of financing for development, we call for a scaling-up of present initiatives, where appropriate.

O §277 (excerto (64)) esclarece que as iniciativas de cooperação internacional não devem se restringir às ajudas financeiras, uma vez que a cooperação técnico-científica também é importante para que se desenvolvam as capacidades requeridas para o desenvolvimento sustentável. Assim, o desenvolvimento e treinamento de recursos humanos, a troca de experiências e de conhecimento e a assistência técnica são objetos da cooperação técnica e científica, seja ela do tipo sul-sul, norte-sul ou triangular.

(64) (§277) We emphasize the need for enhanced capacity-building for sustainable development and, in this regard, we call for the strengthening of technical and scientific cooperation, including North-South, South-South and triangular cooperation. We reiterate the importance of human resource development, including training, the exchange of experiences and expertise, knowledge transfer and technical assistance for capacity-building, which involves strengthening institutional capacity, including planning, management and monitoring capacities.

No entanto, observando o §66 (excerto (65)), é possível ver o realce dado aos doadores e as organizações internacionais dentre os *stakeholders* envolvidos com a conexão entre o financiamento, tecnologias, capacitação e a necessidade dos países de políticas para o desenvolvimento sustentável. A menção aos doadores e a posição do termo “*financing*” no primeiro lugar da enumeração contida na primeira frase do parágrafo revelam a relevância majorada da questão financeira para as iniciativas da cooperação internacional dentro do sistema da ONU.

(65) (§66) Recognizing the importance of linking financing, technology, capacity-building and national needs for sustainable development policies, including green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, we invite the United Nations system, in cooperation with relevant donors and international organizations, to coordinate and provide information upon request on:

- (a) Matching interested countries with the partners that are best suited to provide requested support;*
- (b) Toolboxes and/or best practices in applying policies on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication at all levels;*
- (c) Models or good examples of policies on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication;*
- (d) Methodologies for evaluation of policies on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication;*
- (e) Existing and emerging platforms that contribute in this regard.*

As necessidades de recursos financeiros não se encerram, entretanto, no financiamento das iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. O §264 (excerto (66)) também revela ser necessário financiamento adequado para as atividades operacionais do sistema de desenvolvimento da ONU. O texto qualifica que um financiamento adequado deve ser mais previsível, mais eficiente e mais eficaz.

(66) (§264) We stress the need for adequate funding for the operational activities of the United Nations development system, as well as the need to make funding more predictable, effective and efficient as part of wider efforts to mobilize new, additional and predictable resources to achieve the objectives that we have set forth in the present outcome document.

O §264 (excerto (66)) representa, na última sentença, a imprescindibilidade de recursos financeiros adicionais e previsíveis, advindos de novas fontes, para que os objetivos da Rio+20 possam ser alcançados. Tal afirmação consagra a importância do financiamento como meio de se satisfazer as necessidades institucionais ou tecnológicas do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, se revela a centralidade do discurso econômico, de caráter mercantil, que também foi encontrada em outras partes do documento, como evidenciado por meio desta análise.

8.3 SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO ECONÔMICO NA RIO+20

O discurso econômico de caráter mercantil permeia todo o documento a Rio+20 e, especialmente, condiciona a percepção dos desafios do desenvolvimento sustentável e as propostas e as soluções representadas no texto “O futuro que queremos”.

Referências às questões econômicas também aparecem no pronunciamento de seis grupos sociais dentre os nove *Major Groups* que se manifestaram oficialmente na Plenária de Alto Nível da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Observa-se, no entanto, que essas referências nem sempre são convergentes e tampouco articulam os mesmos elementos e argumentos, seja comparadas entre si e com o documento final da Rio+20.

Um exemplo do desencontro dos discursos econômicos representados pelos *Major Groups* com o discurso econômico no texto da Rio+20 está na associação entre as dimensões do desenvolvimento sustentável representadas nesses documentos. No texto oficial da Rio+20, as dimensões econômicas e sociais são representadas com íntima imbricação, sendo recorrentes propostas de soluções econômicas (crescimento econômico, regulação de mercados, parcerias público-privadas, por exemplo) para desafios de caráter social (desemprego, soberania alimentar, acesso a tecnologia, dentre outros). Já no pronunciamento dos grupos sociais, observa-se a representação do vínculo estreito entre a dimensão ecológica e dimensão social, apoiado no argumento de que as condições ecológicas determinam muitas vezes as condições de vida. Já as atividades econômicas são apontadas pelos *Major Groups* como frequentes causadoras de desequilíbrios e problemas sociais e ecológicos. Isso se observa no pronunciamento dos representantes da agricultura, dos trabalhadores e sindicatos, dos povos indígenas e das organizações não-governamentais.

De fato, esse é apenas um elemento que marca o distanciamento dos discursos articulados por esses grupos daqueles articulados no documento oficial da Rio+20. Outros pontos de desacordo entre os textos podem ser vistos na contraposição desses grupos à dinâmica dos mercados financeiros e aos interesses corporativos (especialmente no que tange à produção de alimentos – grupo dos agricultores, e à indústria extrativista – grupo dos indígenas).

No que tange à inclusão dos interesses das comunidades tradicionais nas atividades produtivas, reivindicação presente especialmente nos pronunciamentos dos indígenas e dos agricultores, o documento da Rio+20 se endereça a essa questão. No entanto, da maneira como representadas no documento “O futuro que queremos”, tais comunidades assumem importância secundária nas propostas de desenvolvimento sustentável, sendo mencionadas de uma maneira que não contempla as reivindicações dos grupos sociais.

Outro exemplo de inclusão parcial de uma demanda dos grupos sociais refere-se à proposta de “justa transição” apresentada pelo grupo dos trabalhadores e sindicatos. O documento da Rio+20 faz referência expressa à proposta, inclusive com o uso do termo “justa transição”. No entanto, ao contemplar a “justa transição”, o texto da Conferência não inclui a questão primordial da poluição por resíduos industriais. Em outras passagens do texto, a questão da poluição é representada de forma genérica, mencionando seus impactos sobre a comunidade e os ecossistemas, mas desvinculada da proposta da “justa transição” e, logo, sem mencionar os impactos sobre a saúde do trabalhador. Há que se considerar que a proteção à saúde dos trabalhadores inclui-se dentre as propostas representadas no

texto, porém, sem vinculação direta com a proposta da “justa transição” e tampouco com a problemática da poluição.

Tais artifícios retóricos de fragmentação dos discursos representados pelos grupos sociais faz com que suas demandas sejam abordadas no documento da Rio+20, porém sem que se contemplem seus interesses de maneira consistente ou sequer associando-os aos mesmos argumentos utilizados em seus pronunciamentos oficiais. Dessa maneira, a representação do discurso econômico no documento da Rio+20 se distancia dos interesses manifestos pelos *Major Groups* em seus pronunciamentos oficiais.

Apenas com o grupo dos negócios e indústria e com o grupo das autoridades locais o discurso econômico representado no documento a Rio+20 estabelece uma relação de convergência mais estreita. Essa conexão se dá, especialmente, por meio de duas propostas representadas no texto da Rio+20: a do uso do mercado para a promoção e difusão dos avanços tecnológicos e a proposta de incremento dos financiamentos para medidas do desenvolvimento sustentável em todos os níveis decisórios, incluindo os governos locais.

Considerando as análises expostas neste capítulo, é possível afirmar que o documento da Rio+20 busca incluir os elementos discursivos articulados pelos grupos sociais em suas referências a questões econômicas. Mas, considerando a heterogeneidade desses elementos e as diferenças de posições ideológicas e interesses dos diferentes atores sociais, a inserção das vozes dos grupos sociais no texto da Rio+20 não se realiza de modo equânime. O que resulta, portanto, é que no texto final da Rio+20 o discurso econômico é representado com maior proximidade e conexão com os argumentos e interesses representados pelos grupos dos negócios e indústria e dos governos locais, ao tempo em que não atende aos interesses dos grupos dos agricultores, dos indígenas, dos trabalhadores e sindicatos e das organização não-governamentais.

O texto da Rio+20 não representa propostas de modificações profundas ou transformação do modelo econômico vigente. Antes, sim, ele propõe regulações e ajustes para assegurar que o funcionamento da economia de mercado gere benefícios que contribuam para construção do desenvolvimento sustentável. Não se negligenciam, entretanto, problemas frequentes a que esse modelo está sujeito, tais como a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos (mencionados no §266, excerto (67)) e os subsídios ineficientes (tais como os mencionados no §117 (excerto (51)) e, também, nos §173, §225, §281, transcritos e analisados no capítulo sobre o discurso ecológico), os quais devem ser eliminados por meio das regulações e legislações concernentes aos sistemas comercial e financeiro.

(67) (§266) *We stress that fighting corruption and illicit financial flows at both the national and international levels is a priority and that corruption is a serious barrier to effective resource mobilization and allocation and diverts resources away from activities that are vital for poverty eradication, the fight against hunger and sustainable development. We are determined to take urgent and decisive steps to continue to combat corruption in all its manifestations, which requires institutions at all levels, and urge all States that have not yet done so to consider ratifying or acceding to the United Nations Convention against Corruption and begin its implementation.*

Não há dúvidas de que o discurso econômico representado no texto da Rio+20 assume a economia de mercado como um modelo adequado que poderia oferecer contribuições consideráveis para a construção do desenvolvimento sustentável, devendo, portanto, ser estimulado e aprimorado e não transformado ou substituído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise discursiva textualmente orientada dos resultados da Rio+20 mostrou-se uma tarefa desafiante e provocadora. A abordagem metodológica da análise de discurso crítica mostrou-se consistente e suficiente para alcançar o objetivo de se verificar como os interesses e reivindicações dos *Major Groups* foram contemplados pelos resultados da Rio+20.

A fundamentação teórica deste trabalho oferece os argumentos científicos para o posicionamento político que permite o olhar crítico sobre os resultados da Rio+20. A partir do exposto no referencial teórico, assumiram-se três pressupostos principais que condicionaram a análise crítica apresentada neste estudo: 1) há urgência em se transformar o modelo de desenvolvimento com vista à sustentabilidade; 2) o desenvolvimento econômico não é suficiente para assegurar o desenvolvimento sustentável. e 3) a gestão dos bens comuns presume a participação de *stakeholders* diversos.

Diante da diversidade das interações, avaliações e conclusões derivadas da Rio+20, um dos desafios que se apresentou para a realização desse trabalho foi a definição do que seria considerado como resultados da Conferência. Considerou-se, nesse sentido, os resultados oficiais da Rio+20 que materializam o texto intitulado “O futuro que queremos”.

A relevância do documento da Rio+20 para a geopolítica do desenvolvimento sustentável justificou a tarefa de se debruçar delongada e criteriosamente sobre cada um de seus parágrafos. As características requeridas ao texto “O futuro que queremos”, de ser conciso e manter a coerência interna, tornou-o denso, de forma que um mesmo trecho aborda temas variados, exigindo um esforço analítico criterioso, intenso e, por vezes, repetitivo.

Optou-se, neste trabalho, por analisar o texto original, em inglês, do documento “O futuro que queremos”. Isso se justifica visto que os ajustes necessários às traduções retiravam do material alguns aspectos relevantes à análise. Contudo, vale esclarecer que a análise não foi realizada por um nativo em língua inglesa, de modo que algumas sutilezas do texto podem não ter sido percebidas. Assim, reconhecemos que o trabalho analítico de um(a) pesquisador(a) anglófono(a) nativo(a) poderia complementar expressivamente os resultados desta pesquisa.

Para identificar os interesses e reivindicações dos grupos sociais na Rio+20, foram analisados os textos dos pronunciamentos dos *Major Groups* na Plenária de Alto Nível, postados na página oficial da Conferência. O material, fornecido pelos representantes de cada *Major Group*, foi apresentado em inglês e mostra sutis deslizos de redação, que

podem ser observados no Anexo 1. No entanto, não se cogitou oferecer correções ao material, com vistas a resguardar sua integridade, necessária à análise.

A análise discursiva dos textos dos *Major Groups* permitiu identificar os temas abordados pelos grupos sociais e a função de fala utilizada nessas abordagens, cumprindo, assim, o primeiro objetivo específico proposto neste trabalho. O resultado dessa análise está sintetizado no Quadro 3 (página 73).

Dentre os temas abordados pelos *Major Groups*, aquele que se refere aos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável foi o único tema abordado por unanimidade, sem grandes diferenças em suas representações. Oito dos nove *Major Groups* apresentaram reivindicações concernentes à temática ecológica. Observa-se, assim, a importância concedida ao tema pelos grupos sociais no contexto da Rio+20.

A reivindicação também é a função de fala utilizada por todos os seis grupos que se referiram aos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável, revelando os altos interesse e expectativas dos grupos concernentes a essa temática. Vale ressaltar, no entanto, que o conteúdo dessas reivindicações variou consideravelmente entre os grupos. Foram pleiteados desde a transformação profunda no modelo de desenvolvimento econômico vigente até incorporação de medidas de sustentabilidade de modo a mitigar ou se evitar os efeitos perversos da dinâmica econômica.

No que tange à equidade social e combate à pobreza, dos seis grupos que mencionaram o tema, cinco o fizeram de modo a legitimar sua participação na Rio+20 e representando a questão como justificativa para as medidas de promoção do desenvolvimento sustentável.

A autolegitimação também foi a função mais utilizada por quatro entre os cinco grupos que se referiram ao tema da ciência e tecnologia, que o fizeram reiterando as contribuições que têm a dar na construção do desenvolvimento sustentável.

Já no que tange à governança, todos os quatro grupos que abordaram o tema, apresentaram-no sob a forma de reivindicações por instituições, de nível mundial e com a participação da sociedade, com capacidade de promover medidas efetivas em prol do desenvolvimento sustentável.

O segundo objetivo específico deste trabalho se cumpriu pela análise discursiva da representação desses temas no texto da Rio+20, com vista a identificar se os discursos que permeiam os resultados da Conferência respondem aos interesses e reivindicações manifestos pelos *Major Groups*.

Observou-se, nesse sentido, que a promoção do desenvolvimento sustentável no texto “O futuro que queremos” orienta-se principalmente por medidas de caráter político e de caráter econômico. Isso se mostra coerente com os dois temas principais da Conferência, sejam: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

A participação dos grupos sociais e outros *stakeholders* é representada no texto da Rio+20 como um requisito da transparência institucional e fator de incremento do potencial de implementação e engajamento na promoção do desenvolvimento sustentável.

Mas se a participação social é avaliada positivamente e representada como uma proposta com alta modalidade deontológica (alto grau de obrigatoriedade) no texto da Rio+20, tal firmeza não se evidencia quanto à participação dos países em desenvolvimento. O discurso da Rio+20 oscila entre a articulação dos argumentos de dependência dos países em desenvolvimento em relação à cooperação internacional e a necessidade de empoderamento desses países para que definam seus próprios caminhos e conduzam medidas para a promoção do desenvolvimento sustentável em seus territórios.

No que tange aos países desenvolvidos, o texto da Rio+20 os apresenta como provedores de recursos financeiros e de soluções tecnológicas e políticas aos desafios do desenvolvimento sustentável. Ao referir aos obstáculos ao desenvolvimento sustentável, o texto alude exclusivamente aos países em desenvolvimento e aos países menos desenvolvidos, ignorando a existência, nos países ricos, de problemas ambientais, sociais e econômicos que comprometem o desenvolvimento sustentável.

A cooperação internacional, por meio de transferência de recursos financeiros e de tecnologia, é representada no texto da Rio+20 como necessária para que os países em desenvolvimento possam romper com práticas insustentáveis e contribuam para desenvolvimento sustentável no nível global. No entanto, o texto mostra uma sutil falta de credibilidade nessa proposta ao desvelar que muitos compromissos multilaterais em prol do desenvolvimento sustentável firmados no seio da ONU não foram efetivamente implementados.

Em resposta a essa situação, o texto da Rio+20 retoma o discurso da governança global, propondo ser necessário o fortalecimento institucional e financeiro e a ação coordenada dos organismos internacionais para o desenvolvimento sustentável. Nesses quesitos, entretanto, a Conferência não foi capaz de oferecer resultados expressivos, apesar das mudanças institucionais na estrutura da ONU, alardeados como resultados efetivos da Rio+20.

Na Conferência, decidiu-se pela criação do Foro Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, que se insere na estrutura do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU e pelo fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que passou a contar com a participação de todos os países membros da ONU. Também se derivam dos resultados da Rio+20 a formação de duas organizações temporárias concernentes ao desenvolvimento sustentável: o Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (GTA/ODS) que se empenhou até fevereiro de 2014 na definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Comitê Intergovernamental para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável que busca alternativas e estratégias de financiamento para o desenvolvimento sustentável.

Mas as decisões no escopo da Rio+20 não tiveram força para aportar fundos estáveis para as instituições de desenvolvimento sustentável, e a manutenção de duas instituições em separado para promover o desenvolvimento sustentável, sejam o PNUMA e o Foro Político de Alto Nível, perpetua o risco de duplicação dos esforços e de fragmentação das decisões e medidas concernentes aos três pilares do desenvolvimento sustentável. Da maneira com se configuram no texto da Rio+20, tais resultados não são suficientes para atender às reivindicações apresentadas pelos *Major Groups*.

De fato, os resultados da Rio+20 explicitam a dicotomia entre a dimensão ambiental e as dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável. Isso fica claro na nova configuração institucional da ONU, que tem no PNUMA a autoridade ambiental global e no Foro Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável a instituição de governança do desenvolvimento sustentável com orientação voltada para as questões econômicas e sociais do desenvolvimento. Essa separação, que distingue a dimensão ambiental das dimensões econômica e social do desenvolvimento sustentável, contradiz a afirmação recorrente no texto de que é preciso promover de maneira integrada os três pilares do desenvolvimento sustentável. Na verdade, representa-se, ao longo de todo o texto, a primazia dos aspectos econômicos e sociais, ao tempo que se atribui importância secundária aos aspectos ambientais do desenvolvimento sustentável. Importante, porém, ressaltar que os aspectos sociais do desenvolvimento sustentável são tratados de forma genérica e abstrata, prestando-se, muitas vezes, como argumento para a centralidade dos aspectos econômicos.

Comparando-se a representação da questão ecológica do desenvolvimento sustentável pelos grupos sociais e no texto da Rio+20, observa-se que esse é o ponto em que os resultados da Rio+20 mostraram-se mais discrepantes dos interesses manifestos pelos grupos sociais. Isso porque, contrariamente do que foi representado no texto da Rio+20, os aspectos ambientais estão representados nos pronunciamentos dos *Major*

Groups como questões centrais para o desenvolvimento sustentável. Conferindo importância inferior às questões ambientais do desenvolvimento sustentável, o texto “O futuro que queremos” não contempla os interesses dos grupos sociais, mesmo tendo representado de forma extensiva o discurso ecológico.

No texto da Rio+20, para além das medidas políticas, as outras respostas aos desafios do desenvolvimento sustentável convergem à proposta da economia verde. O texto apresenta a economia verde como um dos possíveis modelos de funcionamento da economia que favorecem o desenvolvimento sustentável. No entanto, não apresenta as demais alternativas a que faz alusão quando presume a possibilidade de outros modelos de funcionamento da economia. Ao contrário, o texto reforça enfaticamente o papel da economia verde para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Por meio da economia verde, o texto oferece medidas econômicas para o desenvolvimento social e preservação ambiental, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável. O paradigma que embasa a proposta da economia verde é de que o crescimento econômico, balizado por algumas regras de caráter social e ambiental, conduz à equidade social e a preservação ambiental. Ao evidenciar a necessidade de responsabilidade socioambiental corporativa, empregos decentes, tecnologia verde, energia limpa, incorporação dos 3Rs³⁹, dentre outras medidas ambiental e socialmente corretas, a proposta da economia verde incorpora elementos da teoria do desenvolvimento sustentável, porém sem propor modificações transformadoras do modelo econômico vigente. Dessa forma, o texto representa positivamente as medidas de sustentabilidade defendidas pela sociedade, mas não se mostra suficiente para atender aos interesses manifestos pelos grupos sociais. Uma vez que os *Major Groups* reconhecem a pobreza e a degradação ambiental enquanto resultantes da dinâmica econômica, a proposta da economia verde destoa das reivindicações por eles apresentadas na Plenária de Alto Nível da Conferência.

O discurso econômico que permeia a proposta da economia verde, e todo o texto da Rio+20, é marcadamente mercantil e liberal, apesar de admitir algumas medidas regulatórias pelo Estado. Apoia-se na promoção do empreendedorismo e da inovação (tecnológica principalmente) para a geração de soluções sustentáveis. Reconhece os problemas de sustentabilidade como falta de desenvolvimento. Avançando nesse raciocínio, restringe os problemas de insustentabilidade (poluição e pobreza, por exemplo) aos países em desenvolvimento e oferece, como meio de enfrentá-los, o avanço em direção ao modelo de desenvolvimento dos países ricos. Dessa forma, ignora os desafios de sustentabilidade

³⁹ Reduzir, reciclar e reutilizar.

nos países ricos e negligencia os efeitos perversos do crescimento econômico infinito, apregoando as benesses do desenvolvimento econômico em favor da sustentabilidade.

É possível reconhecer tanto no documento da Rio+20 como nos pronunciamentos dos *Major Groups* marcas da modernidade tardia representadas nas exigências de embasamento científico para as medidas em prol do desenvolvimento sustentável. Isso se revela na proposta de se incrementar a interface entre política e ciência (*science-policy interface*) e na crença na ciência e tecnologia em fornecer soluções para a promoção da sustentabilidade, elementos de consenso nos textos estudados.

Já a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos modos de vida e práticas produtivas das populações tradicionais também se faz presente no texto da Rio+20, porém com menos expressividade argumentativa. Isso aponta para uma abertura para a incorporação dos saberes tradicionais no discurso do desenvolvimento sustentável. Porém, no texto da Rio+20, o discurso cientificista apresenta força majorada, minimizando a valorização dos conhecimentos tradicionais. Isso revela diferenças importantes na representação desses grupos sociais no texto da Rio+20. Enquanto a comunidade científica e tecnológica é valorizada como detentora de informações e soluções importantes ao desenvolvimento sustentável, o grupo dos povos indígenas e o grupo dos agricultores são olhados com condescendência quanto a suas contribuições para a construção do desenvolvimento sustentável.

De modo geral, observa-se que a valorização dos *Major Groups* no texto da Rio+20 reflete o *status quo* desses grupos no contexto sociopolítico mais amplo. Aos detentores de poder econômico (*Major Group* Negócios e Indústria), de poder político (*Major Group* Autoridades Locais) e de conhecimentos institucionalizados (*Major Group* Comunidade Científica e Tecnológica) são atribuídas importância e legitimação, ao tempo que os demais *Major Groups* são representados como vulneráveis e carentes, condição na qual devem ser beneficiados por um modelo de desenvolvimento inclusivo a ser pensado e proposto pelos grupos mais poderosos. Vale ressaltar, entretanto, que a focalização do grupo das crianças e jovens e do grupo das mulheres se presta como apoio retórico ao discurso do desenvolvimento sustentável representado no texto da Rio+20, uma vez que esses grupos remetem a atenção a valores morais caros à humanidade, sejam o respeito às gerações futuras e a igualdade entre os gêneros.

Observando-se a relação de forças entre os grupos sociais representada nos discursos articulados no texto da Rio+20, cumpre-se o terceiro objetivo específico deste trabalho. Tem-se que, apesar de todos os *Major Groups* serem considerados no texto final da Rio+20, seus interesses e reivindicações são contemplados de maneira desigual pelos

resultados da Conferência. Os discursos representados no texto da Rio+20 ora favorecem os interesses de alguns grupos sociais, ora fragmentam as reivindicações simulando atendê-las, ou, em alguns casos, as negligencia por sequer mencioná-las no texto, como visto no decorrer das análises apresentadas neste trabalho. É possível afirmar, diante disso, que os resultados da Rio+20 apresentam limitações na representação dos interesses sociais, de modo que fazem jus às críticas que receberam quanto à inclusão das vozes da sociedade civil.

Com vistas a cumprir o quarto objetivo específico proposto neste trabalho, observou-se que o texto da Rio+20 mostra-se fraco para promover modificações efetivas no modelo de desenvolvimento vigente, merecendo as críticas que recebeu dos *Major Groups* quanto a seu potencial transformador. De fato, os resultados da Conferência não aportam decisões expressivas ou novas informações relevantes com potencial de transformar as práticas e as estruturas sociais a fim de ancorá-las na sustentabilidade. As rupturas discursivas que se encontram no texto podem apontar de forma embrionária para a transformação das práticas sociais vigentes. Porém, não se encontram no texto elementos que incitem a tais transformações.

O presente trabalho não se pretende conclusivo nas análises da inclusão dos interesses e reivindicações da sociedade nos resultados da Rio+20. Trabalhos futuros mais abrangentes poderiam contribuir significativamente para que se revele a efetividade da participação social nos resultados da Rio+20. Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de pesquisas que se aprofundem na diversidade temática representada nos pronunciamentos dos *Major Groups*. Outros temas abordados pelos *Major Groups*, mas não analisados em profundidade neste trabalho, podem revelar aspectos importantes do discurso do desenvolvimento sustentável e conduzir a conclusões diferentes quanto à participação social nos resultados da Rio+20.

Contribuições significativas adviriam, ainda, da análise de temas abordados no texto da Rio+20, mas que não foram contemplados nos pronunciamentos dos *Major Groups*. Estudos nesse sentido poderiam se prestar a revelar questões que não se incluem explicitamente nas demandas da sociedade pelo desenvolvimento sustentável, mas que necessariamente se vinculam ao tema, como é o caso da educação.

A relevância desta pesquisa se sustenta em oferecer uma avaliação crítica, cientificamente embasada e metodologicamente rigorosa, dos resultados da Rio+20 no que concerne à inclusão dos interesses sociais. Os achados dessa pesquisa confirmam as avaliações, embasadas em opiniões de especialistas e difundidas pelos veículos de comunicação tradicionais, de que a Rio+20 apresentou poucos resultados se comparados às

expectativas nutridas quanto à Conferência. Ao evidenciar as insuficiências do documento em responder às demandas sociais e ao realçar as rupturas discursivas que se inserem no texto, este trabalho oferece elementos que podem contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos, que nos conduzam rumo à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Estudos Avançados [on line]**, v. 26, n. 74, p. 21-34, 2012. ISSN 0103-4014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100003&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 30 abr 2012.

ABRANCHES, S. **Rio+20 pode perder substância política**. *Ecopolítica*. Rio de Janeiro 2012.

AKTOUF, O. Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica: a síndrome do avestruz. São Paulo: Atlas, 2004. ISBN 85-224-3680-0.

ALCAMO, J.; BENNETT, E. M. Estrutura conceptual do Millenium Assessment. In: PEREIRA, H. M.; DOMINGOS, T., *et al* (Ed.). **Ecosistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment**. Lisboa: Escolar Editora, 2009. p.19-42. ISBN 978-972-592-274-3.

AMAZONAS, M. Economia verde e Rio+ 20: recortando o desenvolvimento sustentável. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 1, n. 2, p. 24-39, 2012.

BEDIN, G. A.; BRUM, A. L.; PEDROSO, M. N. C. A globalização, o declínio da soberania do Estado e a crise econômica de 2007/2008: a necessidade de criação de um sistema de governança econômica global. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 1, n. 1, p. 229-249, 2013. ISSN 2317-5389.

BHASKAR, R. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, M.; COLLIER, A., *et al* (Ed.). **Critical realism: Essential readings**. 1st. London; New York: Routledge, 1998a. cap. 2, p.16-48. ISBN 0-41 5-19632-9.

_____. Societies. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R., *et al* (Ed.). **Critical realism: Essential readings**. 1st. London; New York: Routledge, 1998b. cap. 8, p.206 -258. ISBN 0-41 5-19632-9.

BHASKAR, R.; LAWSON, T. Introduction: basic texts and developments. In: ARCHER, M.; COLLIER, A., *et al* (Ed.). **Critical realism: Essential readings**. 1st. London; New York: Routledge, 1998. p.3-15. ISBN 0-41 5-19632-9.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: São Paulo: Companhia das Letras 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. ISBN 85-7139-530-6. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=oZsv3J89omsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false >.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2007. ISBN 85-308-0393-0. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=Z_ZMpcB4GTcC&printsec=frontcover&dq=bourdieu&hl=pt-BR&sa=X&ei=5czvT4bTBaqZ0QGy28z7Aq&ved=0CEkQ6AEwBA#v=onepage&q=bourdieu&f=false >.

BRANDÃO, H. H. N. **Estilo, gêneros do discurso e implicações didáticas**. III Seminário da Análise do Discurso. Salvador, BA: Universidade Católica de Salvador 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 86, p. 51-72, 2010. ISSN 0101-3300.

BUARQUE, C. A segunda abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. Paz e Terra, 1999. ISBN 8521903448.

_____. **The 21st Century Challenges to Politicians**. United Nations Climate Change Conference. Copenhagen (Denmark): Senador Cristovam Buarque. International Parliamentarian Conference 2009.

_____. **Desafios à Humanidade: perguntas para a Rio+20**. Curitiba: Ibpex, 2012a. 176p. ISBN 978-85-7838-926-0.

_____. **O progresso da ideia do progresso**. Brasília: 20 mar 2012. 2012b

BURSZTYN, M. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Sociedade e Estado**, v. 10, n. 1, p. 97-124, jan-jul 1994.

BURSZTYN, M.; LEITÃO FILHO, P. W.; CHAIN, A. Introdução. In: BURSZTYN, M.; LEITÃO FILHO, P. W., *et al* (Ed.). **Que crise é esta?** São Paulo: Brasiliense em co-edição com o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, v.1, 1984.

CARSON, R. A. **A primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CHESNAIS, F. Alguns marcos teóricos e políticos para a construção de uma postura ecológica revolucionária. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. P. D. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.157-169. ISBN 978-85-7617-256-7.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh University Press, 1999. ISBN 0748610820.

CLÉMENÇON, R. Welcome to the Anthropocene: Rio+20 and the Meaning of Sustainable Development. **Journal of Environment & Development**, v. 21, n. 3, p. 27, set 2012. ISSN 1552-5465. Disponível em: < <http://jed.sagepub.com/content/21/3/311.abstract> >. Acesso em: 16 mar 2013.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues> >. Acesso em: 17 fev 2013.

COMISSÃO CARTA DA TERRA. **Carta da Terra**. Eco-92. TERRA, C. D. Rio de Janeiro: Comissão Carta da Terra 2000.

CONSTANZA, R. et al. **Building a Sustainable and Desirable Economy-in-Society-in-Nature**. New York: United Nations Division for Sustainable Development, 2012. 94 Disponível em: < http://www.un.org/esa/dsd/dsd_sd21st/21_pdf/Building_a_Sustainable_and_Desirable_Economy-in-Society-in-Nature.pdf >. Acesso em: 06 jul 2012.

DALY, H. **Beyond Growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996.

DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P. C. The struggle to govern the commons. **science**, v. 302, n. 5652, p. 1907-1912, 2003. ISSN 0036-8075. Disponível em: < <http://www.sciencemag.org/content/302/5652/1907.short> >.

DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. Desenvolvimento e sustentabilidade: desafios para o século XXI. **Revista CAR, Salvador**, 2002.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Unesp/Boitempo, 1997. ISBN 8571391483.

ENRÍQUEZ, M. A.; GOMES, G. C. Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológico-econômica dos condicionantes do desacoplamento. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.235-251. ISBN 978-85-7617-256-7.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London and New York: Longman, 1989.

_____. **Discurso e mudança social**. UnB, 2001. ISBN 8523006141.

_____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

_____. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, v. 25, n. 2, 2012. ISSN 2236-4242. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/47728/51460> >. Acesso em: 20 mai 2013.

FONSECA, I. F. **Entre o Discurso e a Prática: boa governança e Agendas 21 Locais na Amazônia**. 2009. 166 (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

FONSECA, I. F. D.; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & sociedade**, v. 10, n. 2, p. 169-186, 2007. ISSN 1414-753X.

FRANCOPHONIE; IEPF. Note de Décryptage des enjeux de la Conférence Rio+20: mettre au monde une économie verte équitable e une gouvernance démocratique de la planète dans un cadre de développement durable. Paris: Association 4D, 2012. 150 Disponível em: < http://www.association4d.org/IMG/pdf_20120618_NdD_Rio_20_VF_sans_annexe.pdf >. Acesso em: 05 jun 2012.

FURTADO, C. **O mito do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa. **Caderno Didático. Santa Maria: UFSM**, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy law and the Economic Process**. Boston: Harvard University Press, 1999.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991. ISBN 8571390223.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. The Ecological Wealth of Nations: Earth's biocapacity as a new framework for international cooperation. Global Footprint Network. Oakland (CA). 2010

GOUVEIA, C. A. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. **Matraga, Rio de Janeiro**, v. 16, n. 24, p. 13-47, 2009.

GPS / ONU. Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um futuro digno de escolha. New York: Nações Unidas 2012.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 509-532, 2012.

GUIMARÃES, R. P. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: o relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República 1991.

_____. O desafio político do desenvolvimento sustentado. **Lua Nova**, v. 35, p. 113-136, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n35/a05n35.pdf> >. Acesso em: 21 ago 2013.

GUIZZO, B. S.; KRZIMINSKI, C. D. O.; OLIVEIRA, D. L. L. C. D. O Software QSR NVIVO 2.0 na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, RS. Vol. 24, n. 1 (jan. 2003), p. 53-60**, 2003. ISSN 0102-6933.

HALLIDAY, M. A. **An Introduction to Functional Grammar**. 3rd. London: Edward Arnold, 2004. ISBN 13: 978 0 340 76167 0.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HUMANITARE, I. Entendendo Rio+20 e Você. São Paulo, 2012 2012. Disponível em: < <http://www.rio-20.org/contato/> >. Acesso em: 23 set 2013.

JACKSON, T. **Prosperity without growth**. Earthscan Pubns Ltd, 2011. p. 286 ISBN 1849713235.

JATOBA, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009. ISSN 0102-6992. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000100004&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 06 jul 2012.

JOHNSON, S. **UNEP the first 40 years: a narrative**. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2012. ISBN 78-92-807-3314-3. Disponível em: < <http://www.unep.org/pdf/40thbook.pdf> >. Acesso em: 02 fev 2014.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ISBN 9788578272012.

_____. O decrescimento: porque e como? . In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. cap. 3, p.45-54. ISBN 978-85-7617-256-7.

LÉNA, P. Os Limites do Crescimento e a Busca pela Sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. cap. 2, p.23-43. ISBN 978-85-7617-256-7.

LEWIS, C.; KETTER, J. Learning as social interaction: Interdiscursivity in a teacher and researcher study group. **An introduction to critical discourse analysis in education**, v. 1, p. 117-146, 2004.

LÖWY, M. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. cap. 7, p.147-156. ISBN 978-85-7617-256-7.

MACHADO, V. D. F. A. **A produção de um discurso do desenvolvimento sustentável: de estocolmo a Rio-92**. 2005. (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

MARIA, J. A. **Mídia e mudança climática: a cobertura de Veja e Carta Capital**. 2012. (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

MARINHO, J. H. C. O uso do onde no texto acadêmico. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 8, n. 1, p. 159-170, jan./jun 1999. ISSN 2237-2083. Disponível em: < file:///C:/Users/CAROLINA/Downloads/2306-7041-1-SM.pdf >.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J. **Beyond the Limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future**. Vermont: Chelsea publishing Co., 1992.

_____. **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MEADOWS, D. H. et al. **Limites do Crescimento**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MORIN, E. **Rumo ao Abismo?** 2011. ISBN 8528614948.

NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. P. D. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012a. p.415-433. ISBN 978-85-7617-256-7.

_____. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados [on line]**, v. 26, n. 74, p. pp. 51-64, 2012b. ISSN 0103-4014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 30 abr 2012.

NATIONS UNIES. **L'avenir que nous voulons**. Conférence des Nations Unies sur le développement durable. Rio de Janeiro (Brésil): Nations Unies. 2012: 60 p. 2012.

OLIVEIRA, L. C. D. A atuação das modalidades epistêmicas pressuposição e irrealis no uso dos pretéritos perfeito simples e perfeito composto em espanhol. **Working Papers em Linguística**, v. 9, p. 10, 2008. ISSN 1984-8420. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/7073> >. Acesso em: 28 jan 2013.

OLIVIER, J. G. et al. **Trends in global CO2 emissions: 2013 Report**. The Hague (Netherlands): PBL Netherlands Environmental Assessment Agency, 2013. ISBN 9279253816. Disponível em: < http://edgar.jrc.ec.europa.eu/news_docs/pbl-2013-trends-in-global-co2-emissions-2013-report-1148.pdf >. Acesso em: 25 jan 2014.

OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Harvard University Press, 2009. ISBN 0674041666.

ONU. Agenda 21 Global. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) (CNUMAD)**, 1992, Rio de Janeiro. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasil.

_____. **O futuro que queremos. Confêrencia das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro (Brasil): Organização das Nações Unidas. 2012: 55 p. 2012.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. 29a New York: Cambridge University Press, 2011. 270 ISBN 978-0-521-40599-7.

PNUMA. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza - síntese para tomadores de decisão: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* 2011.

QRS INTERNATIONAL. **NVivo**: QRS International Pty Ltd. NVivo 10 2013.

RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 8, n. 0, p. 78-107, nov. 2007a. ISSN 0104-9712. Disponível em: < <http://www.red.unb.br/index.php/les/article/view/1247/901> >.

_____. Impactos da atividade reguladora sobre o gênero 'peça publicitária de medicamento': uma abordagem sociodiscursiva'. **IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais-IV SIGET**, p. 2002-2015, 2007b. Disponível em: < <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/136.pdf> >. Acesso em: 20 mar 2014.

_____. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. **Anais da XII Conferência Anual da IACR-International Association for Critical Realism**, 2009.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. D. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011. ISBN 978-85-7113-336-5.

RESENDE, V. D. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise eo protagonismo juvenil*. 2008. 331 stricto sensu (Doutorado). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**. Campinas: Pontes Editores, 2009. ISBN 978-85-7113-288-7.

_____. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 12, n. 2, p. p. 439-465, 2012. ISSN 1982-4017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ld/v12n2/a04v12n2.pdf> >. Acesso em: 23 mai 2013.

RESENDE, V. D. M.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. ISBN 978-85-7244-333-3.

RESENDE, V. D. M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez, 2004 2004. ISSN 1982-4017. Disponível em: < http://aplicacoes.unisul.br/ojs/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323 >. Acesso em: 01 jul 2012.

ROCKSTRÖM, J. **Let the environment guide our development**. TED Talks. TED IDEAS WORTH SPREADING: GlobalTED 2010.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 14(2): 32, 2009. Disponível em: < <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/> >. Acesso em: 19 jan 2013.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados [on line]**, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012. ISSN 0103-4014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420120001&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 04 mai 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentado, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p. ISBN 85-7617-04-X.

_____. De Volta à mão invisível: dos desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados [on line]**, v. 26, p. p. 5-20, 2012 2012. ISSN 0103-4014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40142012000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 30 abr 2012.

SAYER, A. **Realism and social science**. London: Sage, 2000. ISBN 0761961240.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, D. E. G. D.; RAMALHO, V. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, p. 19-40, 2008. Disponível em: < [http://www.docentes.unal.edu.co/ngpardo/docs/Aled%208%20\(1\).pdf#page=20](http://www.docentes.unal.edu.co/ngpardo/docs/Aled%208%20(1).pdf#page=20) >. Acesso em: 16 mar 2014.

TOLSTOI, L. **Guerra e paz**. 2a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2005. ISBN 978-972-23-3334-4.

TOURAINÉ, A. A method for studying social actors. **Journal of world-systems research**, v. 6, n. 3, p. 900-918, 2000.

UNEP. Group of Friends of Paragraph 47: corporate sustainability reporting. New York, 2014. Disponível em: < <http://www.unep.org/resourceefficiency/Business/SustainableandResponsibleBusiness/CorporateSustainabilityReporting/GroupofFriendsofParagraph47/tabid/105011/Default.aspx> >. Acesso em: 14 fev 2014.

UNITED NATIONS. Agenda 21. **United Nations Conference on Environment & Development**, 1992, Rio de Janeiro. United Nations, , 03-14 jun 1992.

_____. **United Nations Millennium Declaration.** Resolution Adopted. GENERAL ASSEMBLY. New York: United Nations. 18 2000.

_____. **Johannesburg Implementation Plan.** Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development GENERAL ASSEMBLY. Johannesburg: World Summit on Sustainable Development 2002.

_____. Governing Instrument for the Green Climate Fund. In: UNITED NATIONS, **Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change**, 2011a, Durban (South Africa). Green Climate Fund,, 11 Decemner 2011.

_____. Sustainable Energy for All: a vision statement by Ban Ki-moon Secretary-General of the United Nations. United Nations,. New York: nov., 2011, p.12. 2011b

_____. Annotated Provisional Agenda. In: DEVELOPMENT, P. C. F. T. U. N. C. O. S., **United Nations General Assembly**, 2012a, New York. United Nations General Assembly, 24 mar 2013. p.2.

_____. The Future We Want - Zero Draft. 2012b. Disponível em: < http://www.uncsd2012.org/rio20/content/documents/370The%20Future%20We%20Want%2010Jan%20clean%20_no%20brackets.pdf >. Acesso em: 07 abr 2012.

_____. **The Future We Want: outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development.** United Nations Conference on Sustainable Development - Rio+20. Rio de Janeiro (Brasil): 53 p. 2012c.

_____. Open Working Group on Sustainable Development. **Sustainable Development Knowledge Platform**, New York, 2012d. Disponível em: < <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1549> >. Acesso em: 04 fev 2014.

_____. Statements by Major Groups. **Sustainable Development Knowledge Platform**, New York, p. United Nations, 2012e. Disponível em: < http://www.uncsd2012.org/majorgroups_statements.html >. Acesso em: 20 ago 2012.

_____. **United Nations Global Compact: corporate sustainability in the world economy.** New York: UN Global Compact Office,, 2014. Disponível em: < http://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/8.1/GC_brochure_FINAL.pdf >. Acesso em: 18 fev 2014.

VADELL, J. et al. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 2, p. 10-27, 2012. ISSN 0034-7329.

VALENTIM, H. T. Cotexto e Contexto: formas linguísticas e possibilidades de interpretação do enunciado. In: MARÇALO, M. J.;LIMA_HENANDES, M. C., et al (Ed.). **Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas.** Évora: Universidade de Évora, 2010. p.279-296. ISBN 978-972-99292-4-3

VEIGA, J. E. D. O Principal Desafio do Século XXI. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 4-5, abr/jun, 2005 2005. ISSN 0009-6725. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0009-67252005000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 06 jul 2012.

_____. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. O Grande Embarço da Rio - 2012. **Revista Fevereiro**, v. 3, jun 2012. ISSN 2236-2037. Disponível em: < <http://www.revistafevereiro.com/index.php> >. Acesso em: 09 de maio 2012.

VEIGA, J. E. D.; ISSBERNER, L.-R. Decrescer Crescendo. In: LÉNA, P. e NASCIMENTO, E. (Ed.). **Enfrentando os Limites do Crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. cap. 5, p.107-134. ISBN 978-85-7617-256-7.

VIEW, J. L. **Just Transition Alliance Frontline Workers and Fenceline Communities United for Justice**. 2nd national People of Color Environmental Leadership Summit. ENVIRONMENTAL JUSTICE RESOURCE CENTER. Washington, DC: Summit II National Office. 23 2002.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio+ 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 01-18, 2012. ISSN 1414-753X.

WACKERNAGEL, M. **Ecological Footprint and Appropriated Carrying Capacity: A Tool for Planning Toward Sustainability**. 1994. (PhD Thesis). School of Community and Regional Planning, The University of British Columbia, Vancouver, Canada.

WARD, B.; DUBOS, R. **Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

WORLD FOOD SUMMIT. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação. **World Food Summit**, 1996, Rome (Italy). FAO, 13 -17 november 1996.

WWF et al. **Living Planet Report 2012: Biodiversity, biocapacity and better choices**. Gland (Switzerland): WWF International, 2012. ISBN 978-2-940443-37-6. Disponível em: < http://www.footprintnetwork.org/images/uploads/LPR_2012.pdf >. Acesso em: 20 mar 2013.

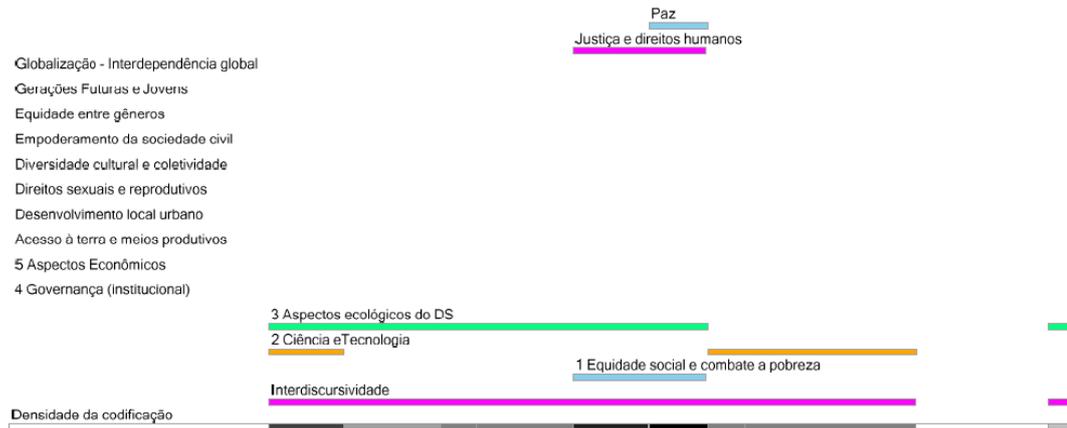
ANEXO 1:

Texto dos pronunciamentos oficiais dos Major Groups (com destaques para os temas identificados)

Major Group Comunidade Científica e Tecnológica (página 1 de 1)

Proteção aos Oceanos
Proteção à dignidade dos animais

Globalização - Interdependência global
Gerações Futuras e Jovens
Equidade entre gêneros
Empoderamento da sociedade civil
Diversidade cultural e coletividade
Direitos sexuais e reprodutivos
Desenvolvimento local urbano
Acesso à terra e meios produtivos
5 Aspectos Económicos
4 Governança (Institucional)



Discurso Major Group: Ciência e Tecnologia

Science and Technology MAJOR GROUP OPENING PLENARY STATEMENT 20 JUNE 2012

I am honored to address you on behalf of the global scientific and technological community.

We meet at a time of unprecedented challenges. Science has sounded the alarm that humanity is putting enormous pressure on our planet. We have entered the Anthropocene, where human activity dominates the planet. Dangerous climate change, biodiversity loss, and widespread pollution present grave threats to our survival.

We, the science, the engineering and technology communities urge leaders to act now. Failure to do so increases the risk of abrupt and irreversible changes to the biosphere that will undermine the sustainability of life on earth.

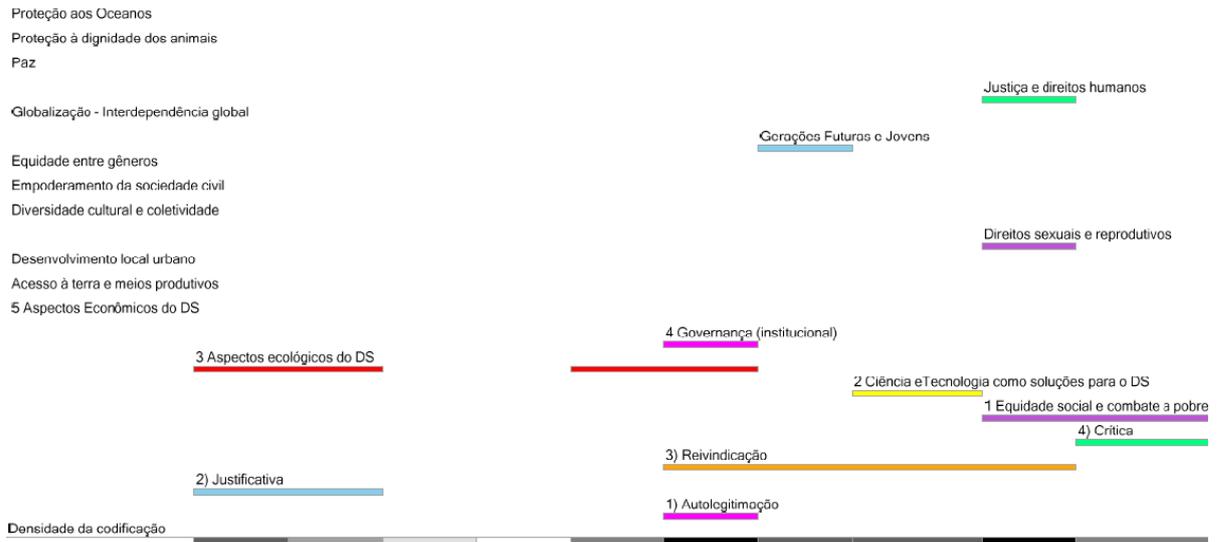
Research shows that responding to these challenges requires fundamental transformations, both personal and systemic, to protect our planet, eradicate poverty and hunger, address inequality and conflict, and safeguard human rights and justice.

Science, engineering and technology have helped drive the development of human societies for centuries. Our transformation to sustainability must be supported by the best knowledge, innovation and feasibility analysis that science and engineering have to offer. Integrated research will deliver the knowledge society needs, and a strong science-policy interface must support decision-making.

We therefore call for Rio+20 to forge a new contract between science and society. The international science and engineering community is ready to step up to realize the Future We Want.

There is no time to waste. We must act now, together.

Major Group Crianças e Jovens (página 1 de 2)



Discurso Major Group: Crianças e Jovens

Children and Youth MAJOR GROUP OPENING PLENARY STATEMENT 20 JUNE 2012

Good morning and thank you Mr Chair, As representatives of children and youth we are here to articulate and build our vision of a sustainable future. This planet, our common home, has been misused for too long and the time for change is now.

The current challenges are unprecedented and never before have we had the need to react with such decisiveness and action. It is why we are here.

20 years of negotiating our future now culminate in 50 sheets of paper, and the fundamental vision we have is on the brink of being bracketed and deleted.

While some progress has been made, we have certain 'red lines' that must be included and the Rio+20 outcome agreement must include the following:

We must acknowledge, honestly, the serious challenges posed by humanity's pressure on the planet's boundaries.

We must guarantee that global environmental institutions have the ability and resources to protect the environment.

We must protect the voices of future generations through establishing an ombudsperson.

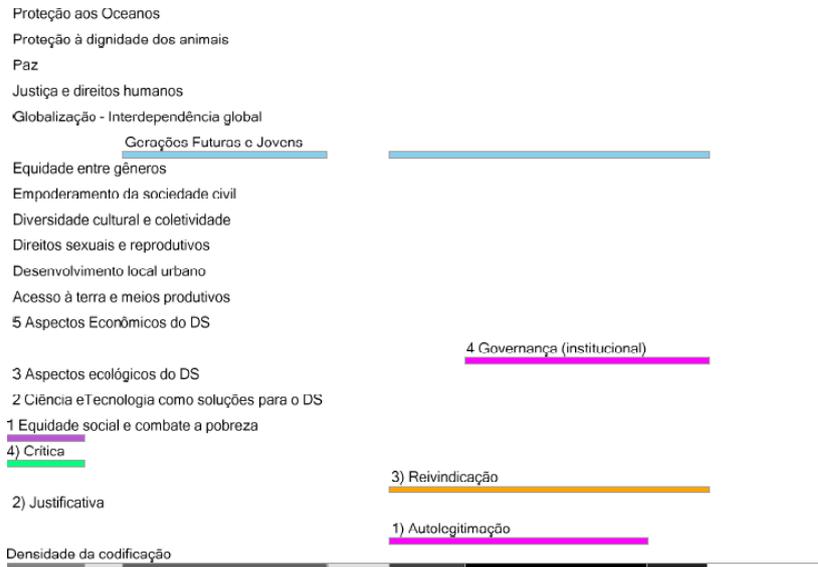
We must recognize our common but differentiated responsibilities, allow for the transfer of knowledge and technology, and the building of capacity to engage intelligently with it.

We must affirm that even as resources become strained, rights to food, water and health are basic principles of justice and so are our sexual and reproductive rights.

These are our redlines and currently the document has none of these.

This is not the Future We Want. This is not event the Future some of you want. Children and youth feel frustrated by this grossly insufficient outcome document. We

Major Group Crianças e Jovens (página 2 de 2)



have heard the same frustrations from member states, other members of civil society, and from those protesting outside these plenary halls. We stand in solidarity with them to urge you, leaders of the world, in the next three days to do what you must for yourself, for us, and for our children --- we are a collective.

This is not about the Future we Want. It is about the Future We Need.

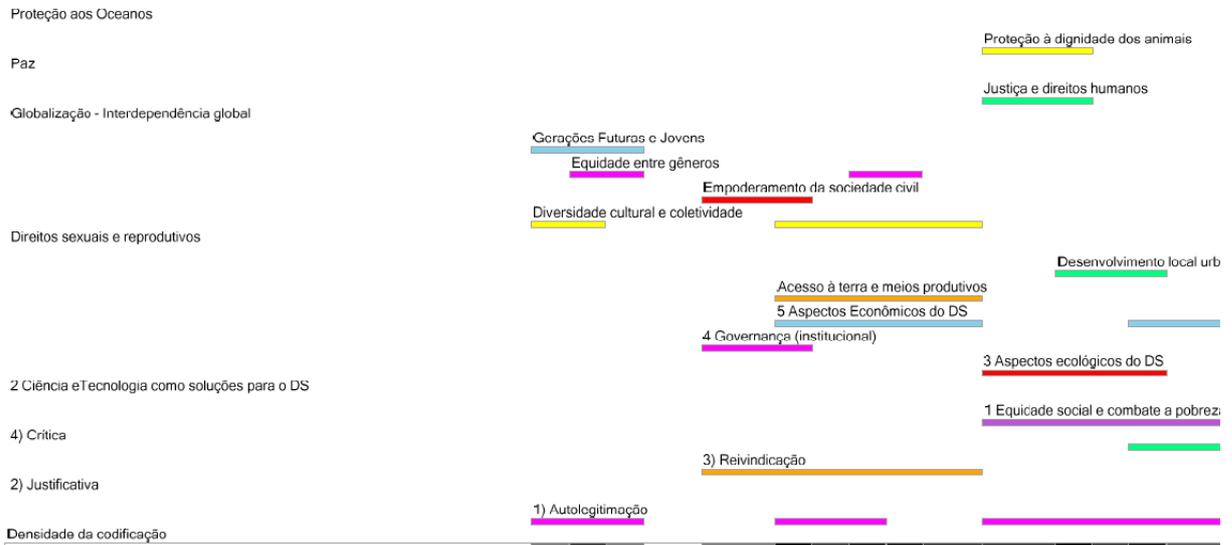
We have the capacity and the will to enact change, but we need a process that truly values our input and includes us fully, to ensure the voice of the inheritors of the future are given a hearing in the present. To truly defend our futures --- your legacies ---

we need institutional mechanisms that ensure intergenerational justice.

Rio+20 is our chance. It is a critical moment in the history of our lives. Let us decide well and with wisdom and compassion.

Thank you

Major Group Agricultura (página 1 de 2)



Discurso Major Group: Fazendeiros

Farmers MAJOR GROUP

OPENING PLENARY STATEMENT (1st Plenary Meeting)

20 JUNE 2012

Read by Henry Saragih, international coordinator of La Via Campesina at the opening of the United Nations Conference on Sustainable Development Rio+20

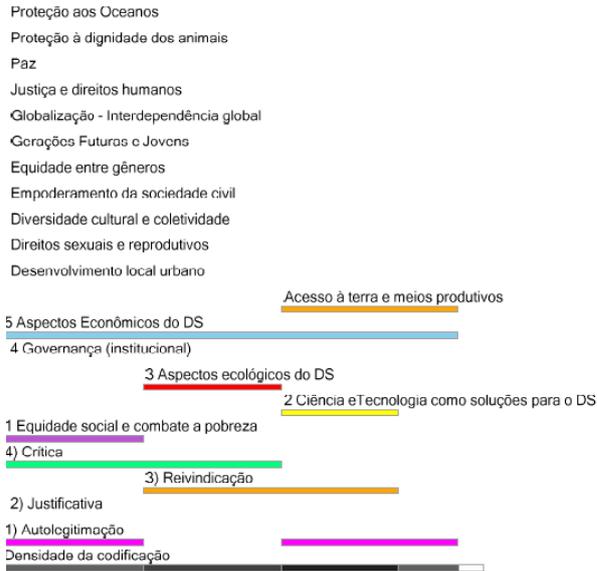
Mr. Chair, Heads of States, Your Excellencies and esteemed representatives, we have been debating the future of the planet and humanity for the past two years. It is clear that sustainable agriculture is essential to the discussion on sustainable development.

Our constituencies include: farmers, artisanal fishers, pastoralists, agricultural workers, youth and indigenous peoples. They are often among the most affected by multiple crises, in particular women and young people. They also hold the solutions for sustainable development in their hands.

In order to be able to implement systems that nourish our people and sustain our planet, institutional change is necessary, particularly in the area of participation and empowerment of the most vulnerable, the majority of whom reside in rural areas. The new path of development entails the empowerment of these constituencies to produce and harvest, this requires the rights to equitable access to land tenure – regardless of gender, marital status, religious or ethnic origins – and to productive resources, including seeds, inputs, trade and markets.

Many consider the concept of food sovereignty to be a comprehensive framework which addresses the issue of poverty, food security, climate and the environment, as well as issues of peasant, human rights, and animal welfare. Food sovereignty addresses poverty in both rural and urban areas through sustainable local food systems. Food sovereignty, which places at its center sustainable family farming, peasant agriculture and small scale fishing not only feeds the people with healthy,

Major Group Agricultura (página 2 de 2)



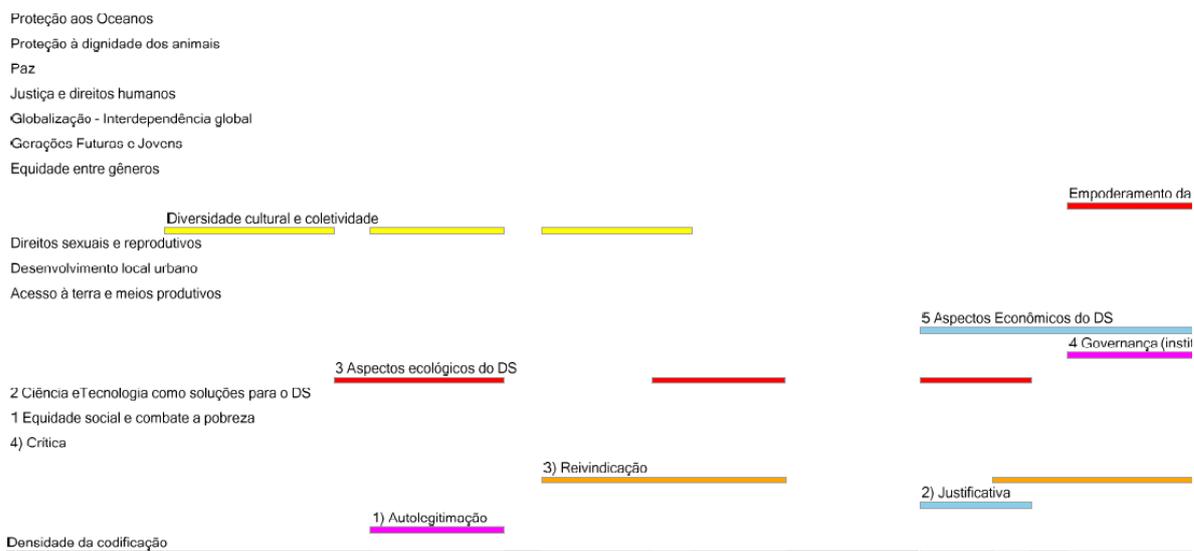
nutritious culturally appropriate food, but it puts the aspirations and needs of those who produce, distribute and consume food at the heart of the food systems and policies rather than the demands of corporations.

The pathway to a more sustainable future must move towards socially responsible and sustainable markets and finance; balancing human needs with those of the ecosystems upon which all life depends.

Our constituency produces all the world's food and fibre needs and requires a framework that allows for the growth of more sustainable practices such as organic agriculture, innovative farming techniques and integrated management. In this, we give special attention to the needs of family farmers, peasants and artisanal fishers.

(...) In the future, may be land, but no farmers, no food, no future.

Major Group Povos Indígenas (página 1 de 2)



Discurso Major Group: Populações Tradicionais

INDIGENOUS PEOPLES MAJOR GROUP OPENING PLENARY STATEMENT 20 JUNE 2012

Indigenous Peoples from all regions of the world met at the “*Indigenous Peoples International Conference on Sustainable Development and Self Determination*,” from June 17th – 19th 2012 at the Museu da República in Rio de Janeiro, Brazil.

From the conference emerged many answers to address the global crises, as varied as the many cultures present at the meeting. But we were of one mind about the importance of traditional knowledge, diverse local economies and traditional livelihoods for community solidarity, well-being and ecosystem management.

Indigenous Peoples abiding survival is supported by our cultures, our ways of being and living with nature, our values, moral and ethical choices and our actions. In the spirit of humanity and our collective survival, dignity and well-being, we respectfully offer our cultural world views as an important foundation to collectively renew our relationships with each other and Mother Earth. Indigenous Peoples call upon the world to return to dialogue and harmony with Mother Earth, and to adopt a new paradigm of civilization based on “*Buen Vivir* or Living Well.”

We believe that all societies must foster cultures of sustainability, and that this UN Conference on Sustainable Development should highlight culture as a fundamental dimension of sustainable development.

We see that the Earth and all life is in a serious state of peril. We see the current model of development continues to proceed on the road of peril, particularly with respect to the continued expansion of extractive industries. As indigenous peoples we have experienced the terrible and negative impacts of this approach, which must be reversed. Governments must strengthen the accountability of the business sector and legal recognition of the rights of indigenous peoples and affected communities to have a say on decisions affecting our lands.

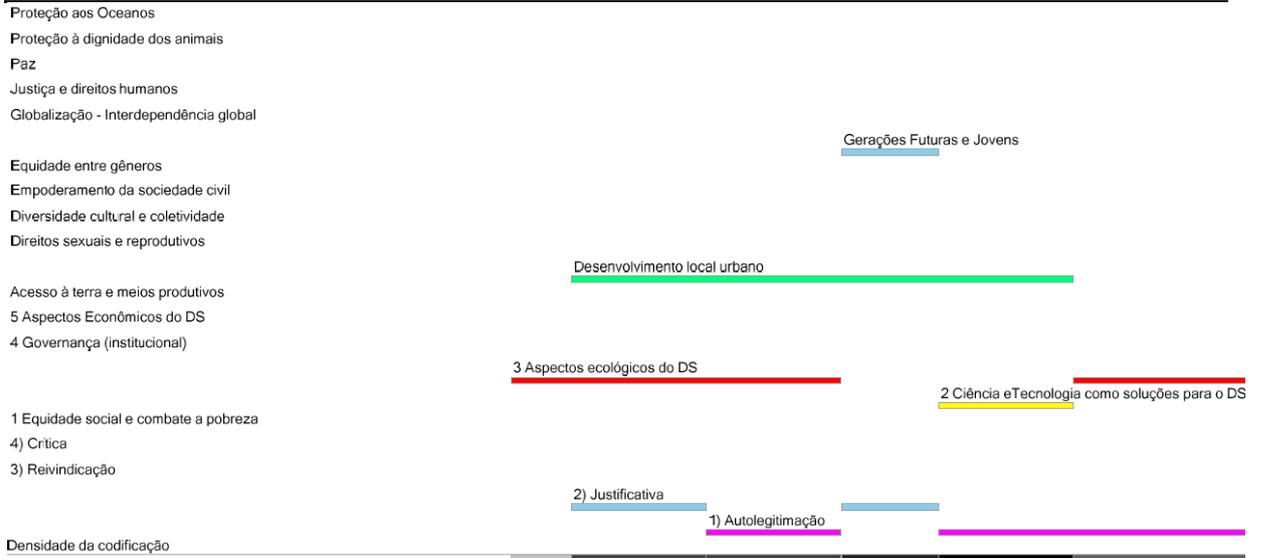
Major Group Povos Indígenas (página 2 de 2)

Proteção aos Oceanos
Proteção à dignidade dos animais
Paz
Justiça e direitos humanos
Globalização - Interdependência global
Gerações Futuras e Jovens
Equidade entre gêneros
Empoderamento da sociedade civil
Diversidade cultural e coletividade
Direitos sexuais e reprodutivos
Desenvolvimento local urbano
Acesso à terra e meios produtivos
5 Aspectos Econômicos do DS
4 Governança (institucional)
3 Aspectos ecológicos do DS
2 Ciência e Tecnologia como soluções para o DS
1 Equidade social e combate a pobreza
4) Crítica
3) Reivindicação
2) Justificativa
1) Autolegitimação
Densidade da codificação

The Rio + 20 Political Declaration recognizes the importance of the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples in the context of global, regional, national, and sub-national implementation of sustainable development strategies. We commend governments for this inclusion, which is a foundation for our common efforts to realise the Rio + 20 outcomes and we very much want to work with you.

Thank you very much for your attention.

Major Group Autoridades Locais (página 1 de 3)



Discurso Major Group: Lideranças Locais

Local Authorities MAJOR GROUP OPENING PLENARY STATEMENT 20 JUNE 2012

Delivered by Mr. David Cadman, President of ICLEI-Local Governments for Sustainability

Your Excellencies, Distinguished Delegates, Ladies and Gentleman

I am very honoured to stand before you at the United Nations Conference on Sustainable Development, the Rio+20 Summit, and to speak on behalf of the Local Authorities Major Group

Ladies and Gentleman,

This century will see a global, unprecedented urbanization.

Indeed, in the next 40 years, the projected expansion of urban capacity with 3 billion citizens is equivalent to that which has occurred over the last 4000 years until now.

With such a development, we -as governmental leaders closest to our citizens- are faced with unprecedented challenges to provide our citizens a sustainable quality of life.

We are challenged to find the appropriate ways and means to substantially redesign and transform our future life.

As governmental actors, we have proven to be effective drivers of sustainable development to be incubators of innovation and scaled implementation, and to be agents of change.

We started to address global problems - like climate change- with systemic solutions as early as in 1993.

Major Group Autoridades Locais (página 2 de 3)

Proteção aos Oceanos			
Proteção à dignidade dos animais			
Paz			
Justiça e direitos humanos			
Globalização - Interdependência global			
Gerações Futuras e Jovens			
Equidade entre gêneros			
Empoderamento da sociedade civil			
Diversidade cultural e coletividade			
Direitos sexuais e reprodutivos			
Desenvolvimento local urbano			
Acesso à terra e meios produtivos			
			5 Aspectos Econômicos do DS
4 Governança (institucional)			
3 Aspectos ecológicos do DS			
2 Ciência e Tecnologia como soluções para o DS			
1 Equidade social e combate a pobreza			
4) Crítica			
	3) Reivindicação		
2) Justificativa			
1) Autolegitimação			
Densidade da codificação			

We have produced and enforced normative and legislative instruments that promote sustainable practices and help greening our societies.

We, local and sub-national government, share with you the governance systems for sustainability and we therefore need to seek complementarity and synergy in our common goals for a sustainable development and ensure an integration of our approaches for implementation.

Ladies and Gentleman,

We need to act now! And I therefore call upon you:

To Move towards a multi-level governance for sustainable development and define together strategies to achieve the Millennium Development Goals and Sustainable Development Goals;

To recognize local and sub-national governments as important governmental stakeholders in the development of international legal frameworks for sustainability;

To provide us as stakeholders with permanent and effective consultation mechanisms as part of the United Nations procedures with a view to ensuring the effective implementation of global agreements;

To provide us as governmental stakeholders with increased representation and influence in international development cooperation processes including the UN system;

To create additional national and international financial mechanisms for sustainability and to enhance access to these from local and sub-national regional authorities;

To provide support to sub-national authorities to develop disaster risk reduction and a resilience planning;

And finally, to ensure that HABITAT III will reinvigorate the global commitment to sustainable urbanization that should focus on the implementation of a "New Urban Agenda including territorial cohesion and regionalization.

Major Group Autoridades Locais (página 3 de 3)

Proteção aos Oceanos

Proteção à dignidade dos animais

Paz

Justiça e direitos humanos

Globalização - Interdependência global

Gerações Futuras e Jovens

Equidade entre gêneros

Empoderamento da sociedade civil

Diversidade cultural e coletividade

Direitos sexuais e reprodutivos

Desenvolvimento local urbano

Acesso à terra e meios produtivos

5 Aspectos Económicos do DS

4 Governança (institucional)

3 Aspectos ecológicos do DS

2 Ciência e Tecnologia como soluções para o DS

1 Equidade social e combate a pobreza

4) Crítica

3) Reivindicação

2) Justificativa

1) Autolegitimação

Densidade da codificação

We look forward to work with you on these issues.

Thank you,

Major Group Organizações Não-Governamentais (página 1 de 2)

Proteção aos Oceanos
Paz
Proteção aos Oceanos
Proteção à dignidade dos animais
Paz
Justiça e direitos humanos
Globalização - Interdependência global

Gerações Futuras e Jovens

Equidade entre gêneros
Empoderamento da sociedade civil
Diversidade cultural e coletividade
Direitos sexuais e reprodutivos
Desenvolvimento local urbano
Acesso à terra e meios produtivos
5 Aspectos Econômicos do DS
4 Governança (institucional)

3 Aspectos ecológicos do DS

2 Ciência e Tecnologia como soluções para o DS
1 Equidade social e combate a pobreza

4) Crítica

3) Reivindicação

2) Justificativa

1) Autolegitimação
Densidade da codificação

Nome: MG 6 Organizações Não-governamentais

Discurso Major Group: Organizações Não-governamentais

Non-Governmental Organization MAJOR GROUP
OPENING PLENARY STATEMENT
20 JUNE 2012

Thank you President

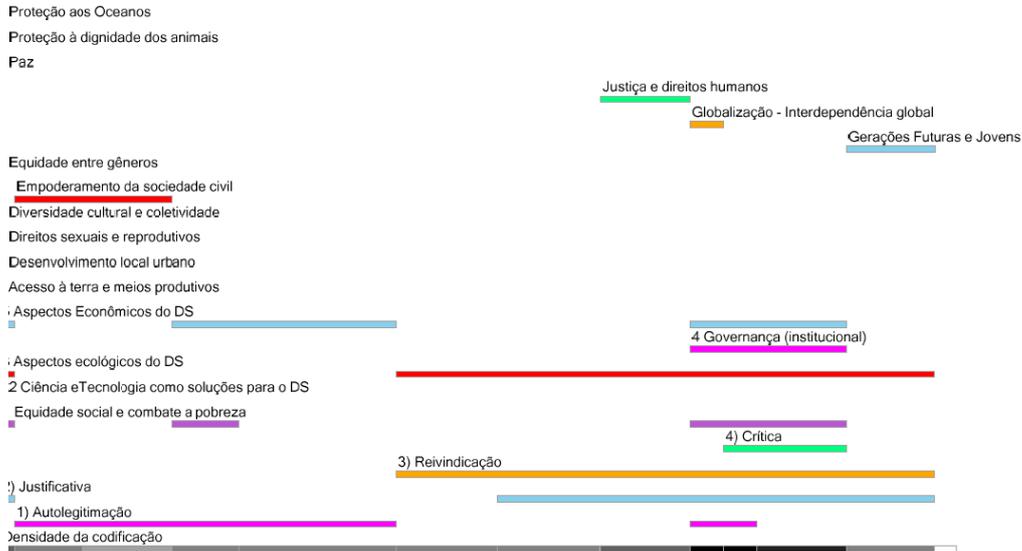
I am making this statement on behalf of the NGOs in Rio+20

It feels amazing to be in this room among all the world leaders, and feeling all this power around me that can shape the World. We all know the threat that is facing us, and I do not need to repeat the urgency. Science is very clear. If we do not change in the coming five to ten years the way our societies function, we will be threatening the survival of future generations and all other species on the planet. Nevertheless, you sitting here in this room have the power to reverse all of this. What you can do here is the ideal dream of each one of us: to have the opportunity to be the saviors of the planet. It is all up to you.

And yet we stand on the brink of Rio+20 being another failed attempt, with governments only trying to protect their narrow interests instead of inspiring the World and giving all of us back the faith in humanity that we need. If this happens, it would be a big waste of power, and a big waste of leadership.

You cannot have a document titled 'the future we want' without any mention of planetary boundaries, tipping points, or the Earth's carrying capacity. The text as it stands is completely out of touch with reality. Just to be clear, NGOs here in Rio in no way endorse this document. Already more than 1,000 organisations and individuals have signed in only one day a petition called "The Future We Don't Want" that completely refuses the current text. It does not in any way reflect our aspiration, and therefore we demand that the words "in full participation with civil society" are removed from the first paragraph.

Major Group Organizações Não-Governamentais (página 2 de 2)



On the other hand, our responses as trade unions have also evolved. The "Agenda 21" adopted in Rio in 1992 gave us the right to be recognized as actors in sustainability. And we have used that right whenever and whenever we have been given the opportunity to act and collectively organize.

Around the globe, we strengthened our work on social equity through the decent work agenda; we have also built bridges with environmental policies, promoting the greening of all sectors and promoting green and decent jobs in sectors that protect the environment, we have been clear in our commitment to emission reduction policies, we have brought new ideas to the table, such as the "Just Transition" framework, or engaging on environmental actions through workplaces, sectorial and national initiatives.

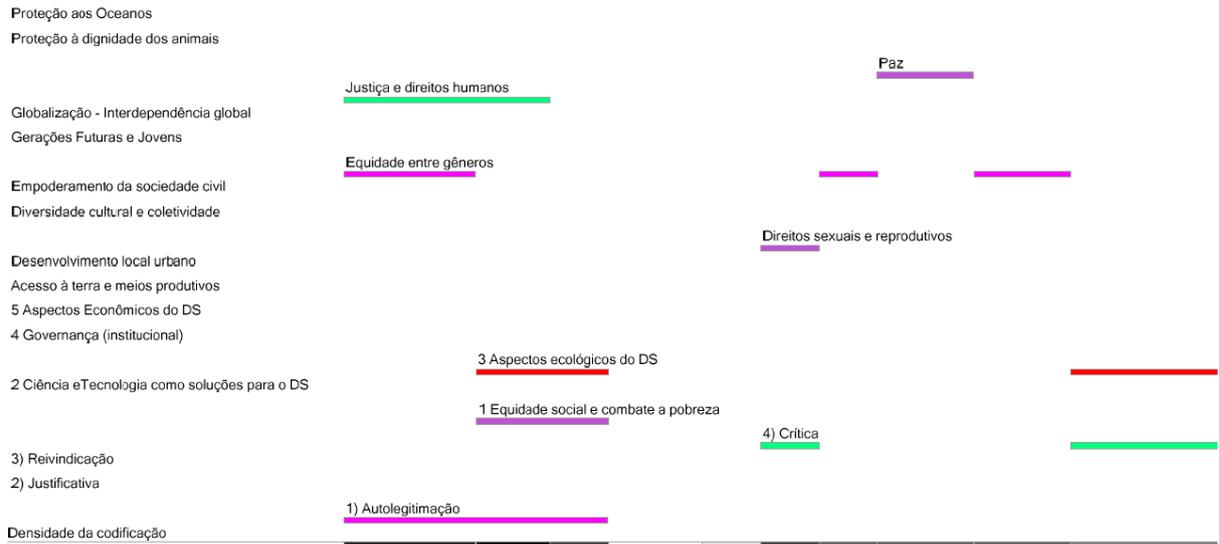
The world of work will have to face major transformations to achieve sustainability. These will not be easy for working people and we will depend on governments' action to develop the social policies to accompany them in the transition. But, we want to be clear on this point: unless we act to promote environmental protection, to avoid climate change, to develop renewable energies, to clean production and supply chains, to promote sustainable forestry management, public transportation, energy efficiency, safe and clean chemicals, and many more environmentally-sound policies, our claims for social justice and equality will never be realized.

Global crises need multilateral responses and global regulation. The labour movement will maintain its pressure to the world leaders. We need to move beyond rhetoric, if we want to avoid our current, dysfunctional economic model continue increasing inequalities and depleting natural resources.

The time for action is now. The people of today deserves it and the people of tomorrow depend on it.

Thank you.

Major Group Mulheres (página 1 de 2)



Discurso Major Group: Mulheres

Women MAJOR GROUP
OPENING PLENARY STATEMENT
20 JUNE 2012

(Thank you chair for giving me the floor)

I am Hala Yousry from Egypt. I am speaking on behalf of the Women Major Group.

The women of Egypt have been on the forefront of the revolution. We were fighting, and we will continue fighting, for democracy, dignity, human rights and gender equality. All of these are preconditions of sustainable development.

We women around the world continue our struggle for our rights, basic needs, health, decent jobs, social and environmental protection – which are the very basis of our lives and our future.

High-level representatives should know that there are many strong, committed, courageous and inventive women and men in every and each country.

It is a shame that there is such a **timid text prepared** here in Rio:

- no **commitment** to our reproductive rights, **as agreed in Beijing and Cairo**
- no **high commissioner for our girls**
- **nothing about the destruction by nuclear power and mining and no action** to protect our health and the rights of affected populations
- and no commitments for **concrete targets and timelines for women in leadership positions.**

The Rio **outcome document** does **not** give us the urgently needed means to address the immense challenges of our times.

Major Group Mulheres (página 2 de 2)

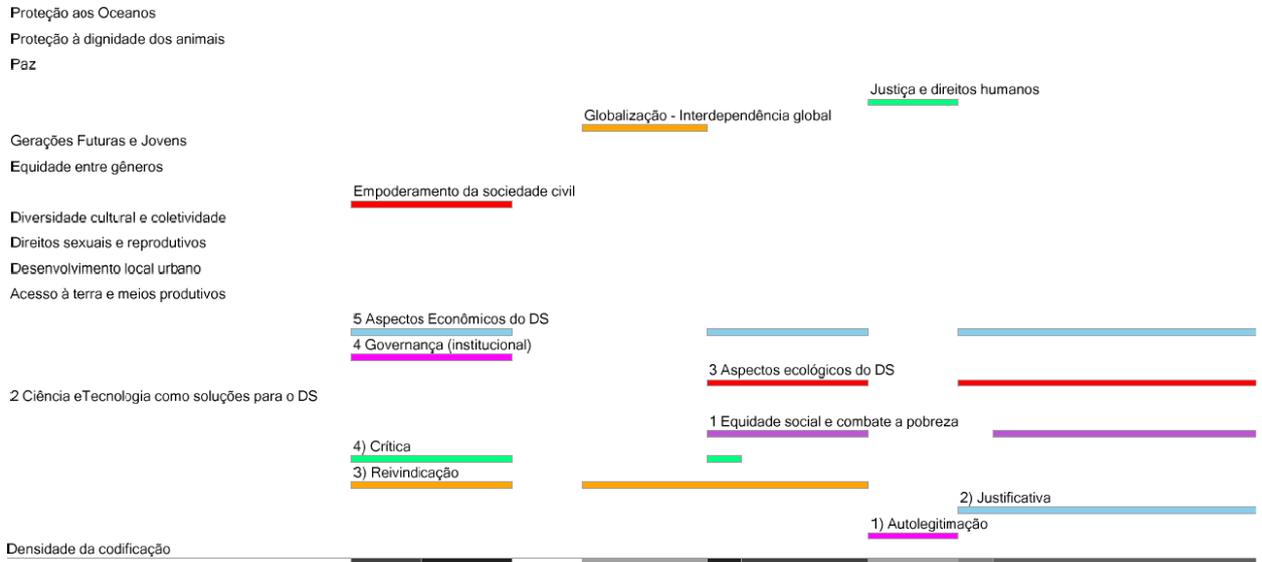
Proteção aos Oceanos
Proteção à dignidade dos animais
Paz
Justiça e direitos humanos
Globalização - Interdependência global
Gerações Futuras e Jovens
Equidade entre gêneros
Empoderamento da sociedade civil
Diversidade cultural e coletividade
Direitos sexuais e reprodutivos
Desenvolvimento local urbano
Acesso à terra e meios produtivos
5 Aspectos Económicos do DS
4 Governança (institucional)
3 Aspectos ecológicos do DS
2 Ciência eTecnologia como soluções para o DS
1 Equidade social e combate a pobreza
4) Crítica
3) Reivindicação
2) Justificativa
1) Autolegitimação
Densidade da codificação

What did we women get in Egypt? Less than 2% of the seats in the last parliamentary elections.

And what did we women get in Rio? **So far**, much less than we hoped for.

Thank you

Major Group Trabalhadores e Sindicatos (página 1 de 2)



Discurso Major Group: Sindicatos

Workers and Trade Unions MAJOR GROUP
OPENING PLENARY STATEMENT
20 JUNE 2012

Remarks by Trine Lise Sundness, on behalf of the international Trade Union Confederation

Thank you, Chair.

Rio+20 is taking place at a critical time for working people; global crises multiply and intensify, people are losing faith in governments' capacity to listen to or defend their interests, and citizens see the future as lacking hope. The international community needs to show that it can deliver.

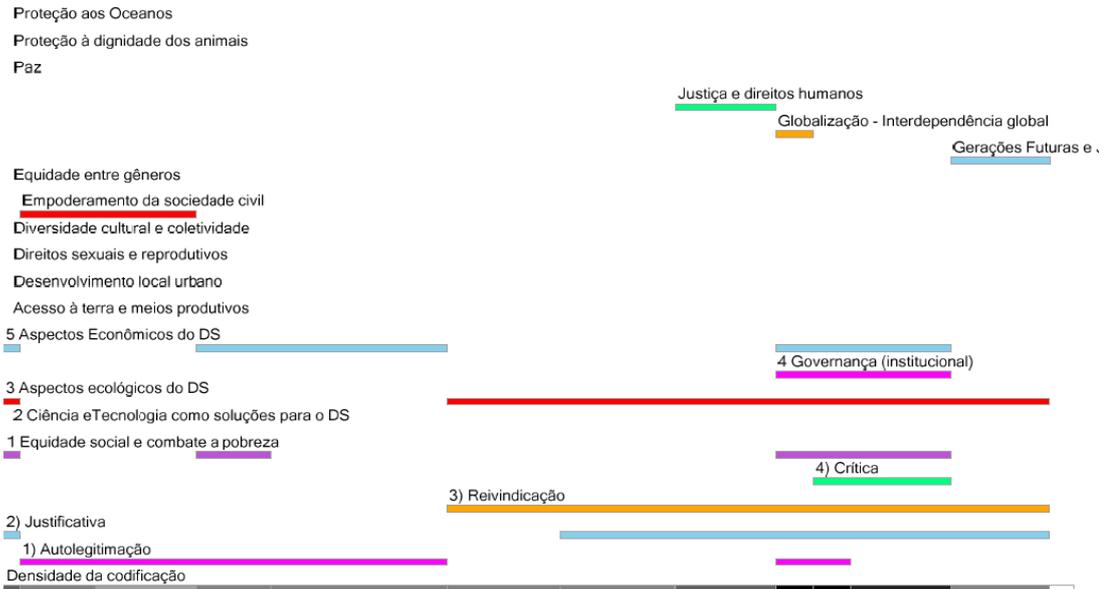
The United Nations "Earth Summit" in Rio 20 years ago was a historic and foundational moment to globally address development and environmental challenges. In a far less optimist context, Rio+20 need to show that there is indeed hope to achieve global equity, that multilateralism has a role to play, that solidarity and cooperation between countries and their people is necessary and feasible.

Chair, a vision alone will not be enough. The international community must deliver concrete measures to put our societies on track to achieve social equity, decent work, environmental protection, development and prosperity, on track towards truly sustainable development.

Since its emergence, the trade union movement has provided workers and their families a voice, rights and a vision of a fair world.

However, the world in which we live and work has changed over the last twenty years. On one hand, the challenges have worsened. Precarious work is today the daily reality for a majority of people around the world; inequalities have grown on the point that people often do not acknowledge they are part of the same community; financial markets and lack of regulation have broken the relationship between companies and their responsibilities vis-à-vis workers, their families and the communities in which they operate; environmental challenges have become daunting, to the point that very survival of communities is at risk.

Major Group Trabalhadores e Sindicatos (página 2 de 2)



On the other hand, our responses as trade unions have also evolved. The “Agenda 21” adopted in Rio in 1992 gave us the right to be recognized as actors in sustainability. And we have used that right wherever and whenever we have been given the opportunity to act and collectively organize.

Around the globe, we strengthened our work on social equity through the decent work agenda; we have also built bridges with environmental policies, promoting the greening of all sectors and promoting green and decent jobs in sectors that protect the environment, we have been clear in our commitment to emission reduction policies, we have brought new ideas to the table, such as the “Just Transition” framework, or engaging on environmental actions through workplace, sectorial and national initiatives.

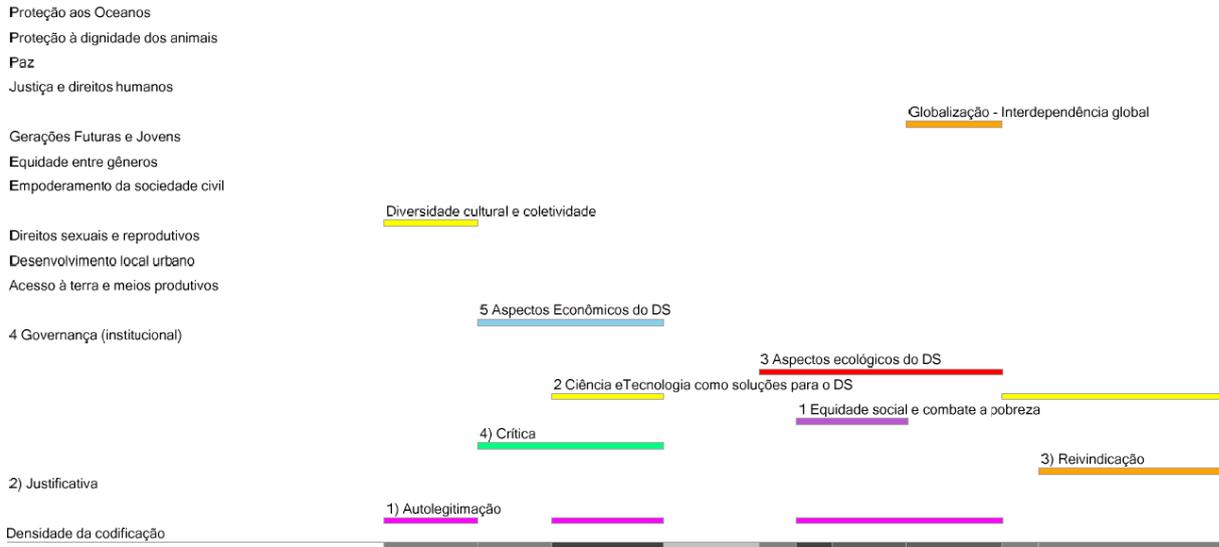
The world of work will have to face major transformations to achieve sustainability. These will not be easy for working people and we will depend on governments’ action to develop the social policies to accompany them in the transition. But, we want to be clear on this point: unless we act to promote environmental protection, to avoid climate change, to develop renewable energies, to clean production and supply chains, to promote sustainable forestry management, public transportation, energy efficiency, safe and clean chemicals, and many more environmentally-sound policies, our claims for social justice and equality will never be realized.

Global crises need multilateral responses and global regulation. The labour movement will maintain its pressure to the world leaders. We need to move beyond rhetoric, if we want to avoid our current, dysfunctional economic model continue increasing inequalities and depleting natural resources.

The time for action is now. The people of today deserves it and the people of tomorrow depend on it.

Thank you.

Major Group Negócios e Indústria (página 1 de 2)



Discurso Major Group: Indústria e Comércio

BUSINESS AND INDUSTRY MAJOR GROUP OPENING PLENARY STATEMENT 20 JUNE 2012 FIRST DRAFT FOR DISCUSSION

Mr. Secretary General, Excellencies, Ladies and Gentlemen:

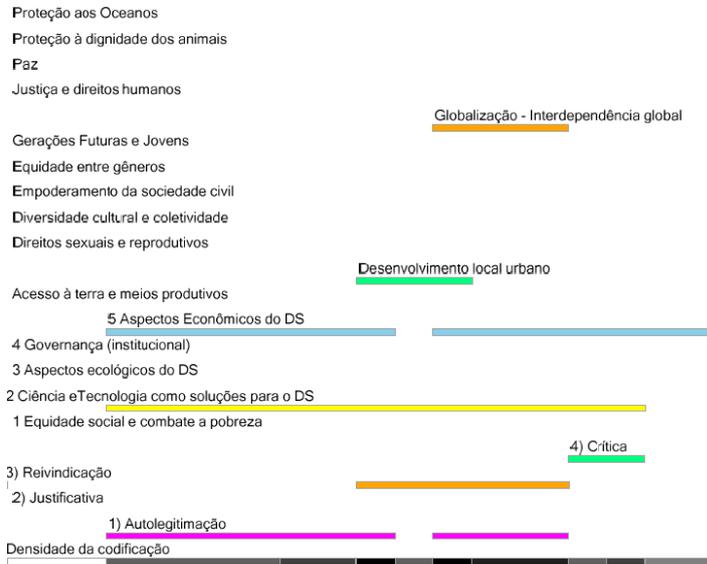
Together we have traveled many roads to Rio. We have come together in Cairo, Santiago, Addis Ababa, Seoul, Geneva, New York and now in Rio for this summit of historic proportions. My name is Kris Gopalakrishnan and I am honoured to represent the Business and Industry Major Group. Businesses of every size and from every corner of the world have been part of this journey.

At every entry point during these eighteen months of consultation and negotiation, business made the case that the Rio outcome needed to provide key deliverables that would drive the transition to sustainable development. Business will continue innovating and bringing solutions to market that support inclusive and green growth. The intensity of these commitments, the eagerness to scale up and the willingness to partner was in evidence during the June 19 BASD Business Day which brought together over 800 business, government and United Nations leaders.

Regardless of company size or location, corporate leaders understand how sustainability issues affect the bottom-line. Companies view sustainability issues from both, a risk management perspective, and the increasingly evident benefits and opportunities – particularly associated with green growth and poverty alleviation. In short, the business case for sustainability has strengthened as a response to the deep interdependencies in today's globalized world.

Throughout the negotiations, Business and Industry made the case that Governments should promote enabling policy frameworks for inclusive and green growth, with special attention to research, innovation, technology, and investment. Such frameworks will support sustainable economic growth in developed and developing countries. At the global level, business must be included in policy action beyond Rio and

Major Group Negócios e Indústria (página 2 de 2)



looks to the UN to develop substantive and clear channels for engaging with business on sustainable development issues.

Business understands that improvements in efficiencies of all types are key to addressing sustainability challenges, enabling us to do more with less. This will be accomplished through regular, continuous improvement of existing technologies and processes and through the development of reliable breakthrough technologies.

Business is a critical player in the introduction, commercialization and dissemination of technology and will form partnerships with governments, academic and civil society organizations to leverage resources and benefits. Governments should encourage more public-private partnerships, particularly at the local and city level, to address the critical challenge of sustainable development. The transition towards a green economy is a shared responsibility by all actors in society. No one stakeholder group, whether business and industry, governments or society, can do this on their own.

Excellencies, regardless of the outcome here at Rio, the private sector will continue its transition to greener and more sustainable industries. Think how more expansive and rapid this transition would be if our energies were being harnessed together.